



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

Campus Presidente Prudente

CAMILA FERRACINI ORIGUÉLA

**Território e territorialidades em disputa:
subordinação, autonomia e emancipação do campesinato em assentamentos
rurais no Rio Grande do Sul**

Presidente Prudente

2019



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**

Campus Presidente Prudente

Camila Ferracini Origuéla

**Território e territorialidades em disputa:
subordinação, autonomia e emancipação do campesinato em assentamentos
rurais no Rio Grande do Sul**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Presidente Prudente/SP, para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes

Presidente Prudente
2019

O69t

Origuéla, Camila Ferracini

Território e territorialidades em disputa: subordinação, autonomia e emancipação do campesinato em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul / Camila Ferracini Origuéla. -- Presidente Prudente, 2019
293 f.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente
Orientador: Bernardo Maçano Fernandes

1. território. 2. territorialidades em disputa. 3. subordinação. 4.
autonomia. 5. sistema alimentar camponês. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: Território e territorialidades em disputa: subordinação, autonomia e emancipação do campesinato em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul

AUTORA: CAMILA FERRACINI ORIGUELA

ORIENTADOR: BERNARDO MANÇANO FERNANDES

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em GEOGRAFIA, área: Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:



Prof. Dr. BERNARDO MANÇANO FERNANDES
Departamento de Geografia / FCTAUNESP



Prof. Dr. LEE JONATHAN PEGLER
International Institute of Social Studies / Erasmus University Rotterdam



Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente



Prof. Dra. ROSA MARIA VIEIRA MEDEIROS
Departamento de Geografia / Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Prof. Dra. ANA TERRA REIS
Geografia / Escola Nacional Florestan Fernandes

Presidente Prudente, 18 de março de 2019

Aos meus pais, José e Marli

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais, José Origuéla e Marli Ferracini Origuéla, pelo apoio incondicional na realização desse trabalho. Sem o amor, o carinho, a compreensão e o apoio deles em cada decisão tomada ao longo desses quatro anos eu não teria chegado a esse momento de realização pessoal e profissional. Meu muito obrigada por TUDO.

Agradeço aos meus irmãos, Clóvis e Cristiane, e as suas respectivas famílias que de alguma forma participaram da concretização desse trabalho. Nas idas até o aeroporto e a rodoviária, na minha ausência no período do doutorado sanduíche, meu muito obrigada por tudo.

Agradeço aos meus sobrinhos Laura, Sophia e Lucca por alegrarem a minha vida e da minha família todos os dias. São por eles e para eles que buscamos construir um mundo mais justo.

Agradeço ao meu companheiro Guilherme pelo amor e compreensão nos momentos em que não pude estar presente.

Agradeço aos amigos do Brasil e dos Países Baixos, que de alguma forma contribuíram com a elaboração desta pesquisa. As palavras de conforto e incentivo, além do companheirismo em diferentes momentos da vida foram fundamentais para que eu conseguisse concluir essa jornada com sucesso.

Agradeço ao professor Bernardo Mançano Fernandes, meu orientador desde a iniciação científica, pelas contribuições na elaboração desse trabalho. São 10 anos de aprendizado. Eu só posso agradecer pela oportunidade de trabalhar com um professor e pesquisador que inspira tantas pessoas pelo mundo.

Agradeço ao professor Lee J. Pegler pelas orientações no doutorado sanduíche e por me receber junto com a sua esposa Carolina e as suas filhas Rosalina e Eliana de maneira tão acolhedora em Haia.

Agradeço aos membros do *Civic Innovation Research Initiative* (CIRI) e aos alunos, professores e funcionários do *International Institute of Social Studies* (ISS) que contribuíram com o desenvolvimento dessa pesquisa durante o doutorado sanduíche.

Agradeço aos professores Carlos Alberto Feliciano, Eduardo Paulon Girardi e Ricardo Pires e a todos os membros do NERA, em especial a Lorena Izá Pereira, amiga com quem dividi minha vida, alegrias e angústias, nesses anos de doutorado, e a Hellen Gomes Mesquita da Silva, pelas conversas e por me ajudar em todos os momentos que precisei.

Agradeço a Michele Lindner e a Andressa Teixeira, que me acolheram em Porto Alegre todas as vezes que precisei. Meu muito obrigada por tudo. Sem a ajuda de vocês essa pesquisa não teria sido desenvolvida.

Agradeço aos membros da COCEARGS, COOPTEC, COOTAP e BIONATUR pelas conversas, informações e dados cedidos.

Agradeço, especialmente, ao Adalberto e sua companheira Sandra. Pessoas comprometidas com as lutas dos camponeses assentados e que trabalham na construção da emancipação. Essa pesquisa não seria realizada sem a ajuda de vocês nos trabalhos de campo. Meu MUITO OBRIGADA!

Agradeço a todos os camponeses assentados que participaram de alguma forma dessa pesquisa.

Agradeço a equipe do INCRA que me recebeu em Porto Alegre.

Agradeço a equipe da Secretaria de Desenvolvimento Rural, sobretudo aqueles que trabalham diretamente com o Programa Camponês.

Agradeço a equipe da EMATER de Hulha Negra.

Aos alunos, professores e funcionários da FCT/UNESP.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Resumo

As empresas transnacionais, assim como redes varejistas, controlam cada vez mais a produção, a distribuição e o consumo de alimentos, assim como os meios necessários para isso – sementes, insumos, tecnologias, crédito, mercados e políticas –, constituindo o sistema alimentar capitalista. Elas controlam os fixos, ou objetos, e os fluxos, as relações, que conectam o sistema em diferentes escalas. No bojo desses processos, elas podem se apropriar do território ou determinar o seu uso, produzindo a subordinação do campesinato. Contudo, os camponeses resistem e constroem alternativas baseadas em outro uso do território, rompendo com relações de sujeição ao capital. São alternativas em diferentes dimensões e escalas dos territórios camponeses, nas técnicas e tecnologias, nas formas de organização social, no acesso a mercados institucionais e na construção de mercados populares camponeses. Entretanto, sabe-se pouco sobre as dinâmicas territoriais dessas experiências. Em que contexto e como são construídas. Qual a importância do território e do seu uso. Para responder esses questionamentos, o objetivo dessa tese é estudar experiências de produção, industrialização e comercialização de alimentos convencionais e agroecológicos desenvolvidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul, assim como as contradições que compõem esses processos. No que se refere à experiência convencional, estudou-se o caso da soja nos assentamentos rurais da região Centro-Sul do estado. O Rio Grande do Sul é o terceiro maior produtor de soja do país, depois do Mato Grosso e Paraná. Esses três estados, seguidos do estado de Goiás, produzem aproximadamente 70% da soja brasileira. O *boom* de *commodities* como a soja se deve, principalmente, ao seu elevado preço no mercado internacional, seguido da demanda chinesa impulsionada pelas mudanças nos hábitos alimentares da população. A territorialização da soja nos assentamentos rurais ocorre por intermédio de parcerias entre camponeses e grandes produtores, que se aproveitam das dificuldades enfrentadas pelos assentados para ratificar contratos. Nesse caso, os camponeses se reproduzem no bojo de um sistema alimentar com poder suficiente para definir preços, tecnologias, mercados e políticas. Logo, os camponeses veem seus territórios cada vez mais controlados pela lógica do mercado global, produzindo territorialidades subordinadas. Por sua vez, no que se refere às experiências agroecológicas, estudou-se o caso das hortaliças e do arroz na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). A territorialização das hortaliças agroecológicas ocorreu entre as décadas de 1980 e 1990. Já a territorialização do arroz agroecológico teve início em 1999, em caráter experimental. Em ambos os casos, os camponeses lutam por autonomia desvinculando-se parcial ou totalmente do capital industrial, comercial e financeiro, produzindo territorialidades autônomas. Diante da subordinação, dependência e marginalização desencadeadas pelo sistema alimentar capitalista, constatou-se que os camponeses estão construindo resistências territoriais baseadas em outro uso do território. Isso ocorre através do aprofundamento de práticas socioterritoriais autônomas e emancipatórias. Nos casos em que os camponeses constroem territorialidades autônomas, determinando através das cooperativas, dos grupos gestores e grupos de famílias a produção, a distribuição e consumo de alimentos, aliando-se aos consumidores, configura-se o sistema alimentar camponês.

Palavras-chave: Território; territorialidades em disputa; subordinação; autonomia; sistema alimentar camponês.

Abstract

Transnational corporations, as well as retail chains, increasingly control food production, distribution and consumption, as well as the means to do so - seeds, inputs, technologies, credit, markets and policies - as the capitalist food system. They control the fixed, or objects, and the flows, the relationships, that connect the system at different scales. In the midst of these processes, they can appropriate the territory or determine its use, producing the subordination of the peasantry. However, the peasants resist and construct alternatives based on another use of the territory, breaking with relations of subjection to the capital. They are alternatives in different dimensions and scales of the peasant territories, in the techniques and technologies, in the forms of social organization, in the access to institutional markets and in the construction of popular peasant markets. However, little is known about the territorial dynamics of these experiences. In what context and how they are constructed. How important is the territory and its use. In order to answer these questions, the objective of this thesis is to study experiences of production, industrialization and commercialization of conventional and agroecological foods developed by the Landless Rural Workers Movement (MST) in rural settlements in Rio Grande do Sul, as well as the contradictions that compose these processes. As far as conventional experience is concerned, the soybean case was studied in rural settlements in the Center-South region of the state. Rio Grande do Sul is the third largest soy producer in the country, after Mato Grosso and Paraná. These three states, followed by the state of Goiás, produce approximately 70% of Brazilian soya. The boom in commodities such as soybeans is mainly due to its high price in the international market, followed by Chinese demand driven by changes in the population's eating habits. The territorialization of soy in rural settlements occurs through partnerships between peasants and large producers, who take advantage of the difficulties faced by the settlers to ratify contracts. In this case, the peasants reproduce within the framework of a food system with sufficient power to define prices, technologies, markets and policies. Soon, peasants see their territories increasingly controlled by the logic of the global market, producing subordinate territorialities. On the other hand, in the agroecological experiments, the case of vegetables and rice in the Metropolitan Region of Porto Alegre (RMPA) was studied. The territorialization of agroecological vegetables occurred between the 1980s and 1990s. The territorialization of agroecological rice began in 1999, on an experimental basis. In both cases, the peasants struggle for autonomy by partially or totally disassociating themselves from industrial, commercial and financial capital, producing autonomous territorialities. Faced with subordination, dependence and marginalization triggered by the capitalist food system, peasants are building territorial resistances based on another use of the territory. This occurs through the deepening of autonomous and emancipatory socio-territorial practices. In cases where peasants build autonomous territories, determining the peasant food system through cooperatives, management groups and groups of families to produce, distribute and consume food, in addition to consumers.

Keywords: Territory; territorialities in dispute; subordination; autonomy; peasant food system.

Resumen

Las empresas transnacionales, así como las redes minoristas, controlan cada vez más la producción, la distribución y el consumo de alimentos, así como los medios necesarios para ello - semillas, insumos, tecnologías, crédito, mercados y políticas -, constituyendo el sistema alimentario capitalista. Ellas controlan los flujos, u objetos, y los flujos, las relaciones, que conectan el sistema en diferentes escalas. En el seno de estos procesos, ellas pueden apropiarse del territorio o determinar su uso, produciendo la subordinación del campesinado. Sin embargo, los campesinos resisten y construyen alternativas basadas en otro uso del territorio, rompiendo con relaciones de sujeción al capital. Son alternativas en diferentes dimensiones y escalas de los territorios campesinos, en las técnicas y tecnologías, en las formas de organización social, en el acceso a mercados institucionales y en la construcción de mercados populares campesinos. Sin embargo, se sabe poco sobre las dinámicas territoriales de esas experiencias. En qué contexto y cómo se construyen. ¿Cuál es la importancia del territorio y de su uso. Para responder a estos cuestionamientos, el objetivo de esta tesis es estudiar experiencias de producción, industrialización y comercialización de alimentos convencional y agroecológico desarrolladas por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) en asentamientos rurales en Rio Grande do Sul, así como las contradicciones que componen esos procesos. En lo que se refiere a la experiencia convencional, se estudió el caso de la soja en los asentamientos rurales de la región Centro-Sur del estado. Río Grande do Sul es el tercer mayor productor de soja del país, después de Mato Grosso y Paraná. Estos tres estados, seguidos del estado de Goiás, producen aproximadamente el 70% de la soja brasileña. El boom de commodities como la soja se debe principalmente a su elevado precio en el mercado internacional, seguido de la demanda china impulsada por los cambios en los hábitos alimentarios de la población. La territorialización de la soja en los asentamientos rurales ocurre por intermedio de asociaciones entre campesinos y grandes productores, que se aprovechan de las dificultades enfrentadas por los asentados para ratificar contratos. En ese caso, los campesinos se reproducen en el seno de un sistema alimentario con poder suficiente para definir precios, tecnologías, mercados y políticas. Luego, los campesinos ven sus territorios cada vez más controlados por la lógica del mercado global, produciendo territorialidades subordinadas. Por su parte, en lo que se refiere a las experiencias agroecológicas, se estudió el caso de las hortalizas y del arroz en la Región Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). La territorialización de las hortalizas agroecológicas ocurrió entre las décadas de 1980 y 1990. Ya la territorialización del arroz agroecológico tuvo inicio en 1999, en carácter experimental. En ambos casos, los campesinos luchan por autonomía desvinculándose parcial o totalmente del capital industrial, comercial y financiero, produciendo territorialidades autónomas. Ante la subordinación, dependencia y marginación desencadenadas por el sistema alimentario capitalista, se constató que los campesinos están construyendo resistencias territoriales basadas en otro uso del territorio. Esto ocurre a través de la profundización de prácticas socioterritoriales autónomas y emancipatorias. En los casos en que los campesinos construyen territorialidades autónomas, determinando a través de las cooperativas, de los grupos gestores y grupos de familias la producción, la distribución y el consumo de alimentos, aliándose a los consumidores, se configura el sistema alimentario campesino.

Palabras claves: Territorio; territorialidades en disputa; subordinación; autonomía; sistema alimentario campesino.

Lista de quadros

Quadro 1 – Páginas da internet, redes sociais e jornais online consultados.....	15
Quadro 2 - Informações sobre as entrevistas semi-estruturadas.....	18
Quadro 3 – Estratégias apresentadas no Fórum Internacional sobre Agroecologia da Via Campesina.....	60
Quadro 4 – Princípios do Programa Camponês.....	73
Quadro 5 – Ações do Programa Camponês.....	75
Quadro 6 – Informações sobre a Feira Nacional da Reforma Agrária.....	83
Quadro 7 – Cooperação agrícola nos Cadernos de Formação do MST.....	97
Quadro 8 – Características dos grupos coletivos, associações e cooperativas.....	98
Quadro 9 – Vantagens econômicas, sociais e políticas da cooperação agrícola.....	99
Quadro 10 – Características do cooperativismo tradicional e alternativo.....	102
Quadros 11 – Objetivos do Sistema Cooperativista de Assentados (SCA).....	104
Quadro 12 – Funções da Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA).....	105
Quadro 13 – Funções das Centrais Estaduais.....	106
Quadro 14 – Funções da CONCRAB.....	106
Quadro 15 – Cooperativas Vinculadas ao MST no Rio Grande do Sul.....	108
Quadro 16 – Agroindústrias vinculadas ao MST no Rio Grande do Sul.....	113
Quadro 17 – Marcas vinculadas ao MST no Rio Grande do Sul.....	113
Quadro 18 – Principais cultivos agrícolas dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul.....	170
Quadro 19 – As características dos coletivos.....	212
Quadro 20 – Feiras agroecológicas que os assentados comercializam seus produtos na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2017.....	217
Quadro 21 – Cursos desenvolvidos pelo PRONERA no Rio Grande do Sul.....	242
Quadro 22 – Cooperativas contempladas pelo Projeto de Qualificação da Infraestrutura Básica e Produtiva dos Assentamentos.....	246
Quadro 23 – Evolução das análises sobre sistema alimentar.....	257

Lista de tabelas

Tabela 1 – Produção, exportação, estoque e importação de soja no Brasil (milhões de toneladas).....	43
Tabela 2 – Rio Grande do Sul – Número de ocupações de terra e famílias em ocupações – 1988-2015.....	92
Tabela 3 – Rio Grande do Sul – Número de assentamentos rurais e famílias assentadas – 1975-2015.....	93
Tabela 4 – Número de famílias certificadas pela COCEARGS.....	192
Tabela 5 – Número de grupos e famílias que produzem hortaliças certificadas via OCS.....	194
Tabela 6 – Número de grupos e famílias que produzem hortaliças certificadas via OPAC/COCEARGS.....	194
Tabela 7 – Evolução dos recursos MDA/MDS aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2015.....	213
Tabela 8 – Assentados beneficiários do PAA – 2010-2015.....	216

Lista de gráficos

Gráfico 1 – Evolução da área plantada de soja no Rio Grande do Sul – 1990-2015.....	166
Gráfico 2 – Evolução da área plantada de arroz agroecológico (em hectares).....	198
Gráfico 3 – Evolução da produção de arroz agroecológico (em sacas).....	198
Gráfico 4 – Evolução do número de famílias que produzem arroz agroecológico.....	199

Lista de mapas

Mapa 1 – Geografia dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul em diferentes períodos – 1975-1989 – 1990-1999 – 2000-2015.....	95
Mapa 2 – Evolução da área plantada de soja no Rio Grande do Sul – 1990-2000-2010.....	167

Lista de figuras

Figura 1 – Banco de dados das cooperativas, agroindústrias e mercados camponeses do MST no Rio Grande do Sul – 2017.....	16
Figura 2 – Territorialização da produção de soja e cana-de-açúcar no Brasil – 1973-2014.....	41
Figura 3 – As tendências do PQA e PCA.....	122
Figura 4 – Tipologia de territorialidades camponesas.....	158
Figura 5 – Graus de autonomia/subordinação.....	254

Lista de fotografias

Fotografia 1 – Armazém do Campo, município de São Paulo.....	82
Fotografia 2 – Unidade de beneficiamento de sementes agroecológicas da Bionatur.....	180
Fotografia 3 – Sede da Bionatur no assentamento Roça Nova, município de Candiota.....	181
Fotografia 4 – Produção de hortaliças agroecológicas no assentamento Filhos de Sepé, município de Viamão.....	196
Fotografia 5 – Produção de mudas de hortaliças no assentamento Itapuí, município de Nova Santa Rita.....	197
Fotografia 6 – Unidade de secagem de arroz, assentamento Lanceiros Negro, município de Eldorado do Sul.....	201
Fotografia 7 – Agroindústria de vegetais no assentamento Filhos de Sepé, município de Viamão.....	202
Fotografia 8 – Agroindústria de vegetais Terra Livre no assentamento Itapuí, município de Nova Santa Rita.....	203
Fotografia 9 – Reunião do Grupo Gestor do Arroz Ecológico, município de Eldorado do Sul.....	208
Fotografia 10 – Reunião do grupo de irrigação no assentamento Filhos de Sepé, município de Viamão.....	211
Fotografia 11 – Feira ecológica Menino Deus, município de Porto Alegre.....	218
Fotografia 12 – Feira ecológica da UFRGS, município de Porto Alegre.....	219
Fotografia 13 – Arroz COOPAN e Terra Livre na Loja da Reforma Agrária no Mercado Público de Porto Alegre.....	221
Fotografia 14 – Arroz agroecológico produzido na RMAPA, comercializado no Armazém do Campo, município de São Paulo.....	222

Lista de organogramas

Organograma 1 – Estrutura organizativa do MST na RMPA.....	206
Organograma 2 – Estrutura organizativa do Grupo Gestor do Arroz Ecológico.....	209

Lista de imagens

Imagem 1 – Implantação do projeto de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS).....	67
Imagem 2 – Síntese do Sistema Camponês de Produção-Consumo-Reciclagem criado pelo MPA.....	71
Imagem 3 – Site criado pelo MPA para a comercialização de cestas de alimentos agroecológicos.....	76
Imagem 4 – Folder do dia de campo realizado pela EMATER/RS-Ascar.....	175

Lista de siglas

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAGRO – Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia
CLACSO – Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
COCEARGS – Cooperativa Central de Agricultores de Reforma Agrária do Estado do Rio Grande do Sul
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONAQ – Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas
COOPAN – Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados Nova Santa Rita Ltda.
COOPAT – Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Tapes Ltda.
COPAVI – Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória
COOPERAL – Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados Ltda.
COOPTERRA – Cooperativa de Produção, Comercialização e Beneficiamento dos Assentados
COOPEROESTE – Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste de Santa Catarina
COOTAP – Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre
CPA – Cooperativa de Produção Agrícola
CPT – Comissão Pastoral da Terra
EMATER – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENGA – Encontro Nacional de Geografia Agrária
ENANPEGE – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia
FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPA – Frente Parlamentar Agropecuária
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IRGA – Instituto Riograndense do Arroz
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MPP – Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCS – Organização de Controle Social
OGM – Organismos Geneticamente Modificados
OMC – Organização Mundial do Comércio
OPAC – Organização Participativa de Avaliação da Conformidade
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PCA – Paradigma do Capitalismo Agrário
PJR – Pastoral da Juventude Rural
PNAE – Programa Nacional da Alimentação Escolar

PQA – Paradigma da Questão Agrária

PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

RMPA – Região Metropolitana de Porto Alegre

SINGA – Simpósio Nacional e Internacional de Geografia Agrária

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNESP – Universidade Estadual Paulista

USP – Universidade de São Paulo

Sumário

Introdução.....	1
Problemática.....	5
Tese.....	6
Objetivos.....	7
Estrutura da tese.....	11
Procedimentos metodológicos.....	13
Capítulo 1 - O sistema alimentar capitalista: poder, apropriação e uso do território.....	21
1.1. Introdução.....	21
1.2. Sobre o Sistema Alimentar Capitalista.....	22
1.3. Sistema Alimentar Capitalista: Poder, Apropriação e Usos dos Territórios.....	30
1.4. O Brasil e o Rio Grande do Sul no Sistema Alimentar Capitalista.....	39
1.5. Os Impactos do Sistema alimentar capitalista na Produção, na Distribuição e no Consumo de Alimentos.....	46
1.6. Síntese.....	50
Capítulo 2 - Resistências territoriais ao sistema alimentar capitalista: construindo alternativas multidimensionais e pluriescalares na produção de alimentos no Brasil e Rio Grande do Sul.....	52
2.1. Introdução.....	52
2.2. A Soberania Alimentar Enquanto Alternativa Global/Local.....	53
2.3. Construindo Alternativas no Brasil: Os Casos dos Movimentos Camponeses Vinculados à Via Campesina.....	64
2.4. Construindo Alternativas no Rio Grande do Sul: O Caso do MST.....	84
2.4.1. Questão Agrária, Luta pela Terra e Reforma Agrária.....	84
2.4.2. Produção, Cooperativismo e Educação nos Assentamentos Rurais.....	96
2.4.3. Agroecologia, Agroindústria e Mercados Populares Camponeses.....	111
2.5. Síntese.....	115
Capítulo 3 - Território e territorialidades camponesas: uma leitura geográfica da subordinação, autonomia e emancipação na produção de alimentos.....	117
3.1. Introdução.....	117
3.2. O Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA).....	118
3.3. O Paradigma da Questão Agrária (PQA) em Questão: Do fim do Campesinato ao Modo Camponês de Fazer Agricultura.....	123
3.4. Renda da Terra e Subordinação do Campesinato.....	138
3.5. Recampesinização, Autonomia e Emancipação.....	145
3.6. (Multi)(Pluri)Territorialidades Subordinadas, Autônomas e Emancipatórias: Tipologia de Análise dos Territórios Camponeses.....	152
3.7. Síntese.....	160
Capítulo 4 - O uso camponês do território: as contradições da subordinação, autonomia e emancipação na produção de alimentos.....	163
4.1. Introdução.....	163
4.2. A territorialização da produção de soja (transgênica) no Rio Grande do Sul.....	164
4.3. Soja Transgênica e Sementes Agroecológicas: Territórios e Territorialidades em Disputa.....	178

4.4. A Territorialização da Produção de Hortaliças e Arroz Agroecológicos nos Assentamentos Rurais da Região Metropolitana de Porto Alegre	182
4.4.1. Cooperativas, Grupos Gestores e Grupos de Famílias: Organização e Gestão em Rede dos Territórios Camponeses.....	205
4.4.2. Redes e Espaços de Comercialização de Alimentos Agroecológicos: Os Mercados Populares Camponeses	213
4.5. As (Pluri)(Multi)Territorialidades Camponesas nos Assentamentos Rurais Gaúchos....	224
4.6. Síntese.....	229
Capítulo 5 - Territorialidades autônomas e sistema alimentar camponês: outro modelo de desenvolvimento da agricultura a partir do Rio Grande do Sul	231
5.1. Introdução.....	231
5.2. O Contexto Agrário e as Territorialidades Camponesas	232
5.3. A Ação e Organização Espacial e Territorial do Camponesinato	235
5.4. Disputando o Estado: A Construção de Políticas Públicas de Caráter Emancipatório ...	239
5.5. Os Graus e as Escalas das Territorialidades Camponesas.....	249
5.6. Das Territorialidades Autônomas aos Sistemas Agroalimentares Emancipatórios: Outro Modelo de Desenvolvimento da Agricultura a partir do Rio Grande do Sul	257
5.7. Síntese.....	259
Considerações finais	260
Anexos.....	267
Referências	278

Introdução

Na contemporaneidade, pode-se afirmar que existem dois modelos de produção de alimentos e, conseqüentemente, de apropriação dos ecossistemas: o capitalista e o camponês. Enquanto o camponês surgiu há 10 mil anos a partir do aprendizado humano sobre o cultivo de plantas, a domesticação de animais e o domínio de alguns metais, o capitalista surgiu há cerca de 200 anos, como resultado da revolução industrial e científica em alguns países do norte global (MAZOYER e ROUDART, 2010; TOLEDO e BARBERA-BASSOLS, 2015). Contudo, a consolidação do modo capitalista de produção na agricultura ocorreu somente nas décadas de 1950 e 1960 com a Revolução Verde. Essa, por sua vez, introduziu na agricultura a utilização de agroquímicos, o melhoramento genético e o desenvolvimento de equipamentos movidos a combustíveis fósseis. Esse modelo de produção de alimentos foi imposto aos agricultores, desconectando os sistemas alimentares da natureza e das culturas locais e regionais, desencadeando problemas sociais e ecológicos¹, como a exclusão e a expropriação dos camponeses, a pobreza no campo, a insegurança alimentar e as mudanças climáticas. Isso porque o modelo capitalista se baseia no monocultivo em grande escala, na baixa biodiversidade e autossuficiência das unidades de produção, além de depender do uso de agrotóxicos e, mais recentemente, de organismos geneticamente modificados (OGM). Diferente desse, o modelo camponês se baseia no policultivo em pequena escala, com altos níveis de biodiversidade, autossuficiência e produtividade ecológica, além da utilização de energia solar e biológica.

O modelo capitalista determinou a desconexão entre a produção e o consumo de alimentos no decorrer dos séculos. À medida que o capital se expande na agricultura, a produção de alimentos é cada vez mais afastada dos ecossistemas locais, atribuindo elementos artificiais à natureza. Nesse caso, a industrialização nada mais é do que a expressão do controle exercido por empresas transnacionais na produção, no abastecimento e no consumo de alimentos. É o capital, portanto, que determina o que deve ser produzido, como deve ser produzido, os locais de vendas e os preços em escala global. Tem-se, nestas últimas décadas, a constituição de um sistema alimentar capitalista personificado por grupos do agronegócio, redes de varejo, práticas de infraestrutura e engenharia, mecanismos de estado, instituições multilaterais, leis e conhecimentos científicos (PLOEG, 2008). É o que o autor citado conceitua como impérios alimentares, um modo de ordenamento que opera através de

¹ Op. Cit.

desconexões no tempo e espaço e tende a se tornar cada vez mais hegemônico. Aqueles que defendem esse sistema diante de uma agenda de globalização e liberalização, afirmam que não existe outra alternativa, inclusive para os camponeses². Contudo, esses sujeitos, os mais afetados pelo sistema hegemônico, assim como os trabalhadores do campo e da cidade, têm mostrado que esse não é o caminho para a agricultura, a natureza e a saúde³.

Dois agentes se destacam na constituição do sistema alimentar capitalista, as empresas transnacionais e as redes de varejo. Elas controlam a produção, a industrialização e a comercialização de alimentos e *commodities* agrícolas, assim como os instrumentos necessários para isso – sementes, insumos, tecnologias, indústrias, crédito, mercados, leis e políticas. Desse modo, elas controlam os objetos e as relações que conectam o sistema, definindo não só as suas atividades, mas também a de outros sujeitos sociais, como os camponeses, e, ao mesmo tempo, expandem seu controle no espaço. Controlam os fluxos (SANTOS, 1996). Os territórios são usados com um único objetivo, a reprodução ampliada de capital. Em números, 55% do mercado global de sementes é controlado pela Monsanto⁴, DuPont e Syngenta e 51% do mercado de pesticidas é dominado pela Syngenta, BASF e Bayer. Caso as fusões entre grandes empresas continuem ocorrendo, somente três empresas vão controlar 60% do mercado de sementes e 71% do mercado de agrotóxicos, segundo relatório do ETC (2017). Ademais, 75% do comércio global de cereais são controlados por cinco multinacionais agroalimentares (DESMARAIS, 2013). Por fim, entre 60% e 70% dos alimentos são comercializados em grandes redes de varejo, como Wal-mart e Carrefour (DELOITTE, 2011). No caso específico do Brasil, destaca-se o Grupo Pão de Açúcar.

O sistema alimentar capitalista reforça o modelo industrial na agricultura e alimentação, fazendo com que os agricultores dependam cada vez mais de alguns fornecedores e compradores, levando-os a rendimentos cada vez menores, além de diminuir a capacidade de escolha da população sobre o que consumir. Assim como os pobres do campo, aqueles que mais sofrem as consequências desse sistema são os pobres da cidade, que gastam

² Op. Cit.

³ Recentemente, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) reconheceu que é cada vez mais necessário transformar a forma como os alimentos são produzidos e consumidos no mundo, pois a estratégia da agricultura capitalista de aumentar o cultivo de alimentos a partir da utilização massiva de maquinários, insumos químicos e sementes geneticamente modificadas não é capaz de erradicar a fome (EXAME, 2018).

⁴ Recentemente, a Monsanto foi adquirida pela Bayer por US\$ 63 bilhões, dando origem a maior empresa de pesticidas e sementes do mundo.

a maior parte dos seus orçamentos com alimentação, e ainda assim mantém uma dieta pobre em nutrientes.

Do ponto de vista geográfico, ainda que não ocorra a territorialização de empresas transnacionais na produção agropecuária, elas monopolizam o território e, dessa forma, auferem renda da terra na circulação das mercadorias. Também definem através do seu “pacote tecnológico” como os alimentos devem ser cultivados, determinando as técnicas e os tempos da produção camponesa, ou seja, os usos do território, as territorialidades. Esse movimento no espaço-tempo produz territorialidades em disputa, de um lado a capitalista, do outro lado a camponesa. Nesse sentido, embora os camponeses se relacionem com o sistema alimentar capitalista, é uma relação de subordinação que mantém a maior parte dos camponeses na pobreza, levando-os ao endividamento e, em alguns casos, à perda de suas terras e, conseqüentemente, à migração. Mesmo em uma condição de subordinação e marginalização, os camponeses alimentam mais da metade da população mundial, incluindo eles mesmos, com menos de 25% dos recursos existentes (terra, água, crédito, entre outros) (ETC, 2017). Isso demonstra a resistência do trabalho camponês em contextos cada vez mais difíceis à sua reprodução.

Como a subordinação e a marginalização não são processos lineares, os camponeses resistem e lutam constantemente por maior autonomia. Essa é uma das características do modo camponês de fazer agricultura, conforme Ploeg (2008). Ou seja, é a partir de relações desiguais no espaço-tempo que os camponeses constroem estratégias de reprodução na terra, lutando pelo controle dos usos dos seus territórios. Além do acesso ao território que, por si só é fundamental para a (re)criação do campesinato, o controle dos usos desses territórios, ou seja, o controle das territorialidades é cada vez mais necessário ao campesinato do século XXI. Alguns teóricos do final do século XX afirmavam que a saída para o campesinato era a sua transformação em agricultor familiar, mas o que se vê é que a saída à existência do campesinato no século XXI é justamente a sua autonomia, e não a integração ao sistema alimentar capitalista.

Obviamente, as resistências e lutas por maior autonomia não são recentes na história do campesinato. Nesses últimos anos, essas lutas são cada vez mais direcionadas contra o avanço da agricultura capitalista. São lutas que fazem parte do cotidiano dos camponeses integrados às cadeias de *commodities*, dos camponeses excluídos dessas cadeias, aqueles com pouca terra ou recursos financeiros, chamados de ineficientes pelo capital, e daqueles que nunca fizeram parte dessas cadeias. No caso dos camponeses integrados, normalmente, as

lutas giram em torno da diminuição dos custos de produção e melhores preços das matérias-primas no mercado. Por sua vez, no caso dos camponeses excluídos ou que nunca fizeram parte dessas cadeias, as lutas são direcionadas para a construção de alternativas que possibilitem a reprodução da família na terra. Essas alternativas são construídas à margem do sistema alimentar capitalista através dos saberes, das práticas e da organização do campesinato. São alternativas multidimensionais e pluriescalares. A questão é, quando essas alternativas podem ser caracterizadas como sistemas alimentares camponeses? Sistemas esses de base local, agroecológico, associativista/cooperativista, fundamentados em outra relação sociedade e natureza, agricultor e consumidor, campo e cidade.

Autores como Wiskerke e Ploeg (2004) e Schneider *et al* (2014) interpretam essas iniciativas como sementes e brotos de outro modo de se fazer agricultura, caracterizando-as como novas formas de organização produtiva e sociotécnica que, por enquanto, podem ser denominadas de “novo desenvolvimento rural”.

Nesta pesquisa, essas experiências são interpretadas como resistências territoriais ao sistema alimentar capitalista. Ou seja, resistências centradas nos usos dos territórios, na soberania territorial, buscando diminuir o controle dos mercados globais sobre o modo de viver e de fazer agricultura camponês. As resistências territoriais inauguram um novo ciclo de lutas camponesas, para além da luta pela terra, mas que também a contém. São lutas que visam não só o acesso a terra, a reforma agrária, mas também o controle dos usos dos territórios como condição cada vez mais necessária para a reprodução do campesinato em contextos difíceis à sua existência. Isso ocorre através do aprofundamento de práticas socioterritoriais autônomas e emancipatórias. E, o mais importante, não se restringe ao caso dos camponeses excluídos, mas também dos camponeses integrados ou subordinados. São práticas que visam superar a subordinação, a marginalização econômica e a exclusão social do campesinato. É necessário avançar, portanto, na compreensão de como o território e o seu uso possibilita a autonomia e emancipação do campesinato em relação ao sistema alimentar capitalista. E como, ao mesmo tempo em que o território é um instrumento de resistência, autonomia e emancipação, o seu uso pode levar o camponês a uma condição de subordinação. E, ainda, como podemos ter diferentes condições em um mesmo território que contém diferentes usos ou (multi)(pluri)territorialidades.

Além disso, é importante entender como os diferentes contextos históricos e geográficos podem condicionar o acesso e os usos do território. Apreender o modo camponês de viver, saber e fazer agricultura é entender os usos que esses sujeitos fazem do território. É

compreender, portanto, qual o papel do território na subordinação, na autonomia e emancipação do campesinato.

De antemão, faz-se necessário abordar, ainda que de modo geral, visto que no capítulo 3 o tema em questão será densamente desenvolvido, o que se compreende por autonomia. Nos recentes estudos sobre os movimentos indígenas na América Latina, a autonomia é compreendida como autodeterminação e/ou autogoverno, ou seja, como a reconstituição de territórios originários e a determinação de autogovernos nesses territórios (TAPIA e FLORES, 2016). É uma autonomia territorial desvinculada do poder estatal. Por sua vez, nos estudos recentes sobre o campesinato europeu e latino-americano, aborda-se a autonomia como a desvinculação parcial ou total das forças do capital e do mercado (PLOEG, 2008) ou, ainda, como poder relativo dentro das cadeias de mercadorias (SIMULA, 2015). De acordo com essa autora, os camponeses de Sardenha, na Itália, por não conseguirem se desvincular de uma cadeia de mercadoria, lutam por maior autonomia negociando melhores termos de inserção. Com isso, pode-se concluir que as lutas por autonomia são complexas e não se restringem à desvinculação das amarras do capital. Como nos adverte Kay (2009), a autonomia frente ao Estado e/ou ao capital não deve ser entendida como sinônimo de autarquia ou isolamento, mas sim como uma questão relativa e variável de acordo com a conjuntura política e as experiências de cada movimento social.

Dessa forma, a relação dos camponeses com o Estado e a sua organização em movimentos camponeses é fundamental para a construção da autonomia. Em outras palavras, a autonomia é assumida de diferentes formas, no discurso e na prática, variando conforme o contexto social, político e econômico (GONZÁLEZ, 2010).

Nesta pesquisa, a autonomia é apreendida sob o ponto de vista territorial, ou seja, como conjunto de ações centradas no uso do território que buscam diminuir a subordinação do campesinato em relação ao capital industrial, comercial e financeiro. Essas ações ocorrem tanto no bojo do sistema alimentar capitalista como à sua margem, na possibilidade de constituição de sistemas alimentares camponeses. São territórios e territorialidades autônomas, territorialidades subordinadas ou (multi)(pluri)territorialidades, que se encontram e/ou se destroem por meio de relações de poder.

Problemática

Esta tese é orientada pela seguinte questão-chave: Diante de um sistema alimentar com poder para determinar o que e como produzir, as linhas de créditos, os locais de

comercialização e os preços finais dos alimentos, materializando-se nacional, regional e localmente a partir de diferentes estratégias, que em alguns casos marginaliza o campesinato do processo produtivo e, em outros casos, integra-o (leia-se subordina-o), quais lutas e resistências estão em processo de construção por esses sujeitos sociais? Com o intuito de explorar e aprofundar a questão central, fracionou-se a problemática da pesquisa em outras cinco perguntas-chave que serão respondidas ao longo dos capítulos: 1) Como o sistema alimentar capitalista determina, através do poder, apropriação e usos dos territórios, a produção de alimentos e *commodities* agrícolas em diferentes escalas? Quais são as consequências ao campesinato e os impactos socioterritoriais?; 2) Quais são as lutas e resistências construídas pelos camponeses organizados em movimentos socioterritoriais? Quais são as escalas, as dimensões e as características dessas ações?; 3) Como as concepções teórico-metodológicas sobre o campesinato contribuem com a compreensão, por um lado, da subordinação, e por outro lado, da autonomia e emancipação? Como esses processos podem ser compreendidos através de uma abordagem territorial?; 4) Construindo uma compreensão a partir do território, quais são os usos camponeses dos territórios, ou seja, quais são as territorialidades construídas por esses sujeitos sociais na produção de alimentos? São territorialidades subordinadas, territorialidades autônomas e/ou (multi)(pluri) territorialidades?; 5) Nos casos das territorialidades em que os camponeses possuem um elevado grau de autonomia, tem-se a construção de um sistema alimentar camponês, uma alternativa ao sistema alimentar capitalista? Quais são os objetos necessários e as ações/relações desenvolvidas?

Tese

Levando em consideração os questionamentos que conduziram o desenvolvimento da pesquisa, a tese defendida é a seguinte: Diante da subordinação e marginalização desencadeadas pelo sistema alimentar capitalista, os camponeses estão construindo resistências territoriais baseadas em outros usos dos territórios. Isso ocorre através do aprofundamento de práticas socioterritoriais autônomas e emancipatórias. Nos casos em que os camponeses constroem territorialidades autônomas, determinando através das cooperativas, dos grupos gestores e grupos de famílias a produção, a distribuição e consumo de alimentos, aliando-se aos consumidores, configura-se o sistema alimentar camponês.

Objetivos

Este trabalho teve como objetivo estudar experiências de produção, industrialização e comercialização de alimentos convencional e agroecológicos desenvolvidas pelo MST no estado do Rio Grande do Sul, assim como as contradições que envolvem esses processos. Para compreender essas experiências analisaram-se os contextos políticos, econômicos, sociais e ambientais que permitiram o seu desenvolvimento, o papel do MST enquanto movimento socioterritorial de luta pela terra e reforma agrária e, por fim, a atuação do Estado através das suas instituições e políticas públicas. Com isso, procurou-se contribuir com as discussões a respeito da subordinação, autonomia e emancipação do campesinato diante do sistema alimentar capitalista. Ou seja, quais são as características territoriais desses processos e o que diferencia cada um deles. Em que contextos e sob quais condições ocorre a subordinação do campesinato ao sistema alimentar capitalista e, por outro lado, em que contextos e sob quais condições os camponeses não só resistem, mas constroem estratégias que proporcionam maior autonomia. E se diante das respostas em elaboração, os camponeses estão construindo sistemas alimentares camponeses, baseados na reforma agrária, na agroecologia e na soberania alimentar.

No que se refere à experiência convencional, estudou-se o caso da soja nos assentamentos rurais da região Centro-Sul do estado. O Rio Grande do Sul é o terceiro maior produtor de soja do país, depois do Mato Grosso e Paraná. Esses três estados, seguidos do estado de Goiás, produzem, aproximadamente, 70% da soja brasileira. O *boom* de *commodities* como a soja se deve, principalmente, ao seu elevado preço no mercado internacional, seguido da demanda chinesa impulsionada pelas mudanças nos hábitos alimentares da população, que passou a consumir maior quantidade de proteína animal, sobretudo suína (ESCHER et al, 2017). A territorialização da soja nos assentamentos rurais ocorre por intermédio de parcerias entre os próprios camponeses e entre os camponeses e capitalistas-latifundiários, que, em alguns casos, aproveitam-se das dificuldades financeiras enfrentadas pelos assentados para ratificar as parcerias. Ainda que o MST e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) se posicionem contra o cultivo de soja nos assentamentos rurais, essa é uma realidade cada vez mais pulsante e difícil de controlar, sobretudo em virtude do preço do grão nos mercados internacional, o envelhecimento e a diminuição da mão-de-obra familiar nos assentamentos rurais. Nesse caso, os camponeses se reproduzem no bojo de um sistema agroalimentar com poder suficiente para definir preços, tecnologias, mercados e políticas. Logo, os camponeses veem seus territórios e,

consequentemente, suas territorialidades cada vez mais determinadas e controladas pela lógica do mercado global. Contudo, esse processo não ocorre sem resistências e lutas por maior autonomia.

Por sua vez, no que se refere à experiência agroecológica, estudou-se o caso das hortaliças e do arroz na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Enquanto o cultivo de hortaliças agroecológicas é desenvolvido nos assentamentos rurais desde a década de 1980, sendo destinado tanto para o consumo da família como para a comercialização em mercados locais, o cultivo de arroz agroecológico foi introduzido no final dos anos 1990, em virtude da crise econômica no cultivo convencional, que predominava nos assentamentos rurais da região nesse período. No caso das hortaliças, 158 famílias assentadas possuem a certificação da produção via Organização de Controle Social (OCS) ou via Organização Participativa de Avaliação da Conformidade (OPAC). Provavelmente o número de camponeses que produzem hortaliças é muito maior, mas só as famílias informadas possuem o selo agroecológico. Em 2017 foi inaugurada a agroindústria de vegetais “Terra Livre” no assentamento Itapuí, município de Nova Santa Rita. Agora além dos produtos *in natura*, os assentados produzem sucos, geleias, molho de tomate, entre outros. A comercialização desses alimentos ocorre através de programas institucionais, feiras ecológicas que ocorrem em diferentes municípios, bairros, escolas e Universidades, cestas agroecológicas e loja da reforma agrária, localizada no mercado municipal de Porto Alegre. Ainda que os programas institucionais sejam os principais compradores desses alimentos, os outros espaços de comercialização estão se destacando com o passar dos anos.

Por sua vez, o arroz é um dos cereais mais produzidos e consumidos no mundo. No Brasil, faz parte da alimentação diária da população. O Rio Grande do Sul é o maior produtor de arroz do país, respondendo por quase 70% da produção nacional, seguido dos estados do Mato Grosso, Minas Gerais e Santa Catarina. Enquanto na região Sul predomina o sistema de cultivo irrigado, nas outras regiões predomina o sistema de cultivo de terras altas. Disputando territórios com o arroz convencional, o cultivo agroecológico tem se tornado expressivo no estado. Somente na RMPA, na safra 2016/2017, foram produzidos 337 mil sacos de arroz em 3.628 hectares, envolvendo 445 famílias. Incluindo a região da fronteira oeste, foram produzidos em todo o estado 513.916 mil sacos de arroz em uma área de 5.100 hectares, abrangendo 562 famílias assentadas (MARTINS, 2017). De acordo com o Instituto Riograndense do Arroz (IRGA), a produção de arroz agroecológico nos assentamentos rurais do Rio Grande do Sul pode ser considerada a maior experiência desse tipo na América Latina.

Além de abastecer o mercado interno por intermédio de programas institucionais, feiras ecológicas e lojas da reforma agrária em Porto Alegre e São Paulo, cerca de 30% do arroz agroecológico é vendido para a empresa Solstbio, que o exporta para países como Estados Unidos, Alemanha, Espanha, Nova Zelândia, Noruega, Chile e México⁵.

A produção, industrialização e comercialização das hortaliças e do arroz agroecológicos ocorrem a partir de uma complexa rede de cooperativas administradas pelo MST. De acordo com Martins (2017), tem-se um conglomerado cooperativo de cunho ecológico e democrático. Embora as cooperativas envolvidas tenham surgido em outro contexto, atualmente elas são fundamentais na organização e gestão territorial da produção e comercialização de alimentos agroecológicos.

Faz-se necessário enfatizar que tanto a subordinação como a luta por maior autonomia e emancipação não ocorrem de maneira linear. Pelo contrário, os camponeses que se encontram em condição de subalternidade lutam por certo grau de autonomia produzindo alimentos para autoconsumo, organizando-se em associações e cooperativas e/ou negociando melhores condições de integração nas cadeias de *commodities*, por exemplo. Logo, a subalternidade contém a resistência, assim como a autonomia, que é sempre relativa no modo de produção capitalista, é permeada de conflitos, privilegiando alguns grupos de camponeses em detrimento de outros, conforme será discutido ao longo deste trabalho. Por isso, não é possível abordar essas questões de uma forma maniqueísta, como se a subalternidade fosse algo totalmente ruim e a autonomia fosse algo totalmente bom, possibilitando, automaticamente, a emancipação do campesinato. Ambos os processos permitem a re-existência do campesinato e ocorrem a partir de contextos e condições específicas. Ou seja, em alguns momentos o campesinato se integra ao sistema alimentar capitalista, enquanto em outros momentos luta por maior autonomia na produção, industrialização e comercialização de alimentos. Compreender esses processos no espaço-tempo e entender como o território tem papel fundamental nesses processos, como ele, por um lado, permite a subordinação, mas, por outro lado, é essencial para a autonomia, emancipação e a constituição de sistemas agroalimentares sustentáveis, são as contribuições dessa pesquisa para a geografia agrária.

A escolha das três experiências apresentadas como objeto de estudo não aconteceu por acaso. No Rio Grande do Sul é possível apreender empiricamente alguns dos processos que permitem a reprodução do campesinato e os seus nuances, a subalternidade ao sistema alimentar capitalista, as lutas por autonomia e a construção de sistemas agroalimentares

⁵ Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-39775504>>. Acesso em 10 de maio de 2017.

sustentáveis. O caso da soja é bastante emblemático porque os camponeses se encontram altamente dependentes do pacote tecnológico destinado à produção de *commodities*, o que implica em altos custos de produção. São camponeses totalmente integrados ou subordinados ao capital. Já no caso das hortas os camponeses possuem alto grau de autonomia, adquirindo nos últimos anos total controle sobre a produção, a industrialização e a comercialização de alimentos (o que envolve a certificação). Até mesmo as mudas são cultivadas pelos assentados que se organizam em grupos e redes que se auto ajudam. Por último, mas não menos importante, o arroz é a principal experiência agroecológica de cunho cooperativista do MST. No entanto que, assentados de diferentes regiões do Brasil estão se inspirando nessa experiência, alguns inclusive vivem durante um determinado período de tempo no Rio Grande do Sul para aprender um pouco mais sobre o cultivo agroecológico e a organização cooperativa.

Dois outros motivos foram importantes na escolha do estudo desse tema. O primeiro se deve à construção da Rede DATALUTA e o contato entre os pesquisadores do NERA e do Núcleo de Estudos Agrários (NEAG). Esse grupo de pesquisa, coordenado pela professora Rosa Maria Vieira Medeiros, possui várias pesquisas e publicações sobre a realidade dos assentamentos rurais gaúchos, com destaque para a experiência do arroz. O segundo motivo foi a criação do Programa Pós-Graduação da América Latina e Caribe, voltado para a formação acadêmica de camponeses assentados. Foi através desse programa que o orientador dessa pesquisa teve contato com a realidade dos assentados do estado, interessando-se pela compreensão dessas experiências, sobretudo a do arroz.

Ambos os casos, sobretudo o do arroz, já foram estudados por autores de diferentes áreas das Ciências Humanas. Destacam-se os trabalhos de Cadore (2010), Melchior e Medeiros (2012, 2014), Castelo Branco Filho e Medeiros (2012, 2013, 2014), Kozenieski e Medeiros (2013), Moreira (2013), Medeiros, Castelo Branco Filho, Campos, Robl e Fagundes (2014), Melchior, Medeiros e Robl (2014), Campos e Medeiros (2014), Lindner e Medeiros (2014, 2015, 2017), Medeiros, Lindner e Castelo Branco Filho (2015), Medeiros, Lindner e Munoz (2015), Medeiros, Castelo Branco Filho, Campos, Lindner e Melchior (2015), Guasselli, Medeiros e Campos (2015), Oliveira (2015), Feldens e Lindner (2016), Lindner et al (2017), Martins (2016, 2017), Cargnin (2017). Diferente desses trabalhos, ou complementando e aprofundando aquilo que já foi escrito, a tese em questão propõe uma análise integrada da produção, industrialização e comercialização de alimentos convencional e agroecológico, delimitando as semelhanças e diferenças entre o campesinato subordinado e o

campesinato autônomo, questões que, comumente, são analisadas separadamente. Nesse sentido, como diferentes contextos, objetos, instrumentos e ações/relações se traduzem em maior ou menor grau de subordinação e autonomia. E como ambos os processos produzem diferentes territórios e são por esses produzidos, numa relação dialética.

Estrutura da tese

A tese está dividida em quatro capítulos, além desta apresentação. No capítulo 1, abordou-se a concepção teórico-metodológica de sistema alimentar capitalista e o poder, apropriação e uso do território. Além das consequências à natureza, aos camponeses e aos trabalhadores. No capítulo 2, analisou-se que ao tentar controlar o território, o sistema alimentar capitalista produz, por um lado, marginalização, dependência e subordinação e, por outro lado, resistências e lutas por autonomia. Essas lutas ocorrem na escala da unidade de produção camponesa, do assentamento rural, de um conjunto de assentamentos rurais, de espaços de comercialização de alimentos e em diferentes dimensões do território - social, econômica, política e ecológica. No âmbito dos movimentos camponeses vinculados à Via Campesina, as resistências e autônias se dão no bojo das lutas por soberania alimentar. Sendo assim, faz-se necessário compreender como essas lutas se materializam no território e são a partir dele construídas, envolvendo ações em torno da agroecologia, do cooperativismo, da agroindustrialização, dos mercados camponeses, entre outros. Abordou-se também a formação do espaço rural sul-rio-grandense e a formação, espacialização e territorialização do MST. No caso da territorialização, analisou-se desde as primeiras discussões sobre cooperação agrícola até a ascensão da agroecologia. No capítulo 3, discutiram-se as compreensões teórico-metodológicas a respeito do campesinato no modo de produção capitalista, aprofundando as leituras do Paradigma da Questão Agrária (PQA), sobretudo da tendência que campesinista, que compreende o campesinato ora como um modo de produção, ora como uma classe social, ora como uma relação com a natureza, ou ambos, que resiste em contextos cada vez mais hostis, produzindo a maior parte dos alimentos disponível no mundo. São abordados os debates sobre a subordinação e autonomia do campesinato, em especial os estudos mais recentes sobre esses temas na América Latina e Europa. O objetivo deste capítulo não é simplesmente transpor as análises de outros países para a realidade brasileira e, conseqüentemente, sul-rio-grandense sem levar em consideração as especificidades do campesinato formado no bojo da luta pela terra e reforma agrária, mas sim construir uma compreensão crítica sobre esses processos. A fim de construir uma análise geográfica sobre os

processos analisados, dialogou-se com a categoria e os conceitos de território, territorialidade e temporalidade.

No capítulo 4, analisaram-se as territorialidades subordinadas do campesinato no caso da produção de soja e as disputas entre os cultivos convencional e agroecológicos nos assentamentos rurais. A região Centro-Sul do estado concentra um número expressivo de assentamentos rurais e famílias assentadas, sobretudo na região da campanha gaúcha. É nessa mesma porção do território sul-rio-grandense que o cultivo de soja tem se expandido nos últimos anos, produzindo disputas territoriais entre camponeses e latifundiário-capitalistas. Analisaram-se também as territorialidades autônomas do campesinato na produção de hortas e arroz e como essas experiências possibilitam a construção de sistemas agroalimentares alternativos. Para isso, abordou-se o contexto social, político, econômico e ecológico em que essas experiências surgiram, como ocorre a sua territorialização nos assentamentos rurais, como se dá a organização e gestão territorial dessas experiências. No capítulo 5, procurou-se compreender se as territorialidades autônomas possibilitam a construção de sistemas alimentares camponeses, baseados em outras ações/relações com a natureza, o alimento e os consumidores.

Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos consistiram em: revisão bibliográfica, pesquisa documental, levantamento e sistematização de dados quantitativos e, por fim, produção de informações qualitativas. No que se refere à **revisão bibliográfica**, consultaram-se livros, teses, dissertações e artigos científicos com o objetivo de construir do ponto de vista teórico-metodológico o objeto de estudo proposto. Para isto, utilizou-se a Biblioteca Digital da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Estadual Paulista (UNESP), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO); o Portal Científico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); os anais do Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), do Simpósio Internacional e Nacional Geografia Agrária (SINGA) e Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE); os artigos do *Journal of Peasants Studies*, *Journal of Agrarian Change* e *Journal of Rural Studies*.

Os temas principais da revisão bibliográfica foram: a) sistema alimentar capitalista e sistemas agroalimentares sustentáveis; b) questão agrária e conflitualidade; c) condição camponesa e modo camponês de fazer agricultura; d) territorialização e territorialidade do modo de produção capitalista e do modo de produção camponês; e) políticas públicas; e f) desenvolvimento territorial. Por sua vez e não menos importante, os temas secundários foram: a) resistência, autonomia e emancipação camponesa; b) sistemas produtivos agroecológicos; c) sistemas produtivos convencionais; d) tecnologias e inovações camponesas; e) cooperativismo camponês; f) agroindústria em assentamentos rurais; g) redes e espaços camponeses de comercialização de alimentos; h) soberania alimentar; i) MST; j) Via Campesina; l) Reforma Agrária Popular; e m) Programa Camponês da Via Campesina. No decorrer da revisão bibliográfica, procurou-se articular os temas principais e os temas secundários na análise das experiências de produção, industrialização e comercialização de alimentos agroecológicos e convencionais.

Na **pesquisa documental**, analisaram-se os documentos produzidos pelo MST e Via Campesina com o objetivo de analisar as propostas políticas, econômicas, sociais e ambientais desses movimentos e como estas diretrizes contribuem (ou não) com a organização de experiências de produção, industrialização e comercialização de alimentos agroecológicos e se contrapõem ao cultivo de alimentos convencionais, sobretudo aqueles em que sementes

transgênicas e agrotóxicos são utilizados sem precedentes. Os documentos estudados foram: a) os Cadernos de Formação do MST; b) os Cadernos de Cooperação Agrícola do MST; c) os Cadernos do ITERRA; d) os documentos dos congressos nacionais do MST; e) os documentos dos congressos internacionais da Via Campesina; f) os boletins Nyéléni da Via Campesina; g) as notícias *online* do MST e da Via Campesina. Os documentos do MST estão disponíveis na Biblioteca Digital da Questão Agrária Brasileira (<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/>), já as notícias na página do Movimento (<http://www.mst.org.br/>). Os documentos e notícias da Via Campesina estão disponíveis em sua página (<https://viacampesina.org/es/>). No total, analisaram-se cerca de cem documentos produzidos pelo MST e Via Campesina.

Analisaram-se leis e documentos elaborados pelo Estado sobre as políticas públicas envolvidas na construção das experiências agroecológicas e convencionais, sobretudo em áreas de reforma agrária, com o intuito de avaliar os objetivos e os resultados destas políticas, ressaltando aquelas que possibilitam a construção da autonomia/emancipação do campesinato, diferente das políticas que apenas reproduzem a subordinação. Para isso, consultamos os documentos elaborados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sobre o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), o Programa Terra Forte e o Programa Terra Sol. Os documentos elaborados pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Os documentos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Por fim, os documentos elaborados pela Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Rio Grande do Sul, sobre o FUNTERRA e o Programa Camponês.

Além disso, a consulta a notícias de jornais, páginas na internet e redes sociais foram fundamentais para a pesquisa, sobretudo para acompanhar as ações das experiências objetos de estudo dessa pesquisa. No quadro a seguir é possível visualizar o material consultado:

Quadro 1 – Páginas da internet, redes sociais e jornais *online* consultados

Páginas da internet	MST (http://www.mst.org.br/) MPA (http://mpabrasil.org.br/) MAB (http://www.mabnacional.org.br/)
Redes sociais	MST (https://www.facebook.com/MovimentoSemTerra/) MPA (https://www.facebook.com/mpacampesinato/) MAB (https://www.facebook.com/MAB.Brasil/) COOTAP/COOPTEC Nova Santa Rita (https://www.facebook.com/CootapCoptec-Nova-Santa-Rita-1980795885467635/) COOPAT (https://www.facebook.com/coopatrs/) COOPERBIO (https://www.facebook.com/CooperBio-771203202993392/) CSA Porto Alegre (https://www.facebook.com/csaportoalegre/) GIA - Grupo de Consumo Responsável (https://www.facebook.com/GIA-Grupo-de-Consumo-Respons%C3%A1vel-355912614572693/) Loja da Reforma Agrária (https://www.facebook.com/lojadareformaagraria/) COOPERBIO (https://www.facebook.com/CooperBio-771203202993392/) Bionatur Sementes Agroecológicas (https://www.facebook.com/Bionatur-Sementes-Agroecol%C3%B3gicas-273950936086523/) Orgânicos Pão da Terra (https://www.facebook.com/Cooperativapaodaterra/) Certificação Participativa COCEARGS (https://www.facebook.com/Certifica%C3%A7%C3%A3o-Participativa-Coceargs-1705624996317335/) APECOL (https://www.facebook.com/Apecol-604122293125101/) Armazém do Campo (https://www.facebook.com/ArmazemDoCampoProdutosDaTerra/) Orgânicos Cibulski (https://www.facebook.com/organicoscibulski/) Feira da Cultura Ecológica (https://www.facebook.com/FeiraDaCulturaEcologicaMeninoDeus/) Feira dos Agricultores Ecologistas (https://www.facebook.com/FAEfeiradosagricultoresecologistas/) Quitanda - Feira Agroecológica do IPA (https://www.facebook.com/quitanda/) Horta Orgânica Eldorado do Sul (https://www.facebook.com/organicoseldorado/) Terra Crioula (https://www.facebook.com/TerraCrioulaMST/) EMATER-RS/Ascar (https://www.facebook.com/EmaterRS/) ELAA – Escola Latino Americana de Agroecologia (https://www.facebook.com/escolalatinamericanadeagroecologia/)
Jornais <i>online</i>	Jornal Sem Terra (http://www.mst.org.br/2014/12/05/jornal-sem-terra-326.html)

Org.: Autora.

O terceiro procedimento metodológico consistiu no **levantamento e sistematização de informações quantitativas**. Nesta etapa, procurou-se apresentar informações quantitativas acerca da questão agrária rio-grandense que contribuam com a compreensão do nosso objeto de estudo, como: ocupações de terra, assentamentos rurais, principais lavouras e

produtividade camponesa, área controlada pela agricultura camponesa, espacialização das políticas públicas acessadas pelos agricultores camponeses, especialmente do PAA, e ações espaciais e territoriais dos movimentos camponeses. Para analisar a estrutura fundiária, as ações espaciais do MST e os assentamentos rurais no Rio Grande do Sul utilizou-se os dados do Banco de Dados da Luta pela Terra (MST). Para analisar a expansão do PAA no estado do Rio Grande do Sul utilizaremos os dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e do PAA DATA. Para analisar a agricultura camponesa e as principais lavouras do Rio Grande do Sul utilizaremos o Censo Agropecuário 2006 e os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), respectivamente. Para ter acesso aos dados específicos sobre as experiências de produção, industrialização e comercialização de alimentos agroecológicos e convencionais foram consultados os dados das cooperativas envolvidas neste processo.

Nesse procedimento foi criado um banco de dados com as cooperativas, agroindústrias e canais de comercialização vinculados aos camponeses assentados. Para a elaboração desse banco de dados utilizou-se notícias veiculadas nos sites, páginas dos movimentos camponeses e informações disponibilizadas pelas cooperativas do MST. Além do Rio Grande do Sul, o banco de dados é constituído por informações de outros estados. A ideia é que seja transformado em um banco de dados em escala nacional.

Figura 1 – Banco de dados das cooperativas, agroindústrias e mercados camponeses do MST no Rio Grande do Sul – 2017

A	B	C	D	E	F	G	H	I
Estado	Município	Evento/Local	Número de Família	Movimento	Data	Ano	Periodicidade	Itens
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Feira da Reforma Agrária	N.I.	MBT	09 e 10/12/2010	2010	N.I.	
Alagoas	Maceió	12ª Feira da Reforma Agrária	N.I.	MBT	07,08,09,10 e 11/09/2011	2011	N.I.	
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	II Feira de Todas as Lutas	N.I.	MST*	30/03/2011	2011	N.I.	
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	III Feira de Todas as Lutas	N.I.	MST*	15/06/2011	2011	N.I.	
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	2ª Feira Estadual da Reforma Agrária	60	MBT	08 e 09/12/2011	2011	Anual	
Rio Grande do Sul	Santa Maria	Feira de Santa Maria	N.I.	MST*	08 e 10/07/2011	2011	N.I.	
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	forma Agrária da Universidade Federal Rural do Rio de Ja	N.I.	MBT	22 e 23/11/2012	2012	N.I.	
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	3ª Feira Estadual da Reforma Agrária	N.I.	MBT	10 e 11/12/2012	2012	Anual	
Alagoas	Maceió	14ª Feira da Reforma Agrária	N.I.	MBT	11, 12, 13 e 14/09/2013	2013	N.I.	
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1ª Feira Cultural da Reforma Agrária	N.I.	MBT	14/09/2013	2013	N.I.	
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Reforma Agrária na Universidade Federal do Rio de Jane	N.I.	MPA	17,18/09/2013	2013	N.I.	
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	4ª Feira Estadual da Reforma Agrária Cicero Guedes	100	lação de Agroecologia do Rio	09 e 10/12/2013	2013	Anual	
Rio Grande do Sul	Santa Maria	Feira de Santa Maria	N.I.	MST*	14/07/2013	2013	N.I.	
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	5ª Feira Estadual da Reforma Agrária Cicero Guedes	60	lação de Agroecologia do Rio	24,25/07/2014	2014	Anual	
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	6ª Feira Estadual da Reforma Agrária Cicero Guedes	150	lação de Agroecologia do Rio de J	08,09,10/12/2014	2014	Anual	
Rondônia	Colorado do Oeste	Feira Camponesa Agroecológica	15	MPA	2014	2014	N.I.	lo, caldo de cana; sucos e polpas; café
Sergipe	Poço Redondo	1ª Feira Cultural Camponesa	N.I.	MPA	24 e 25/09/2014	2014	N.I.	
Alagoas	Maceió	16ª Feira da Reforma Agrária	300	MBT	02,03,04,05,09/2015	2015	N.I.	
Bahia	Eunápolis	5ª Feira de Agroecologia da Reforma Agrária	N.I.	MBT	Julho de 2015	2015	N.I.	
Bahia	Itabala	2ª Feira da Reforma Agrária	150	MBT	06/06/2015	2015	N.I.	
Bahia	N.I.	Feira da Reforma Agrária	N.I.	MBT	13/05/2015	2015	N.I.	
Distrito Federal	Brasília	1ª Festa de Natal com Produtos da Reforma Agrária	N.I.	MBT	Dezembro de 2015	2015	N.I.	
Para	Marabá	I Feira Estadual da Reforma Agrária	1.000	MBT	15 a 18/12/2015	2015	N.I.	
Paraná	Laranjeiras do Sul	3ª Feira de Economia Solidária e Agroecologia	N.I.	MBT	Mai de 2015	2015	N.I.	
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	7ª Feira Estadual da Reforma Agrária Cicero Guedes	150	MBT	07,08,09,12/2015	2015	N.I.	
Rio Grande do Sul	Estão	17ª Feira da Agricultura Familiar	4 Cooperativas do MST	MST*	29/08 a 06/09/2015	2015	Anual	
São Paulo	São Paulo	1ª Feira Nacional da Reforma Agrária	N.I.	MBT	22 e 25/10/2015	2015	N.I.	
Sergipe	Araçaju	Feira da Reforma Agrária de Sergipe	N.I.	MBT	08,09,10 e 11/09/2015	2015	N.I.	
Alagoas	Maceió	17ª Feira da Reforma Agrária	150	MBT	09/09/2016	2016	N.I.	bora; inhame; batata; macaxeira
Alagoas	Arapiraca	4ª Feira da Reforma Agrária	N.I.	MBT	03/04 e 05/11/2016	2016	N.I.	
Alagoas	São Luis do Quitunde	1ª Feira da Reforma Agrária	N.I.	MBT	Junho de 2016	2016	N.I.	
Bahia	Salvador	2ª Feira Estadual da Reforma Agrária	N.I.	MBT	13/08/2016	2016	N.I.	lia; palmito; hortaliças; frut
Bahia	Medeiros Neto	Feira de Produtos Orgânicos e Agroecológicos	N.I.	incultores e Feirantes de Medei	06 e 07/12/2016	2016	N.I.	

O quarto e último procedimento consistiu na **produção de informações qualitativas**. Para isto, desenvolveram-se duas técnicas de pesquisa social, a observação participante e a entrevista semi-estruturada. Optou-se pela observação participante devido à riqueza de informações produzidas ao longo do seu desenvolvimento na pesquisa empírica. Nesse caso, o pesquisador produz informações qualitativas através da sua participação ativa ou imersão no cotidiano dos sujeitos sociais estudados (MAY, 2004; BECKER, 1999). Com a observação participante procurou-se entender como os sujeitos sociais estudados se organizam do ponto de vista socioterritorial, interagem e constroem diferentes espaços e territórios, assim como territorialidades. Mesmo parecendo simples, a observação participante é uma das metodologias mais difíceis de ser executada e, mais tarde, analisada (MAY, 2004). Ao utilizar-se a observação participante como metodologia de pesquisa, a primeira coisa que se deve levar em consideração é qual a relação que será estabelecida entre o pesquisador e o objeto de estudo e quais informações serão geradas subsequentemente (GERGEN e GERGEN, 1991 apud MAY, 2004). Nesta pesquisa, adotou-se a relação de participante como observador, deixando claro a presença do pesquisador, assim como o intuito da pesquisa aos sujeitos estudados.

De modo geral, a entrevista pode ser caracterizada como um processo de interação social no qual o objetivo do pesquisador é obter informações por parte dos entrevistados e, assim, produzir informações sobre o sujeito ou grupo social pesquisado (COLOGNESE e MELO, 1998). Em outras palavras, “entrevista-se porque acredita-se que o entrevistado detém informações que, transmitidas ao entrevistador, podem ajudar a elucidar questões” (COLOGNESE e MELO, 1998, p. 143). No decorrer desta pesquisa, utilizou-se a entrevista semi-estruturada, em que os questionamentos são elaborados previamente, construindo-se um roteiro. O número de entrevistas realizadas deve seguir os parâmetros de diversificação – entrevistas realizadas com diferentes informantes-chave – e saturação – quando os argumentos presentes nas entrevistas começam a se repetir (CAMARGO e GELIN, 1974 apud MARRE, 1991). Neste caso, foram realizadas 28 entrevistas semi-estruturadas com camponeses assentados, membros de cooperativas e funcionários de instituições públicas, como o INCRA, Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e a EMATER. No quadro abaixo é possível consultar os sujeitos entrevistados, os temas abordados no decorrer das entrevistas e os objetivos de cada uma delas:

Quadro 2 - Informações sobre as entrevistas semi-estruturadas

Sujeitos entrevistados	Temas que serão abordados	Objetivos das entrevistas	Entrevistados
<p>- Membros do MST envolvidos com o setor de produção, sobretudo aqueles que atuam nas cooperativas e agroindústrias.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O histórico, a relação, a organização, os sujeitos e as políticas das experiências de organização da produção, industrialização e comercialização de alimentos agroecológicos e convencionais. - Avanços e desafios dessas experiências; <ul style="list-style-type: none"> - O papel do MST; - O papel do Estado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer as experiências de organização da produção, industrialização e comercialização de alimentos agroecológicos e convencionais; - Compreender o histórico, a relação, a organização, os sujeitos, as políticas públicas e as contradições das experiências de alimentos agroecológicos e convencionais. 	9
<p>- Camponeses que participam das experiências agroecológicas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Relação com a produção, industrialização e comercialização de alimentos agroecológicos; - Os conflitos e as contradições entre os camponeses e entre estes e o MST; <ul style="list-style-type: none"> - Transformações produzidas pelas experiências de alimentos agroecológicos no território; - Relação destas experiências com a subalternidade e autonomia dos camponeses. 	<ul style="list-style-type: none"> - Analisar os impactos das experiências de alimentos agroecológicos e convencionais no território, do ponto de vista multidimensional – econômico, social, político e ambiental – e multiescalar – local, regional e nacional –, e consequentemente no desenvolvimento territorial; - Analisar se essas experiências são de caráter subalterno ou autônomo. 	12

<p>- Membros do INCRA, da Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo e EMATER</p>	<p>- Relação entre Estado e MST nas experiências de alimentos agroecológicos e convencionais; - Importância do Estado nessas experiências.</p>	<p>- Analisar o papel e a importância do Estado nas experiências de alimentos agroecológicos e convencionais, assim como a relação entre Estado e MST e as contradições.</p>	<p>7</p>
--	--	--	----------

Organização: Autora.

As entrevistas semi-estruturadas foram gravadas e aquelas consideradas mais relevantes para o desenvolvimento da pesquisa foram transcritas, analisadas e utilizadas na tese. A identidade dos entrevistados foi preservada, destacando-se apenas a função que ocupa e o mês e ano em que a entrevista foi realizada. Faz-se necessário destacar que assim como os camponeses que produzem hortaliças e arroz agroecológicos foram entrevistados, aqueles que produzem soja também deveriam ter sido. Contudo, isso se tornou impossível, primeiro porque o contato com esses sujeitos foi difícil; e segundo, na época em que o trabalho de campo foi realizado na região Centro-Sul do estado, esses assentados estavam envolvidos na colheita da soja, o que tornou a realização das entrevistas difícil. Outros sujeitos, que não estão diretamente envolvidos na produção de soja, mas que acompanham há anos esse processo foram entrevistados.

CAPÍTULO 1 - O SISTEMA ALIMENTAR CAPITALISTA: PODER, APROPRIAÇÃO E USO DO TERRITÓRIO

1.1. Introdução

Em um contexto de globalização neoliberal, o alimento não pode ser compreendido a partir do isolamento de uma das atividades que fazem parte do seu processo produtivo, seja a agricultura, a transformação, a distribuição ou o consumo. Isso porque existem inter-relações complexas entre essas atividades que configuram o que na contemporaneidade pode ser denominado sistema alimentar. Esse, por sua vez, é resultado de processos históricos e geográficos. À medida que novos agentes, atividades e interconexões surgem, tal sistema se torna mais dinâmico e, conseqüentemente, complexo, resultando, cada vez mais, no distanciamento da agricultura dos ecossistemas locais, na desconexão entre a produção e o consumo de alimentos e na padronização dos hábitos alimentares (GUZMAN, 2012). Em decorrência disso é impossível compreender as unidades de produção camponesas, as comunidades rurais, os assentamentos rurais, e até mesmo o cotidiano alimentar dos consumidores, sem analisar as interconexões que dão sentido ao sistema alimentar como um todo. É, portanto, nessa relação dialética entre global e local que é plausível entender os agentes, as relações e os processos que configuram o sistema alimentar atual. Do ponto de vista geográfico, essas configurações são territoriais, ou melhor, transterritoriais. Por isso é fundamental compreender como os agentes se apropriam e usam os territórios a seu favor.

Os agentes que compõem o sistema alimentar são diversos. Destacam-se os camponeses, os consumidores, os movimentos socioterritoriais, os movimentos de consumidores, as organizações não governamentais, as instituições multilaterais, as instituições financeiras, as empresas transnacionais, as redes varejistas e o Estado. Aqueles que possuem maior poder de decisão, atuando de acordo com os seus interesses, são, sobretudo, as empresas transnacionais e as redes varejistas. Isso porque elas controlam os nós mais importantes do sistema alimentar na produção, na distribuição e no consumo de alimentos. As relações que permitem os usos dos territórios por tais agentes são as mais diversas, variando conforme as escalas da ação. Todos os processos possuem dimensões escalares, sendo quase sempre transescalares (VAINER, 2001). Enquanto os agricultores, especialmente os camponeses, e os consumidores não são mais centrais na organização alimentar, as empresas transnacionais e as redes varejistas se multiplicaram e adquiriram

poder suficiente para determinar os nós de uma complexa trama transterritorial que será abordada ao longo deste capítulo. Compreender o poder, a apropriação e os usos dos territórios se tornou fundamental, atribuindo ao sistema alimentar um caráter geográfico, ao invés de setorial.

O presente capítulo visou responder algumas das questões-chave que compõem a problemática dessa tese, que são: a) Como surgiu e o que é o sistema alimentar capitalista? b) Como o sistema alimentar capitalista determina a produção, a distribuição e o consumo de alimentos? c) Quais as configurações desses processos no Brasil e Rio Grande do Sul, especificamente? d) Quais são os impactos socioterritoriais gerados por esse sistema alimentar? Para responder esses questionamentos, o capítulo foi estruturado em quatro tópicos. No primeiro tópico, abordou-se o processo histórico-geográfico de formação do sistema alimentar capitalista e como ele é compreendido do ponto de vista teórico-metodológico nessa pesquisa. No segundo tópico, analisou-se como através do poder, apropriação e usos dos territórios o sistema alimentar capitalista engloba redes transterritoriais, que dominam não apenas os territórios, mas também as territorialidades. No terceiro tópico, buscou-se compreender as configurações desses processos no Brasil e Rio Grande do Sul. Por fim, no último tópico, discutiram-se os impactos socioterritoriais gerados na produção, na distribuição e no consumo de alimentos. Efeitos esses que são sentidos por toda a população mundial, nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, no campo e na cidade, pelos camponeses e consumidores.

1.2. Sobre o Sistema Alimentar Capitalista

Historicamente, a agricultura surgiu em diferentes porções do planeta a partir da domesticação de plantas e animais durante a revolução neolítica, entre 10 e 12 mil anos atrás. Foram séculos de co-evolução entre homem e natureza que resultaram em variedades de culturas, raças de animais, métodos de produção, técnicas de manejo, instrumentos e conhecimentos (HOLT-GIMÉNEZ, 2017). Foram produzidas entre 1,2 e 1,4 mil espécies de plantas e animais domesticados que resultaram no aumento da biodiversidade em todas as regiões (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2015). A partir desse contexto, surgiram distintos sistemas agrários, conforme abordado por Mazoyer e Roudart (2010). Sistemas pastorais, derrubada-queimada, pós-floresta, hidráulico e savana. Os cultivos agrícolas visavam atender as necessidades das populações que viviam nas proximidades. No entanto que, a expansão da produção de alimentos foi fundamental para a explosão demográfica no

planeta. Ademais, os sistemas agrários em questão obedeciam aos limites biofísicos dos agroecossistemas locais e/ou regionais (GUZMAN, 2012). Esses sistemas foram desenvolvidos por agricultores camponeses. Por isso, pode-se afirmar que o modo de produção camponês é milenar, anterior ao modo de produção capitalista. Contudo, esse último se tornou hegemônico nesses últimos três séculos.

Já no século XVI, com a colonização de diversos países, os sistemas agrários começaram a ser alterados e a servir a uma lógica internacional de produção de alimentos. Com o advento da revolução industrial na Inglaterra e da revolução liberal na França no século XVIII importantes transformações emergiram. Conforme abordado por Guzman (2012), as revoluções burguesas possibilitaram a expansão das relações capitalistas de produção no campo, além da consolidação do mercado enquanto instituição primordial de articulação econômica, política e social. Em decorrência disso, a produção de alimentos passa a ser orientada pelo mercado. Em outras palavras, tem-se o nascimento de um modo de produção capitalista no campo. A agricultura passa a fornecer matéria-prima às indústrias em ascensão. A partir da segunda metade do século XIX, com a transformação das antigas colônias em estados-nações e a evolução dos meios de transporte, como os sistemas de navegação e as ferrovias, emerge uma nova divisão internacional do trabalho. É nesse contexto que ocorre tanto o desenvolvimento de uma rede de comércio de alimentos em escala global (FRIEDMANN e MCMICHAEL, 1989 apud GUZMAN, 2012) como a disseminação de corporações. Concomitantemente a isso, o modo de produção camponês resiste à exclusão e expropriação capitalista.

Na América Latina, o primeiro sistema agrário, a agricultura indígena, desenvolveu-se a partir do período Pleistoceno, 40 mil anos antes de Cristo (CHONCHOL, 1994). Os indígenas eram apenas caçadores e coletores, avançando na agricultura e domesticação de animais somente 2.500 anos antes de Cristo. A depender da localização geográfica, as principais técnicas utilizadas eram o corte, a queima e a irrigação. Os alimentos mais cultivados eram o milho, a batata, o inhame, a quinoa, a cebola e o tomate. De acordo com o mesmo autor, o segundo sistema agrário, a agricultura extensiva europeia, ascendeu com a chegada dos colonizadores. Esse sistema era baseado na economia de *haciendas* nos territórios colonizados pelos espanhóis e de *plantation* nos territórios colonizados pelos portugueses. Nas *haciendas*, destacaram-se a pecuária extensiva e o cultivo de cereais, como o trigo, o cacau e o anil. Já nas *plantations*, a principal atividade agrícola era a produção de cana-de-açúcar. Mais tarde, com a crise do cultivo açucareiro, expandiu-se a pecuária extensiva no interior dos territórios,

como é o caso do Brasil. Tanto nas *haciendas* como nas *plantations* predominavam as grandes propriedades de terras. Todavia, enquanto na primeira se destacou o trabalho indígena, na segunda foi o trabalho escravo.

O terceiro sistema agrário, a agricultura oligárquica latifundiária, surgiu na segunda metade do século XIX e perdurou até o início do século XX⁶. As oligarquias se consolidaram através da expansão dos latifúndios, concentrando não só a terra, mas também o poder econômico e político. Nesse ínterim, disseminaram-se diferentes complexos agroexportadores, como o complexo cafeeiro na região centro-sul do Brasil, o complexo agropecuário na região do pampa na Argentina, a produção de café e banana na América Central e, posteriormente, o complexo açucareiro em Cuba, entre outros. Nesse período, importantes acontecimentos ocorreram no Brasil, como a promulgação da Lei de Terras de 1850 e da Lei Áurea de 1888. A primeira instituiu a propriedade privada, a segunda aboliu a escravidão. Com a propriedade da terra, o campesinato passou a ser reconhecido institucionalmente, transformando-se em um proprietário de terras. O último sistema agrário, que surgiu após o fim da Segunda Guerra Mundial, é denominado pelo autor de complexo agroindustrial. Esse sistema agrário é resultado do processo de industrialização da agricultura, da constituição das indústrias a jusante e a montante. Isso permitiu a elevada motorização-mecanização da produção, além da utilização de fertilizantes químicos e de sementes selecionadas. Tal modelo de produção agropecuário foi exportado pelos Estados Unidos à América Latina, conforme abordado por Burbach e Flynn (1980).

Concomitantemente a esses processos, surgiram diferentes interpretações teórico-metodológicas a respeito da integração agricultura-indústria. Algumas tiveram início no final do século XIX e foram resgatas após o fim da Segunda Guerra Mundial, como é o caso do trabalho de Davis e Goldberg (1957). Oriundos da Escola de Administração e Negócios da Universidade de Harvard, os autores apresentaram o conceito de *agribusiness* enquanto ferramenta analítica do processo de industrialização da agricultura norte-americana. Segundo eles, até o final do século XVIII a agricultura era uma atividade autossuficiente e uma etapa distinta da economia. Além dos alimentos, os agricultores produziam as sementes, as ferramentas e os insumos necessários aos cultivos agrícolas. De acordo com Burbach e Flynn (1980), durante quase três séculos, com exceção do sistema de *plantation* no sul do país, a agricultura norte-americana se caracterizou pelo chamado “modo de produção independente”, que nas palavras dos autores pode ser caracterizado como “[...] um sistema de unidades de

⁶ Op. Cit.

produção constituídas de famílias que, sendo donas de suas terras e utilizando seu próprio trabalho, produzem mercadorias para os mercados comerciais” (p. 23).

Com o advento da revolução industrial alguns instrumentos agrícolas foram criados, como o descaroçador de algodão e o arado de ferro fundido. Apesar de tais instrumentos serem importantes para a agricultura, maquinários mais eficientes como o arado, o plantador e a debulhadora surgiram somente em 1860 (DAVIS e GOLDBERG, 1957). Ainda no final do século em questão, a agricultura norte-americana passou por um significativo processo de mecanização com a expansão dos cortadores, carregadores e colheitadeiras. A mecanização e, mais tarde, a industrialização da agricultura desencadeou a dependência aos produtos industriais, principalmente máquinas e insumos químicos, estimulando a produção de petróleo e o desenvolvimento das indústrias genéticas e farmacêuticas que passaram a produzir sementes transgênicas e métodos de inseminação artificial, contribuindo com a constituição de grandes oligopólios industriais⁷. A partir desses elementos, concluíram que o *agribusiness* corresponde “[...] a soma de todas as operações envolvidas no processamento e distribuição dos insumos agropecuários, as operações de produção na fazenda; e o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e seus derivados” (DAVIS e GOLDBERG, 1957, p. 02). E é constituído por proprietários de terras, associações de empresários, instituições de pesquisa e universidades, além do próprio Estado, responsável pelo financiamento das políticas agrícolas.

A concepção de *agribusiness* tem o mérito de deslocar o centro da análise de “dentro da fazenda”, compreendendo-a como autossuficiente, para “fora da fazenda”, estudando o setor agrícola enquanto parte importante da economia norte-americana (SILVA, 1991). Lembrando que nesse período o *agribusiness* compreendia entre 35% a 50% das divisas econômicas do país (DAVIS e GOLDBERG, 1957). Para Silva (1991), o conceito de *agribusiness* é na verdade uma descrição estática da integração agricultura-indústria que não leva em consideração, por exemplo, o progresso técnico. Nas palavras do autor, “[...] o progresso técnico é visto apenas como o impulsionador de um ponto de equilíbrio inicial - a agricultura autossuficiente - para outro ponto de equilíbrio onde há uma interdependência setorial” (p. 07). O autor afirma também que “[...] o conceito de *agribusiness* fiel à tradição neoclássica do enfoque sistêmico, nada mais é do que um agregador de subsistemas inter-relacionados por fluxos de troca” (p. 07), um modelo explicativo que pouco contribui com a compreensão da dinâmica das forças sociais envolvidas no processo de modernização da

⁷ Op. Cit.

agricultura. Marafon (1998) reafirma que a noção de *agribusiness* proporciona uma visão sistêmica das relações entre a agricultura e a indústria, o que inviabiliza a análise da complexidade desse processo. De modo geral, tal noção agrega setores, ou complexos, envolvidos na produção agropecuária a partir da ideia de sistema. Embora bastante utilizada até os dias de hoje, não permite a compreensão da dinâmica geográfica dos processos.

Mais tarde, Ray Goldberg apresentou em um de seus trabalhos a concepção de *Commodity Systems Approach* (CSA), uma visão também sistêmica do processo produtivo desde a matéria-prima até o produto final. Também criou a noção de *agribusiness industries* ao examinar os complexos do trigo, soja e laranja no estado da Flórida, Estados Unidos, conforme abordado por Silva (1991). O CSA nada mais é do que um conjunto de operações organizadas verticalmente e percorridas pelo produto desde a produção de sua matéria-prima até a sua distribuição aos consumidores. Tais operações podem ser coordenadas tanto pelo mercado como por agentes econômicos e políticos. Normalmente, essas coordenações são mais importantes quando os produtos são destinados ao mercado externo (MORAES, 2013). Goldberg (1968) também passou a incluir em suas análises, além das relações entre vendedores e compradores, as influências institucionais das políticas governamentais, dos mercados futuros e das associações comerciais. Com a ampliação da sua noção de *agribusiness*, Goldberg (1968) reconhece que o principal destino dos gêneros agrícolas é a agroindústria e não o consumidor desses produtos, abordando a importância adquirida pela indústria na transformação de produtos agrícolas.

Na França da década de 1970, no âmbito do *Institut Agronomique Méditerranée de Montpellier*, entre os primeiros autores a conceber a noção de sistema agroindustrial está Louis Malassis. Além de traduzir o termo *agribusiness* para o francês, esse autor o situou historicamente como uma etapa do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, a industrial (SILVA, 1991). No mesmo período, Malassis (1979) desenvolveu a concepção de *filière*. O intuito era analisar os percursos de um determinado gênero agrícola desde o seu cultivo, passando pela industrialização, chegando até a distribuição, assim como os fluxos que fazem parte desses processos. O *filière* é constituído por dois elementos fundamentais. O primeiro se refere à identificação do produto, percurso, agentes e operações e, o segundo, a apreensão dos mecanismos de regulação através do funcionamento dos mercados e da intervenção estatal (SILVA, 1991). Para esse autor, as concepções de *agribusiness* e *filière* “[...] são apenas redefinições do agregado setorial macroeconômico na fase da agricultura industrializada” (p. 08). Ambas as noções se fundamentam em análises verticais nos estudos

dos sistemas produtivos de uma determinada matéria-prima, a fim de compreender a sua lógica de funcionamento; também utilizam a lógica de sucessão das etapas produtivas, orientado assim as suas abordagens (MORAES, 2013). Apesar de alguns pequenos avanços, essas análises ainda se baseiam em etapas produtivas organizadas sucessivamente. Ademais, são concepções estritamente econômicas, que desconsideram questões sociais e ambientais.

O avanço da industrialização da agricultura e dos padrões fordistas de consumo em diferentes países permitiu o surgimento da concepção de sistema alimentar. Dentre as precursoras de tal noção está Friedmann (1982), que abordou em sua obra as relações históricas entre estruturas agrárias e sistemas alimentares em escala global. Mais tarde, Friedmann e McMichael (1989) criaram o conceito de regime alimentar. Para os autores existiram no decorrer da história do capitalismo dois regimes alimentares. O primeiro perdurou até a década de 1930, sendo a agricultura a atividade principal. Já o segundo ascendeu após o fim da Segunda Guerra mundial, sendo a indústria o centro da organização alimentar. Tais concepções contribuíram com a análise da constituição de complexos internacionais de *commodities* agrícolas como milho, soja, carne e do complexo de óleos vegetais (SILVA, 1991). Concomitantemente a essas abordagens, as concepções globais acerca das cadeias produtivas também adquiriram destaque, como as noções de cadeias de *commodities*, cadeias de valor global ou redes de produção e consumo global (HENDERSON *et al*, 2002).

Ambas as concepções rompem com os estudos que se contentam com as análises das indústrias a montante e a jusante, abordando as múltiplas atividades que envolvem as indústrias alimentares. Os estudos que se limitam à cadeia produtiva em si analisam parcialmente o sistema alimentar. A análise da totalidade exige que se leve em consideração alguns elementos, como: a) as interações sociedade e natureza; b) as atividades de produção e consumo; c) os resultados dessas atividades (segurança alimentar, segurança ambiental e bem-estar social) (ERICKSEN, 2007). A noção de regime alimentar tem o mérito de abordar esses aspectos historicamente, além de analisar os arranjos políticos e as questões ambientais e sociais que envolvem tais processos.

Nessas últimas décadas, com a financeirização da economia, aumentaram os números de fusões entre empresas transnacionais, assim como de aquisições. No caso do setor agroalimentar, consolidou-se algumas empresas ou corporações detentoras de marcas globais, como a Associated British Foods, The Coca-Cola Company, Groupe Danone S.A., General Mills, Kellogg Company, Mars, Mondelez International, Nestlé S.A., PepsiCo, Grupo

Unilever, entre outras. Essas marcas se expandem adquirindo também marcas locais, aumento assim seu portfólio. Contudo, o que mais se destaca no sistema alimentar atual é o poder estratégico das redes de distribuição de alimentos. O monitoramento das mudanças nas demandas alimentares e o controle do acesso aos alimentos pelos consumidores conferem ao varejo papel fundamental no funcionamento do sistema alimentar, conforme abordado por Guzman (2012) com base em diferentes estudos. Em virtude disso, as redes varejistas possuem poder suficiente para moldar e orientar as diferentes atividades e agentes que compõem o sistema de modo geral. Tentando entender esses processos, McMichael (2016) chama a atenção para a ascensão de um terceiro regime alimentar, o corporativo. Ao invés do estado-nação, são as empresas transnacionais que dominam o sistema alimentar em escala global.

Nessa mesma obra, o autor citado apresenta a soberania alimentar como uma proposta que refuta o regime alimentar do capital como um todo. Dentre as perspectivas analisadas até o momento, é primeira vez que um pesquisador apresenta o surgimento de outro regime alimentar, diferente daquele construído historicamente e geograficamente pelo capitalismo. Nesse caso, é um regime alimentar construído pelos movimentos camponeses organizados pela Via Campesina.

Outra abordagem recente é a concepção de império alimentar (PLOEG, 2008). De acordo com o autor citado, após o regime alimentar colonial e o regime alimentar mercantil e industrial, ambos estudados por Friedmann (1982), surgiu o regime alimentar imperial. O primeiro regime era caracterizado pela hegemonia do Reino Unido. O segundo pela hegemonia dos Estados Unidos. Já o terceiro não possui um centro político concreto. O império pode ser caracterizado como um conjunto complexo, multifacetado e monopolista de ligações entre pessoas, lugares, produtos e processos. A sua ascensão tem a ver com o aumento de fluxos de capitais em todo o mundo. Embora não seja um fenômeno novo, aumentou drasticamente nas últimas décadas. A sua governança ocorre através do controle. São por intermédio da conquista, da apropriação e da expansão que os requisitos globais são impostos a todas as regiões do planeta.

Nas palavras do autor,

O Império não tem uma única origem. Ele é, na verdade, o resultado de uma variedade de mundos sociotécnicos cada vez mais interligados. Em parte, ele tem origem nas grandes corporações multinacionais e em suas redes de transporte, comunicação, montagem e controle, e é parcialmente fundado na possibilidade de transferir enormes quantias de capital de uma parte do globo

para outra em poucos segundos. Mas o Império também reside nos aparelhos estatais e nos vários acordos supranacionais. Além disso, ele está significativamente enredado em novos modos de organização centralizados, mas de grande alcance (que se baseiam consideravelmente em TIC) e em modos específicos de produção de conhecimento e sistemas especialistas associados. O que atualmente confere poder ao Império é o enredamento, a coerência solidamente construída e o fortalecimento mútuo destes diferentes ingredientes. Suas múltiplas origens, sua dinâmica muitas vezes extremamente confusa e suas expressões multifacetadas e, por vezes, contraditórias, contribuem claramente para as dificuldades em desenvolver um entendimento completo do Império (PLOEG, 2008, p. 256).

O império é um modo de ordenamento da produção, do abastecimento e o do consumo de alimentos em escala global. As mudanças técnicas que foram ocorrendo ao redor do mundo nos últimos séculos deram origem ao regime imperial. As ações estatais e supranacionais também têm papel fundamental na sua consolidação. Os pontos de entrada e de saída do império são monopolizados. Fora do império é difícil sobreviver. Dentro dele é preciso seguir as normas. Isso porque o regime imperial impõe procedimentos universais, condicionando as práticas e os processos existentes. Isso inclui modos de produção não-capitalistas, como o camponês. E resulta na eliminação da autonomia no trabalho, suprimindo a condição de agente desses sujeitos, produzindo o que o autor denomina de não-agentes. Tudo deve ser produzido de acordo com as normas estabelecidas pelos agentes hegemônicos. O seu desvio é considerado uma infração.

O Império estimula a monopolização. Os "pontos de entrada" das redes são bem defendidos. O Império regula, por exemplo, quem tem acesso a crédito e a capital. E ele que determina que apenas aqueles que trabalham para ele ou em seu nome podem ter esse acesso. O Império também controla os "pontos de venda". Fora do Império, geralmente é difícil chegar aos consumidores. Assim, o Império representa um controle coordenado sobre os pontos de entrada e de venda. Esse controle específico representa um poder extra econômico usado para monopolizar mercados. Os impérios alimentares, por exemplo, não funcionam apenas *dentro* dos mercados. Ao contrário, eles representam o controle *sobre* esses mercados. O Império é o mercado disfarçado. Ele faz com que o mundo *pareça* um mercado, uma vez que existem muitos processos de compra e venda e os fluxos associados. Contudo, a *rota* desses fluxos é monopolizada, e as transações associadas só podem ser realizadas de acordo com as condições impostas pelo próprio Império. Para aqueles que têm de vender, os pontos de entrada do Império são *pontos de passagem cada vez mais obrigatórios*, ainda mais porque o Império procura eliminar ativamente todas as alternativas possíveis. O mesmo se aplica àqueles que querem comprar (PLOEG, 2008, p. 266, grifos do autor).

Para concluir esse tópico, faz-se necessário destacar algumas questões. Os conceitos apresentados no decorrer desse tópico não são sinônimos. Mas, muitas vezes, são utilizados como se fossem. Ademais, muitos conceitos são utilizados sem que expliquem, de fato, a realidade. Por isso, é importante demarcar o conceito utilizado nessa pesquisa, que é o de sistema alimentar. Acrescenta-se a esse o termo capitalista para caracterizar o seu modo de produção hegemônico. O sistema alimentar capitalista é um sistema constituído pelos processos de produção, distribuição e consumo de alimentos, visando à reprodução ampliada de capital. Nesse sistema, as empresas transnacionais, assim como as redes varejistas, são os agentes que controlam todo o processo produtivo em diferentes regiões do planeta. No próximo tópico, analisou-se o sistema alimentar capitalista a partir de uma abordagem territorial. É uma proposta diferente daquelas apresentadas no decorrer desse tópico, embora dialogue com as concepções de regime alimentar e império alimentar. Essas são abordagens muito próximas, levando em consideração em suas análises o contexto histórico, a ascensão das corporações, o papel do Estado, além dos efeitos econômicos, sociais e ambientais aos camponeses e consumidores, o mais afetados pelo sistema.

1.3. Sistema Alimentar Capitalista: Poder, Apropriação e Uso do Território

Nestas últimas décadas, com a globalização, a desregulamentação e a financeirização da agricultura, as redes globais de alimentos e *commodities* agrícolas se expandiram, resultando em um sistema alimentar no qual as conexões entre os níveis e as escalas são obscuras e os alimentos estão dissociados dos seus contextos ecossistêmicos e culturais. É um sistema em que os objetos e as ações se relacionam de maneira complexa e dinâmica, o que dificulta a sua compreensão. São dinâmicas que ocorrem em diferentes contextos, dimensões e escalas que se cruzam e se sobrepõem no espaço-tempo. Ainda que o sistema possua configurações globais, os arranjos econômicos, políticos, culturais e institucionais de cada lugar influenciam na maneira como os agricultores camponeses, os latifundiários-capitalistas, as empresas transnacionais, o Estado e os consumidores se relacionam e moldam o sistema alimentar. Não existe, portanto, uma dualidade entre global e local, mas sim uma relação dialética, visto que um contém o outro e vice-versa, assim como as outras escalas. Contudo, ainda que constituído por diferentes sujeitos e agentes sociais, quem controla e coordena o sistema alimentar capitalista são as empresas transnacionais. Fazem isso com o subsídio do Estado e de organizações multilaterais. Com a expansão dos oligopólios e, em alguns casos

monopólios, o poder se torna cada vez mais exacerbado e o território usado, coordenado e controlado por algumas poucas empresas.

Poder é a capacidade de uma organização controlar os recursos que lhe são necessários, mas que também são necessários a outras organizações (TAYLOR e TRHIFT, 1982). Ao determinar a vontade de alguns, apesar da vontade de outros, o poder produz relações assimétricas (HENDRICKSON *et al*, 2008). Segundo os autores, o sistema alimentar possui oito nós de poder, que são: a) a governança; b) o acesso a mercados; c) a propriedade intelectual; d) o acesso a capital; e) a logística; f) o trabalho; g) o marketing; h) as políticas públicas. O poder também reside na capacidade de articular escalas, de intervir de maneira transescalar (VAINER, 2001). Tais nós permitem que os territórios sejam apropriados e usados em diferentes escalas, constituindo, assim, o que se pode chamar de redes transterritoriais. Ter poder é usar, determinar, coordenar do modo que deseja, partindo-se de intencionalidades. Nesse caso, domina-se para obter lucro, e não para romper com a fome, como alguns discursos abordam. As empresas transnacionais que compõem o sistema alimentar capitalista possuem poder suficiente para controlar terras, águas e sementes, recursos imprescindíveis ao desenvolvimento da agricultura; dos portos, estradas e ferrovias, meios que permitem o deslocamento dos alimentos no espaço; das indústrias, objetos que processam as matérias-primas; dos mercados, espaços que atuam na distribuição de alimentos; e, por fim, do Estado, instituição que financia a expansão geográfica dessas empresas, além de atuar legislativamente a seu favor. Pode-se notar que o poder está presente em todas as esferas, permitindo a apropriação e o uso do território em benefício das empresas transnacionais, resultando em monopólios territoriais.

No caso dos mercados de sementes, agrotóxicos e *commodities* agrícolas, o poder produz o controle tanto na produção, que corresponde à fração técnica, na qual as empresas transnacionais se utilizam de territórios, como na circulação, distribuição e consumo desses itens, que corresponde à fração política, na qual o território é usado como um todo (SANTOS e SILVEIRA, 2004). É o que Oliveira (1996) denomina de monopólio na produção, subordinando a circulação à produção, e monopólio na circulação, subordinando a produção à circulação. No primeiro caso o capital territorializa-se, culminando na territorialização do capital monopolista na agricultura, e, no segundo caso, o capital monopoliza o território sem territorializar-se, num processo de monopolização do território pelo capital monopolista. Esse último processo também foi estudado por autores como Fernandes (2008) e Ross (2015), originando a concepção de territorialidade do agronegócio (ou capital) nos territórios

camponeses. São conceitos diferentes que explicam basicamente os mesmos processos geográficos. De acordo com Ross (2015), a territorialidade do agronegócio se manifesta nos territórios camponeses através da adesão desses sujeitos ao cultivo de *commodities*, com intensa utilização de sementes industrializadas, especialmente transgênicas, e agrotóxicos, e aos sistemas de integração com empresas, como ocorre nos casos da produção de aves, suínos e fumo no Sul do Brasil, por exemplo. Não só a territorialização do capital, mas também o monopólio do território pelo capital estão se tornando cada vez mais complexos. Ambas as concepções são o alicerce da análise sobre a apropriação e os usos dos territórios pelo sistema alimentar capitalista.

Os processos abordados são cada vez mais orientados por uma demanda global, resultando em uma mundialização da produção, distribuição e consumo alimentar. Embora a produção de alimentos em si seja regional ou nacional, vinculada às condições de solo e clima, à disponibilidade de terra, de água e às questões socioculturais específicas, o processamento, a distribuição e o consumo são processos globais (DICKEN, 2007). Em ambos os casos, isso implica na apropriação do território e das relações produzidas nesse e a partir desse, as territorialidades. As empresas transnacionais, assim como as atividades produtivas que desenvolvem, necessitam de extensões e pontos que constituem o alicerce territorial da sua existência, resultando numa divisão territorial do trabalho, com lógicas escalares diversas (SANTOS e SILVEIRA, 2004). De acordo com os autores, as extensões e os pontos são submetidos a lógicas que, por intermédio de empresas transnacionais, tornam-se globais. Isso ocorre através da constituição de topologias, que são pontos fundamentais na operação das empresas distribuídos pelo território. Com o uso corporativo do território, os sujeitos sociais vão sendo subordinados aos ditames dessas empresas. Assim,

Na medida em que essas grandes empresas arrastam, na sua lógica, outras empresas, industriais, agrícolas e de serviços, e também influenciam frequentemente o comportamento do poder público, na União, nos Estados e nos municípios, indicando-lhes formas de ação subordinadas, não será exagero dizer que estamos diante de um verdadeiro comando da vida econômica e social e da dinâmica territorial por um número limitado de empresas. Assim, o território pode ser adjetivado como um território corporativo, do mesmo modo que as cidades também podem ser chamadas de cidades corporativas, já que dentro delas idênticos processos se verificam (SANTOS e SILVEIRA, 2004).

As empresas transnacionais são a expressão da economia global contemporânea, pois através de investimentos diretos externos detém o poder de coordenar e controlar operações

ou transações em mais de um país, ainda que não sejam as proprietárias (DICKEN, 2007). Essas empresas possuem três características básicas, que são:

- Sua possibilidade de coordenar e controlar vários processos e transações em redes de produção transnacionais, dentro de e entre países diferentes;
- Sua possibilidade de se beneficiar com as diferenças geográficas na distribuição de fatores de produção (como recursos naturais, capital, mão de obra) e nas políticas estatais (por exemplo, impostos, barreiras comerciais, subsídios, etc.);
- Sua flexibilidade geográfica potencial – sua possibilidade de alterar e restaurar seus recursos e operações entre localidades, em uma escala internacional ou até global (DICKEN, 2007, p. 125).

A importância das empresas transnacionais varia de acordo com a atividade, o país, e as diferentes regiões de um mesmo país. Em alguns casos, a influência política e econômica desses empreendimentos é impressionante, sendo capazes de controlar extensas redes transterritoriais. Como são empreendimentos capitalistas, o objetivo principal é a reprodução ampliada do capital, reclamando condições territoriais indispensáveis para a sua expansão e regulação. Para isso, o que lhes pode conferir ainda mais poder, podem acessar novos mercados por intermédio de fusões e aquisições entre empresas. Muitas vezes duas empresas globais podem se fundir, em outros casos uma grande empresa pode adquirir empresas menores. Por isso, a ideia de que os consumidores podem escolher os alimentos que consomem é cada vez mais ilusória. Normalmente, uma empresa controla várias marcas disponíveis nos supermercados. As sedes dessas empresas estão localizadas em cidades globais, como Londres, Nova Iorque e Tóquio (SASSEN, 1991). É nessas cidades que a geografia da produção de alimentos é determinada, num processo em que diferentes regiões do mundo perdem gradativamente tanto o controle dos usos dos seus territórios, como dos seus destinos. Não havendo outras alternativas a não ser a exportação dos territórios (SANTOS e SILVEIRA, 2004). Contudo, ainda que as sedes dessas empresas estejam localizadas em cidades globais, as unidades nacionais ou regionais possuem certa autonomia decisória, atuando de acordo com o contexto político, econômico e geográfico em que estão inseridas. No entanto, em um processo de trocas, também direcionam esses contextos a seu favor.

Conforme abordado, são as empresas transnacionais, em virtude do seu poder, que controlam a produção, a distribuição e o consumo de alimentos. Outros fatores, como governança, logística, capital e políticas públicas também são fundamentais. O sistema

alimentar que vem se consolidando globalmente nas últimas três décadas detém característica do sistema agroindustrial norte-americano e europeu (HENDRICKSON *et al*, 2008). A princípio, o sistema era constituído pelos mercados a montante, com as indústrias de maquinários e as de insumos agrícolas, e a jusante, com as indústrias de transformação e o comércio. Conforme as ciências, as telecomunicações e tecnologias avançaram, as redes de produção se tornaram mais complexas, sendo constituídas por várias funções e atividades distintas em múltiplas escalas. A partir da década de 1990, tem-se a expansão das redes de varejo no sul global, processo que levou anos para ser alcançado no norte. Com isso os supermercados se tornaram o principal elo entre as redes de produção e distribuição de alimentos, governando importantes parcelas do comércio varejista no mundo. O sistema alimentar que teve início na Europa e Estados Unidos e se expandiu para os países da América Latina, África e Ásia é cada vez mais integrado por oligopólios, com pouca concorrência nos mercados de fertilizantes, processamento agrícola e varejo de alimentos.

Os mercados são particularmente oligopolizados no processamento de grãos. O trigo, o milho e a soja são as três principais matérias-primas agrícolas comercializadas em escala global. Podem ser vendidas como alimentos, agrocombustíveis ou ração animal, dependendo dos preços no mercado internacional. O milho e a soja, assim como a cana-de-açúcar e a palma, são as chamadas *flex crops* (BORRAS JR *et al*, 2015), podendo ser destinadas a diferentes finalidades, apresentando, por esse motivo, alto valor e interesse no mercado. Empresas como a Bayer, Cargill e DuPont controlam os mercados globais de sementes e de agrotóxicos necessários à produção das *commodities* citadas. As sementes, por exemplo, são meios de produção e produto (SHIVA, 2001). Isso porque, depois de produzidas podem ser transformadas em meios de produção. Os agricultores que não as produzem, ou que cultivam alimentos que necessitam de sementes específicas como as transgênicas, devem adquiri-las no mercado. No caso das *commodities*, as sementes são normalmente transgênicas. Essas, por sua vez, são sementes melhoradas em laboratórios com o objetivo de adequá-las às indústrias e às normas de padronização que existem no mercado e nas dietas alimentares (MORENO, 2005). Essas sementes não podem ser reutilizadas porque são estéreis, germinando somente uma vez.

A criação de sementes transgênicas só foi possível com a biotecnologia. Com a ascensão desse tipo de tecnologia houve a reconstrução, privatização e mercantilização da natureza de acordo com as necessidades do capital. Com isso, as sementes se tornaram um dispositivo de propriedade e controle das forças produtivas por parte de algumas empresas

transnacionais (MORENO, 2005). Nos Estados Unidos, entre 1970 e 2000, pequenas empresas de sementes desapareceram, pois foram adquiridas por empresas maiores (FERNANDEZ-CORNEJO, 2004). Na década de 1980 o mercado de sementes de milho passou a ser controlado por apenas duas empresas. Nos anos 1990, mais de 90% das sementes de algodão, 69% das sementes de milho e quase metade das sementes de soja eram vendidas pelas quatro maiores empresas do setor (HENDRICKSON *et al*, 2008). Nesse mesmo período, a Monsanto comprou produtores de sementes em todo o mundo, adquirindo direitos sobre a maior parte das plantas geneticamente modificadas existentes. As empresas menores que sobreviveram pagam *royalties* àquelas que tiveram acesso às biotecnologias. Esse processo de monopolização da produção de sementes não seria possível sem as importantes alterações que ocorreram nos regimes de propriedade intelectual. Em 1980, o Supremo Tribunal dos Estados Unidos, adotou a decisão que autoriza a patenteabilidade de microrganismos geneticamente modificados. Em 1994, os acordos da OMC sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados com o Comércio (Adpic) internacionalizaram a patenteabilidade da vida através das suas provisões de patentes. É nesse contexto que surge casos de biopirataria, apropriação de conhecimentos e recursos genéticos de populações tradicionais, numa tentativa de controlar os recursos e os conhecimentos.

Com a concentração desses mercados, os camponeses que dependem de insumos agrícolas enfrentam altos preços para adquiri-los. Além disso, quando as sementes transgênicas são utilizadas, os camponeses acabam se tornando reféns da utilização de agrotóxicos, aumentando ainda mais os custos da produção. Em alguns contextos, como nos Estados Unidos, os agricultores precisam se integrar às redes de suprimentos para ter acesso a sementes, agrotóxicos e mercados. É um sistema tão controlado que não existe outra alternativa:

[...] In the case of North American farmers, many have felt compelled to join in food system clusters and their integrated supply chains because they see no other option for sourcing seed, or fertilizer or for finding markets. For instance, there is no poultry market in the U.S. unless a grower agrees to sign a production contract and become part of a system where s/he has no control over genetics, feed, healthcare, time to market and the like. There are very few mid-size poultry integrators, and very few other places to process any poultry at all. Indeed, independent growers, feed dealers, processors and distributors have all been squeezed out of the chain [...] (HENDRICKSON *et al*, 2008, p. 04).

Ou você se integra ao sistema alimentar capitalista, ou está fora dele. São as empresas transnacionais que decidem como os alimentos são produzidos e os seus destinos, não restando aos agricultores poder de decisão, de escolha. É um sistema antidemocrático. Com as recentes fusões entre grandes empresas do mercado sementes, a situação está se tornando ainda mais crítica. O caso mais emblemático é a compra da Monsanto pela Bayer, aprovada em junho desse ano pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos por US\$ 63 bilhões. Com essa fusão, a Bayer se tornou a maior empresa transnacional agrícola do mundo, controlando um terço do mercado global de sementes e um quarto do de agrotóxicos. Em 2017, a DuPont e a Dow Chemical se fundiram, dando origem a DowDuPont, e a ChemChina adquiriu a Syngenta. Esses três conglomerados transnacionais vão controlar mais de 60% do mercado de sementes e agrotóxicos. Elas serão responsáveis pela produção e comercialização de praticamente todas as sementes geneticamente modificadas existentes, sendo detentoras, conseqüentemente, das patentes e dos direitos de propriedades intelectuais (ATLAS DO AGRONEGÓCIO, 2018). O movimento de aquisições e fusões é muito maior do que se tem ideia. As grandes empresas, normalmente, não alteram os nomes das empresas que adquirem. A Monsanto é uma delas. Dificilmente é possível ter a dimensão das empresas adquiridas por ela, pois os nomes originais são mantidos. Assim, com o controle do material genético das plantas, domina-se o mercado de sementes e, conseqüentemente, a produção de alimentos.

Os mercados de insumos e *commodities* são extremamente concentrados no Brasil e nos Estados Unidos (HENDRICKSON et al, 2008). Depois dos mercados de sementes e agrotóxicos, o mercado global de produtos agrícolas é controlado por cinco empresas, que são: ADM, Bunge, Cargill, Louis Dreyfus Company (juntas, elas formam o grupo ABCD) e Cofco. As três primeiras possuem sede nos Estados Unidos, a quarta na Holanda e a quinta na China. Todas elas, com exceção da última empresa, surgiram entre 1818 e 1902, sendo controladas pelas famílias que as fundaram, exceto a ADM. Ambas são responsáveis pela produção, o transporte e o processamento de *commodities*. O grupo ABCD controla 70% do mercado mundial de *commodities*. Além do comércio, também se dedicam ao processamento de soja, cereais e à fabricação de alimentos. Recentemente, a Cofco ultrapassou o ABCD e se transformou na principal compradora de milho e soja brasileiros, representando 45% das compras (ATLAS DO AGRONEGÓCIO, 2018). Conforme De Schutter (2010), os 200 mil agricultores de soja no Brasil tendem a vendê-la para uma dessas cinco principais empresas transnacionais. Esse grupo possui informações sobre colheitas, preços, flutuações cambiais, meteorologia e acontecimentos políticos em todas as partes do mundo. Essas informações são

analisadas por especialistas. Elas influenciam o mercado agrícola, usam seu poder para negociar preços a seu favor e conhecimentos para obter altos retornos financeiros. Empregam técnicas, instrumentos e conhecimentos, controlando os usos dos territórios.

Tais empresas também controlam navios, portos, ferrovias, além de refinarias, silos e indústrias. Com isso, podem produzir no Brasil, processar nos Estados Unidos e comercializar na China, por exemplo. Quando decidem armazenar ou comercializar um determinado produto, podem influenciar no preço dele no mercado internacional, beneficiando-se disso. Quando os preços estão baixos podem adquirir-los dos agricultores e armazená-los. E quando estão altos, podem vendê-los e, assim, lucrar significativamente. Nesse movimento, quem sempre perde são os agricultores, sobretudo os camponeses, que vendem o que cultivam a preços muito baixos. O sistema de armazenamento criado pelas empresas transnacionais, assim como os transportes modernos, permite que as *commodities* viagem por longas distâncias. A infraestrutura e a logística são fundamentais para isso. Na maioria das vezes a infraestrutura é provida pelos governos, viabilizando, assim, os mercados globais. A Cargill é uma das empresas que se destaca no transporte e armazenamento de produtos agrícolas, possuindo, inclusive, elevadores de grãos em vias navegáveis e ferrovias continentais. Ela está presente nos portos de vários países, transportando o que produz para qualquer destino de maneira segura e confiável (HENDRICKSON *et al*, 2008). Outros importantes portos para a exportação são controlados por empresas transnacionais, como a ADM. Nesse sentido, a tendência do sistema alimentar global é a dependência de alimentos longínquos.

Os camponeses que produzem *commodities* para as empresas transnacionais fazem isso através de contratos. Esses são cada vez mais utilizados, pois eliminam os chamados intermediários. Com esses contratos, os camponeses adquirem das próprias empresas as sementes, os agrotóxicos e os maquinários necessários à produção agrícola. Nesse processo, os custos de produção são transferidos aos camponeses. E também não são levados em consideração no valor final do produto. Nesse ínterim, as empresas lucram duas vezes. Primeiro através da comercialização dos insumos agrícolas, segundo através da aquisição das *commodities* que os camponeses produzem. Ao camponês, além de ver o custo aumentar a cada safra, resta a obtenção de lucro cada vez menor que, em alguns casos, não é suficiente para arcar com o gasto inicial da produção. Muitas vezes, a única alternativa é o financiamento bancário, podendo gerar o endividamento da família e perda das terras. A oportunidade de se inserir no mercado via contrato pode parecer interessante no começo. Todavia, com o tempo, as promessas de renda acabam se transformando em uma estratégia de

acumulação de capital para as empresas transnacionais (HENDRICKSON *et al*, 2008). Ademais, ao produzir o montante que foi estipulado em contrato, os camponeses acabam produzindo menos alimentos para a família e os mercados locais e regionais. Isso pode acarretar insegurança alimentar, tanto dos camponeses como da população, visto que o acesso aos alimentos pode se tornar mais difícil e o preço ainda mais elevado, ocasionando crises alimentares.

O mercado mundial de alimentos processados não é tão concentrado como o de sementes, agrotóxicos e *commodities*. Isso se deve à existência de uma grande quantidade de produtores regionais. Contudo, os cinquenta maiores processadores de alimentos representam 50% das vendas globais. Uma das corporações que se destaca é a Unilever, que controla quase 50% do mercado global de alimentos, produtos de higiene/limpeza e cosméticos (ATLAS DO AGRONGÓCIO, 2018). No Brasil, a Nestlé e a Parmalat são responsáveis por 50% do mercado de processamento de lácteos (DE SCHUTTER, 2010). As empresas processadoras de alimentos se conectam tanto às *traders* de *commodities* como às redes de varejo, buscando sempre se expandir para novos mercados, evitando, dessa forma, a pressão dos preços exercida pelo varejo de alimentos. No que diz respeito a esse último setor, os quatro principais varejistas do Reino Unido compreendem 75% do mercado de supermercados. E esse controle na comercialização de alimentos não se limita ao norte global, entre 60% e 70% da venda de alimentos na Argentina e no Brasil ocorrem em supermercados (DE SCHUTTER, 2010). Nesse caso, as redes que atuam em algumas regiões do país e as redes exclusivamente nacionais também possuem papel importante na comercialização de alimentos.

O desenvolvimento da agricultura pressupõe alguns recursos básicos como terra, água, sementes. O capital busca controlar esses recursos. Quando não os controlam, determinam o que é produzido através deles. Dessa forma, o poder se dá tanto no controle direto dos recursos naturais, como no controle das tecnologias, indústrias, mercados, infraestruturas, logísticas, leis, capital. O território é submetido às lógicas das empresas transnacionais. A interdependência global dos lugares é a nova realidade do território (SANTOS, 1994). Usar o território a seu favor significa, portanto, apropriar-se dele ou se apropriar do que é produzido por intermédio dele. E não só isso, mas todos os recursos, instrumentos e objetos necessários. Conforme apresentado, dominam-se também os portos, as ferrovias, as estradas. Quando são insuficientes ou não existem, são remodelados ou construídos. Contudo, no decorrer desses processos, as empresas transnacionais criam ordem para si e desordem para o resto. Nesse sentido, o território é organizado de modo à servi-las, mas paga um preço por isso, pois se

torna, também, fragmentado, incoerente e anárquico para os demais sujeitos (SANTOS e SILVEIRA, 2004). Isso porque, os usos dos territórios não correspondem às necessidades dos agentes não hegemônicos, ou da reprodução da vida, mas sim dos agentes hegemônicos, ou da reprodução ampliada do capital.

O sistema alimentar capitalista vem se desenvolvendo ao longo dos últimos dois séculos com a expansão do modo de produção capitalista na agricultura. Num primeiro momento, esses processos eram controlados por Estados-nações, como a Inglaterra e, depois, os Estados Unidos. Recentemente, as empresas transnacionais, ou o que alguns autores chamam de corporações são as responsáveis por esses processos. O sistema alimentar capitalista compreende a produção, distribuição e consumo de alimentos em escala global. Embora pareça simples, são processos complexos e dinâmicos que conectam diferentes objetos e ações. São processos controlados por um número limitado de empresas transnacionais e redes varejistas, o que evidencia a existência de relações assimétricas, pois alguns agentes possuem poder e, em virtude disso, controla o sistema. Nesse ínterim, o território é usado em benefício dos agentes hegemônicos. Além de controlar o território diretamente através da territorialização, domina-se as territorialidades desenvolvidas nos territórios não controlados, como é o caso dos territórios camponeses. A tendência, nesse sistema, é o camponês se reproduzir em uma condição de subordinação. E isso pode levar à sua desterritorialização.

1.4. O Brasil e o Rio Grande do Sul no Sistema Alimentar Capitalista

Com a globalização, o território de um país se transformou em um espaço nacional da economia internacional (SANTOS e SILVEIRA, 2004). Embora o território e a sua regulação sejam nacionais, os interesses são guiados por empresas que atuam em escala global. E mesmo que os governos e as instituições possuam à sua disposição instrumentos que possam regular o poder dessas empresas, na verdade, o que se têm são políticas governamentais entrelaçadas aos interesses das corporações. Em decorrência disso, a maneira como os espaços nacionais são ordenados e coordenados, dos objetos às ações, condiz com as necessidades de empresas transnacionais hegemônicas. No Brasil isso não é diferente. No período colonial, os cultivos produzidos no país, principalmente na região Nordeste, tinham como destino o mercado internacional, como é o caso da cana-de-açúcar. Depois, teve-se o desenvolvimento do complexo cafeeiro na região Sudeste, migrando para o Paraná, na região Sul. Mais recentemente, após a Revolução Verde, empresas transnacionais norte-americanas começaram a se expandir no país. Processo que aconteceu em praticamente toda a América

Latina. Com isso, passou-se a investir cada vez mais no cultivo de variedades comerciais, introduzindo certas tecnologias, como maquinários, sementes melhoradas e insumos químicos.

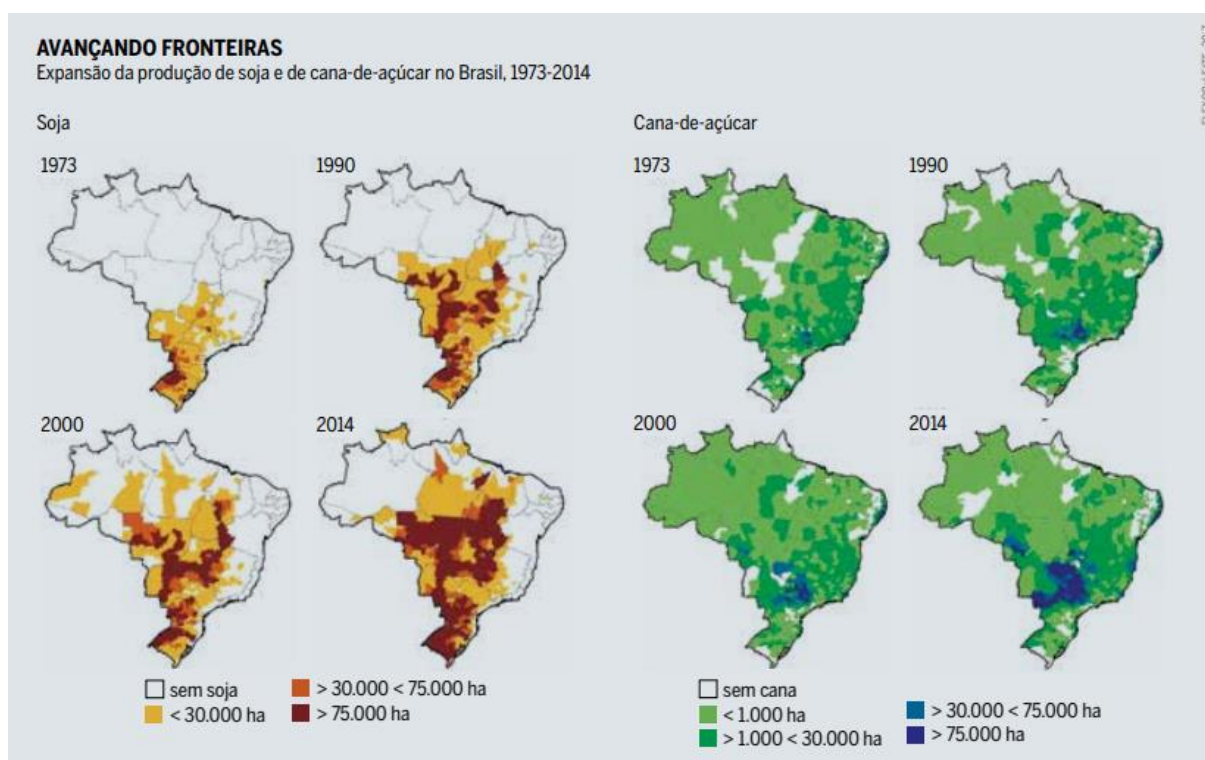
Nos anos de 1990, quando o neoliberalismo foi introduzido no país, várias empresas nacionais foram adquiridas por transnacionais. Na produção de alimentos, vivenciou-se um processo de transição entre a modernização da agricultura e a economia do agronegócio (DELGADO, 2012). Segundo esse mesmo autor, as medidas de ajuste econômico do governo Fernando Henrique Cardoso produziu a queda dos preços das *commodities*, deteriorando a renda fundiária. Esse cenário, aliado a outros elementos, produziu uma crise econômica no ano de 1998. Com o intuito de saná-la o governo recorreu aos empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI). A partir de 1999, o mesmo governo lançou um modelo de ajustamento econômico baseado no agronegócio, o que já havia ocorrido em outros momentos históricos, como a década de 1980. O agronegócio retornou à agenda da política macroeconômica externa e da política agrícola interna. Mas isso só foi possível devido ao contexto internacional, bastante receptivo a algumas *commodities*, como o milho, a soja, o açúcar-álcool, a carne, a celulose e o minério. Ambos dominaram a pauta de exportações do país desde o ano 2000. A estratégia primário-exportadora também foi adotada no governo seguinte, o de Luís Inácio Lula da Silva.

Com o *boom* das *commodities*, ocorreu a incorporação de novas terras ao processo produtivo. As terras que já haviam sido incorporadas em outros contextos de expansão do capital passaram a produzir os produtos agropecuários demandados pelo mercado global. Na figura abaixo, pode-se observar a expansão de dois importantes cultivos agrícolas, o de soja e o de cana-de-açúcar, nos anos de 1973, 1990, 2000 e 2014. Da década de 1970 até a atualidade o que mais chama a atenção é a expansão dessas culturas em todas as regiões do país, com destaque para o Centro-Sul. E nas áreas em que esses cultivos já se destacavam em 1973 e 1990, intensificou-se ainda mais a produção em 2000 e 2014. Ocorreu, portanto, tanto a incorporação de áreas como a intensificação nas áreas já incorporadas. Nas regiões de expansão recente da soja se destaca o Cerrado e a Amazônia. Já a intensificação se destaca no Centro-Sul, mas também no Cerrado, sobretudo na região do MATOPIBA, formada pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. No caso do Rio Grande do Sul, a porção Norte do estado produz soja desde a década de 1960 e 1970. Todavia, a porção Sul, cuja atividade de destaque era a pecuária, passou a produzir quantidade significativa de soja. Nesse

caso, houve a incorporação de áreas de pastagens à sojicultura. A única área em que essa cultura não se sobrepõe é a RMPA, onde o arroz é o cultivo mais evidente.

O caso da cana-de-açúcar não é muito diferente. Na década de 1970 era produzida em praticamente todo o território nacional, com destaque para a região Centro-Sul. A partir de 2000 seu cultivo se intensificou ainda mais nessa porção. Isso se deve à expansão dos agrocombustíveis em todo o mundo. Isso se deve a mudanças na matriz energética global, numa tentativa de diminuir a dependência do petróleo. No Brasil, a produção de cana-de-açúcar nas regiões Sudeste e Centro-Oeste avançou significativamente, constituindo o que Thomaz Junior (2012) denomina polígono do agrohidronegócio.

Figura 2 - Territorialização da produção de soja e cana-de-açúcar no Brasil – 1973-2014



Fonte: Atlas do Agronegócio, 2018.

A cana-de-açúcar é cultivada e processada no país. Parte da produção de álcool é destinada ao abastecimento do mercado interno. Diferente dessa, a maior parte da produção de soja é destinada a mercado externo. Os Estados Unidos, o Brasil e a Argentina são os principais países produtores de soja, dominando 82% da produção mundial, além de 91% das exportações da oleaginosa em 2012 (DERAL, 2012). Os principais compradores são a China, que importa 58 milhões de toneladas, e a União Europeia, que importa 11 milhões de

toneladas⁸. Recentemente, a empresa estatal chinesa Cofco ultrapassou o grupo ABCD, passando a ser a principal compradora da soja e do milho produzidos no país (ATLAS DO AGRONEGÓCIO, 2018). Na tabela 1 é possível ter dimensão da produção, exportação, estoque e importação da soja brasileira. Na safra 2018/2019, exportou-se 72,30 milhões de toneladas das 140,7 milhões de toneladas produzida. Enquanto 46,77 milhões de toneladas foram utilizadas domesticamente. Os estoques de abertura e fechamento se mantiveram praticamente o mesmo. Ao comparar os dados dessa safra com o de safras anteriores, como a de 2006/2007, é possível observar o aumento significativo da produção de soja no país, assim como a sua exportação. Esses dados revelam a importância adquirida nesses últimos dez anos da produção da oleaginosa, resultando em uma espécie de commoditização do território brasileiros.

⁸ Op. Cit.

Tabela 1 – Produção, exportação, estoque e importação de soja no Brasil (milhões de toneladas)

Safra	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19
TOTAL	76.72	80.52	78.09	82.60	92.81	90.26	102.66	113.33	115.99	132.91	142.67	140.27
Estoques de abertura	17,66	19,37	20,24	13,43	17,48	23,63	15,36	15,82	19,08	18,56	25,47	22,87
Produção	59,00	61,00	57,80	69,00	75,30	66,50	86,70	97,20	96,50	114,10	117,00	117,00
Importação	0,05	0,15	0,04	0,17	0,03	0,12	0,61	0,31	0,41	0,25	0,20	0,40
TOTAL UTILIZAÇÃO	76.72	80.52	78.09	82.60	92.81	90.26	102.66	113.33	115.99	132.91	142.67	140.27
Utilização Doméstica	33,85	34,91	34,66	36,55	39,23	40,98	40,01	43,64	43,05	44,30	46,50	46,77
Triturada	31,10	32,11	31,86	33,70	36,33	38,08	36,86	40,44	39,75	40,90	43,00	43,20
Uso de alimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e residual	2,75	2,80	2,80	2,85	2,90	2,90	3,15	3,20	3,30	3,40	3,50	3,57
Exportação	23,48	25,36	29,98	28,57	29,95	36,25	46,83	50,61	54,38	63,14	73,30	72,30
Estoques de fechamento	19,37	20,24	13,43	17,48	23,63	13,02	15,82	19,08	18,56	25,47	22,87	21,20

Fonte: USDA-PDS, 2018.

Desde o ano de 2009, a China é uma das maiores parceiras comerciais do Brasil. Além de adquirir a maior parte da produção de *commodities*, empresas chinesas estão investindo em infraestruturas para o escoamento desses cultivos. Ou seja, em ferrovias, portos, mas também em energia elétrica, entre outros. De acordo com as informações divulgadas pelo Atlas do Agronegócio (2018), a China investiu na Ferrovia Ferrogrão, na Ferrovia Integração Oeste-Leste e na Ferrovia Norte-Sul, ambas responsáveis por interligar o interior do país com os do Pará, da Bahia e de Rondônia, respectivamente. A China Communications Construction Company (CCCC) é sócia do Porto de São Luis no Maranhão, que se encontra integrado à Ferrovia Carajás. Em 2018, a China Merchants Port (CMPort) finalizou a compra do porto de Paranaguá, no Paraná, e a China Railway Engineering Group começou a participar das atividades do Porto Sul, em Ilhéus. Na área de energia elétrica, empresas como State Power Investment Overseas, State Grid e Three Gorges estão presentes em projetos hidrelétricos e em linhas de transmissão, como Belo Monte, Santo Antonio, São Simão, Teles Pires, São Manoel, Cachoeira Caldeirão, e Santo Antônio do Jari. Por último, a State Grid também adquiriu a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), além de 23 concessionárias de distribuição de energia.

A expansão da produção de *commodities* geraram impactos no país, como a estrangeirização de terras. Simplificadamente, esse processo consiste na territorialização do capital internacional (PEREIRA, 2015). Ou melhor, na apropriação de territórios via compra, arrendamento, contrato de parceria ou investimento através de fundos. De acordo com o Relatório Dataluta Brasil (2018), aproximadamente 150 empresas de capital internacional de exploração de recursos naturais atuam no país. E esses dados podem ser ainda maiores. Os países de origem do capital que mais se destacam são os Estados Unidos, o Brasil (nesse caso são empresas brasileiras com a presença de capital internacional), o Japão, o Reino Unido, a França, os Países Baixos, o Portugal, a Argentina, o Chile e a China, respectivamente. As três *commodities* mais cultivadas por essas empresas são os grãos em rotação, a cana-de-açúcar e o monocultivo de árvores. Além da estrangeirização dos territórios, a produção de *commodities* acarretou o aumento do preço das terras e dos arrendamentos (GASQUES et al 2008), o aumento do consumo de agrotóxicos (BOMBARDI, 2012), a destruição de biomas, como o Cerrado, e a desterritorialização de camponeses e/ou populações tradicionais. No Rio Grande do Sul essas questões se repetem, sobretudo a partir dos cultivos de soja e monocultivo de árvores.

Esses processos contam com o apoio dos governos através dos *lobbys*. No Brasil o *lobby* é institucionalizado. Seu representante no congresso é a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), organizada por parte dos deputados da Bancada Ruralista. Aqueles que fazem parte da FPA constituem uma ampla base parlamentar no congresso. Através dos *lobbys*, as empresas transnacionais conseguem acessar capital, direcionar a atuação de instituições estatais e definir a criação de leis e políticas públicas. Segundo o Atlas do Agronegócio (2018), entre os anos de 2017 e 2018 o ministro Blairo Maggi e os funcionários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) se reuniram oito vezes com representantes da Monsanto, sete com representantes da Bayer, quatro com representantes da Dupont e três com representantes da Syngenta. Provavelmente, essa aproximação visa à ampliação da atuação dessas empresas no país, ampliando. E tudo isso com o apoio do Estado. Desde 2016, com o governo Michel Temer, a opção pelas *commodities* em detrimento da agricultura camponesa se tornou ainda mais evidente. As tentativas de criminalização dos movimentos camponeses, as CPIs da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e do INCRA e a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), criando no lugar a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil, evidenciam isso.

Conforme discutido, os territórios, o que engloba o território de um ou mais países, inserem-se na lógica global. Isso porque eles fazem parte de redes transescalares. O Brasil se insere na divisão internacional do trabalho, que também é territorial e, portanto, transescalar, como produtor de matérias-primas. Pode-se afirmar que, desde o Brasil colônia essa é a lógica de inserção do país no mercado global. Nos dias atuais, isso não é diferente. A diferença é que essa lógica é cada vez mais intensa. O processo de commoditização, assim como o de estrangeirização dos territórios, tornou-se mais comum e, ao mesmo tempo, mais complexo. Nos próximos capítulos, principalmente nas discussões sobre a expansão da soja no Rio Grande do Sul, alguns desses elementos são abordados com maior ênfase. Depois de compreender como o Brasil se insere nessa lógica global, faz-se necessário compreender os impactos socioterritoriais do sistema alimentar capitalista não só no país, mas em todo o mundo. Impacto esse que não se restringe somente ao campo, mas também à cidade. Qua não prejudica somente os camponeses, mas também os consumidores. Nesse sentido, os impactos são em todas as dimensões - econômica, social, ambiental, cultural - e escalas - local, regional, nacional, global - do território.

1.5. Os impactos do sistema alimentar capitalista na Produção, na Distribuição e no Consumo de Alimentos

Os impactos do sistema alimentar capitalista na produção, na distribuição e no consumo de alimentos são diversos. Destacam-se o controle dos recursos naturais; os conflitos pela terra e pela água; o patenteamento e a privatização de sementes; o desaparecimento de variedades agrícolas; a destruição de ecossistemas locais; a contaminação dos solos e das águas pelos agrotóxicos; as mudanças climáticas; as crises alimentares; a dependência do petróleo. No sistema hegemônico, os alimentos viajam longas distâncias do campo à mesa. Alguns países produzem, outros processam, enquanto todos os outros consomem, inclusive aqueles responsáveis pelos dois primeiros processos. Ademais, os alimentos comercializados possuem baixo valor nutricional e são ricos em gordura, sódio e açúcar, ocasionando doenças cardíacas, diabetes e alergias na população, aumentando, inclusive, os casos de obesidade em todo o mundo, em países desenvolvidos e em desenvolvimento. No Sul global também se destaca os casos de desnutrição e fome, que acomete uma parcela significativa da população da cidade e do campo. Nesse último caso, aqueles que produzem alimentos são os mesmos que não se alimentam adequadamente. Os impactos engendrados pelo sistema alimentar capitalista são sentidos no campo e na cidade, entre os camponeses e os consumidores, nos países desenvolvidos ou em desenvolvimento.

Conforme abordado nos tópicos anteriores, as empresas transnacionais se apropriam dos territórios, utilizando-os a seu favor. Quando não se territorializam controlam as territorialidades sem se apropriar dos territórios. Nesse caso, determinam de que forma os territórios apropriados por outros sujeitos sociais devem ser usados. Em ambos os processos os recursos naturais são controlados. Recursos esses que são imprescindíveis às práticas agrícolas do camponês e do capital, resultando em disputas territoriais. Nesse ínterim, têm-se os conflitos pela terra e pela água, que aumentaram nos últimos anos. Somente em 2017, ocorreram 989 conflitos por terra envolvendo 95.500 famílias e 197 conflitos por água envolvendo 35.418 famílias (CPT, 2018). Caso esses números contemplassem os casos de violência e assassinato seriam ainda maiores. Essa é uma das faces mais perversas do sistema alimentar capitalista em escala nacional, o conflito. O massacre de camponeses faz parte da história do Brasil. Além dos massacres de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás que ocorreram na década de 1990. Recentemente, ocorreram os massacres de Pau d'Arco, no Pará, e Colniza, no Mato Grosso, com 10 e 9 camponeses assassinados, respectivamente. Em todos esses casos, a terra era o centro da disputa e do conflito.

Além da terra e da água, a semente é outro recurso cada vez mais determinado por algumas empresas transnacionais. Com a criação de patentes sobre variedades de sementes e de plantas, os camponeses veem seus direitos sobre os recursos naturais serem limitados, ou eliminados (ESTEVE, 2017). O campesinato, fundamental no processo de reprodução de variedades de sementes, passa a depender da sua compra. Assim, as sementes, que são um patrimônio não só dos camponeses, mas da humanidade, são privatizadas e patenteadas. Nesse contexto, surgem as sementes transgênicas, outro mecanismo utilizado no controle da produção mundial de alimentos. Além do mais, as transgênicas podem contaminar as convencionais através do vento ou da polinização. Muitas vezes, isso pode ocasionar o desaparecimento de algumas variedades. Com a introdução de variedades homogêneas, perde-se variedades utilizadas há milhares de anos, ocasionando a erosão da diversidade genética das plantas (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2015). Somente no século XX, perdeu-se mais de 75% da variedade genética. Mais de 75% da diversidade genética foi perdida no século passado. A porcentagem de erosão genética é de 2% ao ano, enquanto das raças de gado de 5%. Caso a tendência apresentada continue, o conhecimento camponês construído historicamente será perdido nas próximas duas gerações (MOONEY, 2007). Nesse contexto, manter, recuperar e trocar sementes é um ato de rebeldia.

Neste último século, o cultivo de *commodities* resultou no desaparecimento de 75% das variedades agrícolas (FAO, 2010). Somente 15 variedades agrícolas e 8 variedades animais compõem 90% da alimentação da população mundial (FAO, 2007). A soja está presente na alimentação de três quartos da população (ESTEVE, 2017). O trigo e o arroz fazem parte da dieta alimentar de 97% e 91% da população, respectivamente (CGIAR, 2014). Nesse cenário, as dietas alimentares são cada vez mais globalizadas (KHOURY, 2014), além de padronizadas (POLLAN, 2007). O alimento que a população mundial consome é produzido a partir de algumas variedades agrícolas, cujo cultivo é controlado direta e indiretamente por algumas empresas transnacionais. Tal homogeneização, estabelecida por interesses meramente econômicos, produz sociedades vulneráveis às mudanças climáticas, à falta de alimentos e aos preços desses. De Schutter (2014) adverte que a principal deficiência do que o autor denomina economia alimentar é, justamente, a inexistência de democracia. As pessoas não escolhem o que comem. Ou elas têm a falsa sensação de escolha. E sem democracia alimentar é impossível decidir e escolher o que comer. Nas gôndolas dos supermercados existem vários alimentos industrializados produzidos pelas mais diferentes marcas. Todavia, são provenientes de algumas poucas variedades agrícolas.

As poucas variedades agrícolas que alimentam a maior parte da população mundial são cultivadas a partir de sementes transgênicas e de agrotóxicos dos mais variados tipos. Desde 2008 o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Um índice alarmante, visto que consome cerca de 20% de todo o agrotóxico comercializado globalmente, o que equivale a um quinto do total (ATLAS DO AGRONEGÓCIO, 2018). O consumo passou de 170.000 toneladas em 2000 para 500.000 toneladas em 2014, um aumento de 135%, segundo o mesmo relatório. O Brasil consome agrotóxicos que são proibidos nos Estados Unidos e União Européia. Os cultivos de soja, milho e cana-de-açúcar são responsáveis pelo uso de 72% do agrotóxico utilizado no país (BOMBARDI, 2017). Ainda de acordo com a autora, a soja, sozinha, utiliza 52% dos herbicidas na lavoura nacional. A região que mais consome agrotóxico é o Centro-Oeste em virtude da expansão da produção de soja nestas últimas décadas. São, em média, 350.000 toneladas por ano⁹. Esses números se tornam ainda mais assustadores quando relacionados a danos à saúde e ao meio ambiente. O Rio Grande do Sul é o estado com maior índice de suicídios do país¹⁰. A grande maioria dos casos é de agricultores produtores de tabaco. O motivo, sobretudo na década de 1990, era o endividamento. Recentemente, muitos casos têm sido associados à intoxicação por uso de agrotóxicos. No mesmo estado, em 2017, acredita-se que a destruição de cerca de 500 colmeias foi causada pela ampliação de agrotóxicos em lavouras de soja¹¹.

Outro impacto ambiental causado pelo sistema alimentar capitalista é a emissão de gases do efeito estufa, que contribui com as mudanças climáticas. Segundo o Grain (2011), entre 44% e 57% desses gases são emitidos pela agricultura e pecuária industrial. Desses, de 11% a 15% provém das atividades estritamente agrícolas, 15% a 18% das mudanças no uso da terra e desmatamento para fins agrícolas, 15% a 20% do processamento, transporte, embalagem e refrigeração de alimentos e 3% a 4% de resíduos orgânicos. Ademais, é um sistema altamente dependente de petróleo. O primeiro passo nesse sentido foi a criação de maquinários. Nos Estados Unidos, até 1850 a tração animal representava 53% do total da energia necessária na produção agrícola, um século depois representava apenas 1%, o que evidencia o avanço dos maquinários e, conseqüentemente, o uso de petróleo (PIMENTEL e PIMENTEL, 2007). O uso de agrotóxicos evidencia outro uso ilimitado do petróleo. Entre 1980 e 1998, a comercialização de fertilizantes e pesticidas passou de 18% para 160%

⁹ Op. Cit.

¹⁰ Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2016/10/por-que-o-rio-grande-do-sul-e-regiao-com-mais-suicidios-do-pais.html>> Acesso em junho de 2018.

¹¹ Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/campo-e-lavoura/noticia/uso-de-defensivo-agricola-pode-ser-responsavel-pela-morte-de-abelhas-na-regiao-central-do-rs.ghtml>> Acesso em junho de 2018.

(JONES, 2001 apud ESTEVE, 2017). Quem ganha com isso são as transnacionais petrolíferas, como a Repsol, a Exxon Mobile e a Shell, etc. A dependência do petróleo também ocorre nas longas viagens feitas pelos alimentos, que viajam em média cinco mil quilômetros do campo à mesa (ESTEVE, 2017). Isso gera cerca de cinco milhões de toneladas de CO₂ por ano (GONZÁLEZ, 2012 apud ESTEVE, 2017).

Com a expansão da produção de *commodities*, houve a crescente especulação dos seus preços em bolsas de valores e em mercados futuros (HOLT-GIMÉNEZ e PATEL, 2010). Em 2008, os mercados de matérias-primas foram 65% especulativos, sendo que uma década antes eram 25% (CAMPAÑA DRECHO A LA ALIMENTACION: URGENTE, 2011 apud ESTEVE, 2017). Tal cenário, aliado à crescente produção de agrocombustíveis, vistos como uma alternativa à escassez e à oscilação dos preços do petróleo, produziu uma crise alimentar que impactou severamente a população mundial. Isso porque com a diminuição da produção de alimentos, o acesso se tornou difícil e os preços exorbitantes. Em 2008, o preço médio do trigo no mundo foi 130% maior do que no ano anterior, assim como o da soja 87%, o do arroz 74% e o do milho 31% (HOLT-GIMÉNEZ e PATEL, 2010). Todos esses alimentos fazem parte da dieta diária da população nas mais diferentes regiões do globo. Esses alimentos se tornaram inacessíveis às famílias, sobretudo, do Sul global, que gastam entre 50% e 60% da sua renda com comida, chegando a 80% nos países mais pobres (ESTEVE, 2017). No Brasil, o cultivo de cana-de-açúcar para a produção de etanol aumentou substancialmente nesse período, gerando, também, a diminuição da produção de alimentos básicos aos brasileiros como arroz, feijão, mandioca, entre outros. Vários estudos apresentaram dados sobre isso, como Valério (2015).

Para concluir, dois outros impactos produzidos pelo sistema alimentar capitalista são a fome e a obesidade. Aproximadamente 850 milhões de pessoas passam fome, 500 milhões são obesas, 2 bilhões sofrem com a deficiência de micronutrientes e 1,4 bilhões estão acima do peso em todo o mundo (FAO, 2013). De acordo com Patel (2008), a fome e a obesidade estão ligadas ao mesmo problema, pois estão conectadas à mesma cadeia de produção de alimentos. Entre 1970 e 1990, o total de alimentos per capital aumentou 11%, mas isso não teve resolvido a questão da fome, pois o número de pessoas que passam fome no planeta aumentou nesse período, excluindo-se o caso da China (FAO, 2013). Acredita-se que em 2016 esse número voltou a aumentar depois de sucessivas quedas, demonstrando que, o direito a alimentação ainda é um dos direitos humanos mais violados (ZIEGLER, 2012). Com relação à obesidade, em 2010, a estimativa global dos gastos com isso e o sobrepeso da

população era de US\$ 1,4 bilhões (FAO, 2013). Nos Estados Unidos, a obesidade afeta, principalmente, a população afroamericana (36%) e latina (29%), que são os mais pobres (ESTEVE, 2017). Em decorrência disso, aumentaram os casos de diabetes, colesterol, alergias, hiperatividade infantil, entre outros. No Brasil, o sobrepeso afeta a 54% da população. Em torno de 20% são homens e 24% mulheres. Entre as crianças menores de cinco anos, são 7,3% (BBC BRASIL, 2018).

1.6. Síntese

Ao longo da história, o modo de produção camponês se desenvolveu num processo de co-evolução com a natureza. Nesse ínterim, surgiram diferentes sistemas agrários em todo o planeta, cada um com as suas respectivas características. Mais tarde, nos tempo modernos, ocorreram duas revoluções agrícolas. A primeira entre os séculos XVI e XIX e a segunda a partir de meados do século XX. É no contexto da primeira revolução agrícola que surge o modo de produção capitalista. Com a expansão do capitalismo na agricultura, aliado à nova divisão internacional do trabalho e ao avanço nos meios de transportes, surgiu uma complexa rede de produção alimentar. Mais tarde, com a ascensão dos maquinários, dos fertilizantes e das sementes modificadas, momento que ficou conhecido como Revolução Verde, o capital, sobretudo norte-americano, avança na produção agropecuária em todo o mundo. Na atualidade, o sistema alimentar capitalista pode ser caracterizado pela ascensão das empresas transnacionais, ou das corporações, na produção, distribuição e consumo de alimentos. E isso é resultado de processos que tiveram início séculos atrás. É global porque, direta ou indiretamente, está presente em todas as regiões do mundo. Um país pode estar inserido no sistema através da produção de matérias-primas, outros de maquinários, e assim sucessivamente. No interior do sistema, os camponeses são subordinados.

O sistema alimentar capitalista é composto por diferentes agentes, dos quais se destacam as empresas transnacionais e, mais recentemente, as redes varejistas. Tal controle é resultado do poder econômico e geográfico exercido por esses agentes. O controle resulta em poder. E o poder produz controle. Nesse movimento, os territórios são usados de acordo com os interesses dos agentes que controlam a produção, a distribuição e o consumo de alimentos. O sistema alimentar capitalista é constituído de redes transterritoriais, cujos agentes hegemônicos são empresas transnacionais e redes varejistas, mas deles participam também o Estado, as organizações multilaterais, os agricultores, entre outros, que se apropriam dos territórios e os utilizam conforme as suas intencionalidades, no caso a reprodução ampliada de capital. O Brasil adentra o sistema alimentar através da produção de matérias-primas ou

commodities. Normalmente, elas são exportadas e processadas em outros países, retornando enquanto produto final. Na divisão internacional do trabalho compete ao país utilizar seus territórios para produção de soja, cana-de-açúcar, milho, carne, árvores, entre outros. O restante do processo produtivo pertence a outros países.

Os impactos econômicos, sociais, ambientais e culturais são os mais diversos, conforme apresentado no tópico 1.5. Mas aos camponeses, especificamente, restam poucas opções. Os preços impostos pelo sistema alimentar capitalista produz a dependência, o endividamento, o empobrecimento e, às vezes, a expropriação desses agricultores. As empresas transnacionais e as redes varejistas ao controlarem o acesso aos mercados têm o poder de determinar os preços. É o que Ploeg (2008) denomina de acesso na entrada e na saída do império alimentar. Em decorrência disso, os custos de produção tendem a ser cada vez maiores, enquanto os preços pagos aos produtos cada vez menores. Ocasionalmente, assim, a concentração dos lucros em alguns agentes, principalmente naqueles citados. Nesse sentido, os camponeses se tornam cada vez mais reféns do sistema. O mesmo acontece com os consumidores, reféns de alimentos processados ricos em gordura, sódio e açúcar. Esses alimentos são, normalmente, mais baratos, o que limita a escolha dos consumidores. Nesse sentido, as opções tanto aos camponeses como aos consumidores são restritas. É um sistema antidemocrático, sem escolhas. Contudo, a partir desse cenário, resistências são forjadas, tanto por parte dos camponeses como dos consumidores.

São dois tipos de resistências, as silenciosas e individuais e as coletivas (GUZMAN, 2012). As primeiras surgiram na década de 1990 e consistem na pluriatividade, na multifuncionalidade, na agricultura de tempo parcial, na produção ecológica, na produção artesanal, entre outros. Recentemente, surgiu o segundo tipo. Essas são baseadas em alianças entre agricultores e grupos de consumidores, por exemplo. O objetivo do próximo tópico foi compreender as resistências coletivas, que não se resumem às alianças entre produtores e consumidores, embora esse seja um dos elos principais. O diferencial é que foi atribuída às resistências uma abordagem geográfica, ou territorial. Assim, o primeiro e o segundo capítulo são complementares, visto que um apresenta as configurações do sistema alimentar capitalista, pensando nos usos dos territórios, seja através da territorialização ou da determinação das territorialidades, e o outro aborda as resistências construídas do interior do sistema, buscando romper com relações de sujeição. O que em outras palavras significa romper com as territorialidades impostas pelo capital. Para isso, novas territorialidades devem ser construídas em diálogo tanto com a natureza como com a sociedade.

CAPÍTULO 2 - RESISTÊNCIAS TERRITORIAIS AO SISTEMA ALIMENTAR CAPITALISTA: CONSTRUINDO ALTERNATIVAS MULTIDIMENSIONAIS E PLURIESCALARES NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO BRASIL E RIO GRANDE DO SUL

2.1. Introdução

Conforme abordado no capítulo anterior, as empresas transnacionais que compõem o sistema alimentar capitalista se apropriam dos territórios e os usam a seu favor. À medida que esse sistema se torna cada vez mais concentrado, diferentes impactos socioterritoriais são gerados, como a intensificação da subordinação do campesinato, a extinção de sementes e variedades agrícolas, as mudanças climáticas, a subnutrição, a fome e a obesidade, entre outros abordados nesse trabalho. São problemas estruturais e/ou conjunturais, mas ambos territoriais, produzidos pelo modelo de apropriação e uso do território capitalista. Nesse movimento de monopolização do território e das territorialidades, resistências são gestadas. Nestes últimos anos, camponeses e consumidores, os mais afetados por esse sistema, passaram a questionar as formas de produção, distribuição e consumo de alimentos. Em decorrência disso, surgiram redes de produtores orgânicos e agroecológicos, de consumo sustentável e de comércio justo. Ou seja, novas formas de produção, de organização e de consumo em torno dos alimentos. Tais práticas são resistências que buscam romper com os monopólios, construindo fissuras ou trincheiras no e a partir do território, processo que Santos (1994) denomina de revanche do território.

As resistências territoriais, sobretudo no que se refere às organizações camponesas, são resultados da rebeldia desses sujeitos, que desejam certo poder, domínio ou controle, disputando com as empresas transnacionais e, em alguns casos com o Estado, os territórios e os seus usos. Assim como os camponeses, os consumidores, cada vez mais conscientes do seu papel na questão alimentar, lutam pelo poder de decisão sobre o que consumir, reivindicando o acesso a alimentos saudáveis a preços justos. Tais resistências são, portanto, construídas a partir da relação campo-cidade e da conscientização dos sujeitos acerca da alimentação. São resistências multidimensionais porque dialogam com as várias dimensões do território, econômica, política, ambiental, cultura, e pluriescalares, pois vão desde o movimento transnacional Via Campesina até movimentos camponeses nacionais, movimentos camponeses agroecológicos, movimentos de consumidores conscientes, entre outros. Seguindo essa lógica, o presente capítulo procurou responder as seguintes questões: O que são

e quais são as resistências territoriais construídas pelos camponeses organizados em movimentos socioterritoriais ao sistema alimentar capitalista? Quais são as dimensões, as escalas e as características dessas ações? E no caso do MST no estado do Rio Grande do Sul, que é o objeto de estudo dessa pesquisa, quais são as características das resistências construídas nos assentamentos rurais? Como elas foram gestadas no espaço-tempo? Tais resistências são capazes de transformar o sistema alimentar capitalista?

Para responder essas questões, o capítulo dois foi estruturado em três tópicos. No primeiro tópico, abordou-se a soberania alimentar enquanto uma alternativa global/local ao sistema alimentar capitalista. Tal proposta é construída pela Via Campesina desde meados dos anos 1990, consolidando-se como uma diretriz não só política, mas econômica e ambiental dos movimentos camponeses de diferentes regiões do mundo. A soberania alimentar dá unicidade às lutas e resistências territoriais dos camponeses. No segundo tópico, foram analisadas as resistências territoriais construídas pelos movimentos camponeses que fazem parte da Via Campesina Brasil, com destaque para o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o MST. Como a quantidade de experiências é imensa, selecionou-se algumas das quais foram noticiadas pelos próprios movimentos através das suas respectivas páginas na internet e redes sociais. Mapear essas resistências é fundamental para saber onde, como e porque surgiram. No terceiro tópico, abordou-se o caso do MST no Rio Grande do Sul, analisando-se desde a sua gestação até a construção de resistências territoriais baseadas na agroecologia, no cooperativismo, na agroindústria familiar ou coletiva, no acesso aos mercados institucionais e na construção de mercados populares camponeses.

O intuito foi compreender como tais resistências se desenvolveram no espaço-tempo, dando origem ao que nos outros capítulos será analisado como sistema alimentar camponês.

2.2. A Soberania Alimentar Enquanto Alternativa Global/Local

A partir da década de 1980, as implementações de políticas neoliberais e de ajuste estrutural da economia alteraram profundamente a agricultura mundial, além de reestruturar as relações entre o Estado e a sociedade, permitindo a ascensão de movimentos camponeses em diferentes escalas, cada vez mais autônomos e com estruturas organizativas horizontais (MARTÍNEZ-TORRES e ROSSET, 2010). No que se refere à agricultura, com a expansão do capital financeiro internacional, a concentração de empresas transnacionais nas indústrias de sementes, insumos químicos, maquinários e *commodities*, a alteração dos padrões do mercado

agrícola internacional pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e a adoção de políticas agrícolas criadas por organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial (WEIS, 2007; BERNSTEIN, 2013), intensificaram-se os processos de exclusão e expropriação de camponeses em todo o mundo. Nesse contexto, as experiências de intercâmbio e articulação mundial entre diferentes organizações com o objetivo de defender o modo de vida camponês resultaram na criação da Via Campesina em 1992 no II Congresso da União Nacional de Agricultores e Criadores (UNAG), na Nicarágua (BORRAS, 2004).

A Via Campesina é um movimento transnacional que abrange movimentos camponeses, pequenos e médios agricultores, mulheres do campo, trabalhadores rurais e comunidades indígenas na América, África, Ásia e Europa. Tem como pressuposto o desenvolvimento da agricultura através da agroecologia e da soberania alimentar (BORRAS, 2004). Na atualidade, é constituída por, aproximadamente, 200 milhões de famílias organizadas em 164 movimentos camponeses localizados, sobretudo, na Ásia, África e América Latina e Caribe. A Via Campesina pode ser caracterizada como uma constelação de movimentos camponeses que dialogam sobre diferentes saberes e modos de saber e fazer agricultura, construindo, assim, leituras da realidade, agendas de lutas e ações coletivas (MARTÍNEZ-TORRES e ROSSET, 2014). Nesse ínterim, também constroem alternativas à subordinação camponesa com a constituição de estruturas organizativas e produtivas mais autônomas (CARVALHO, 2002). As lutas, as agendas e as propostas da Via Campesina refletem as suas organizações membros, assim como o resultado das negociações entre elas, configurando uma identidade coletiva (BORRAS, 2004). Os congressos internacionais, que ocorrem a cada quatro anos, são os espaços nos quais ocorrem a agregação de novos membros, a ampliação das agendas de lutas e a construção de propostas, como a soberania alimentar.

Em 1993, ocorreu a I Conferência Internacional da Via Campesina em Mons, na Bélgica, oficializando a formação de um movimento camponês transnacional. Três anos depois, aconteceu a II Conferência Internacional da Via Campesina no México, da qual participaram o MAB, o MST e outros 67 movimentos camponeses oriundos de 36 países. O evento foi organizado em torno dos seguintes eixos de discussão, mobilização e reivindicação: a) soberania alimentar, b) reforma agrária, c) agricultura camponesa, d) biodiversidade e e) questão de gênero (VIA CAMPESINA, *s.d.*). Nessa conferência a concepção de soberania alimentar foi apresentada como contraponto à ideia de segurança alimentar. A noção de segurança alimentar surge no contexto das duas grandes guerras mundiais, momento em que

os países envolvidos não conseguiam produzir alimentos. Depois disso, a segurança alimentar passou a compor os objetivos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) desde a sua criação em 1945. Atualmente, a FAO é a principal referência do conceito de segurança alimentar.

Em 1996, na Cúpula Mundial da Alimentação em Roma, foi definido que:

Nós, Chefes de Estado e de Governo, ou os nossos representantes, reunidos na Cimeira Mundial da Alimentação a Convite das Nações Unidas para a Alimentação (FAO), reafirmamos o direitos de todos a terem acesso a alimentos seguros e nutritivos, em consonância com o direito de uma alimentação adequada e com direito fundamental de todos a não sofrer de fome (FAO, 1996, não paginado).

De acordo com a FAO, a segurança alimentar se resume ao acesso a alimentos em quantidade e qualidade suficientes, atendendo, assim, às necessidades da população mundial. Essa concepção é bastante criticada porque não aborda quem deve produzir esses alimentos. Não se define qual modelo de produção agropecuário deve atender a demanda. Para autores como Wittman *et al* (2010), é uma compreensão que não questiona o sistema agroalimentar hegemônico, concentrando ainda mais a produção alimentar nas mãos de algumas poucas empresas transnacionais. Diante disso, a Via Campesina propôs a concepção de soberania alimentar, baseada na reforma agrária, na agricultura camponesa e na produção agroecológica. Ou seja, é uma concepção que define quem deve alimentar a população mundial e como esses alimentos devem ser produzidos. Essa ideia surgiu na década de 1980 quando os movimentos camponeses e os governos da América Central tentaram conquistar melhores condições no mercado de alimentos (EDELMAN, 2014). Todavia, a concepção de soberania alimentar não foi aprofundada nesse momento. Mais tarde, na década de 1990, a Via Campesina incorporou a concepção à sua agenda de lutas, definindo-a como:

[...] derecho a la alimentación, a producir los alimentos, al respeto a la diversidad productiva y cultural, a un comercio justo, equitativo y sostenible y al derecho que tienen los pueblos a definir sus propias políticas agrícolas sin ingerencia de intereses extranacionales (VIA CAMPESINA, 1996, não paginado).

Desde então, a cada encontro, conferência ou fórum organizado pela Via Campesina a concepção de soberania alimentar é discutida e aprofundada, visando à transformação da realidade agroalimentar em todo o mundo. Além dessa noção, outras são abordadas pela Via

Campesina, compondo, inclusive, o alicerce da proposta de soberania alimentar. É o caso da agroecologia, caracterizada “[...] como a diversidade de técnicas e tecnologias alicerçadas em conhecimentos tradicionais adaptados a culturas e geografias, que permite a produção de alimentos e fibras sem a utilização de agrotóxicos, respeitando os ecossistemas” (VIA CAMPESINA, *s.d.*). Sendo a agroecologia um dos fundamentos da soberania alimentar, essas são interpretadas como alternativas críticas à agricultura neoliberal (WITTMAN *et al*, 2010). Uma alternativa ao regime alimentar corporativo (COCA, 2016). Ou sementes de um desenvolvimento territorial concebido pelas experiências de lutas e pelos conhecimentos dos movimentos camponeses e das instituições que os apoiam (FERNANDES, 2014, *s.n.*). Por outro lado, a soberania alimentar é compreendida como um projeto radical inviável que negligencia a história agrária do mundo moderno (BERNSTEIN, 2013).

Em 1999, a seção brasileira da Via Campesina foi oficializada. Dela fazem parte o MAB, o MPA, o MST, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Pastoral da Juventude Rural (PJR), o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) e a Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ). As agendas de lutas e os projetos políticos desses movimentos ou organizações são arquitetados conjuntamente no âmbito da Via Campesina, principalmente, nas conferências internacionais. Todavia, respeita-se a autonomia de decisão de cada um deles em seus respectivos territórios. Depois disso, as propostas são levadas aos camponeses. Do contraponto entre o que se propõe e o que se constrói na realidade surgem novas lutas, ações e propostas. Nesse sentido, as resistências desenvolvidas nas diferentes regiões do país são o resultado da organização pluriescalar dos camponeses e do diálogo entre saberes e modos de saber e fazer agricultura, que é multidimensional, pois envolve todas as dimensões dos territórios. Nesse caso, a organização em rede é parte fundamental do fazer político (MOREIRA, 2007).

Em 2000, na III Conferência Internacional da Via Campesina e I Assembleia Internacional de Mulheres em Bangalore na Índia, os movimentos e organizações camponesas reafirmaram a sua oposição ao neoliberalismo, às empresas transnacionais, à OMC, ao FMI e ao Banco Mundial e incorporaram às suas discussões dois outros temas, a migração e o trabalhador assalariado (VIA CAMPESINA, *s.d.*). Nesse evento, 50% dos membros da Comissão Coordenadora Internacional (CCI) da Via Campesina eram mulheres, o que expressou significativo avanço nas discussões de gênero. Em 2004, a IV Conferência Internacional da Via Campesina, II Assembleia Internacional de Mulheres e I Assembleia

Internacional de Jovens ocorreu no Brasil. Nesse evento, pode-se notar pelo título que foi criado um espaço de discussão para os jovens que vivem no campo, evidenciando a preocupação dos movimentos camponeses com essa questão. Outras questões importantes foram discutidas, como a organização de mercados alternativos e a criação de organizações produtivas nos territórios camponeses (VIA CAMPESINA, *s.d.*). São proposições que visam à construção da soberania alimentar.

Em 2007, o Fórum Mundial pela Soberania Alimentar em Nyéleni no Mali agregou 500 representantes de movimentos e organizações camponesas de 80 países. Nesse momento, a concepção de soberania alimentar foi definida como:

[...] um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo. Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, por cima das exigências dos mercados e das empresas. Defendendo os interesses de, e inclusive às futuras gerações (FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY, 2007, não paginado, tradução nossa).

Segundo esse mesmo documento, os seis pilares para a construção da soberania alimentar são: a) o alimento deve ser destinado às pessoas; b) os conhecimentos e habilidades locais devem ser preservados e aprimorados; c) a produção agrícola deve ser realizada respeitando os recursos naturais; d) os valores daqueles que produzem alimentos devem se respeitados; e) a construção de sistemas alimentares locais é cada vez mais necessária; f) as populações camponesas precisam controlar os seus sistemas alimentares. Em cada um desses itens é clara a perspectiva de uma agricultura em consonância com a natureza, a cultura e os sistemas alimentares locais. Embora a ênfase seja na escala local, a soberania alimentar não se resume a essa. No documento *Las luchas del campesinado em el mundo*, a Via Campesina (2009) apresentou a pluriescalaridade e a multidimensionalidade da proposta de soberania alimentar. Na escala local, faz-se necessário: a) manter a produção agrícola local, promovendo novas instalações na agricultura e facilidade de crédito aos agricultores camponeses; b) desenvolver canais de comercialização de alimentos, aproximando aqueles que produzem dos que consome, de modo que os preços satisfaçam ambos; c) estimular o consumo de produtos locais; d) dar suporte aos modos de produção autônomos com relação aos insumos agrícolas.

Na escala nacional, faz-se necessário: a) estabelecer políticas públicas de apoio à agricultura camponesa; b) evitar acordos de livre comércio contrários à soberania alimentar; c) estabelecer proteções alfandegárias contra importações agrícolas; d) construir reservas alimentar públicas; e) instalar mecanismos de garantia de preços agrícolas; f) desenvolver políticas de controle da produção agrícola; g) controlar os lucros dos intermediários e proibi-los de especular com os preços agrícolas; h) realizar a reforma agrária. Por último, na escala global, têm-se: a) proibir especulações envolvendo alimentos; b) incluir o direito à soberania alimentar no direito internacional; c) decretar uma moratória sobre os agrocombustíveis; d) criar organizações internacionais de regulamentação dos mercados; e) revogar os planos de ajustamento estrutural que forçam os Estados a abandonar a sua soberania alimentar; f) eliminar os mecanismos da dívida externa; g) reformular a Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia e a “Farm Bill” dos Estados Unidos para garantir a soberania alimentar. Os pilares nas escalas nacional e global são extremamente difíceis de serem colocados em prática, pois dependem da diminuição do poder das empresas transnacionais. E os Estados, que poderiam equilibrar essa correlação de forças, atuam em conjunto com os agentes hegemônicos.

Na contramão disso, quatro países incorporaram nos seus dispositivos legais a remodelagem do sistema alimentar, o Equador, a Bolívia, a Venezuela e o Nepal. É um processo de institucionalização de uma demanda dos movimentos camponeses, a soberania alimentar (WITTMAN, 2015). No caso do Brasil, uma tentativa nesse sentido ocorreu no estado do Rio Grande do Sul com a institucionalização do Plano Camponês da Via Campesina. Todavia, a maior parte dos recursos destinados ao plano ainda não foi disponibilizado aos camponeses para que esses invistam no cultivo de alimentos agroecológicos, assim como na industrialização e comercialização desses. A intenção dos movimentos camponeses, principalmente do MAB, MPA e MST, era que esse programa se transformasse em uma política pública federal. Algumas negociações foram feitas nesse sentido conforme será abordado no decorrer desse capítulo. Contudo, a correlação de forças não foi favorável aos camponeses.

Em 2008, na V Conferência Internacional da Via Campesina, III Assembleia Internacional de Mulheres e II Assembleia Internacional de Jovens que ocorreu em Maputo, Moçambique, os movimentos camponeses avançaram nas discussões sobre violência contra a mulher, jovens do campo, crise energética e climática, agricultura camponesa sustentável, além de reiterar a importância da soberania alimentar. Em 2013, a VI Conferência

Internacional da Via Campesina, IV Assembleia Internacional de Mulheres e III Assembleia Internacional de Jovens ocorreram em Yakarta, na Indonésia. Nesse contexto, a Via Campesina abordou a soberania alimentar como um projeto político que deve ser construído pelos movimentos do campo e da cidade, através de ações conjuntas, de uma aliança entre a classe camponesa e a classe assalariada. Compreendeu-se que a soberania alimentar, principalmente na escala local, depende do diálogo com a sociedade civil. Isso significa que aqueles que produzem e aqueles que consomem devem atuar conjuntamente, buscando construir outras relações em torno do alimento. Essa é uma forma de conscientizar a população sobre a importância da agricultura camponesa, da reforma agrária e da agroecologia na produção de alimentos saudáveis.

Alguns anos depois, em 2015, a Via Campesina organizou o Fórum Internacional sobre agroecologia. No quadro abaixo é possível analisar as estratégias deliberadas pelos camponeses. Elas giram em torno de nove eixos: a) a produção agroecológica e a necessidade de políticas públicas que a promovam; b) o intercâmbio de saberes; c) o papel central e fundamental da mulher; d) a construção de economias locais; e) a necessidade de dar visibilidade à concepção de agroecologia da Via Campesina; f) a edificação de alianças; g) a proteção da biodiversidade e dos recursos genéticos; h) a possibilidade de esfriar o planeta e se adaptar às mudanças climáticas; i) denunciar e lutar contra a incorporação corporativa da agroecologia. Todas essas estratégias estão em consonância com a proposta de soberania alimentar, sendo a agroecologia um de seus pilares mais importantes, assim como a reforma agrária. Sem a redistribuição da propriedade da terra não existe produção camponesa autônoma, soberana e agroecológica. Aqui, mais uma vez fica clara a necessidade dos camponeses investirem em estratégias locais, como a construção de mercados, e de se aliarem a outros movimentos do campo e da cidade.

Quadro 3 – Estratégias apresentadas no Fórum Internacional sobre Agroecologia da Via Campesina

<p>Promover la producción agroecológica a través de políticas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Sean territoriales y holísticas en su enfoque dirigido a las cuestiones sociales, económicas y relativas a los recursos naturales - Garanticen el acceso a la tierra y los recursos para alentar la inversión a largo plazo por parte de los pequeños productores de alimentos <ul style="list-style-type: none"> - Aseguren un enfoque inclusivo y responsable en la gestión de los recursos, la producción alimentaria, las políticas de adquisiciones públicas, las infraestructuras urbanas y rurales y la planificación urbana - Promuevan procesos de planificación descentralizados y la democratización auténtica en la colaboración con los gobiernos y autoridades locales relevantes - Apoyen reglamentaciones sanitarias y de salud apropiadas que no discriminen a los pequeños productores y procesadores de alimentos que practican la agroecología <ul style="list-style-type: none"> - Integren los aspectos nutricionales y de salud de la agroecología y la medicina tradicional - Garanticen el acceso de los pastoralistas a los pastos, las rutas de trashumancia y las fuentes de agua así como a los servicios móviles de salud, educación y cuidados veterinarios compatibles con las prácticas tradicionales en las que se basan - Aseguren los derechos consuetudinarios al acceso a los bienes comunes y que garanticen políticas relativas a las semillas que velen por los derechos colectivos de los campesinos y los pueblos indígenas a utilizar, intercambiar, obtener, seleccionar y vender sus propias semillas - Atraigan y apoyen a los jóvenes para que participen en la producción agroecológica de alimentos facilitándoles el acceso a los recursos naturales y a la tierra y garantizando un ingreso justo y el intercambio y la transmisión de saberes <ul style="list-style-type: none"> - Apoyen la producción agroecológica urbana y periurbana - Protejan los derechos de las comunidades que practican la caza silvestre y la recolección en sus áreas tradicionales –y contribuyan a la recuperación ecológica y cultural de la abundancia original de sus territorios. <ul style="list-style-type: none"> - Garanticen los derechos de las comunidades pesqueras - Apliquen las Directrices sobre la Tenencia del Comité de Seguridad Alimentaria Mundial (CFS) y las Directrices para la Pesca Artesanal de la FAO <ul style="list-style-type: none"> - Desarrollen programas que velen por el derecho de los trabajadores rurales a una vida digna, incluyendo la puesta en marcha de una auténtica reforma agraria, y la formación en agroecología
<p>Intercambiar saberes</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Intercambios horizontales (de campesino a campesino, pescador a pescador, pastoralista a pastoralista, entre consumidor y

	<p>productor, etc) e intercambios entre generaciones y entre diferentes tradiciones incluyendo nuevas ideas. Las mujeres y los jóvenes deben tener prioridad</p> <ul style="list-style-type: none"> - El control del pueblo sobre la agenda de investigación, sus objetivos y metodología - Generalizar la experiencia de aprender y construir a partir de la memoria histórica
Reconocer el papel central de la mujer	<ul style="list-style-type: none"> - Luchar por la igualdad de derechos de las mujeres en todos los ámbitos de la agroecología, incluyendo los derechos laborales de las trabajadoras, el acceso a los bienes comunes, el acceso directo a los mercados y el control de la renta - Los programas y proyectos deben involucrar plenamente a las mujeres en todas las fases, desde su formulación inicial hasta la planificación y aplicación, garantizando su rol en la toma de decisiones
Instaurar economías locales	<ul style="list-style-type: none"> - Promover mercados locales para productos locales - Apoyar el desarrollo de una infraestructura financiera alternativa, instituciones y mecanismos para ayudar tanto a los productores como a los consumidores - Reconstruir los mercados de alimentos mediante nuevas relaciones de solidaridad entre productores y consumidores - Desarrollar vínculos con experiencias de economía solidaria y sistemas de garantías participativas, cuando sean necesarias
Divulgar y dar más a conocer nuestra visión de la agroecología	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar un plan de comunicación sobre nuestra visión de la agroecología - Promover los beneficios nutricionales y para la salud de la agroecología - Subrayar el enfoque territorial de la agroecología - Impulsar prácticas que permitan a los jóvenes protagonizar la regeneración permanente de nuestra visión de la agroecología - Promover la agroecología como herramienta clave para reducir los desechos de alimentos y las pérdidas a lo largo del sistema alimentario
Forjar alianzas	<ul style="list-style-type: none"> - Consolidar y reforzar las alianzas existentes como las surgidas a partir del Comité Internacional de Planificación para la Soberanía Alimentaria (CIP) - Ampliar nuestra alianza a otros movimientos sociales y organizaciones e instituciones de investigación pública
Proteger la biodiversidad y los recursos genéticos	<ul style="list-style-type: none"> - Proteger, respetar y garantizar la tutela de la biodiversidad - Recuperar el control de las semillas y el material reproductivo y dar efecto a los derechos de los productores a emplear, vender e intercambiar sus propias semillas y razas ganaderas - Garantizar que las comunidades de pescadores desempeñan el papel principal en el control de las aguas marinas y de interior

<p>Enfriar el planeta y adaptarse al cambio climático</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Garantizar que las instancias internacionales y los gobiernos reconocen la agroecología como está definida en este documento como la solución para afrontar y adaptarse al cambio climático en lugar de adoptar la “agricultura climática inteligente” u otras versiones falseadas de la agroecología - Identificar, documentar y compartir casos exitosos de iniciativas locales agroecológicas que aborden el cambio climático
<p>Denunciar y luchar contra la apropiación corporativa e institucional de la agroecología</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Combatir los intentos de las corporaciones y las instituciones de acaparamiento de la agroecología como medio para promover los organismos modificados genéticamente y otras falsas soluciones y nuevas tecnologías peligrosas - Exponer los intereses particulares de las corporaciones que se esconden detrás de ajustes técnicos como la agricultura climática inteligente, la intensificación sostenible y los “ajustes interesados” en la acuicultura industrial - Luchar contra la mercantilización y financiarización de los beneficios ecológicos de la agroecología

Fonte: Via Campesina, Declaración del Foro Internacional sobre Agroecología, Nyéléni, 2015. Disponível em: < <https://viacampesina.org/es/declaracion-del-foro-internacional-de-agroecologia/>> Acesso em julho de 2018.

Em 2017, a VII Conferencia Internacional V Assembleia Internacional de Mulheres IV Assembleia Internacional de Jovens da Via Campesina no País Basco, na Espanha, contou com 700 participantes de diferentes países. As temáticas discutidas foram: a) agroecologia e sementes; b) feminismo camponês e popular; c) terra, água, territórios e reforma agrária; d) comércio e empresas multinacionais; e) trabalhadores migrantes e assalariados; f) políticas públicas; g) direitos camponeses e solidariedade. Nesse momento, definiu-se o que se entende por agroecologia camponesa:

La agroecología campesina conforma la base de nuestra propuesta y de nuestra visión de la soberanía alimentaria de los pueblos del mundo. Para ello resulta necesario que luchemos por una reforma agraria genuina, integral y popular así como por la defensa de los territorios indígenas y campesinos y la recuperación de los sistemas alimentarios locales.

Además de fortalecer y desarrollar nuestros mercados campesinos es necesario que construyamos nuevas relaciones entre las clases populares del campo y de la ciudad y canales nuevos de distribución y de venta, generando un nuevo modelo de relaciones humanas, económicas y sociales, basadas en el respeto, la solidaridad y la ética. Con la reforma agraria, la agroecología campesina y la soberanía alimentaria enfriamos el planetay construimos sociedades más justas y humanas (VIA CAMPESINA, 2017).

É nítida a evolução das leituras, concepções e propostas da Via Campesina nesses mais de vinte anos da sua existência com relação às escalas e dimensões das lutas camponesas. A concepção de soberania alimentar que ascende como um contraponto à noção de segurança alimentar consiste, na atualidade, no direito dos povos ao alimento, e que eles sejam nutritivos, acessíveis, culturalmente adequados e produzidos sustentável e ecologicamente. É o direito dos povos de determinar seus próprios sistemas de produção de alimentos. Assim, aqueles que produzem e consomem os alimentos retornam ao centro do sistema alimentar. Para isso, a apropriação e o controle dos usos dos territórios são cada vez mais essenciais. Isso exige o acesso a terra e o controle do que é produzido nela, desde as sementes até os alimentos distribuídos aos camponeses e consumidores. A soberania alimentar é, portanto, uma alternativa local, mas, ao mesmo tempo, global. É uma alternativa ao sistema alimentar capitalista que perpassa pela construção de um sistema alimentar camponês, cujos pilares são a reforma agrária e a agroecologia. Essa, por sua vez, passou a ser acompanhada da palavra camponesa, determinando quem são os sujeitos responsáveis pela produção de alimentos em consonância com os ecossistemas locais.

A soberania alimentar é a proposta política, econômica, social e ambiental que direciona as lutas, as mobilizações e as ações dos camponeses em seus respectivos territórios. Ela direciona as resistências territoriais dos movimentos e organizações camponesas em diferentes escalas e dimensões dos territórios. Determina como os camponeses podem ou devem usar os seus territórios, evitando tanto a marginalização como a subordinação ao sistema alimentar capitalista. É produto, mas, também, é produtora. É resultado do diálogo de saberes e diferentes modos de saber e fazer agricultura. E é proposta que condiciona as resistências territoriais camponesas. No Brasil, conforme abordado no próximo tópico, os camponeses vinculados à Via Campesina estão empenhados na construção da soberania alimentar. Nesse contexto, eles produzem resistências territoriais que podem ser caracterizadas como práticas, saberes e ações a partir do e no território visando à soberania territorial. Normalmente, são resistências territoriais locais ou, no máximo, regionais. Algumas dessas avançaram nos últimos anos, constituindo o que nessa pesquisa é denominado sistema alimentar camponês. Tais sistemas ascendem em contextos histórico-geográficos específicos. Antes de compreendê-los, faz-se necessário entender um pouco mais sobre o conjunto de resistências territoriais existentes.

2.3. Construindo Alternativas no Brasil: Os Casos dos Movimentos Camponeses Vinculados à Via Campesina

Diante de um sistema alimentar com poder suficiente para controlar os usos dos territórios, os camponeses resistem e constroem alternativas através de iniciativas, práticas e saberes, ambos locais/regionais e populares. Dentre essas, destacam-se o cultivo de sementes crioulas, a produção agroecológica, a construção de agroindústrias familiares ou coletivas e a criação de diferentes canais de comercialização de alimentos. Ações cada vez mais criativas são fundamentais na produção dessa diversidade (SHIVA, 2001). Em virtude do seu caráter local, ou no máximo regional, muitas dessas práticas permanecem pouco visíveis aos pesquisadores, ONGs e instituições públicas; ou não costumam ser analisadas a partir do seu potencial transformador. Em outras palavras, não são compreendidas como experiências emancipatórias, que buscam construir outro modelo de desenvolvimento da agricultura, contrário ao modelo imposto pela globalização neoliberal. Além do mais, essas iniciativas são estudadas de maneira fragmentada, o que impossibilita um entendimento geral desse processo. Analisando-as em conjunto, essas práticas despontam como importantes resistências territoriais através das quais a agricultura camponesa se reinventa em contextos cada vez mais difíceis à sua existência e reprodução social.

São iniciativas criativas que buscam soluções locais (seja na unidade de produção camponesa ou através da organização dos camponeses em diferentes escalas e dimensões do território) para problemas que são globais. A agricultura camponesa é, portanto, um espaço de resistência e de utopia transformadora (HOCSMAN, 2014). Essas iniciativas surgem em distintos contextos de marginalização, privação e subordinação. São resistências gestadas por camponeses integrados ou excluídos do sistema alimentar capitalista. Desse modo, a finalidade é diminuir a subordinação do campesinato, superar a exclusão social e/ou reduzir a pobreza no campo. A essência dessas experiências é a luta emancipatória diante de agentes hegemônicos. São, portanto, iniciativas contrárias à reprodução ampliada do capital, que buscam construir outros espaços/territórios e relações com a natureza, o alimento e entre o campo e a cidade. São diferentes escalas de ação, que vão desde a unidade familiar, o assentamento rural, a comunidade até os espaços de comercialização de alimentos nas cidades. E distintos níveis de organização social, contemplando grupos de famílias, grupos gestores e cooperativas, além de diversos graus de autonomia do campesinato e diferentes sujeitos sociais envolvidos, considerando atividades que podem se restringir apenas à produção de sementes e alimentos, ou se estender à industrialização e comercialização desses.

O importante é que independente da escala ou dimensão de abrangência são resistências baseadas nos usos camponeses dos territórios. Usos esses que são distintos do capitalista. O intuito não foi apresentar todas as resistências em construção, até porque são inúmeras, mas sim mapear algumas dessas, destacando, assim, onde, como e porque o campesinato resiste. E qual o papel do território nesses processos. Contudo, o mapeamento aprofundado dessas resistências é uma agenda de pesquisa necessária na atualidade, pois permite a compreensão das estratégias de reprodução do campesinato. Evidenciando uma das principais características dos camponeses no contexto atual, a resiliência.

O MAB e MST nasceram na década de 1970, em um contexto de construção de hidrelétricas, modernização da agricultura e ditadura militar. Por sua vez, o MPA surgiu na década de 1990, momento de expansão do neoliberalismo e de ausência de políticas públicas destinadas à agricultura camponesa. A base social desses movimentos é formada por camponeses e ribeirinhos expulsos de suas terras pela construção de hidrelétricas, camponeses expropriados pelo avanço do agronegócio, camponeses excluídos do processo produtivo e camponeses com dificuldades em produzir alimentos devido à falta de infraestrutura, assistência técnica e crédito agrícola. Embora enfrentem as mais variadas situações de privação, marginalização e subordinação, os camponeses estão construindo alternativas à

lógica capitalista. São os protagonistas de saberes, ações e relações visando à composição de outro modelo de desenvolvimento da agricultura.

Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB)

As lutas do MAB se concentram, essencialmente, na questão energética. Contudo, nos últimos anos, os camponeses vinculados ao movimento estão se dedicando à produção de alimentos agroecológicos e energias renováveis. Nesse sentido, o movimento se dedica ao projeto de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), a construção de cisternas para a captação de água da chuva e a instalação de placas de aquecimento solar de água, entre outras ações que buscam fortalecer a agricultura camponesa. Desenvolvido desde 2011 em unidades camponesas, o PAIS é um projeto que consiste na implantação de uma horta circular com um galinheiro no centro e pomares ao redor do sistema. No PAIS, as famílias produzem hortaliças, frangos, ovos e frutas sem a utilização de adubos químicos e agrotóxicos. O cultivo possui um sistema de irrigação por gotejamento, utilizando a água disponível de maneira eficiente, uma alternativa importante para regiões de clima semiárido. De maneira geral, o PAIS visa a promoção de soberania alimentar em áreas atingidas por barragens através do uso da tecnologia social. Cerca de 800 PAIS foram implantados em unidades camponesas nos estados da Bahia, Goiás, Minas Gerais, Paraná, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rondônia. A implantação do PAIS ocorre por intermédio de mutirões dos quais participam os técnicos do MAB e as famílias camponesas contempladas com o projeto, que também aprendem como instalá-lo. Os alimentos produzidos através do projeto são para autoconsumo e comercialização por meio de compras institucionais e mercados locais.

Imagem 1 – Implantação do projeto de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS)



Fonte: Página do MAB, 2018.

Outra iniciativa do MAB é a construção de cisternas e a implantação de aquecedores solares nas unidades camponesas através de acordos com instituições estaduais, federais e internacionais e associações interestaduais. A cisterna é uma tecnologia social para captação, armazenamento e distribuição da água da chuva, permitindo também a sua preservação. Seu uso permite que famílias que sofrem com a má distribuição da água consigam produzir alimentos. Recentemente, no estado da Paraíba, os camponeses do MAB foram contemplados com 90 cisternas financiadas pela Secretaria de Desenvolvimento Humano (SEDH) e Secretaria do Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Ciência e Tecnologia (SEMARHCT). Por sua vez, as placas solares permitem que as famílias camponesas tenham acesso a água aquecida sem que haja gastos com energia elétrica, gerando uma economia de até 30% no mês. Nestes últimos anos, o acesso a essas tecnologias sociais faz parte do projeto “Promoção da soberania alimentar em regiões atingidas por barragens através da tecnologia social PAIS e placa solar de aquecedores de água”, desenvolvido com 210 famílias nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O objetivo do projeto é incentivar e valorizar a agricultura camponesa, possibilitando a diversificação da produção, a geração de renda, a qualidade de vida e, conseqüentemente, a permanência das famílias no campo.

Nesses casos, os camponeses vinculados ao MAB estão usando os seus territórios, que nada mais são do que as unidades de produção camponesa, de maneira mais autônoma, evitando a dependência a insumos externos. As tecnologias sociais visam o acesso à água e energia elétrica, além da economia dessa última, permitindo não só a sobrevivência da família, mas o desenvolvimento da produção agropecuária. São resistências que se baseiam

nos usos dos territórios de maneira mais autônoma, diminuindo a dependência ao sistema alimentar capitalista.

Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)

O MPA é um dos movimentos que mais se dedicam à construção de alternativas à agricultura capitalista. Dentre essas, destacam-se as Festas das Sementes Crioulas, o Projeto Alimergia, o Programa Camponês e as Feiras/Cestas Agroecológicas, além da Loja Camponesa Raízes do Brasil, inaugurada recentemente no município do Rio de Janeiro. As Festas das Sementes Crioulas permitem o resgate, a conservação e o melhoramento de variedades de diferentes espécies, principalmente de milho (NERLING *et al*, 2013). Em 2017 ocorreu a terceira edição da festa na sede da Cooperativa Mista de Produção, Industrialização e Comercialização de Biocombustíveis do Brasil (COOPERBIO) no município de Seberi, Rio Grande do Sul. Ao todo, 45 camponeses apresentaram 400 amostras de mais de 250 variedades de sementes crioulas que foram compartilhadas entre eles, além de mudas de árvores frutíferas e ervas medicinais. Durante a feira, o MPA cadastrou as amostras das sementes apresentadas identificando a sua origem e o camponês responsável pela sua partilha. Esse procedimento permite a organização e a preservação de variedades que não foram alteradas geneticamente e, por esse motivo, podem ser cultivadas sem a aplicação de agrotóxicos no plantio, crescimento e manejo.

As Festas das Sementes Crioulas resultaram na criação de um projeto de conservação e multiplicação de sementes com o objetivo de disponibilizá-las aos camponeses de diferentes regiões do país. O projeto é composto pelas seguintes ações: a) organização de uma rede de famílias camponesas guardiãs de sementes crioulas; b) multiplicação das variedades das sementes crioulas através do seu cultivo; c) melhoramento das sementes crioulas junto aos camponeses¹².

Os camponeses guardiões são aqueles que assumiram o compromisso de conservar variedades de sementes crioulas em suas propriedades. Cada variedade de semente é mantida por pelo menos três famílias de diferentes estados, garantindo variabilidade genética e minimizando os riscos de perda em virtude de fatores climáticos¹³. Além da manutenção de variedades de sementes crioulas, desde 2007 o MPA distribui essas sementes para as famílias que não conseguem produzi-las, garantindo a autonomia do campesinato no cultivo de

¹² Op. Cit.

¹³ Op. Cit.

alimentos¹⁴. Além das festas, foi construída uma Unidade de Produção Camponesa (UPC), localizada no Projeto Califórnia, em Canindé de São Francisco, Sergipe. A unidade é uma Casa Mãe de Sementes Crioulas onde os camponeses podem multiplicar variedades, resgatando a diversidade camponesa submergida pelo avanço da agricultura capitalista nestas últimas décadas. O objetivo é a conservação, multiplicação e distribuição de sementes, evitando, assim, que os camponeses dependam de variedades industriais ou transgênicas.

Criada em 2005, a COOPERBIO é uma das principais cooperativas do MPA. Atualmente, possui cerca de 2.000 associados no nordeste do Rio Grande do Sul. Um dos principais objetivos da cooperativa é desenvolver Sistemas Camponeses de Produção-Consumo-Reciclagem, destinados ao cultivo de alimentos, à preservação ambiental e à produção de energia renovável (MPA, 2016). O conceito de Sistemas Camponeses de Produção-Consumo-Reciclagem é empregado como alternativa teórica e política à concepção de cadeia produtiva. Como a lógica de reprodução da agricultura camponesa é completamente diferente da capitalista, não faz sentido utilizar a ideia de cadeia produtiva para entendê-la. A agricultura camponesa se caracteriza por diferentes formas de organização social, sendo que os biomas em que estão inseridos são a sua base ecológica, as culturas camponesas a sua base social e a construção de outro modelo de desenvolvimento da agricultura a sua base político-econômica. Segundo o MPA (2016), os principais objetivos dos sistemas camponeses são: a) o aproveitamento dos cultivos energético, que podem ser transformados em energias renováveis, em fertilizantes orgânicos e em rações para os animais; e b) a organização de agroindústrias em rede, capazes de articular questões ecológicas e econômicas, além de informações. Para isso, as cooperativas devem atuar na produção de insumos biominerais, na produção de energia renovável, no cultivo e industrialização de alimentos agroecológicos e na Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Essa última é fundamental na transição agroecológica, na implantação de agroflorestais e na educação ambiental.

Os Sistemas Camponeses de Produção-Consumo-Reciclagem se desenvolvem com materiais e energia da natureza, o que permite a fertilidade, a ciclagem e a retroalimentação do sistema, diminuindo gradativamente a dependência de insumos externos à unidade camponesa (MPA, 2016). No caso das experiências mais estruturadas, procura-se articular a unidade de produção, a comunidade e os territórios através dos Centros Territoriais de Cooperação e Educação Ambiental:

¹⁴ Ibidem.

O Centro Territorial de Cooperação é o elo territorial que agrega as escalas Unidades de Produção e as comunidades. Cumpre papel de suporte técnico, econômico e jurídico às atividades produtivas e de organização social, ao passo que produz insumos para a construção de sistemas agrários de base ecológica. Ao mesmo tempo, oferecem garantias de absorção e compra dos produtos provindos destes sistemas, criando fluxo de informação, serviços, materiais e energias sustentáveis no território, formando uma unidade econômica e social de reprodução camponesa (MPA, 2016, *s.n.*).

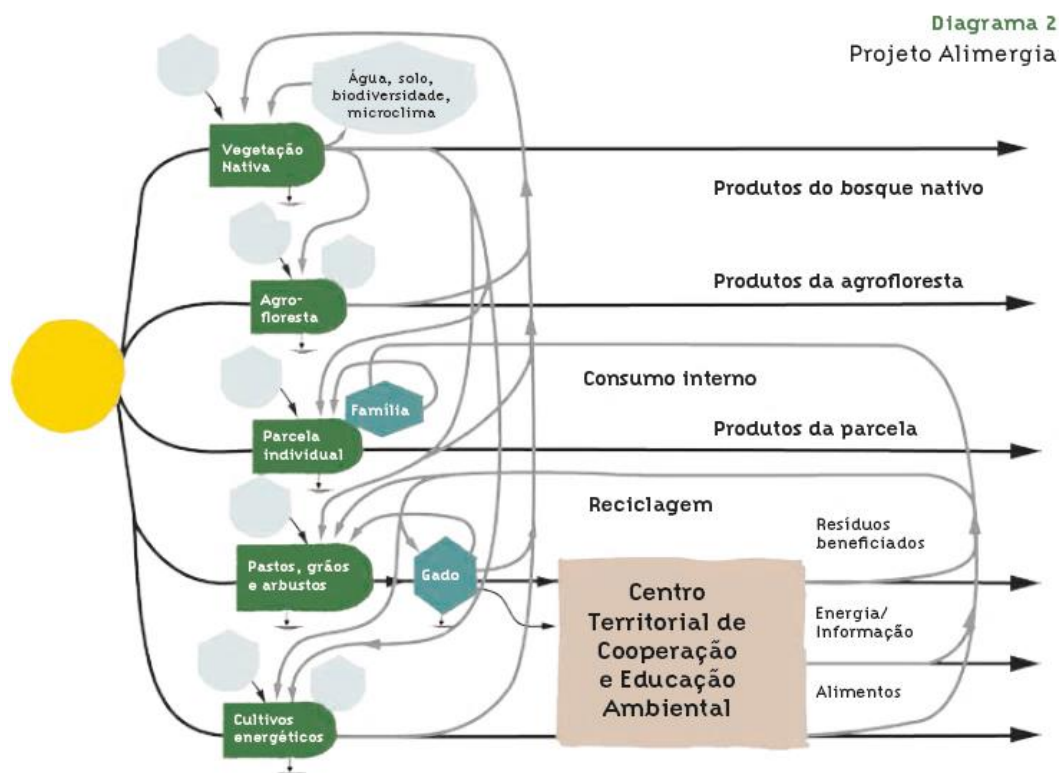
Dessa forma,

Os Centros Territoriais são locais constituídos em área rural, localizados em regiões centrais onde há grande concentração de famílias camponesas. São organizados através de entidades cooperativas vinculadas ao MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) e têm como objetivo serem simultaneamente espaços de produção diversificada, implantação de indústria, recuperação e preservação ambiental, formação e educação das famílias camponesas” (MPA, 2016).

Na imagem a seguir, construída pelo MPA, pode-se visualizar a estrutura e o funcionamento do Sistema Camponês de Produção-Consumo-Reciclagem. O sistema está fundamentado na organização de vários subsistemas que se articulam entre si, produzindo um sistema maior e mais complexo do que cada subsistema em particular. Cada um desses é responsável por gestar as sinergias entre o cultivo de alimentos, a produção de energia renovável e a preservação da natureza.

Imagem 2 – Síntese do Sistema Camponês de Produção-Consumo-Reciclagem criado pelo MPA

Sistema Camponês de produção-consumo-reciclagem



Fonte: MPA, 2016.

Os Sistemas Camponeses de Produção-Consumo-Reciclagem são resultados de um novo paradigma produtivo, denominado Projeto Alimergia. Também conhecido como Projeto de Implantação de Agroflorestas e Centros Territoriais de Educação Ambiental, foi criado em 2012 através do Programa Petrobrás Socioambiental. O projeto é desenvolvido no Noroeste do Rio Grande do Sul, abrangendo 35 municípios¹⁵. Nessa região existem mais de 45 mil unidades de produção camponesa entre 1 e 50 hectares, sendo que, aproximadamente, 90% dessas famílias possuem renda mensal de até dois salários mínimos (MPA, 2016). Essa área foi devastada pela expansão das lavouras de soja, milho e tabaco, além da pecuária. É uma área que apresenta baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Nesse contexto, surge a ideia do Projeto Alimergia. De acordo com o MPA (2016, *s.n.*), o projeto propõe “[...] um novo conceito em agricultura, pecuária e floresta que procura desenvolver formatos produtivos que integrem, de maneira sinérgica, a produção de alimentos e de energia com

¹⁵ Seberi, Frederico Westphalen, Pinhal, Novo Tiradentes, Ametista do Sul, Rodeio Bonito, Planalto, Alpestre, Cristal do Sul, Irai, Palmitinho, Pinheiro do Vale, Vicente Dutra, Vista Alegre, Esperança do Sul, Tres Passos, Crissiumal, Miraguai, Bom Progresso, Humaita, Panambi, Erval Seco, Liberato Salzano, Gramados dos Loureiros, Rio dos Índios, Braga, Coronel Bicaco, Inhacora, Vale do Sol, Santa Cruz do Sul, Encruzilhada do Sul, Santana da Boa Vista e Canguçu.

preservação ambiental”. Dentre as principais ações do projeto, destacam-se a) a recuperação de áreas degradadas a partir da implantação de 379 agroflorestas, com mais de 2 mil mudas de espécies florestais nativas e frutíferas; b) as ações de planejamento e educação ambiental; c) a capacitação em agroecologia e cooperação.

De acordo com o movimento,

A Alimergia visa à soberania alimentar e energética das comunidades e dos povos de forma integrada e harmônica com os ecossistemas locais. No entanto, isso só será possível através de sistemas agrícolas de base ecológica, de modo especial a Agroecologia, o que implica em sistemas complexos de policultivos (MPA, 2016, *s.n.*).

Mas Alimergia não é só um novo conceito que procura unir, em um processo produtivo integrado e sistêmico, alimentos, meio ambiente e energia. É um novo paradigma, necessário para responder aos desafios e às exigências objetivas que a comunidade humana e a sobrevivência da vida da biosfera colocam em termos energéticos, alimentares e ambientais, para o presente e, dramaticamente, para a construção do futuro (MPA, 2016, *s.n.*).

As concepções e práticas do Projeto Alimergia contribuíram com a elaboração do Programa Camponês, política pública criada em 2013 no estado do Rio Grande do Sul que visa, sobretudo, a transição ecológica e o abastecimento popular de alimentos. No mês de abril de 2013, depois de intensos debates, lutas e negociações, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) consentiram uma das principais reivindicações dos movimentos camponeses que compõem a Via Campesina/RS, a Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos do Rio Grande do Sul, o Levante Popular da Juventude, o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) e, mais tarde, a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF-SUL), a elaboração do Programa de Apoio à Agricultura Familiar e Camponesa, também conhecido como Programa Camponês. Esse antevê um investimento de R\$ 100 milhões na produção, no transporte, na industrialização e na comercialização de alimentos agroecológicos oriundos da agricultura camponesa. Também prevê a construção de indústrias de insumos orgânicos e de estruturas urbanas para armazenamento e distribuição dos alimentos aos trabalhadores que residem na cidade e a ampliação da participação dos agricultores nos mercados institucionais. De acordo com um dos membros do MST:

Nos últimos três anos (2012, 2013 e 2014), a partir dessas experiências com o MST, nós passamos a ter uma experiência muito interessante com o governo, leia-se o governo Tarso. A partir disso, foi possível construir um programa para a produção de alimentos e que depois a via campesina

incorporou e foi apelidado de plano camponês, mas, no fundo, nós estamos discutindo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e com a Casa Civil este plano que expressa essa concepção da produção primária, distribuição e consumo. Assim, não se trata apenas de um programa de assistência social como é o PAA, não é um programa de compras públicas e não é um programa de política agrícola. Na verdade, ele é tudo isso ao mesmo tempo e por isso não se encaixa no [...] e, portanto, apresenta essa complexidade. Mas, a experiência desses anos de 2012, 2013 e 2014 com o governo Tarso, que criou as bases institucionais e com ela a base econômica, nos permitiu fazer um ensaio extraordinário de um programa de produção, distribuição e consumo de alimentos. Com essas cadeias produtivas já consolidadas, postas, nós conseguimos perceber que temos uma possibilidade política extraordinária e com isso dar sentido à luta camponesa, mostrar à sociedade brasileira a função social do camponês (MEMBRO DO SETOR DE PRODUÇÃO DO MST ENTREVISTADO EM JANEIRO DE 2016).

O Programa Camponês será desenvolvido por, aproximadamente, 15 mil famílias camponesas, 94 mil famílias que residem em bairros populares e 61 mil trabalhadores metalúrgicos. No quadro a seguir é possível compreender os princípios do Programa Camponês:

Quadro 4 – Princípios do Programa Camponês

Princípio	Descrição
Estímulo a cooperação e cooperativismo	Estímulo a diferentes formas de cooperação e cooperativismo, contemplando a unidade de produção, a comunidade e o território. Um tipo de cooperativismo que contemple aspectos sociais, econômicos e ecológicos. As cooperativas são responsáveis por mediar a apresentação jurídica e a execução dos projetos.
Crédito Desbancarizado	Disponibilidade de crédito não bancarizado para a reestruturação produtiva, que provém de um fundo do governo do estado do Rio Grande do Sul, o Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER). É o conselho desse fundo que coordena o programa.
Transição massiva para agroecologia	Estímulo e orientação à transição agroecológica, qualificando e fortalecendo práticas em desenvolvimento, sobretudo no que se refere à recuperação da fertilidade natural dos solos. Para isso, as cooperativas foram contempladas com equipamentos e

	maquinários necessários para prestação de serviços às famílias camponesas. Em alguns casos foram construídos prédios para armazenamento e processamento de alimentos.
Território como referência de aplicação do Programa	O território é o critério utilizado para espacializar as ações do Programa Camponês no Rio Grande do Sul. Logo, tanto o planejamento como as ações do programa são fundamentadas no território, possibilitando a relações entre o campo e a cidade, assim como a articulação de questões econômicas, sociais e ambientais.
Abastecimento popular	Ações que permitam a distribuição e consumo de alimentos, aliando campo e cidade, camponeses e trabalhadores, sejam por intermédio de mecanismos diretos, ações do Estado ou ambos, garantindo segurança e soberania alimentar.
Integração de políticas	Integração de políticas públicas que visem o acesso a água, o saneamento básico, a eletrificação rural, a reestruturação produtiva, a assistência técnica e extensão rural, o acesso a saúde, educação, cultura e lazer, e a ampliação dos direitos sociais das mulheres, dos jovens e idosos.

Fonte: MPA, 2016.

O Programa Camponês enfatiza diferentes escalas e dimensões da cooperação camponesa, sobretudo o cooperativismo. As cooperativas são as responsáveis pela execução do programa. As cooperativas existentes devem ser fortalecidas, enquanto outras são criadas, ampliando, assim, o número de cooperados. O programa também tem como objetivo incentivar a produção agroecológica. Para isso, a recuperação da fertilidade natural dos solos é necessária. No que se refere às questões econômicas, propõe o acesso ao crédito desbancarizado, ou seja, que os camponeses tenham acesso a recursos financeiros, mas que esses não sejam disponibilizados por bancos, visto que esse tipo de crédito é seletivo e induzem os camponeses ao monocultivo mecanizado. O abastecimento de alimentos também é uma das prioridades do programa, assim como a integração de políticas públicas para o campo, facilitando o acesso delas pelos camponeses. Outro item importante é a adoção do território no planejamento dos princípios apresentados. No quadro a seguir, é possível analisar as ações do programa que se resumem à produção agroecológica na unidade de produção, ao

processamento e industrialização, à construção de fábricas de insumos orgânicos e, por último, à logística de produção e de distribuição de alimentos.

Quadro 5 – Ações do Programa Camponês

Ações	Descrição
Investimentos na unidade de produção camponesa	<ul style="list-style-type: none"> - Recuperação da fertilidade natural dos solos; - Diversificação da produção com a implantação de hortas e pomares, da criação de animais de pequeno porte, além do cultivo de sementes; - Introdução do Pastoreio Racional Voisin (PRV), ampliando a produção de leite e carnes; - qualificar o armazenamento de leite com a aquisição de resfriadores; - Instalar unidades de produção mudas; - Proporcionar a mecanização da produção de alimentos; - Construção de açudes e aquisição de equipamentos para irrigação.
Processamento e agroindustrialização da produção	<ul style="list-style-type: none"> - Constituição de unidades agroindustriais cooperadas, como agroindústrias de sucos, conservas, mel, laticínios, padarias comunitárias, processamento de carnes e pescados.
Biofábricas de insumos	<ul style="list-style-type: none"> - Produção massiva de insumos orgânicos, como fertilizantes, biofertilizantes e produção de agentes biocontroladores de pragas e doenças.
Logística e distribuição	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de veículos para o transporte de alimentos; - Instalação de centros de distribuição de alimentos nos centros urbanos.

Fonte: MPA, 2016.

Em consonância com o Sistema Camponês de Produção-Consumo-Reciclagem, o Projeto Alimergia e o Programa Camponês, os camponeses do MPA estão investindo na organização social de espaços de comercialização de alimentos agroecológicos. Recentemente, em Porto Alegre, o MPA inaugurou a Feira da Agricultura Camponesa em parceria com o Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Sul (SINDIPETRO-RS), que ocorre semanalmente na própria sede do sindicato, possibilitando o que o MPA denomina “aliança camponesa e operária por soberania alimentar”. Outra experiência é a Cesta Camponesa de Alimentos Saudáveis, no Rio de Janeiro. A iniciativa está vinculada ao projeto

de extensão universitária “Assentados da reforma agrária e Universidade” da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Para ter acesso, os consumidores se cadastram no *site* www.cestacamponesa.com.br, escolhem os alimentos que desejam e os retiram em um dos núcleos mais próximos de suas casas. Os núcleos, localizados em diferentes bairros da capital (Botafogo, Catete/Laranjeiras, Copacabana, Estácio, Lapa, Tijuca/Saens Peña) e no município de Niterói, são os espaços de encontro entre os camponeses e os consumidores. Normalmente, esses núcleos se constituem em espaços públicos, como praças. Na imagem a seguir, o *layout* do *site*:

Imagem 3 – *Site* criado pelo MPA para a comercialização de cestas de alimentos agroecológicos



Fonte: www.cestacamponesa.com.br

Em 2017, o movimento inaugurou a Loja Camponesa Raízes do Brasil no Rio de Janeiro. A loja recebe alimentos de diversos municípios do estado, como Queimados, Teresópolis, Nova Iguaçu e Duas Barras, no Rio de Janeiro, da Bahia, Rio Grande do Sul, Goiás e Espírito Santo. Todos os alimentos são orgânicos ou agroecológicos, produzidos por camponeses vinculados ao MPA, ou não. O objetivo é comercializar aquilo que os camponeses do estado produzem, independente da conexão com o movimento. Semanalmente, o espaço disponibiliza a Barraca Camponesa de Alimentos Saudáveis com as hortaliças. Para atrair os consumidores, a loja organiza atividades culturais e literárias e apresentações de música, além dos cafés da manhã/tarde e dos almoços. A existência de espaços como esse evidencia uma das propostas políticas do MPA, o diálogo com a

sociedade. Criando, desse modo, uma ligação entre os camponeses e os consumidores, transformando a maneira como os sujeitos veem o agricultor, a agricultura e o campo.

As resistências territoriais vão desde a unidade de produção camponesa, mas, também, extrapolam-na. São resistências em rede construídas ativamente pelos camponeses. Os exemplos das sementes crioulas, do Sistema de Produção-Consumo-Reciclagem e dos espaços de comercialização de alimento deixam isso claro. São territórios apropriados pelos camponeses que se conectam pelos seus usos. Esses, por sua vez, visam à soberania territorial, o que inclui a alimentar. Soberania é poder de decisão, de escolha, de agir. No caso da territorial, é usar os territórios a partir dos próprios objetivos, e não dos de outros. No atual contexto, isso só pode ser realizado se os camponeses tiverem certo poder, construindo e controlando seu próprio sistema alimentar. O MPA é um movimento que se destaca nesse sentido. As redes de manutenção, conservação e distribuição de sementes crioulas permitem que os camponeses produzam alimentos sem depender de insumos industriais. É um processo de cooperação entre camponeses e entre esses e a natureza. Já o Sistema de Produção-Consumo-Reciclagem possibilita a produção e o consumo de alimentos e de energia, tornando os territórios camponeses cada vez mais soberanos. Esse é um exemplo de sistema alimentar camponês.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Assim como o MPA, o MST se destaca na produção de sementes, na transição agroecológica, na introdução de SAFs, na constituição de cooperativas, na implantação de agroindústrias e na criação de espaços de comercialização. São experiências que surgem em áreas muitas vezes dominadas pelo agronegócio, evidenciando as resistências territoriais do campesinato. Uma dessas diz respeito à produção de sementes crioulas no estado de Goiás. No Sudoeste do estado, região dominada pelo agronegócio da soja-milho e, nos últimos anos, pela mineração, camponeses do pré-assentamento Ana Ferreira, município de Ipameri, e do Movimento Camponês Popular (MCP) produziram nos anos de 2016 e 2017 safras recordes de diferentes variedades de sementes crioulas. Foram 30 toneladas de sementes de milho Sol da Manhã, 20 toneladas de sete variedades de feijão e 90 toneladas de outras seis variedades de milho. Parte dessa produção foi entregue à CONAB por meio do PAA, modalidade doação de sementes. Outra parte foi disponibilizada ao INCRA, que as distribuiu em outros dez assentamentos rurais do estado. Essa rede de cultivo, controle e distribuição de sementes crioulas é fundamental para a produção de alimentos, visto que essas variedades, além de

eficientes do ponto de vista agrícola, são tolerantes a climas adversos, ou seja, um mesmo tipo de semente pode ser cultivado em diferentes regiões. Agora, o intuito das famílias assentadas é investir cada vez mais na agroecologia.

A segunda resistência é desenvolvida no assentamento Mario Lago, município de Ribeirão Preto, estado de São Paulo. A propriedade que deu origem ao assentamento foi desapropriada devido a crimes ambientais. Além disso, ela está localizada em uma área de recarga de águas subterrâneas do Aquífero Guarani, uma das maiores e mais importantes reservas de água doce do mundo. Em virtude desses elementos, as 264 famílias assentadas em lotes de 1,7 mil hectares ficaram responsáveis por reflorestar 20% da área com árvores nativas, converter 15% das terras em SAFs, além de trabalhar coletivamente. Os SAFs se caracterizam pela integração de árvores e arbustos com a agricultura e a criação de animais. Recentemente, 26 famílias assentadas criaram a Cooperativa Comuna da Terra, que comercializa semanalmente cestas agroecológicas nas cidades próximas ao assentamento rural, modelo conhecido como *Community Supported Agriculture* (CSA). Nesse tipo de relação entre agricultores e consumidores, os últimos pagam um valor mensal fixo aos primeiros, dividindo os custos da produção. Assim, a agricultura camponesa se desenvolve a partir do suporte daqueles que consomem os seus alimentos. Além do alicerce financeiro, os consumidores também plantam e colhem os alimentos e, por isso, são chamados de coprodutores. O conteúdo das cestas é decidido por ambos de acordo com o que foi produzido no período. Como a venda é coletiva, cada camponês disponibiliza aquilo que produziu. Os SAFs aliados ao CSA tornam a agricultura camponesa ecológica e economicamente viável, reunindo em uma mesma experiência preservação da natureza, geração de renda e saúde.

A terceira resistência está em curso no estado da Bahia, mais especificamente em Arataca, onde 55 famílias do assentamento Terra Vista se dedicam à produção de cacau. O assentamento possui cerca de 900 hectares, sendo 313 hectares de Mata Atlântica, o que equivale a 40% da área. O restante é destinado ao cultivo de cacau, que é industrializado, e de alimentos, sobretudo para autoconsumo. Depois de 18 anos em transição agroecológica, atualmente o cacau é produzido em SAFs. Enquanto nos SAFs as famílias se dedicam ao cultivo de cacau e de sementes crioulas, na agroindústria produzem chocolates finos. A industrialização permite a agregação de valor aos produtos camponeses, gerando uma renda mensal maior. Tais práticas não seriam possíveis sem a existência do Centro Estadual de Educação Profissional, onde está localizada a Escola da Floresta do Cacau e do Chocolate Milton Santos Campos, ambos no próprio assentamento. A escola oferece às famílias

assentadas na região cursos profissionalizantes em agroecologia, agroindústria com ênfase em chocolate e movelaria, agroextrativismo, entre outros. Baseada nos pressupostos da educação do campo, a escola é um espaço de formação que possibilita a construção, troca e expansão dos saberes camponeses sobre agroecologia e SAFs, além do aprendizado sobre o beneficiamento do cacau, permitindo aos camponeses comercializarem o produto final ao invés da matéria-prima, como normalmente acontece.

As quarta e quinta experiências são desenvolvidas em acampamentos de luta pela terra. No acampamento Dom Tomás Balduino, em Quedas do Iguaçu, Paraná, região dominada pelo cultivo de eucaliptos e pinos da empresa Araupel, 36 famílias acampadas produzem arroz, feijão, milho, batata, mandioca, hortaliças, entre outros, certificados pela Rede Ecovida. O grupo recebe assistência técnica desde o cultivo até a comercialização do Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO). Entretanto, a comercialização ainda é um desafio para as famílias. Atualmente, ela é realizada em feiras da região ou é enviada para o Núcleo Luta Camponesa da Rede Ecovida de Agroecologia, na região do Cantuquiriguaçu. Mesmo com dificuldades, a produção agroecológica é fundamental para a alimentação das famílias acampadas, além de possibilitar o intercâmbio de conhecimentos entre os acampados e entre esses e os técnicos da CEAGRO. Assim, quando essas famílias forem assentadas podem dar continuidade à produção de alimentos agroecológicos para autoconsumo e comercialização. Outra experiência nesse sentido é desenvolvida no município de Lagoinha, interior de São Paulo. As famílias acampadas na fazenda Bela Vista se dedicam ao cultivo de alimentos agroecológicos. Logo após a ocupação, as famílias reflorestaram a mata ciliar da área com cerca de 100 mudas de árvores cultivadas pelos próprios acampados. Depois, deu-se início a produção agroecológica, que é comercializada uma vez por mês na feira do município. Inclusive, alunos do curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC), do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) vivenciaram a experiência do ‘tempo comunidade’ no acampamento. O que é fundamental para a troca de conhecimentos e saberes sobre as futuras práticas dessas famílias no assentamento rural.

As sexta, sétima e oitava resistências se referem à industrialização de produtos da reforma agrária, uma prática que tem se tornado comum nos assentamentos rurais. O objetivo dessas iniciativas é agregar valor à produção e buscar novos mercados. Em Minas Gerais, no assentamento Campo do Meio, o cultivo e a industrialização de café é uma das principais atividades econômicas desenvolvidas pelos assentados. Desde 1997, ano de criação do

assentamento rural, o café é produzido coletivamente pelos camponeses. A partir dos anos 2000, com o acesso ao Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) a área plantada foi expandida. Em 2011, com o avanço da produção, os camponeses começaram a discutir a fundação de uma cooperativa, que ocorreu em 2012. A Cooperativa dos Camponeses Sul Mineiros (Camponesa)¹⁶ possuía em 2015 cerca de 45 cooperados, além dos assentados do Campo do Meio, também fazem parte os dos assentamentos 1º do Sul, Nova Conquista II e Santo Dias. A maior parte das famílias desses assentamentos, cerca de 95%, está envolvida na produção do café. Nestes últimos anos, o desafio é a transição agroecológica dos cultivos. Além do café, a cooperativa é responsável pela produção de doces e geleias. Ambos os produtos são comercializados com a marca Gaiuí, que em Guarani significa semente boa.

No Espírito Santo, a Cooperativa de Produção, Comercialização e Beneficiamento dos Assentados (COOPTERRA) foi criada em 2013 por um grupo de 31 famílias assentadas no município de São Mateus. Atualmente, a cooperativa possui mais de 100 famílias cooperadas de 16 assentamentos das regiões Norte, Noroeste e Serrana do estado. A cooperativa é responsável pela industrialização e comercialização de café e pimenta do reino. Parte da comercialização do café ocorre a partir da intercooperação com a Cooperativa Camponesa, apresentada no parágrafo anterior. Já no estado de Santa Catarina, os assentados estão investindo na produção e industrialização de leite. Na década de 1990, o leite produzido no estado era vendido para uma grande empresa de laticínios, mas em virtude dos baixos preços pagos por essa os assentados se organizaram, angariaram crédito e criaram uma associação que pudesse industrializar e comercializar a produção dos assentamentos rurais. Em 1996 surge a primeira indústria de leite Terra Viva, que produz derivados de leite, geleias, conservas e peixes. Mais tarde, em 1998, foi criada a Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste de Santa Catarina (Cooperoeste). Atualmente, a cooperativa gera renda e emprego para cerca de 6 mil famílias assentadas. Recentemente, criou a marca Amanhecer. Atualmente, os produtos Terra Viva são consumidos por mais de 1.700.000 pessoas nas regiões Sul e Centro-Oeste do país.

Criada em 1993, a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI) localizada no assentamento Santa Maria, município de Parancity, Paraná, é responsável pelo cultivo e industrialização de cana-de-açúcar e leite. A maior parte da cana-de-açúcar utilizada na produção de açúcar mascavo, cachaça e melado provém do assentamento rural e é manejada agroecologicamente. Diariamente, a cooperativa produz 1,6 toneladas de açúcar

¹⁶ <http://www.gaiui.com.br/>

mascavo, sendo 85% destinado a programas institucionais e 15% destinado a mercados locais, regionais, nacionais e internacionais. Já a cachaça e o melado são produzidos em menor quantidade, sendo a primeira destinada a mercados nacionais e internacionais e o último destinado a programas institucionais e mercados nacionais. Já a partir do leite, a cooperativa produz iogurte, queijo, bebidas lácteas e doce de leite. Recentemente, foram instaladas padarias no assentamento que são responsáveis pela produção de pão, biscoitos e cucas, que são comercializados em programas de compras institucionais, nas cidades próximas e em assentamentos rurais e acampamentos do movimento.

As últimas resistências se referem à construção de mercados camponeses, que visam eliminar o atravessador ou evitar que os camponeses vendam seus produtos a redes de varejo, que, normalmente, oferecem valores baixos. Os mercados camponeses podem ser feiras agroecológicas, feiras da reforma agrária, lojas da reforma agrária, cestas e sacolas agroecológicas. Somente no ano de 2017, de acordo com o levantamento realizado por essa pesquisa, o MST organizou cerca de 50 feiras da reforma agrária, onde a maior parte dos alimentos é agroecológica. As feiras podem ser anuais, mensais ou semanais. Os estados contemplados foram: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Distrito Federal. Algumas dessas feiras foram organizadas em conjunto com outros movimentos camponeses, como o MPA, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e, ainda, obteve apoio de instituições públicas, como o INCRA, prefeituras, entre outros. As feiras são espaços de comercialização de alimentos, mas também de reafirmação da reforma agrária. São espaços de socialização política, de diálogo com a sociedade sobre a importância de se consumir alimentos produzidos em consonância com a natureza e livres de agrotóxicos. Espaços que enfatizam o papel do campesinato e da reforma agrária na preservação da natureza e na saúde humano, tanto de quem produz alimentos como de quem os consome. Aquele compra os alimentos conhece aquele que os produz e vice-versa. É uma relação social que foge à lógica do capital. Uma forma de comercialização mais justa e solidária, em que a remuneração seja adequada aos camponeses e os preços acessíveis àqueles que consomem.

Atualmente, o movimento possui quatro lojas da reforma agrária, duas no Rio Grande do Sul, uma em São Paulo e outra em Minas Gerais. Além do espaço Terra Crioula que começou a funcionar no início de 2018 na cidade do Rio de Janeiro. No Rio Grande Sul, as duas lojas estão localizadas em mercados públicos municipais, a primeira no de Porto Alegre e a segunda, o Armazém do Camponês, no de São Gabriel, na região da fronteira oeste do

estado. O Armazém do Camponês foi inaugurado em 2017 pela Cooperativa Agroecológica do Camponês (CooperCamponesa) através de uma articulação entre a cooperativa e a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Rural (SDR). A ideia do armazém é resultado de iniciativas de fortalecimento da agricultura camponesa, apoiadas pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa), COOPTEC e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Como cerca de 80% dos hortifrutigranjeiros consumidos em São Gabriel provém de outros municípios, surgiu a necessidade de aliar a melhoria da renda das famílias assentadas com o acesso a alimentos pelos trabalhadores. A produção é oriunda de quatro famílias assentadas, mas a intenção é aumentar o número de assentados que produzem para o armazém. Já o Armazém do Campo em Belo Horizonte foi inaugurado no final de 2017 que comercializa cerca de 250 itens, sendo que 200 são oriundos do estado. Não só de assentamentos de reforma agrária, mas também de cooperativas de camponeses. Também há produtos de outras regiões, como o suco de uva do Rio Grande do Sul. O Armazém do Campo é uma proposta do MST para estabelecer pontos permanentes de comercialização justa dos produtos da Reforma Agrária.

Fotografia 1 – Armazém do Campo, município de São Paulo



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Outro espaço de comercialização é a Feira Nacional da Reforma Agrária, que está na sua terceira edição em 2018. A feira ocorre na cidade de São Paulo, mais precisamente no Parque da Água Branca. Além dos produtos da reforma agrária oriundos de vários estados, os assentados organizam a culinária da terra, um espaço onde comidas típicas de cada estado ou

região são preparadas. No quadro abaixo é possível observar que desde a primeira feira, que ocorreu em 2015, os números de assentados, de produtos e consumidores aumentaram significativamente. Na última edição mais de 250 mil pessoas visitaram a feira. A variedade de produtos é imensa, pode-se encontrar mel, tapioca, doces, derivados de cacau, castanha de caju, farinha de mandioca, carne de sol, além de frutas e legumes. A maioria dos produtos industrializados já possuem marcas, como a Terra Viva, a Terra Vida e a Terra de Sobores. Aqueles que não possuem marca específica são comercializados com o selo Produto da Reforma Agrária. Do ponto de vista logístico, a organização da feira começa um mês antes quando nos estados são formadas as delegações. Essas são responsáveis por levar todos os produtos para o local de saída dos ônibus. Um dia antes de viajarem para São Paulo os assentados todos os produtos são embalados. As delegações de estados das regiões Norte de Nordeste podem levar até três dias para chegar a São Paulo.

Quadro 6 – Informações sobre a Feira Nacional da Reforma Agrária

Ano	Edição	Número de assentados	Número de estados	Número de produtos (<i>in natura</i> e industrializados)	Quantidade de produtos comercializados (toneladas)	Número de consumidores
2015	I Feira da Reforma Agrária	500	23 e Distrito Federal	800	200	150.000
2017	II Feira da Reforma Agrária	800	23 e Distrito Federal	600	280	170.000
2018	III Feira da Reforma Agrária	1.215	23 e Distrito Federal	1.530	420	260.000

Fonte: Página do MST

Assim como o MAB e o MPA, o MST se dedica à construção de outros usos aos territórios, sobretudo através da agroecologia e dos SAFs. Esses territórios são formados à medida que os camponeses cooperam na produção, na industrialização e na comercialização de alimentos. Algumas experiências ultrapassam a escala local e/ou regional, alcançando, em alguns casos, a escala nacional. Um exemplo disso é o caso do arroz agroecológico produzido no Rio Grande do Sul e comercializado no Armazém do Campo na cidade de São Paulo. Essa é uma rede que ultrapassa os limites das unidades de produção camponesa e dos assentamentos rurais envolvidos, conectando o campo à cidade. De antemão é possível

analisar que, as resistências territoriais são o resultado de ações, práticas e relações baseadas em torno de outros usos dos territórios. Elas estão em consonância com a proposta de soberania alimentar. Logo, sem soberania territorial não há soberania alimentar. São resistências construídas mediante um sistema alimentar capitalista que se apropria e usa os territórios de acordo com os interesses de algumas empresas transnacionais.

2.4. Construindo Alternativas no Rio Grande do Sul: O Caso do MST

O Rio Grande do Sul é um estado que se sobressai quando o assunto é resistência territorial. O MPA, conforme abordado, é bastante atuante nesse sentido. O MST, principalmente na RMPA, também. O Movimento desenvolve ativamente resistências territoriais. As que mais se destacam são a produção agroecológica, a organização de cooperativas, a construção de agroindústrias e a criação de espaços de comercialização de alimentos. Muitas dessas resistências servem de exemplo aos camponeses de outros estados e países. Contraditoriamente, nesse mesmo estado, parte significativa dos camponeses é subordinada, especialmente na produção de soja. Assim, enquanto uma parte dos camponeses assentados se dedica à construção de um sistema alimentar próprio, outra parte se encontra subordinado ao sistema alimentar capitalista. Isso acontece porque quanto mais o sistema alimentar avança, uma parte dos camponeses se integra, de maneira subordinada, e outra parte luta por autonomia/emancipação. Para compreender ambos os processos, faz-se necessário compreender o processo de formação do espaço rural sul-rio-grandense, seguido da gestação, espacialização e territorialização do MST. E, por fim, as diferentes resistências construídas pelo Movimento nesses mais de trinta anos de existência.

2.4.1. Questão Agrária, Luta pela Terra e Reforma Agrária

A ocupação socioespacial do estado do Rio Grande do Sul ocorreu a partir de quatro processos distintos no tempo e no espaço. Os dois primeiros dizem respeito à ocupação da região das Missões pelos jesuítas e bandeirantes no século XVII e do litoral por imigrantes portugueses entre 1748 e 1772, dando origem aos núcleos urbanos. O terceiro processo, que teve início no século XVIII, refere-se à ocupação da porção Centro-Sul do estado, principalmente das áreas de fronteira, por portugueses, descendentes luso-brasileiros e militares através da doação de sesmarias (CHEVOTTI e PESSÔA, 2007). A ocupação dessa porção do território teve como objetivo dominar e proteger as fronteiras do Brasil meridional, garantindo a sua posse à Coroa Portuguesa. Cerca de um século depois, a área já estava ocupada por 500 proprietários com até 13 mil hectares de terras (BRUM, 1987). Nesse

ínterim, ocorreu o desenvolvimento da pecuária extensiva para a produção de charque, emergindo na região uma classe latifundiária pastoril (CHEVOTTI, 2013). Por sua vez, o último processo consiste na ocupação das áreas de floresta nas regiões norte e nordeste do estado a partir da imigração europeia, sobretudo de alemães e italianos, no século XIX. A ocupação dessas porções do território se deu através da constituição de colônias onde predominavam pequenas propriedades familiares que se dedicavam ao cultivo de lavouras, à pecuária leiteira e à criação de suínos e aves¹⁷. Pode-se afirmar que até meados do século XX o espaço agrário sul rio-grandense se organizava entre duas formas de ocupação e uso da terra, a campanha no sul e a colônia no norte.

Na campanha, os latifundiários pastoris possuíam grandes porções de terras e, por esse motivo, exerciam demasiado poder político e econômico na região, além de se comunicarem com as outras regiões do país em virtude do comércio de charque. O tráfico de escravos foi intenso nessa porção do território, visto que eles trabalhavam na atividade pastoril das estâncias (CHELOTTI, 2009). Diferente do centro-sul do estado, os colonos do norte e nordeste eram camponeses pobres desterritorializados pela revolução industrial em curso na Europa. Esses sujeitos se dedicavam ao cultivo de lavouras e a criação de animais para autoconsumo, sendo o excedente comercializado nos mercados locais e regionais, permitindo o abastecimento do mercado interno, sobretudo na região nordeste no estado, mais conhecida como serra gaúcha (CONTERATO, 2008). Faz-se necessário desatacar que, a ocupação socioespacial dessas áreas ocorreu mediante a desterritorialização de populações indígenas, Guaranis e Kaingangs, que, a partir da segunda metade do século XX, retornaram ao Rio Grande do Sul reivindicando seus territórios originários, resultando em conflitos por terra entre indígenas e colonos. Um desses conflitos compõe o processo de gestação do MST na década de 1970.

Desde a constituição das colônias, a agricultura camponesa que se consolidou no Rio Grande do Sul se relaciona com os mercados locais. Nesse sentido, o modo de produção camponês nasce inserido no circuito mercantil (CONTERATO, 2008). Isso se deve ao fato de os colonos adquirirem lotes de terras de companhias de colonização que atuavam no estado, endividando-se. Para pagar as terras, os camponeses dependiam da produção de produtos comercializáveis, levando-os a buscarem nos mercados regionais as sementes e ferramentas necessárias, o que, por sua vez, aumentava o seu endividamento. Além disso, os comerciantes que adquiriam aquilo que era produzido pelos camponeses pagavam preços abaixo dos

¹⁷ Ibidem.

valores de mercado, num ciclo interminável de se endividar para produzir e produzir para pagar as dívidas. As vendas locais exerciam um papel importante nesse período, pois compravam os produtos dos colonos e os vendia a preços mais altos, inclusive, para os próprios camponeses. Além disso, eram responsáveis pelo financiamento dos cultivos e, às vezes, funcionavam como bancos onde os colonos guardavam as suas economias (SEYFERTH, 1974 apud COTERATO, 2008). Os principais produtos comerciais eram a cana-de-açúcar, o feijão preto, o tabaco e a banha de porco (BRUMER, 1994 apud CONTERATO, 2008). Mesmo com a produção agrícola voltada para o mercado, os camponeses possuíam autonomia nos processos decisórios, além de produzirem alimentos e animais para o autoconsumo, elementos que eram centrais nesse contexto (SCHNEIDER, 2002).

Mais tarde, entre as décadas de 1940 e 1960, a agricultura desenvolvida nas colônias entrou em crise por causa do fechamento da fronteira agrícola estadual, pressão demográfica nos pequenos lotes de terra, o que levou ao parcelamento de algumas porções, decadência dos preços agrícolas e, por fim, perda da fertilidade natural dos solos. Por esses motivos, os camponeses se dedicaram, quase que exclusivamente, à produção de autoconsumo. Somente a partir de meados dos anos 1960, com a modernização (conservadora) da agricultura, além da necessidade de manter os rendimentos da unidade familiar e continuar na terra, os colonos voltaram a se dedicar aos cultivos comerciais. Como a soja estava em expansão nesse momento, tornou-se uma opção para a substituição de cultivos tradicionais, como o milho e a mandioca, transformando-se no binômio soja-trigo nas próximas décadas. De acordo com Brum (1988 apud CONTERATO, 2008) a área cultivada de soja passou de 24 mil hectares em 1950 para mais de 165 mil em 1960, 871 mil em 1970 e quase 4 milhões em 1980, sobretudo no noroeste do estado. Com o avanço da soja no estado houve a intensificação da mercantilização, a diferenciação social dos agricultores, a desterritorialização de camponeses, principalmente daqueles que possuíam a posse precária da terra, como os posseiros e arrendatários, e a intensificação dos conflitos por terra.

De maneira geral, a expansão do modo de produção capitalista na agricultura resultou na reorganização do espaço agrário sul rio-grandense. No norte do estado houve o avanço da produção de soja e trigo, esse destinado ao abastecimento do mercado interno e aquele do mercado externo, no centro-sul houve a expansão da produção de arroz irrigado e soja, com destaque para o primeiro, em consonância com a criação de gado (CHELOTTI, 2009). Enquanto o arroz era cultivado nas áreas de várzeas, a soja era nas coxilhas. A

territorialização do cultivo de arroz irrigado ocorreu, principalmente, via arrendamento de terras. Assim, o latifundiário-capitalista mantinha uma parcela de suas terras destinada à pecuária e a outro ao arrendamento. Ou então, quando o arroz era colhido e pago, o proprietário retornava à criação de gado (CHELOTTI, 2009). Consolidou-se nessa porção do território a integração da pecuária com a lavoura moderna, acentuando a concentração de terras característica da região. Pode-se afirmar que as lavouras de soja, trigo e arroz compuseram a frente de expansão da agricultura capitalista no Rio Grande do Sul. Com o avanço da soja no Planalto Médio, depois no noroeste e em alguns municípios do sul, deu-se a constituição dos chamados “granjeiros”, médios produtores contemplados com crédito abundante para o cultivo de soja nos anos 1970 (NAVARRO, 1999). Ainda hoje, essas regiões concentram a produção de soja e trigo, sobretudo em unidades familiares (KAGEYAMA, 2005, 2006). São regiões com pouca diversidade agrícola e altamente dependentes do desempenho de *commodities* agrícolas¹⁸.

É importante destacar que, mesmo em um contexto de modernização da agricultura e expansão de cultivos comerciais, como a soja, o trigo e o arroz, os camponeses que não foram expropriados ou excluídos pelo avanço do modo de produção capitalista na agricultura passaram a se dedicar, e em algumas regiões ainda se dedicam, a certos cultivos. Em alguns casos, as unidades familiares já cultivavam tais gêneros agrícolas, talvez em menor escala. Os produtores de uva, por exemplo, integraram-se à indústria do vinho (NAVARRO, 1999). Já os produtores de fumo, subordinados à indústria fumageira, eram, e ainda são, cada vez mais excluídos desse setor pelos métodos adotados pelas empresas. Outros camponeses se destinavam à criação de animais, alguns integrados a agroindústrias, sobretudo no caso das aves e suínos. Porém, era a produção de leite que mais se destacava nas unidades familiares nesse período, cerca de um quarto se destinava a esse produto¹⁹. Nos dias atuais, essa ainda é uma atividade importante nas unidades familiares, visto que o leite permite a obtenção de uma renda permanente aos camponeses. Além disso, os cultivos de uva, fumo e a criação de animais também se sobressaem, obviamente que com maior ou menor intensidade do que na década de 1970 e 1980.

O Rio Grande do Sul foi bastante afetado pelo processo de modernização da agricultura. Os fluxos migratórios de gaúchos para as regiões de fronteira agrícola do país foram intensos, sobretudo, nos projetos de colonização dos governos militares. Entretanto, aqueles que ficaram no estado ou que retornaram porque não encontraram condições de

¹⁸ Op. Cit.

¹⁹ Op. Cit.

reprodução social nos projetos de colonização passaram a ser organizar com o objetivo de conquistar a terra de trabalho. Esses processos, aliados a outros que serão discutidos no decorrer do capítulo, deram origem a luta pela terra no estado, assim como a formação de movimentos camponeses, como o MST. A partir da década de 1970, a espacialização e territorialização do MST alterou, até certo ponto, o espaço rural sul rio-grandense. Áreas onde a agricultura patronal e capitalista são predominantes, por exemplo, tem-se o desenvolvimento da agricultura camponesa, como é o caso da campanha gaúcha. Pode-se afirmar que na atualidade as terras do estado são territórios em disputa entre a agricultura capitalista, inserida num contexto de hegemonia do sistema alimentar capitalista, e a agricultura camponesa, inserida num contexto de subalternidade, resistências e autonomia. As disputas não se restringem à captação de novos territórios, sobretudo aqueles dominados pelos latifundiários-capitalistas, mas também pelo controle dos territórios conquistados pelos camponeses através de políticas de reforma agrária.

O surgimento do MST é o resultado de uma luta histórica do campesinato brasileiro pelo acesso a terra (FERNANDES, 2000). Nesse contexto, destacam-se as lutas messiânicas, como a Guerra de Canudos (1893-1897) e a Guerra do Contestado (1912-1916), as lutas espontâneas, como a Revolta de Trombas e Formoso (1950-1957), e as lutas organizadas, protagonizadas por movimentos camponeses e sindicatos, como as Ligas Camponesas, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) e a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) (MORISSAWA, 2001). A constituição do Movimento representa a retomada da luta pela terra interrompida pela ditadura militar, que entrou em vigor em 1964 (TARROW, 1994). Fatores de ordem econômica e política foram fundamentais para a gestação e, mais tarde, a formação do Movimento. No que se refere às questões econômicas, tem-se a modernização da agricultura brasileira, que foi impulsionada pelos governos militares através de subsídios e créditos, como foi o caso do Programa Nacional de Crédito Rural (PNCR). Com a modernização das práticas agrícolas, a agricultura passou a depender menos da natureza e mais das técnicas, ou seja, da indústria de insumos, maquinários e transformação. Esse processo determinou a expansão das áreas cultivadas de cana-de-açúcar, soja, laranja, entre outras culturas voltadas para o mercado nacional e internacional. Passou-se a produzir, portanto, aquilo que a indústria necessitava e da maneira como ela determinava. A modernização da agricultura agravou a situação já difícil dos camponeses posseiros, meeiros, arrendatários, entre outros, levando à desterritorialização de milhares desses sujeitos e a concentração ainda maior da propriedade da terra.

Nesse contexto, mesmo com a repressão política exercida pelos militares, a luta pelo acesso a terra não cessou totalmente. Pelo contrário, os camponeses desterritorializados passaram a se organizar e a lutar contra a expropriação, a exclusão e a proletarização. Isso porque a Igreja Católica, através da CPT, passou a articular do ponto de vista político os camponeses sem-terra. É nesse contexto de negação da condição de sem-terra que as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) eram os espaços de socialização política onde os camponeses voltaram a se organizar no processo de luta pela terra. De acordo com Fernandes (2000), a gestação do MST ocorreu entre 1979 e 1983. Nesse ínterim, a ocupação das glebas Macali e Brilhante, no Rio Grande do Sul, o conflito dos posseiros de Primavera, em São Paulo²⁰. A gestação do Movimento teve início no Centro-Sul do país, mais especificamente, no dia 07 de setembro de 1979, com a ocupação das glebas Macali e Brilhante, no município de Ronda Alta, Rio Grande do Sul. Concomitantemente a esse conflito, outros se desenvolviam nos estados de São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso Sul. De acordo com Fernandes (2000), essas lutas correspondem ao período de gestação do MST.

A gestação do MST no Rio Grande do Sul teve início em 1978 quando índios Kaingang da Reserva Indígena de Nonoai iniciaram a retomada de seu território ancestral e expulsaram cerca de 1.800 famílias de colonos rendeiros que viviam nessas terras (FERNANDES, 2000). Ao serem expulsos, restaram aos colonos migrarem para os projetos de colonização na Amazônia, migrarem para as cidades ou lutar pelo acesso a terra no próprio estado. As três opções foram válidas. Menos de dois meses depois da expulsão, os colonos que optaram por lutar começaram a ocupar terras. Sem uma forma de organização definida, em 1978, alguns grupos de famílias ocuparam as glebas Macali e Brilhante e a reserva florestal da fazenda Sarandi, em Rondinha. As glebas eram terras pertencentes ao Estado, mas se encontravam arrendadas para o cultivo de soja. A ocupação começou com 30 famílias e em pouco tempo contava com 300. Com a promessa de assentá-las em um futuro próximo, o governo do estado cadastrou essas famílias. Todavia, com isso, outras famílias ocuparam a área com o intuito de serem assentadas também. Enquanto uma parte das famílias foi transferida para o Parque de Exposições de Esteio, o governo propôs assentar uma parte das famílias em Bagé e a outra parte no Mato Grosso, em um projeto de colonização chamado Terranova. Em Bagé foram assentadas 128 famílias e em Terranova 550 famílias²¹. Como o número de famílias sem-terra não parava de aumentar, sendo que alguns camponeses

²⁰ Embora todas essas lutas tenham sido fundamentais para a formação do MST, este trabalho analisa apenas as ações que ocorreram no Rio Grande do Sul. Para saber mais sobre o assunto em outros estados consultar Fernandes (2000), Morissawa (2001).

²¹ Op. Cit.

retornavam dos projetos de colonização por não encontrarem infraestrutura adequada para o cultivo da terra, em 1979, os colonos marcaram uma audiência com o governador com o objetivo de reivindicar o assentamento das famílias nas duas glebas ocupadas inicialmente. Como o governo não deu nenhuma resposta, os colonos ocuparam as glebas.

Na madrugada do dia 07 de setembro de 1979, 110 famílias ocuparam a gleba Macali e montaram o acampamento. O governo autorizou o cultivo da área pelos colonos e, assim, iniciava-se a primeira experiência de trabalho e produção dos sem-terra²². Nesse mesmo período, houve a formação de um novo grupo de famílias, que no dia 25 de setembro ocuparam a gleba Brilhante. A repressão policial contra os sem-terra era grande. Em algumas ocupações com maior intensidade do que em outras. Mas mesmo assim, homens, mulheres e crianças resistiam. Conforme a luta pela terra adquiria o apoio da sociedade de um modo geral, a repressão tendia a ser menor. Alguns dias depois, outro grupo de famílias ocupou a mesma gleba, mas logo foram abandonadas pelos vereadores que as mobilizaram, pertencentes ao Partido Democrático Social (PDS). As glebas foram conquistadas, mas como o número de famílias acampadas era maior do que a área, os colonos remanescentes ocuparam a Fazenda Anoni em 1980, sendo despejando alguns dias depois. Com isso, montaram um acampamento em Porto Alegre para negociar com o governo do estado. Em um acordo firmando com governador, duas áreas foram destinadas ao assentamento das famílias, uma em Rondinha e outra em Palmeira das Missões. Conforme o Estado destinava áreas para o assentamento dos sem-terra, novas famílias iniciavam a luta pela terra, com ocupações, acampamentos e negociações. Dessa forma, a criação de alguns assentamentos rurais não era suficiente para resolver a questão do acesso a terra no estado e, assim, o Movimento adquiria cada vez mais força social e, conseqüentemente, política.

No final do ano de 1980, surgiu o acampamento Encruzilhada Natalino, no encontro das entradas que ligam os municípios de Ronda Alta, Sarandi e Passo Fundo. O acampamento foi montado inicialmente por sem-terras de Nonoai e remanescentes da gleba Brilhante. Mais tarde, camponeses de toda a região se juntaram ao grupo. Em menos de um ano o acampamento contava com 600 famílias, um número bastante expressivo. Como parte dos sem-terra já possui experiência de outros acampamentos, logo os grupos, os setores e as comissão começaram a ser formados²³. Elaboraram além das comissões de alimentação, saúde e negociação, um boletim informativo sobre as lutas denominado Sem Terra, que mais tarde

²² Op. Cit.

²³ Op. Cit.

se tornou o Jornal do MST²⁴. Em virtude do seu tamanho, o acampamento Encruzilhada Natalino foi um caso emblemático para a polícia. Diversas tentativas de despejo das famílias foram realizadas. Todavia, os camponeses resistiram por um longo período. Depois de quase três anos de acampamento, o governo do estado adquiriu uma área que pertencia aos municípios de Ronda Alta, Cruz Alta e Palmeiras das Missões para o assentamento das famílias. E mais uma vez, a organização e resistência das famílias acampadas foram fundamentais para o acesso a terra. Outro acampamento que surgiu nesse mesmo período foi o Quero-Quero, formado por famílias que desistiram de ir para projetos de colonização. Essas famílias também foram assentadas.

Entre o desenrolar de uma luta e outra, os camponeses organizados no Centro-Sul do país realizaram em 1982 o primeiro encontro regional. Um passo importante para a constituição do MST. O encontro ocorreu em Medianeira, no Paraná, e reuniu cerca de 100 camponeses de Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Dois anos depois, em 1984, a comissão regional sul organizou o Primeiro Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no município de Cascavel, Paraná. O encontro contou com a participação de sem-terras, agentes de pastorais e sindicalistas dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Acre, Rondônia e Roraima²⁵. No encontro ocorreu a unificação das lutas camponesas e, conseqüentemente, a formalização do Movimento. Isso só foi possível porque os camponeses lutaram, resistiram, dialogaram e se organizaram politicamente com o apoio daqueles que se identificavam com as suas lutas, como é o caso da Igreja Católica. Além disso, ficou decidido que o Movimento deveria se tornar nacional, por isso, os estados em que os camponeses se encontravam mais bem organizados deveriam contribuir com a espacialização do Movimento nos estados em que isso ainda não havia acontecido ou em que a organização dos sem-terra era pouco sólida²⁶. O evento representou, portanto, uma vitória na luta histórica dos camponeses pelo acesso a terra de trabalho.

Com a consolidação do MST, as ocupações de terra se intensificaram no Rio Grande do Sul, assim como as lutas vinculadas à produção de alimentos nos assentamentos rurais recém-criados. De acordo com a tabela 1, nos anos de 1988 e 1989 ocorreram 12 ocupações de terra com 2.435 famílias. As ocupações se concentraram na região noroeste do estado, nos municípios de Jóia, São Miguel das Missões, Cruz Alta, Ronda Alta, Passo Fundo, entre

²⁴ Op. Cit.

²⁵ Op. Cit.

²⁶ Op. Cit.

outros. No decorrer da década de 1990, ocorreram 75 ocupações de terra com 28.066 famílias. Nesse período, a geografia das ocupações de terra ocorreu sentido a Região Metropolitana de Porto Alegre e ao centro-sul do estado, alcançando os municípios de Bagé, Hulha Negra, Santana do Livramento, próximos da fronteira com o Uruguai. Já na década de 2000, ocorreram 127 ocupações de terra com 29.634 famílias, números expressivos e superiores aos da década anterior. Acredita-se que, seguindo uma tendência nacional, a intensificação das ocupações de terra nesse momento é resultado da eleição de Luís Inácio Lula da Silva em 2002. O ex-presidente assumiu a presidência em 2003, mesmo ano em que seu governo, depois de muita pressão popular, elaborou o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que tinha como meta assentar um número expressivo de famílias. Em decorrência disso, as ocupações de terra foram retomadas em todas as regiões do país. Por fim, entre 2010 e 2015 ocorreram 59 ocupações de terra com 8.125 famílias. No que se refere à espacialização, ocorreu em todas as regiões do estado, inclusive na fronteira oeste.

Tabela 2 – Rio Grande do Sul – Número de ocupações de terra e famílias em ocupações – 1988-2015

Ano	Ocupações de terra	Famílias em ocupações
1988	2	740
1989	10	1.695
1990	2	405
1991	7	2.903
1992	15	2.165
1993	5	1.506
1994	3	1.130
1995	1	802
1996	4	4.926
1997	6	3.056
1998	12	5.225
1999	20	5.948
2000	12	3.120
2001	18	6.942
2002	19	3.645
2003	11	2.190
2004	12	2.193
2005	12	2.405
2006	9	3.591
2007	15	2.207
2008	12	2.215
2009	7	1.126
2010	2	65

2011	10	1.081
2012	8	363
2013	6	450
2014	21	2.707
2015	12	3.459
Total	273	68.260

Fonte: DATALUTA, 2017.

No total, entre 1988 e 2015, ocorreram 273 ocupações de terra com 68.260 famílias, sendo a maior parte organizada pelo MST. Uma característica interessante das ocupações de terra no estado é que, embora o número de ocupações não seja significativo quando comparado a outros estados, o número de famílias em ocupações de terra é, normalmente, superior a mil famílias. Isso demonstra que o MST consegue mobilizar um número grande de sem-terras no Rio Grande do Sul. Como resultado dos processos de luta pela terra, e também da política de reforma agrária dos governos federal e estadual, no período de 1975 a 2015, foram criados 344 assentamentos rurais com 13.810 famílias (ver tabela 2). Pode-se notar que o número de assentamentos rurais criados é superior ao número de ocupações de terra. Entretanto, o número de famílias assentadas é bem menor do que o de famílias em ocupações de terra. Demonstrando, por um lado, a expressiva demanda por terra no estado e, por outro lado, a ineficaz política de reforma agrária, que não contempla todos aqueles que se mobilizam pelo acesso a terra.

Tabela 3 – Rio Grande do Sul – Número de assentamentos rurais e famílias assentadas – 1975-2015

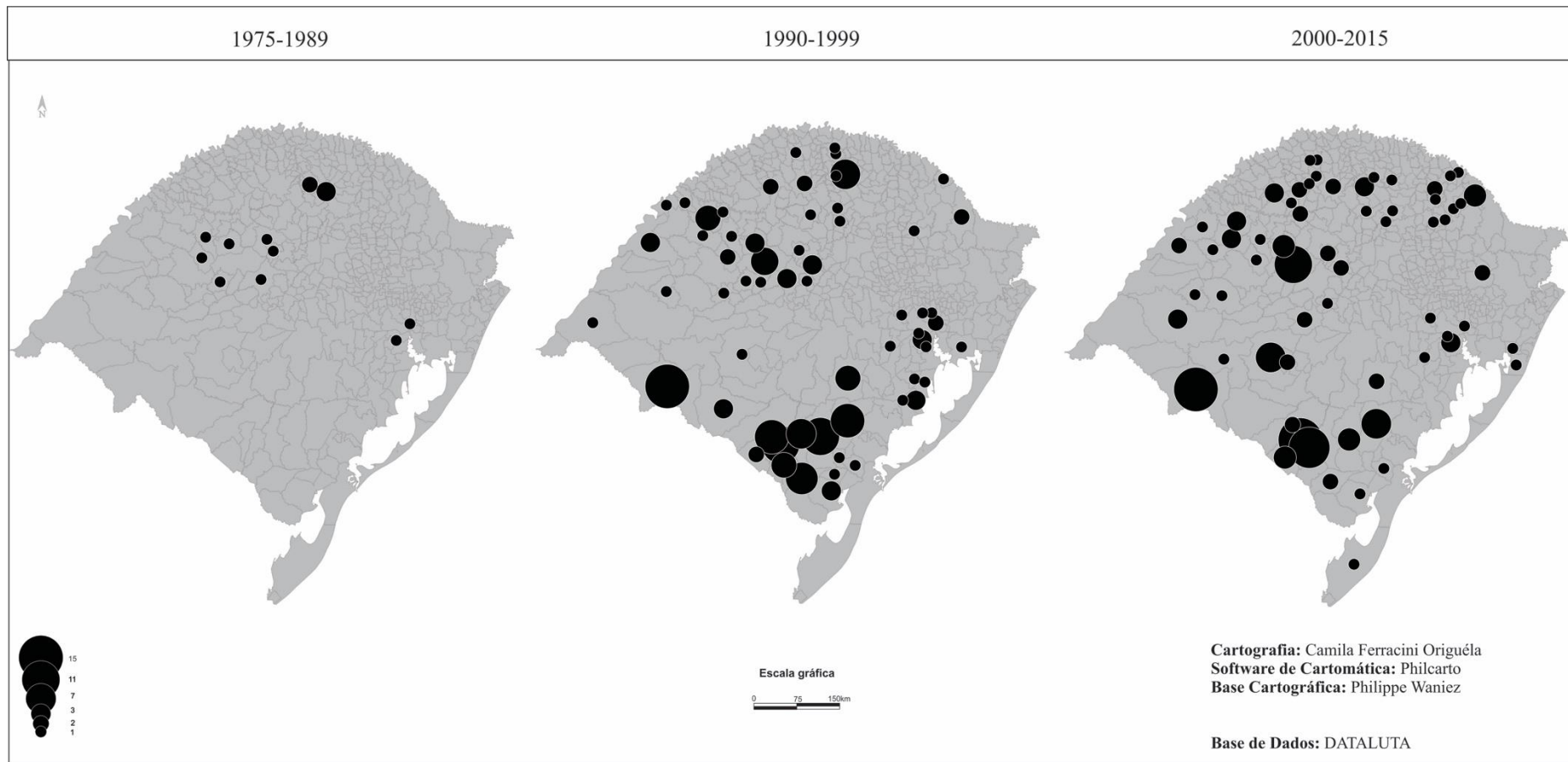
Ano	Assentamentos rurais	Famílias assentadas
1986	5	468
1987	3	153
1988	3	167
1989	2	248
1990	0	0
1991	1	23
1992	5	255
1993	1	25
1994	5	316
1995	5	368
1996	24	1.047
1997	32	1.161
1998	29	1.711
1999	67	1.835

2000	32	1.100
2001	41	1.612
2002	25	641
2003	4	170
2004	3	39
2005	6	260
2006	10	399
2007	8	327
2008	11	736
2009	7	296
2010	4	136
2011	1	34
2012	2	29
2013	1	14
2014	5	92
2015	2	148
Total	344	13.810

Fonte: DATALUTA, 2017.

A territorialização dos camponeses seguiu praticamente o mesmo curso da espacialização da luta pela terra (ver mapa 1). Até o final dos anos 1980, a territorialização ocorreu, sobretudo, no norte e noroeste do estado. Ao longo dessa década foram criados 12 assentamentos rurais, grande parte consequência da desapropriação. Ainda entre os anos de 1985 e 1988, o governo estadual teve dificuldades de localizar áreas para fins de reforma agrária na região do Alto Uruguai, onde ocorreram as primeiras conquistas dos sem-terra. Em decorrência disso houve um deslocamento espacial para a região central do estado (CHELOTTI, 2009). Somente o assentamento Itapuí, que foi criado em 1988, não estava localizado no noroeste do estado. A partir da década de 1990, a criação dos assentamentos rurais se concentrou na região metropolitana e na campanha gaúcha. Essa última porção do território se tornou o principal alvo das ações do MST, pois nessa região predominavam as grandes propriedades rurais destinadas, principalmente, à pecuária extensiva. Como alguns desses latifundiários estavam endividados ou falidos, o governo estadual conseguiu adquirir terras sem grandes dificuldades (MEDEIROS e LINDNER, 2014). Eram, portanto, áreas passíveis de aquisição para fins de reforma agrária. Mais tarde, o governo Olívio Dutra (1999-2002) institucionalizou essa região enquanto área prioritária para reforma agrária no estado (CHELOTTI e PESSÔA, 2007).

Mapa 1 – Geografia dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul em diferentes períodos – 1975-1989 – 1990-1999 – 2000-2015



No decorrer da territorialização do movimento, outras demandas começaram a surgir, conforme abordado no próximo tópico.

2.4.2. Produção, Cooperativismo e Educação nos Assentamentos Rurais

Na medida em que os primeiros assentamentos rurais foram criados, novos desafios surgiram. Assim, o que até meados dos anos 1980 se resumia à luta pela terra, transformou-se em lutas por moradia, saúde, transporte, educação, crédito, políticas públicas, entre outras. Isso demandou a organização do MST em diferentes escalas e dimensões. Para compreender a transformação da luta pelo acesso a terra em tantas outras lutas, sobretudo nas dimensões econômica, social e ambiental, analisou-se a territorialização do Movimento em três contextos distintos: a) o surgimento do cooperativismo enquanto opção de viabilidade econômica dos assentamentos rurais; b) a necessidade de se investir na formação técnica dos assentados e o esgotamento, até certo ponto, do cooperativismo; c) a ascensão da agroecologia enquanto modelo de produção agrícola. Em alguns momentos esses contextos se sobrepõem como é o caso do contexto atual em que o Movimento aliou cooperativismo, formação técnica dos assentados e agroecologia. Antes das primeiras discussões sobre cooperação agrícola no âmbito do Movimento, entre 1979 e 1985, surgiram os primeiros grupos coletivos e associações informais, resultado do trabalho pastoral nas discussões e práticas acerca do trabalho coletivo. Em 1985, essas discussões começam a ser aprofundadas pelo MST, visto que a pobreza fazia cada vez mais parte do cotidiano das famílias assentadas.

Em 1986 foi organizado o Primeiro Encontro Nacional dos Assentados. Nesse evento surgiu a ideia de se criar um movimento exclusivo de assentados. Porém, os camponeses presentes concluíram que desagregar o MST não era a solução para os problemas enfrentados nos assentamentos rurais recém-criados. Depois dessa avaliação foi criada a Comissão Nacional dos Assentados do MST, que se reuniu com os membros do então Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em Brasília, com o intuito de elaborar um programa de crédito voltado às famílias assentadas. Nesse mesmo ano, com o apoio financeiro do BNDS, foi criado o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA). Logo depois disso, a comissão dos assentados se transformou em um dos setores do Movimento (FERNANDES, 2000). O objetivo principal desse setor era discutir a viabilidade econômica dos assentamentos rurais, assim como a formação técnica das famílias assentadas. Entre 1985 e 1989 começaram a surgir grupos coletivos e associações, seja para a aquisição

de animais e insumos agrícolas, para compra e venda de produtos ou, em alguns casos, para o cuso coletivo da terra.

Nesse período as cooperativas eram vistas com certo receio pela maior parte dos assentados, visto que havia uma lei cooperativista que as vinculavam ao INCRA. Essa lei só foi alterada em 1988 com a Constituição Federal. Mesmo assim, alguns assentados visitaram experiências cooperativistas em diferentes países, dentre eles Nicarágua, Peru, Honduras, Cuba, Chile e México, com o objetivo de aprender um pouco mais sobre os tipos de cooperativas e as estruturas organizativas. No ano de 1986, o MST lançou dois materiais abordando, primeiro, os desafios e as possibilidades de trabalhar a terra, segundo, as formas de cooperação agrícola e tecnologias alternativas em assentamentos rurais (ver quadro 6). Assim, depois de avaliar no Caderno de Formação Nº 9 as dificuldades enfrentadas pelos assentados, assim como as potencialidades, o movimento apresentou as distintas formas de cooperação existentes, ressaltando o cooperativismo, no Caderno de Formação Nº 10. O Movimento vai abordar essas questões outras quatro vezes em seus cadernos de formação, em 1987, 1989, 1993 e 1994.

Analisando o quadro abaixo é possível perceber que entre 1986 e 1994 a dimensão econômica era recorrente no material do MST, o que demonstra a sua preocupação em construir estratégias que viabilizassem a reprodução das famílias assentadas. A principal estratégia, dentre outras, era o cooperativismo.

Quadro 7 – Cooperação agrícola nos Cadernos de Formação do MST

Ano	Documento	Temas
1986	Caderno de Formação Número 9	Como trabalhar a terra, quais os desafios e as possibilidades
1986	Caderno de Formação Número 10	Formas de organização da cooperação agrícola e o uso de tecnologias alternativas nos assentamentos rurais
1987	Caderno de Formação Número 12	Organização da base, formação, articulação com a cidade e organização dos assentados
1989	Caderno de Formação Número 17	Plano Nacional do MST 1989-1993
1993	Caderno de Formação Número 20	A cooperação agrícola nos assentamentos
1994	Caderno de Formação Número 21	Questões práticas sobre cooperativas de produção

Fonte: Cadernos de Formação MST, 2017.

No Caderno de Formação Nº 10, o Movimento avaliou que existem diferentes formas de se trabalhar a terra em conjunto, como: a) realizar mutirões para a limpeza dos lotes; b) adquirir maquinários, mercadorias e insumos em conjunto para diminuir os preços; c) cultivar a terra em conjunto e com maquinários de propriedade e coletiva, sendo a colheita de responsabilidade de cada um; d) construir galpões em conjunto para guardar sementes, maquinários e adubos; e) fazer empréstimos no banco em conjunto; f) realizar todas as atividades em conjunto e no final da colheita dividir o resultado para cada família de acordo com os dias de trabalho. Para o Movimento, as famílias assentadas deveriam escolher qual dessas formas de cooperação era a mais adequada para elas. Diante disso, entendia-se que:

As formas de organização na agricultura, que também são conhecidas como COOPERAÇÃO AGRÍCOLA, são as maneiras que os agricultores encontram para se ajudarem mutuamente na organização da produção da lavoura, no comércio dos produtos agrícolas e dos insumos, para reivindicarem seus direitos relacionados com a agricultura, como também para resolverem os problemas comunitários (CADERNO DE FORMAÇÃO Nº 10, p. 11).

Além das diferentes maneiras de se trabalhar a terra, o Movimento orientou os camponeses assentados sobre os três tipos de cooperação agrícola: grupos coletivos, associações e cooperativas, caracterizando cada um deles (ver quadro abaixo). Os assentados, pela facilidade de organização, priorizavam os grupos coletivos e as associações. No início da década de 1990 existiam cerca de 300 associações de assentados destinadas, sobretudo, a produção, ao comércio e a prestação de serviços. As diferentes formas de organização da produção são, muitas vezes, resultado das trajetórias de vida dos assentados (FABRINI, 2002). E é no âmbito das lutas que essas diferentes formas foram sendo gestadas (FABRINI, 2002).

Quadro 8 – Características dos grupos coletivos, associações e cooperativas

<p>Grupo coletivo</p>	<p>Os grupos coletivos são formados por grupos de assentados que resolvem desenvolver alguma atividade em conjunto. Seria uma espécie de Grupo de Mútua Ajuda. O grupo coletivo é pequeno e formado por poucas famílias, normalmente, vizinhos, parentes ou amigos que tenham alguma afinidade. Em geral tem menos de 10 pessoas. O objetivo é desenvolver alguma atividade simples, mas em conjunto. Por exemplo, comprar um trator, adubo, calcário. Nestes casos, os lotes continuam individuais, mas existem grupos que possuem parcelas coletivas. Normalmente a lavoura para o comércio é em conjunto. O trabalho é dividido de maneira simples, por acordos verbais, repartindo dias de trabalho. São grupos que não possuem registro ou estatuto</p>
------------------------------	--

	<p>interno. Não são registrados em cartório. Quando fazem comprar em conjunto todos assinam. Pouca burocracia. Embora seja uma boa maneira de experimentar o trabalho coletivo, normalmente, não inclui o trabalho das mulheres ou dos jovens.</p>
Associação	<p>As associações reúne um maior número de sócios. As mulheres também participam com frequência. Existem associações com poucos e com muitos associados, é variável. Existem associações que reúnem todos os assentados, uma espécie de comunidade que ajuda a encaminhar as reivindicações dos associados. A natureza da associação é prestar um serviço aos associados, de máquina, transporte, comércio, etc. Nas associações, os lotes são individuais. A grande maioria não tem como objetivo trabalhar a terra em conjunto. Mas existem associações de trabalho coletivo em que os assentados disponibilizam dias de trabalho em roças coletivas. Nas associações praticamente não existe divisão do produto ou trabalho. São prestações de serviços que através da associação se tornam mais baratos. Ou os assentados não conseguem ter acesso individualmente. As associações precisam de um estatuto, que são registrados em cartório que determina que a associação é uma sociedade entre pessoas sem fins lucrativos. E os membros da diretoria não recebem nada pelo seu cargo. E os resultados das sobras da associações não podem ser divididos entre os associados. Normalmente, os associados pagam taxas para manter a associação. Quando a associação é grande, além do estatuto, possui um regimento interno.</p>
Cooperativa	<p>Existem basicamente dois tipos de cooperativas agrícolas, a de produção agropecuária e a de comercialização. Essa ajuda no comércio, na compra e venda de produtos ligados à agricultura. As de produção se referem à organização da produção e do trabalho em coletivo. A cooperativa é formada por sócios que entram com uma parte do capital necessário. O seu lucro é chamado de sobras. As sobras podem ser acumuladas ou divididas entre os sócios, de acordo com a produção e o trabalho empreendido. A diretoria recebe uma remuneração pelo seu trabalho.</p>

Fonte: Cadernos de Formação MST, 1986.

Nesse mesmo material são abordadas as inúmeras vantagens econômicas, políticas e sociais da cooperação agrícola. No quadro a seguir é possível analisá-las.

Quadro 9 – Vantagens econômicas, sociais e políticas da cooperação agrícola

Econômicas	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da área cultivada, o que possibilita a aquisição de maquinários e, conseqüentemente, o aumento da produção; - Preparar a terra no período correto e quando isso é feito em conjunto se torna mais fácil; - Conseguir aproveitar melhor a terra, respeitando as áreas de preservação permanente;
-------------------	---

	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar a produtividade do trabalho; - Diversificação das lavouras comerciais; - Utilização cada vez maior de técnicas agropecuárias; g) no trabalho em conjunto é mais fácil ter acesso à assistência técnica; - Em períodos de intempéries climáticas, os prejuízos são divididos entre os assentados; - Consegue comprar sementes e insumos mais baratos; - Consegue vender os produtos por preços melhores; - Tem mais força para enfrentar as dificuldades impostas pelos bancos; - Consegue comprar máquinas mais facilmente e, ainda construir benfeitorias como galpões; - Em casos de doença na família, os grupos continuam trabalhando; - Pode-se dividir o trabalho de acordo com a preferência de cada um.
Políticas	<ul style="list-style-type: none"> - Os assentados estão organizados para enfrentar os problemas; - Maior discussão política no grupo e avanço na consciência social dos assentados; - Com o trabalho conjunto é possível formar novas lideranças, que podem contribuir com outros assentamentos e outras lutas; - Com o trabalho em conjunto ninguém conseguirá tomar as terras dos assentados; - Os assentados aprendem a discutir coletivamente os problemas e a construir soluções também, criando-se uma comunidade; - Mantém os camponeses organizados na luta por uma reforma agrária mais ampla e por mudanças na sociedade; - Mantém os camponeses motivados na luta pela reforma agrária; - Serve de exemplo para os outros camponeses de que a única saída para os problemas dos agricultores é a união e organização.
Sociais	<ul style="list-style-type: none"> - Facilita a organização da comunidade para organizar os bens comunitários; - Consegue construir coisas de uso comum com maior facilidade, como escola, poço artesiano, energia elétrica etc; - Os camponeses se acostumam a viver em comunidade, a relacionarem-se; - Nesse ambiente coletivo as crianças aprendem na prática os benefícios do trabalho em conjunto; - As famílias acabam tendo mais tempo para se dedicarem a atividades

	<p>culturais, por exemplo;</p> <ul style="list-style-type: none"> - As famílias podem progredir ou enfrentar as dificuldades em conjunto, sem criar muitas diferenças sociais; - Mantém o espírito de ajuda e companheirismo, solidariedade do grupo; - Os desentendimentos podem ser resolvidos de maneira mais democrática.
--	--

Fonte: Caderno de Formação Nº 10, 1986.

Embora o Movimento ressaltasse a importância de se trabalhar coletivamente de diferentes maneiras, indicava como a ideal a organização de cooperativas, sobretudo aquelas nas quais tanto a terra como o trabalho são coletivos. Para o MST, o cooperativismo é uma forma de organizar a produção através da divisão social do trabalho, que possibilita, ao mesmo tempo, a expansão da produção e a diminuição dos custos e do trabalho. O Movimento avaliava que, “a agricultura não conseguirá crescer e progredir se cada agricultor continuar fazendo tudo sozinho. Fazendo desde o preparo do solo até a colheita. E cada um plantando um pouco de tudo” (1993, p.08). Nesse sentido, “[...] a cooperação agrícola é o jeito de juntar ou somar os esforços de cada agricultor individual, para fazer coisas em conjunto. Comprar ferramentas, juntar bois, comprar máquinas. E até chegar ao ponto de ter a terra em conjunto”, pois “a cooperação agrícola é a saída para os pequenos agricultores aumentarem a produtividade do trabalho, o volume da produção e não terem que deixar o campo ou virarem mão-de-obra explorada pelos granjeiros e latifundiários” (1993, p 08). Continuando, o Movimento afirma que quando as atividades agropecuárias são realizadas em conjunto sobram dias de trabalho que podem ser investidos na instalação de agroindústrias, o que agregaria valor à produção dos assentados.

O cooperativismo construído pelo Movimento é resultado das diferentes compreensões que os seus membros possuem a respeito da organização social e produtiva no campo (FABRINI, 2002). Ademais, faz-se necessário destacar que essa proposta de cooperativismo era diferente da tradicional, conforme as características apresentadas no quadro a seguir. As cooperativas tradicionais têm no lucro o seu principal objetivo, já as cooperativas camponesas surgem como uma forma de resistência ao modelo capitalista (FABRINI, 2002). Elas, normalmente, não atende aos interesses dos camponeses, excluindo-os, e reproduzem as relações de dominação e subordinação de uma empresa capitalista, que extrai o excedente de grupos marginalizados (SCHNEIDER, 1981). Esse modelo contribui com a manutenção e reprodução de relações desiguais, características do modo de produção

capitalista (FABRINI, 2002). O intuito do MST não era criar esse tipo de cooperativismo, mas sim uma forma de organização política dos assentados e de resistência ao capital comercial, industrial e financeiro.

Quadro 10 – Características do cooperativismo tradicional e alternativo

Características	Cooperativismo tradicional	Cooperativismo alternativo
Caráter	Empresa econômica	Político (visa a transformação da sociedade). Empresa econômica (busca melhorar as condições de vida dos associados)
Finalidade	Comércio (circulação da mercadoria)	Produção (organização da produção da roça até a industrialização)
Organização do trabalho	Produção familiar individual ou empresa familiar	Produção familiar cooperativa (visa incentivar e desenvolver a cooperação)
Base da cooperativa	Trabalho com os interessados (associados)	Trabalha com todos (associados e não associados)
Valorização dos associados	Vale se der retorno econômico, por isso procura selecionar os associados. É excludente.	Visa ser massiva. Trabalha para não perder os associados. Para isto buscar formas de incluí-los
Classe dos associados	Pluriclassista (grandes e pequenos na mesma cooperativa). Na prática beneficia mais os grandes	Uniclassista (só os pequenos)
Distribuição das sobras	Normalmente não distribui. É reinvestido na cooperativa. Algumas chegam a não corrigir o capital dos sócios para aumentar o capital da cooperativa	Deve ser distribuído para o associado em dinheiro (retorno diretor), ou em serviços por eles decididos (retorno indireto)
Direção	Legal (presidencial)	Coletiva com responsabilidade pessoal. A direção legal fica em segundo plano
Poder dos associados para defender interesse	Através da escolha da direção	Através dos núcleos (discutem antes)
Organização cooperativista	Filiação à OCB e as OCEs	Construir um espaço alternativo

Método	Apresentar propostas prontas ou induzir para que os associados assumam os planos da direção	Dar condições para os associados descobrir, perceber
Núcleos	Instrumento da direção. Procura cooptar o líder para ele passar os interesses da direção. Funciona de cima para baixo	Ferramenta para discutir a organicidade. Funciona de baixo para cima
Acesso a informações	Baixo	Alto
Participação dos associados	Baixa	Alto
Planejamento	De cima para baixo	De baixo para cima
Formação	Técnica	Política-ideológica e técnica
Associado	Um por família (empresa) isto é, o chefe (normalmente homem)	A mulher, o homem (casal) e os filhos maiores que trabalham em casa
Desenvolvimento	Conforme a cabeça dos dirigentes	Conforme um projeto de desenvolvimento regional
Participação na luta	Econômica	Política (solidariedade) e econômica
Projetos ou planos	Através de “pacotes”. Já vem pronto e são apresentados para serem aprovados	Os associados participam da elaboração
Rotação de dirigentes	Baixa	Deve investir na formação de novos dirigentes
Preocupação com a viabilidade	Da cooperativa (cada vez se torna uma empresa de capital)	Do conjunto dos associados

Fonte: MST, 1997, p. 84-84 apud FABRINI, 2002.

No Segundo Encontro Nacional de Assentados, o Movimento reafirmou a necessidade de se organizar os assentados, pois praticamente todos possuíam dificuldades no cultivo e na comercialização de alimentos, principalmente devido à falta de crédito e assistência técnica. Além disso, as terras dos assentamentos eram difíceis de serem lavradas e os lotes muito pequenos. Também faltava infraestrutura mínima, como água e estradas. Nesse sentido, em 1988, ocorreu o Primeiro Laboratório Nacional Experimental, em Palmeira das

Missões/RS, com o objetivo de formar os camponeses para a implantação de cooperativas. Nos anos seguintes vários laboratórios foram organizados em outros estados. Como a maioria das experiências cooperativistas não se consolidaram a metodologia foi abandonada pelo Movimento. Nesse mesmo contexto surgiu a ideia de se criar o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) com o intuito de, mais uma vez, organizar os assentados em cooperativas. No quadro a seguir é possível analisar os objetivos desse sistema com mais profundidade.

Quadros 11 – Objetivos do Sistema Cooperativista de Assentados (SCA)

<p>Objetivos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - ajudar a resolver os problemas econômicos das famílias assentadas; - desenvolver a cooperação agrícola como uma empresa econômica que produz sobras; - aumentar o desenvolvimento econômico e social dos assentamentos garantindo o aumento da produtividade do trabalho, acumulação de capital, diminuição da exploração dos trabalhadores; <ul style="list-style-type: none"> - modernizar a produção no campo; - desenvolver a agroindústria; - propor um tipo de organização da produção agropecuária que sirva de alternativa para o conjunto dos trabalhadores no campo; <ul style="list-style-type: none"> - desenvolver um modelo tecnológico adequado à realidade dos assentamentos; - provar que a reforma agrária é viável do ponto de vista econômico; - aumentar o poder de pressão dos assentados diante do governo; <ul style="list-style-type: none"> - formular e capacitar quadros para o conjunto das lutas dos trabalhadores; - contribuir para a construção do Homem Novo e da Nova Mulher. Cidadãos responsáveis, culturalmente desenvolvidos, solidários e fraternos uns com os outros; <ul style="list-style-type: none"> - transformar a luta econômica em luta política e ideológica; <ul style="list-style-type: none"> - consolidar a organização de base do MST; - Liberar os assentados para participar do Movimento e Organizações populares; <ul style="list-style-type: none"> - servir de retaguarda econômica do MST; - desenvolver a consciência social, com uma nova visão da sociedade; - transformar a ideologia do camponês, substituir o “meu” pelo “nosso” e
-------------------------	--

	<p>mudar o jeito artesão de trabalhar e enxergar o mundo;</p> <p>- acumular forças para transformar a sociedade.</p>
--	--

Fonte: Cadernos de Formação MST, 1986.

O SCA foi organizado em diferentes níveis e escalas de atuação. Na escala local ou regional surgiram as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), na escala estadual foram criadas as Centrais de Cooperativas Estaduais e na escala nacional a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB). Algumas cooperativas de produção foram criadas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo, Bahia e Ceará. Mais tarde, em 1992 foi criada a Além das CPAs, surgiram as Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS), Cooperativas de Crédito. As CPAs foram inspiradas na experiência cubana que teve início na década de 1970. De acordo com Fernandes (2000), nesse momento, 65% dos assentados eram vinculados as cooperativas do MST. A maior parte se concentrava na região Sul. Os assentados organizados produziam milho, soja, fumo, arroz, mandioca, feijão, erva-mate, queijo, cana-de-açúcar, cebola, mel, entre outros. Essa produção diversificada era, normalmente, entregue aos atravessadores. A comercialização também era feita junto aos atacadistas, varejistas e nas feiras. No caso da região Sul, a produção era normalmente entregue às cooperativas (I Censo da Reforma Agrária do Brasil, 1997 apud FERNANDES, 2000).

Quadro 12 – Funções da Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA)

Funções	<ul style="list-style-type: none"> - organização a produção agropecuária coletiva nos assentamentos; - estimular e contribuir para a produção dos lotes individuais; - organizar a armazenagem e garantir o transporte de insumos e produção; - desenvolver a infraestrutura social básica, como energia elétrica, água encanada, habitações e demais benfeitorias sociais; - organizar a aquisição de máquinas, veículos, benfeitorias e implementos agrícolas; - tomar empréstimos coletivos e viabilizar empreendimentos econômicos em maior escala; - racionalizar o aproveitamento da mão-de-obra existente nos assentamentos, visando eliminar a sua subutilização.
----------------	--

Fonte: Cadernos de Formação MST, 1986.

Dentre os inúmeros problemas enfrentados pelo SCA, tem-se a necessidade de capacitação e organização dos assentados. O Movimento não possuía quadros políticos que conhecessem todos os aspectos que envolviam o cultivo, a industrialização, a comercialização e o financiando agropecuário. Logo, embora existisse a ideia de uma forma de organização e tentativas de implantá-la, não existia quadro político capacitado para colocar essas ideias em prática. Como tudo dependia de tentativas, erros e acertos, aprendendo no fazer, muitos assentados acabaram desistindo da ideia de cooperativismo.

Quadro 13 – Funções das Centrais Estaduais

Funções	<ul style="list-style-type: none"> - coordenar as operações de venda em conjunto da produção agropecuária das CPAs e associações, bem como suas compras de produtos e insumos; - organizar o transporte de produtos agrícolas a nível de estado; - desenvolver e implantar projetos agroindustriais. Buscar linhas especiais de crédito rural, coordenando e centralizando o repasse e planejamento das necessidades globais de crédito; - organizar um Fundo de Crédito Rural e que será utilizado para financiamento das CPAs e associações; - desenvolver programas de fomento a produtos especiais e que tenham alta rentabilidade e boa demanda de mercado; - fazer convênios com governos estaduais para desenvolvimento de obras de infraestrutura social básica, benfeitorias, créditos e prestação de serviços de assistência técnica e outros.
----------------	--

Fonte: Cadernos de Formação MST, 1986.

Por fim, as funções da CONCRAB se concentravam em torno de cinco ações específicas, que são:

Quadro 14 – Funções da CONCRAB

Funções	<ul style="list-style-type: none"> - articular e coordenar as políticas gerais e do planejamento de médio e longo prazo, do desenvolvimento agropecuário das Cooperativas e dos assentamentos; - organizar uma escola técnica nacional para suprir as necessidades de quadros técnicos para as cooperativas na área administrativa, financeira e econômica; - manter um departamento de estudos estratégicos para projetos de maior
----------------	--

	<p>escala: estudar o mercado e possíveis agroindústrias;</p> <ul style="list-style-type: none"> - viabilizar atividades de exportação e importação; - representar os interesses das cooperativas frente aos organismos públicos e internacionais; - articular-se com outras confederações de cooperativas agrícolas e afins.
--	---

Fonte: Cadernos de Formação MST, 1986.

Para autores como Navarro (1998), a resposta construída pelo MST para os problemas enfrentados pelos assentados representou uma espécie de ideologização, visto que as cooperativas deveriam ser inteiramente coletivizadas. Era o modelo tecnológico da Revolução Verde, baseado na agricultura intensiva em capital e no consumo de insumos industriais. Nesse momento, nos estados da região Sul, 90,3% utilizavam adubo químico e 65% defensivos agrícolas (RIEDL e NAVARRO, 1998). Ainda segundo os autores, 72% dos assentados trabalhavam a terra de maneira individual, o restante coletivamente. O modelo adotado pelo movimento não deixou espaço para outras propostas (NAVARRO, 1998). Além disso, de acordo com o autor, os assentados que acessaram o PROCERA só podiam cultivar em média 6 hectares, inviabilizando a produção familiar em caso de produção dirigida ao mercado. O restante necessário era financiado no banco, com juros de mercado, o que endividava a família. O crédito também condicionava o plantio das famílias, nem sempre adequados ao campesinato, como a soja. Como banco só financiava isso ficava difícil aos assentados obterem recursos para atividades mais promissoras. Na sefra de verão de 1993/1994, por exemplo, em 16 assentamentos do Rio Grande do Sul, a renda variou de 0,35 a 2,46 salários mínimos. Nesses dados não se levou em consideração a produção para autoconsumo e a criação de animais.

A especialização da produção agrícola, sobretudo no caso dos camponeses, pode levar ao endividamento desses sujeitos que tentam adquirir por intermédio de empréstimos bancários insumos agrícolas, objetivando competir com os produtores capitalistas. Diferente disso, de acordo com Fabrini (2008), os rumos da agricultura camponesa devem ser o policultivo, diminuindo ao máximo a sua dependência externa, em contraposição à lógica da especialização. A proposta cooperativista do Movimento não priorizou o modo camponês de fazer agricultura. E não deixou espaços para outras alternativas, como a agroecologia que ascendeu nos assentamentos rurais por influência de outros agentes sociais. Esses fatores explicam o esgotamento do cooperativismo já em meados da década de 1990. Todavia, faz-se

necessário destacar que as cooperativas são importantes, desde que priorizem uma agricultura camponesa autônoma. Ademais, mesmo que as cooperativas não apresentem resultados econômicos satisfatórios, são importantes formas de organização dos assentados, são instrumentos de ação coletiva e luta política (FABRINI, 2002).

No quadro a seguir é possível observar as cooperativas vinculadas ao MST no Rio Grande do Sul. Muitas delas surgiram no contexto de ascensão do cooperativismo. Outras surgiram no contexto da transição agroecológica. As que nasceram no primeiro momento passaram por um processo de reestruturação, começando a priorizar, também, a produção agroecológica. É, portanto, em um contexto de endividamento e falência de muitas dessas cooperativas que a agroecologia se torna uma opção sustentável. O cooperativismo pode dar certo desde que os seus objetivos estejam em consonância com o dos camponeses, com o seu modo de viver e fazer agricultura. O próprio Setor Cooperativista dos Assentados deixou de existir, dando lugar ao Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente nos anos 2000, deixando clara a opção do Movimento pela cooperação camponesa agroecológica.

Quadro 15 – Cooperativas Vinculadas ao MST no Rio Grande do Sul

Município	Assentamento	Cooperativa	Ano de criação	Tipo
Hulha Negra	Conquista da Fronteira	Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados (COOPERAL)	1992	N.I.
Eldorado do Sul	Integração Gaúcha	Cooperativa dos Agricultores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP)	N.I.	CPSR
Tupanciretã	Assentamento Cachoeira/Tupã II	Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra (COOPERTERRA)	2002	CPA
Santana do Livramento	N.I.	Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste (COOPERFORTE)	2002	CPA
Sarandi	Novo Sarandi	Cooperativa Agrícola Novo Sarandi Ltda. (COANOL)	N.I.	CPS
Nova Santa Rita	N.I.	Cooperativa de Prestação de Serviços (COPTec)	N.I.	CPSR
Nova Santa Rita	Capela	Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita (COOPAN)	N.I.	CPA
Cotiporã	N.I.	Cooperativa de Sucos Monte Vêneto (Monte Vêneto)	N.I.	N.I.
Pontão	N.I.	Cooperativa Agropecuária e Laticínios Pontão (COOPERLAT)	N.I.	N.I.
Tapes	Lagoa do Junco	Cooperativa de produção Agropecuária dos Assentamentos em Tapes (COPAT)	N.I.	N.I.

Jóia	N.I.	Cooperativa de Produção comercialização e Prestação de Serviços (Coopercampo)	N.I.	N.I.
Viamão	Filhos de Sepé	Cooperativa de Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão (COOPERAV)	2009	N.I.
Charqueadas	30 de Maio	Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas (COPAC)	N.I.	CPA
Trindade do Sul	29 de Outubro	Cooperativa de Produção Agropecuária Trindade do Sul (COOPATRISUL)	N.I.	CPA
Candiota	N.I.	Cooperativa Agroecológica Nacional Terra e Vida (COONATERRA/BIONATUR)	N.I.	N.I.
N.I.	N.I.	Cooperativa Regional dos Assentados das Missões (COOPERMISSÕES)	N.I.	N.I.
Ronda Alta	29 de Outubro	Cooperativa Mista de Produção Agropecuária de Ronda Alta Ltda. (COMARA)	N.I.	CPS
Pontão	16 de Março	Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata Ltda. (COOPTAR)	N.I.	CPA
N.I.	N.I.	Cooperativa Terra Nova de Canguçu (Terra Nova)	N.I.	N.I.
Piratini	Conquista da Liberdade	Cooperativa de Produção Agropecuária Vista Alegre Piratini (COOPAVA)	N.I.	CPA
Hulha Negra	Conquista da Fronteira	Cooperativa de Produção e Trabalho Integração (COPTIL)	1989	CPS
Eldorado do Sul	Integração Gaúcha	Cooperativa de Produtos Orgânicos Pão da Terra	N.I.	N.I.
N.I.	N.I.	Cooperativa Agroecológica do Camponês (COOPERCAMPONESA)	N.I.	N.I.

Fonte: COCEARGS, 2016; Trabalho de campo, 2016.

*N.I.: Não Identificado.

Concomitantemente aos processos de ascensão e esgotamento do cooperativismo, o Movimento passou a investir cada vez mais na formação dos assentados, entendendo isso como imprescindível para a viabilização da produção agropecuária nos assentamentos rurais. No Rio Grande do Sul, nos anos 1990, ocorreu a criação do Curso de Magistério e do Curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC), no Departamento de Educação Rural da Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Ceilero, no município de Braga. A criação do TAC coincide com as discussões sobre cooperativismo nos assentamentos rurais. O curso era uma demanda do Movimento para a formação de quadros técnicos capazes de lidar com a organização de cooperativas (CHRISTOFFOLI, 2005). Todavia, a partir de 2003, um dos temas que passaram a compor o curso é o planejamento do

desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Esse cenário indica que a virada ecológica do MST ocorreu nas cooperativas e nos cursos de formação dos assentados. Isso porque, desde o início dos anos 2000, a coordenação estadual do MST no Rio Grande do Sul já compreendida a agroecologia como uma alternativa social, econômica, política e ambiental nos territórios camponeses.

Em 1995, foi inaugurado o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), em Veranópolis. Um ano depois, foi fundado o Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC), mantido pelo ITERRA. Ambos os espaços surgiram de maneira complementar, seguindo o projeto político-pedagógico do Movimento, atendendo as necessidades de escolarização e formação de quadros técnicos (CERIOLI e CALDART, 2007). Em 1999, foi firmado o primeiro convênio INCRA/PRONERA com o ITERRA. O que significou um avanço na organização dos cursos oferecidos. Atualmente, o IEJC oferta o ensino médio normal e o integrado com o TAC ou com o Técnico em Saúde Comunitária (TSC) e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Muitos dos assentados que trabalham nas cooperativas e na loja da reforma agrária do MST se formaram nesses cursos, sobretudo no TAC. Camponeses de outros estados e movimentos se deslocam até o Rio Grande do Sul com o objetivo de participar desses cursos, especialmente os assentados das regiões Norte e Nordeste.

No decorrer das décadas de 1980 e 1990, as propostas de desenvolvimento dos assentamentos rurais organizados pelo MST eram, sobretudo, o cooperativismo e a escolarização/formação técnica dos assentados. No caso das cooperativas, priorizou-se um modo de fazer agricultura que não correspondia com as necessidades do campesinato, dificultando a sua reprodução. Usava-se nos territórios camponeses saberes, técnicas e tecnologias do capital. Por isso, essa tentativa de resistência não surtiu o efeito esperado. Não eram resistências que buscavam a soberania dos camponeses em seus respectivos territórios, mas sim a sua dependência, subordinação. Contrário a isso, muitos assentados se afastaram do Movimento, pois não concordavam com aquilo que era executado nos assentamentos rurais. Isso gerou certo esvaziamento da base social do Movimento, cenário que só foi alterado, até certo ponto, com a ascensão da agroecologia. O acesso à educação é uma das propostas mais importantes do MST, que, inclusive, possibilitou a criação do PRONERA. Já os cursos de formação técnica que surgiram no contexto do cooperativismo passaram por um processo de revisão com a inclusão de temas voltados para a sustentabilidade.

O MST atua em vários setores. Nesse tópico apenas dois foram abordados, pois eles estão estritamente vinculados aos diferentes usos dos territórios camponeses propostos pelo Movimento. Analisando-os ficam nítidas as alterações realizadas no espaço-tempo. Muito disso tem a ver com a constituição da Via Campesina, um espaço de socialização política dos camponeses de diferentes regiões do planeta, e com a práxis do Movimento. A seguir, estudaram-se as resistências territoriais desenvolvidas nos assentamentos rurais do Rio Grande do Sul na atualidade.

2.4.3. Agroecologia, Agroindústria e Mercados Populares Camponeses

Desde os anos 2000, o Movimento alterou o foco da sua proposta de desenvolvimento dos assentamentos rurais. Nesse contexto, surgiram a agroecologia, a agroindústria familiar ou coletiva e os espaços de comercialização de alimentos, os mercados populares camponeses. Contudo, ainda na década de 1980, o MST discutiu em seu Caderno de Formação N° 10 o uso de tecnologias alternativas:

Essas novas técnicas seriam alternativas ao modelo insumista e destruidor das multinacionais de agrotóxicos, e buscaria o desenvolvimento e a aplicação de técnicas a partir do conhecimento da nossa agricultura, de nosso solo, nossa natureza e de nosso clima, utilizando os insumos industrializados sempre e quando representassem respeito ao equilíbrio da natureza, ao efetivo aumento da produtividade e a preservação da saúde e do meio ambiente (MST, 1986, p. 26-27).

Entendia-se por tecnologias alternativas a conservação dos solos através da adubação orgânica, do esterco e da compostagem; o reflorestamento de áreas; o desenvolvimento de maquinários adequados aos camponeses e ao tamanho dos lotes; a introdução e adaptação de novas culturas; a recuperação de variedades adequadas ao clima e ao solo brasileiro; o melhoramento da produtividade dessas variedades para que tenham maior resistência natural a pragas e doenças; a rotação de culturas, melhorando o aproveitamento do solo e evitando a erosão; a opção pelo uso de energias renováveis produzidas pelos próprios assentados em consonância com a natureza; e o combate de pragas e doenças através de métodos naturais. Tais considerações se assemelham com o que hoje é denominado agroecologia. O Movimento tinha consciência da sua importância para a agricultura camponesa, pois seria uma forma de produzir alimentos de maneira mais autônoma. Todavia, em contraposição às tecnologias alternativas, o MST escolheu o cooperativismo, a coletivização da produção e a utilização de insumos industriais.

Em função dos altos custos, da falta de infraestrutura, crédito e assistência técnica muitos assentados não conseguiram acompanhar as tentativas de inserção da produção agropecuária em uma economia de escala. Isso fez com que esses assentados se voltassem às tecnologias alternativas. As ONGs tiveram papel importante nesse processo orientando as ações dos assentados. Uma das resistências que se desenvolveu nesse contexto foi o cultivo de hortaliças na RMPA. Essa produção se expandiu nos assentamentos rurais sem muita atenção do Movimento até o final da década de 1990. Os assentados as comercializavam, principalmente, nas feiras da cidade do Porto Alegre. Alguns participam desses espaços desde que eles surgiram. Mais tarde, essa experiência inspirou a transição agroecológica da produção do arroz na mesma região. Assim, concomitantemente ao avanço, sem muito sucesso, da cooperação agrícola, outras resistências surgiram. Outro exemplo é a criação da Bionatur em 1997 na região da campanha gaúcha, a primeira marca de sementes agroecológicas do MST no país. Ambas as resistências já indicavam a alteração da compreensão do MST sobre a produção agropecuária nos assentamentos rurais.

Essas duas resistências reafirmavam o modo de produzir camponês utilizando, inclusive, tecnologias próprias. Assim,

Sem dúvida que nesses embates e disputas, seja os de natureza política sejam os que buscam alternativas tecnológicas que lhes sejam socialmente apropriadas, os camponeses desenvolvem uma práxis social que lhes proporciona não apenas a reprodução social da sua família como produtores rurais, mas a afirmação de um modo de produzir que nega e supera as formas sugeridas pelas empresas capitalistas de geração de tecnologias. O conflito entre sementes nativas e aquelas produto da transgenia é um exemplo desse conflito de interesses (CARVALHO, 2015, não paginado).

Existia, portanto, no âmbito do MST compreensões, seguidas de práticas, distintas com relação às questões político-econômicas que envolviam os assentamentos rurais. De um lado, a ideologização da produção, conforme (NAVARRO, 1997), de outro lado, as tecnologias alternativas, que, embora estivessem presentes nos materiais do Movimento não eram a sua primeira opção. Além das discussões presentes em seus materiais, o MST participava de encontros que discutiam os problemas econômicos, sociais e ambientais da sociedade. Um evento que foi um divisor de águas foi o III Fórum Social Mundial que ocorreu em 2003 em Porto Alegre. Nesse momento, em conjunto com a Via Campesina o Movimento lança a campanha “Sementes: Patrimônio da Humanidade”. Nesse mesmo ano, o MST participou da II Jornada de Agroecologia, que teve como tema “Terra Livre de Transgênicos e Sem Agrotóxicos”. No ano seguinte, o tema da III Jornada de Agroecologia

foi “Construindo um Projeto Popular e Soberano para a Agricultura Camponesa”, cuja qual o Movimento ajudou a organizar. Desde então, o MST passou a se envolver em eventos, encontros e discussões em torno de questões voltadas ao meio ambiente. É nesse contexto, gestado desde o início dos anos 1990 com as tecnologias alternativas, que ocorre uma espécie de virada ecológica do Movimento.

No Rio Grande do Sul, o cultivo de hortaliças agroecológico iniciou essa virada, seguido da produção de sementes e, mais tarde, de arroz. Depois do avanço na produção de alimentos, o Movimento começou a investir no seu processamento com a criação de agroindústrias. Atualmente, existem três que se dedicam à produção de arroz, vegetais e panificação.

Quadro 16 – Agroindústrias vinculadas ao MST no Rio Grande do Sul

Agroindústria de Vegetais	Assentamento Itapuí
Agroindústria Viamão	Assentamento Filhos de Sepé
Agroindústria de Panificação do Sino	Assentamento do Sino

Fonte: Página do MST, 2017; Trabalhos de campo, 2016.

Concomitantemente, surgem as marcas vinculadas aos produtos da reforma agrária, conforme o quadro a seguir.

Quadro 17 – Marcas vinculadas ao MST no Rio Grande do Sul

Terra Livre	Arroz
Bionatur	Sementes
COOTAP	Arroz
Monte Veneto	Sucos

Fonte: Página do MST, 2017; Trabalhos de campo, 2016.

Nesse contexto, tinha-se também a noção da importância da aliança entre camponeses e trabalhadores. Mas essa aliança se daria através da participação dos assentados em sindicatos, ajudando na construção da Central Única de Trabalhadores (CUT), articulando-se com assalariados rurais e urbanos, incentivando a participação político-partidária, além da troca de experiências com camponeses da América Latina. Na atualidade, essa articulação

deve ocorrer em torno do alimento saudável. Assim, os camponeses são os sujeitos que devem produzir alimentos acessíveis aos trabalhadores. Essa aliança acontece nas feiras, nas cestas, nas CSA, entre outros.

Em 2014, o MST completou 30 anos de existência em seu 6º congresso nacional. Nesse evento, definiu como sua prioridade a produção de alimentos saudáveis para toda a população. O documento Programa Agrário do MST oficializou essa proposta baseada na concepção de reforma agrária popular. Para os próximos anos, as prioridades são: a) a democratização da terra; b) a água como bem da natureza a serviço da humanidade; c) a organização da produção agrícola; d) a nova matriz tecnológica da agricultura; e) a industrialização; f) a política agrícola; g) a educação do campo; h) o desenvolvimento da infraestrutura social das comunidades camponesas; i) as mudanças na natureza do Estado e em sua estrutura administrativa. O Movimento congrega acesso a terra e a água, infraestrutura, agroecologia, agroindústria, educação do campo e políticas públicas em uma mesma proposta de atuação político-econômica. Conforme discutido nesse tópico, esse programa é resultado de alterações nas compreensões e práticas do MST. Isso demonstra que o Movimento assumiu de uma vez por todas, tanto no discurso como na prática, a agricultura camponesa.

A territorialização dos camponeses não deve se dar através da sua subordinação ao capital, mas, justamente, através do seu contraponto:

Na territorialização, há situações de resistência, ou resistências possíveis, necessárias, planejadas ou espontâneas, porém, esse movimento precisa ocorrer com objetivos, metas, contra alguma situação de subordinação, exploração, degradação ambiental, precarização das condições de trabalho e vida etc.. As resistências inscrevem-se nas relações de poder, no entanto, precisam para serem efetivadas, significar contraponto, diferencialidade, oposição, inflamando indivíduos, grupos e classes sociais em sua unidade-identidade lógica. Há resistências transitórias, outras mais continuadas, tentando romper com a ordem vigente em favor do direito à saúde, ao saneamento, à terra à moradia, à satisfação das necessidades, enfim, à vida com qualidade (SAQUET, 2015, p. 135).

Obviamente que dependendo da conjuntura isso se torna quase impossível, mas adotar essa compreensão nos projetos políticos e ações dos Movimentos se faz cada vez mais fundamental, permitindo que os camponeses assentados resistam de maneira autônoma, visando à emancipação.

2.5. Síntese

Na contemporaneidade, os camponeses, principalmente aqueles organizados em movimentos socioterritoriais, são responsáveis pela construção de resistências territoriais ao sistema alimentar capitalista. Tais resistências são guiadas pela concepção de soberania alimentar da Via Campesina. De acordo com ela, o acesso a alimentos nutritivos, adequados cultural e ecologicamente, é um direito dos povos, assim como o de definir os seus respectivos sistemas alimentos. Ou seja, de determinar a produção, a distribuição e o consumos de alimentos. Levando em consideração tais assertivas, as resistências territoriais consistem em territórios e territorialidades construídas ativamente pelos camponeses visando romper com a marginalização, a dependência e a subordinação. São resistências autônomas. Ou seja, não basta resistir integrando-se ao capital ou reproduzindo em seus territórios as técnicas e tecnologias desse, deve-se propor alternativas a ele e participar da sua construção. Assim os camponeses passam a resistir não de maneira subordinada, mas autônoma. As resistências são as sinergias criadas em diferentes contextos, produzindo a revanche do território, quando esse é apropriado e usado pelos agentes não hegemônicos, como os camponeses.

As resistências territoriais são desenvolvidas em diferentes escalas e dimensões dos territórios. No primeiro caso, destaca-se a local, regional ou estadual. A escala é uma questão complicada, pois rompê-la depende de políticas de Estado e políticas internacionais. Contudo, o poder das empresas transnacionais sobre os governos e as políticas não permite avanços nesse sentido, salvo algumas exceções. No segundo caso, a maior parte das resistências contempla as diferentes dimensões econômica, social, política e ambiental, com destaque para as três últimas. As resistências territoriais analisadas a partir dos casos do MAB, MPA e MST consistem no desenvolvimento de outros usos dos territórios, visando autonomia, poder de decisão e soberania no e a partir do território. Essa não é uma estratégia político-econômica, mas sim político-territorial. Nesse sentido,

A resistência já não é uma forma de reação, mas sim uma forma de produção e ação [...]. A resistência já não é uma característica dos trabalhadores das fábricas. Ela é uma resistência completamente nova baseada na inovação [...] e na cooperação autônoma entre sujeitos produtores [e consumidores]. Ela é a capacidade de desenvolver potencialidades novas e constitutivas que vão além das formas de domínio reinantes (NEGRI, 2006 apud PLOEG, 2008, p. 297).

No caso do MST no Rio Grande do Sul tais resistências passaram mudanças significativas nas diretrizes político-econômicas. Num primeiro momento, antes mesmo da oficialização do Movimento, a pastoral atuava nos assentamentos rurais com o objetivo de resgatar um modo de vida camponês ideal, fundamentado no arcaico, no tradicional. Com a consolidação do Movimento, ascendeu o discurso de implantação de coletivização da produção agropecuária, aproximando-se das compreensões marxistas-leninistas acerca do papel das cooperativas na superação do capitalismo. Para isso, investiu-se em cooperativas de produção agropecuária, de prestação de serviços técnicos, de crédito, entre outras, que implantaram nos assentamentos rurais o pacote tecnológico da Revolução Verde, desenvolvendo monocultivos voltados para o mercado capitalista. Obviamente, tal proposta não deu certo. E vários foram os motivos para isso. O que o Movimento implantou foi um uso subordinado do território. Um uso que não corresponde ao do camponês. Contudo, os próprios assentados, compreendendo isso, começaram a investir na utilização de tecnologias alternativas. Nesse contexto surge o cultivo de hortaliças, sementes e, mais tarde, de arroz agroecológicos. A práxis camponesa, assim como o diálogo com outros movimentos socioterritoriais e ONGs, alteraram as estratégias do Movimento, passando a ser, desde então, político-territorial.

CAPÍTULO 3 - TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES CAMPONESAS: UMA LEITURA GEOGRÁFICA DA SUBORDINAÇÃO, AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

3.1. Introdução

O sistema alimentar capitalista ampliou os processos de marginalização e subordinação do campesinato nestas últimas décadas. Todavia, contraditoriamente, fortaleceu a sua organização em um movimento transnacional, a Via Campesina, além da construção de resistências territoriais, que a partir da concepção de soberania alimentar, dos direitos dos povos à alimentação, propõe outros usos para os territórios camponeses, fundamentados nos seus modos de viver, saber e fazer agricultura. Assim, embora o capital controle os usos dos territórios, seja direta ou indiretamente, o que se vê é a construção de rupturas, trincheiras ou fissuras, num processo de revanche do território. Com o objetivo de aprofundar essas questões, faz-se necessário abordar como o campesinato vem sendo compreendido teórica e metodologicamente nestes últimos séculos. Quais são os paradigmas existentes nos estudos sobre o campesinato? E no âmbito do paradigma em que essa pesquisa se encaixa, quais são as discussões contemporâneas e como elas contribuem com a compreensão do objeto de estudo proposto? E, ainda, como essas leituras podem ser realizadas a partir do território, numa abordagem territorial do campesinato? Para respondê-las organizaram-se cinco tópicos.

No primeiro tópico, abordaram-se os paradigmas que versam sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura e o destino do campesinato, o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). Embora o debate paradigmático seja fundamental para o avanço do conhecimento científico, pretende-se aprofundar no segundo tópico as análises do PQA. Esse debate é importante, pois permite a compreensão de como o campesinato sai de uma análise que pregava o seu fim, passando para uma análise sobre a sua resistência e (re)criação, chegando às análises sobre o camponês ecológico, capaz de construir outro modelo de desenvolvimento da agricultura. Nos dois tópicos seguintes, são apresentados os elementos que explicam, por um lado, a destruição, marginalização e subordinação do campesinato e, por outro lado, a construção da autonomia/emancipação. Por fim, no último tópico, dialogou-se com o conceito de território visando construir uma abordagem territorial do campesinato.

3.2. O Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA)

Ao longo do século XIX, o desenvolvimento do modo de produção capitalista na agricultura determinou um conjunto de transformações econômicas que repercutiu na estrutura social do campesinato, resultando na constituição de diferentes concepções teórico-metodológicas a respeito da sua existência - desaparecimento ou resistência - assim como do seu papel histórico - reacionário ou revolucionário. Nesse ínterim, algumas interpretações se destacaram, como aquelas que conjecturavam o seu desaparecimento. Todavia, constatou-se empiricamente que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura não engendrou a destruição do campesinato, mas sim, contraditoriamente, a sua (re)criação (OLIVEIRA, 1991). Ademais, os camponeses também são (re)criados através de ocupações de terra, ações construídas a partir da organização política-espacial dos camponeses sem-terra (FERNANDES, 2000). Entretanto, após o acesso a terra os camponeses são reinseridos na produção capitalista das relações não capitalistas de produção (MARTINS, 1981). Os camponeses retornam a uma condição de subordinação em relação ao modo de produção capitalista. Como esse processo não é linear, os camponeses resistem e lutam por maior autonomia na produção, na distribuição e no consumo de alimentos.

As distintas concepções sobre o destino do campesinato no modo de produção capitalista deram origem ao que, na contemporaneidade, denomina-se Paradigma da Questão Agrária (PQA). Esse paradigma é composto por interpretações teóricas que analisam tanto a destruição como a (re)criação, resistência e autonomia do campesinato no capitalismo. O PQA entende a questão agrária como um problema estrutural, intrínseco ao desenvolvimento desigual e contraditório do modo de produção capitalista (FERNANDES, 2008). As diferentes leituras do PQA estão fundamentadas, principalmente, mas não exclusivamente, na luta de classes entre latifundiários-capitalistas e camponeses, nas disputas territoriais entre ambos e na conflitualidade entre modelos de desenvolvimento da agricultura, o capitalista e o camponês (FERNANDES, WELCH, GONÇALVES, 2011).

Existem duas tendências teórico-metodológicas no PQA, a proletarista e a campesinista. Enquanto o desaparecimento do campesinato é apreendido pela tendência proletarista, a (re)criação, a resistências e a autonomia é compreendida pela tendência campesinista. A orientação proletarista, que centra as suas discussões na relação capital-trabalho, é formada por duas vias de interpretação, a via da superioridade da grande propriedade, criada por Kautsky, e a via da desintegração do campesinato, criada por Lênin. Assim, enquanto os proletaristas destacam a relação capital-trabalho, os campesinistas se

dedicam à compreensão do modo de vida e de produção camponês, com é o caso de Chayanov. Mais recentemente, os autores campesinistas se atentaram à inserção dos camponeses no mercado, assim como aos agroecossistemas desenvolvidos por esses num processo de co-evolução com a natureza.

No que tange as duas tendências, as principais controvérsias ocorreram entre os estudos de Lênin e Chayanov na Rússia do século XX. Nesse período, o país era basicamente agrário. O número de camponeses era exponencialmente maior que o número de assalariados que trabalhavam nas indústrias que começavam a surgir. Lênin e Chayanov interpretavam esse cenário de maneira distinta, assumindo posições diferentes sobre o papel dos grupos sociais, principalmente, do campesinato. De acordo com Ploeg (2016), essa controvérsia não se limitava à realidade russa. Pelo contrário, em suas análises, os autores se baseavam em experiências nos Estados Unidos, Alemanha (sobretudo na Prússia), Suíça, Tchecoslováquia, Itália e Países Baixos. Sempre que ocorriam mudanças de regime, a questão que surgia era se os camponeses teriam um papel de destaque na construção de uma sociedade mais justa. Essas questões surgiram, em especial, nos países onde os camponeses estavam à frente das revoluções, como no México, China, Cuba e Vietnã, como nos apresenta Wolf (1966). Na América Latina, muitos interpretavam o campesinato a partir da sua capacidade de desenvolvimento e transformação, como o fez José Carlos Mariátegui. É justamente nos países onde o capitalismo se desenvolveu tardiamente que o campesinato teve e ainda tem papel fundamental. É nesses países, também, onde o campesinato luta cada vez mais pela construção da sua autonomia política e territorial.

A partir da segunda metade do século XX, surgiu outro conjunto de concepções teórico-metodológicas a respeito do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). Alguns dos teóricos desse paradigma, como Abramovay (2007), parte de uma crítica ao PQA para fundamentar a sua interpretação. De acordo com esse autor, é impossível encontrar nos escritos de Karl Marx, uma das principais referências teóricas do PQA, uma concepção explícita sobre questão agrária ou, mais especificamente, sobre a produção familiar, suas tendências e funções no capitalismo. A partir dessa constatação, o campesinato é apreendido enquanto uma sociedade parcial, que se integra parcialmente aos mercados incompletos, incapaz de se adequar ao capitalismo, visto que o capital é alheio a esse tipo de relação social. Contudo, esse cenário pode ser alterado mediante a metamorfose do camponês em agricultor familiar, um sujeito moderno, habilitado e integrado ao modo de produção capitalista. Para o PCA, a questão central não se encontra

no sistema, mas sim nos sujeitos, que são ineficientes. Logo, a integração ao modo de produção capitalista é a condição da existência do agricultor familiar, pois o capitalismo e a agricultura familiar compõem o mesmo modelo de desenvolvimento da agricultura, o capitalista.

A integração do campesinato ao modo de produção capitalista é compreendida pela tendência da agricultura familiar como um processo histórico imprescindível para superar a pobreza no campo, assim como permitir investimentos e inovações tecnológicas na unidade de produção familiar, transformando-a em empresa capitalista. Nesse caso, o campesinato não pode seguir outra via que não seja a integração ou o desaparecimento. O modo de produção capitalista é a única via de desenvolvimento das forças produtivas na agricultura, ou o camponês se integra a ele, metamorfoseando-se em agricultor familiar, ou estará condenado ao fim. O fato de uma parte dos autores do PCA reconhecer a existência da agricultura familiar no capitalismo é um grande avanço do ponto de vista teórico. Entretanto, essa é uma visão linear da realidade, que compreende o capitalismo enquanto único modelo de desenvolvimento da agricultura. Logo os autores analisam a economia familiar a partir de parâmetros da economia capitalista, desconsiderando o enfrentamento histórico do campesinato ao capital.

O que os autores do PCA não levam em consideração é que nem todos os camponeses conseguem se integrar ao modo de produção capitalista. Obviamente alguns vão se transformar em capitalistas, outros vão continuar se reproduzindo enquanto camponeses médios ou pobres, mas a maioria será desterritorializada porque não tem condições de permanecer na terra (FERNANDES, 2013). As tentativas de conciliação entre campesinato e capitalismo, ainda que pareçam conjunturalmente vantajosas para uma parcela do campesinato, é, na verdade, um caminho para a ampliação da sua subordinação ao capital (CARVALHO, 2012). Além disso, a integração é cada vez menos viável ao próprio capitalismo, que prefere se dedicar à produção agropecuária ou arrendar grandes unidades de produção. No caso de alguns gêneros agrícolas, não existe mais lugar para a agricultura camponesa, mesmo que subordinada.

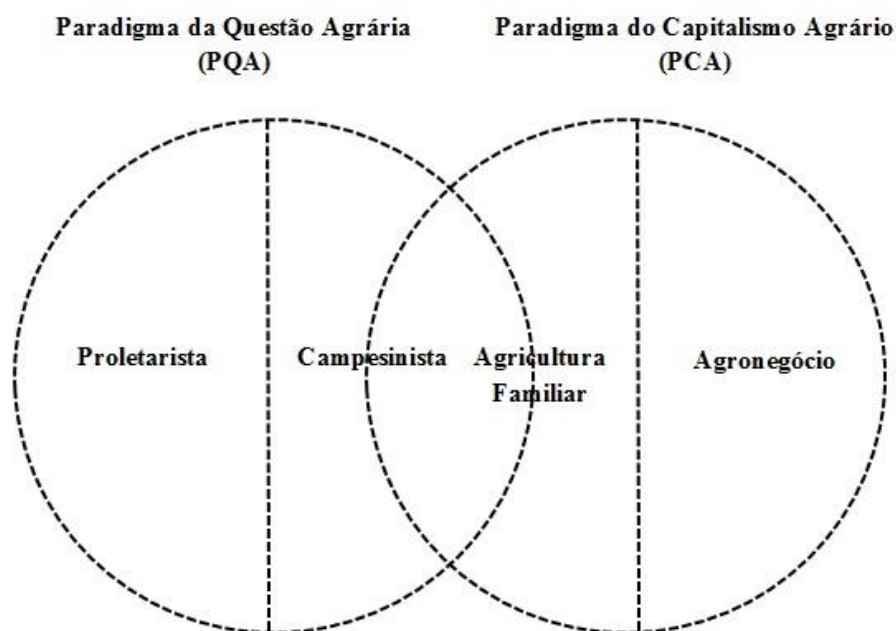
Outra tendência nos estudos do PCA é a do agronegócio, que compreende a agricultura familiar como residual, em vias de desaparecimento, e o agronegócio como o único modelo de desenvolvimento. Alguns dos autores dessa tendência, como Campos e Navarro (2013) e Graziano e Navarro (2015), baseiam-se nos números do agronegócio para afirmar a sua homogeneização nas relações de produção na agricultura. Exaltam a

produtividade, a tecnologia e a capacidade do agronegócio de retirar o país da condição de subdesenvolvimento, integrando-o, enquanto economia emergente, ao mundo globalizado. De acordo com Graziano e Navarro (2015), o processo de modernização da agricultura brasileira, aliada à globalização da economia, transformou o país no maior produtor mundial de alimentos, no celeiro do mundo. Logo, em um país com cerca de 820 mil tratores, intenso consumo de fertilizantes, defensivos e rações e exportação de *commodities*, que geram o superávit da balança comercial, não faz sentido falar em questão agrária. A luta pela terra e a reforma agrária são problemas do passado, que não condizem com a modernidade da agropecuária no país. Inclusive, os autores afirmam que a modernização da agricultura, ao resolver a questão agrária, “jogou poeira nas velhas teorias marxistas”.

Embora esses autores neguem a questão agrária, ela vem à tona toda vez que ocorre uma ocupação de terra, uma manifestação dos povos do campo e da cidade, nas dificuldades enfrentadas pelos camponeses na comercialização de seus produtos, nos dados sobre a fome, a pobreza e a desigualdade social, na concentração de terra, na violência no campo e nos impactos ambientais. Nega-se teoricamente, mas a questão agrária faz parte do cotidiano da sociedade brasileira.

Na figura abaixo é possível visualizar as tendências apresentadas e os seus respectivos paradigmas. O PQA e o PCA são referenciais teórico-metodológicos que compreendem o desenvolvimento da agricultura através de teorias, métodos e intencionalidades distintas, que vão determinar as análises dos sujeitos sobre o empírico (FERNANDES, 2008). De modo geral, ao passo que os teóricos do PQA estão engajados na construção de uma práxis intelectual avessa à desigualdade desencadeada pelo capitalismo, os teóricos do PCA corroboram a hegemonia desse sistema, compreendendo-o como única via de desenvolvimento. Aliás, para eles as desigualdades existentes no campo podem ser sanadas mediante a criação de políticas públicas que promovam, por um lado, a integração dos agricultores familiares ao modo de produção capitalista e, por outro lado, a expansão do agronegócio. O debate entre os paradigmas é fundamental para o conhecimento científico, como afirma Fernandes (2008) e Felício (2011). Entretanto, no tópico a seguir dialogou-se com as discussões que compõem o PQA. Isso porque, normalmente, os autores desse paradigma se fundamentam apenas nos trabalhos de Chayanov e Shanin, que, embora sejam fundamentais, não são os únicos que estudaram o modo de produção camponês. Inclusive, alguns trabalhos atualizam os elementos que explicam esse modo de viver, saber e fazer.

Figura 3 - As tendências do PQA e PCA



Fonte: FERNANDES (2008).
Org. Autora.

É importante aprofundar, e quando necessário questionar, as concepções teórico-metodológicas que compõem o PQA, uma vez que a realidade é construída e transformada cotidianamente pelos sujeitos sociais, assim como os espaços e os territórios. A compreensão de um determinado objeto de estudo perpassa pelo tensionamento entre o empírico e as teorias e conceitos utilizados pelo pesquisador. Assim, construímos ou corroboramos concepções científicas com respaldo na realidade e não apenas reproduzimos conhecimentos. Com a finalidade de explorar as concepções que tecem o PQA, respaldar-se-á na leitura crítica dos estudos clássicos e contemporâneos sobre o campesinato. Assim, será possível compreender os processos, as relações, as dinâmicas e contradições que envolvem a destruição, a resistência e a autonomia do campesinato no capitalismo. A conjuntura política, econômica e ambiental atual permite e requer a reinvenção da ousadia intelectual (PORTO-GONÇALVES, 2011), seja na interpretação teórico-metodológica ou na proposição de alternativas ao paradigma civilizacional moderno. Para isso, faz-se necessário resgatar as compreensões a respeito do campesinato, pois aquilo que acreditamos ser extraordinário, nem sempre o é²⁷.

²⁷ Op. Cit.

3.3. O Paradigma da Questão Agrária (PQA) em Questão: Do fim do Campesinato ao Modo Camponês de Fazer Agricultura

O PQA pode ser destrinchado nas seguintes vertentes teórico-metodológicas: marxismo ortodoxo agrário, narodnismo russo, marxismo clássico heterodoxo, narodnismo marxista e marxismo (neo)chayanoviano. Nos últimos anos os estudos ecológicos acerca do campesinato adquiriram bastante visibilidade, principalmente, diante das crises, dentre elas a ambiental, ocasionadas pelo sistema hegemônico. Essa vertente é classificada por Guzmán e Molina (2005) como paradigma agroecológico e por Martínez Alier (2014) como ecologismo dos pobres, o que anteriormente o autor classificava como narodnismo ecológico. Os estudos enfatizam a sua relação com a natureza e a maneira como maneja os recursos naturais, destacando a coprodução entre homem e natureza, a construção de uma base de recursos autocontrolada e a cooperação entre os sujeitos como elementos fundamentais para a autonomia. A vertente ecológica e os debates que envolvem a sustentabilidade estão posicionados na tradição Chayanoviana, visto que qualquer discussão sobre esse tema perpassa pela questão do campesinato (PLOEG, 2016). Dessa forma, o camponês pode ser analisado, portanto, como um modo de vida e produção, uma classe social, um tipo de relação com a natureza e/ou um modo de fazer agricultura presente no capitalismo, que resiste e luta por autonomia em ambientes cada vez mais contrários à sua existência.

Uma das primeiras concepções do PQA, o marxismo ortodoxo agrário, é resultado dos estudos de Kautsky (1998) e Lênin (1982) acerca da expansão das relações de produção capitalista na agricultura na Alemanha e na Rússia, respectivamente, com base nos pressupostos teórico-metodológicos construídos por Karl Marx e Friedrich Engels. Os primeiros impulsos de apreensão da questão da posse e uso da terra, assim como do campesinato, foram sistematizados por Karl Marx, visto que o autor elaborou na primeira fase de sua vida um estudo sobre a situação de miséria em que viviam os viticultores de Mosella, posicionando-se a favor dos camponeses devido à condição precária a que estavam submetidos com a queda dos preços dos seus produtos no mercado (MARCOS; FABRINI, 2010). Mais tarde, em 1848, o camponês é retratado mais uma vez nos estudos do referido autor, agora no âmbito das revoluções na Alemanha e na França. Nesse período, Karl Marx e Friedrich Engels escreveram para o Comitê Central da Liga dos Comunistas *As reivindicações do Partido Comunista na Alemanha* com as seguintes reivindicações: a) a abolição dos direitos feudais; b) a transformação das propriedades feudais em propriedades estatais, que seriam exploradas pela agricultura de larga escala e; c) a transformação das hipotecas sobre as

terras camponesas e arrendamentos em propriedades do Estado. É o primeiro programa do proletariado na luta pela sua emancipação (HEGEDUS, 1984).

Com o fracasso da revolução de 1848, Karl Marx revisou seu posicionamento com relação ao campesinato, afirmando que este não era uma força revolucionária autônoma²⁸. A partir de então, o autor se ateve ao problema agrário de maneira restrita, dedicando-se ao estudo da especificação das leis do desenvolvimento da agricultura²⁹. Nesse ínterim, construiu sua teoria a respeito da renda fundiária, com base na tese da renda fundiária absoluta, provendo um aporte teórico consistente para uma das reivindicações do programa agrário socialista, a nacionalização da propriedade da terra. A renda da terra absoluta é obtida a partir do monopólio que uma determinada classe social exerce sobre a propriedade da terra. É a renda auferida pelos capitalistas quando colocam as suas terras para produzir, por meio da elevação do preço dos produtos no mercado, do arrendamento ou da venda. Para o autor, a renda da terra absoluta desapareceria mediante a nacionalização da propriedade da terra e a constituição de grandes unidades de produção. Todavia, essa concepção se baseava na hipótese de que a produção agrícola é regida pelas relações de mercado, cenário recorrente naquele período na maior parte da Europa Ocidental, mas não na Europa Oriental.

Em 1864, na Conferência de Londres da Primeira Internacional, a propriedade da terra e o campesinato passaram a ser discutidos enquanto elementos dos programas agrários socialistas, pois se questionava o que ocorreria com estes após a revolução socialista³⁰. Nessa ocasião, os marxistas se manifestaram a favor da nacionalização das terras e da constituição de grandes unidades produtivas enquanto os proudhonianos, em virtude da crise moral desencadeada pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista, apresentaram-se adeptos do modo de vida camponês, considerando-o como ideal. As duas propostas foram votadas no Congresso de Bruxelas em 1868, vencendo a marxista. Entretanto, a compreensão da superioridade da grande propriedade, assim como do inevitável desaparecimento do campesinato perdurou entre os marxistas até 1890, quando os camponeses voltaram a compor os programas agrários socialistas. Mais tarde, com a permanência quase inabalada do campesinato no campo, os debates sobre a impossibilidade de existência da propriedade camponesa voltaram a fazer parte das discussões marxistas.

No manuscrito *A nacionalização da terra* de 1872, Karl Marx aborda as relações de propriedade e produção agrícola em uma sociedade revolucionária, opondo-se a qualquer

²⁸ Op. Cit.

²⁹ Op. Cit.

³⁰ Op. Cit.

forma de propriedade privada, inclusive a camponesa, defende a nacionalização das terras. Ao invés da propriedade camponesa, de propriedade familiar e em pequena escala, o autor propôs a produção em larga escala enquanto forma de produção de alimentos que garante a satisfação de toda a sociedade. Além disso, a produção em larga escala possibilita a queda do preços dos alimentos, visto que não existiria uma classe controlando a produção e os preços em consonância com os seus interesses. A produção camponesa, por ser rudimentar levaria à pobreza do solo e, em consequência disso, a diminuição da produção e o aumento dos preços dos alimentos. Por isso que uma agricultura em larga escala com métodos científicos seria a ideal.

Kautsky (1998) é um dos primeiros marxistas a fazer parte desse debate com a publicação da obra *A questão agrária*. A emergência de uma base técnica seria suficiente para extinguir o campesinato. A partir da análise de dados estatísticos, Kautsky (1998) averiguou a concentração e parcelarização das terras alemãs. Embora o autor admitisse a existência do campesinato, defendia a impossibilidade da sua existência. Mais tarde, o programa agrário marxista passou a questionar a situação da Europa Oriental, onde as comunidades camponesas (*mir*) era uma realidade, o que levava a se pensar que na Rússia seria possível alcançar o socialismo sem passar pelo capitalismo. Entretanto, o trabalho de Lênin reforçou a ideia de que a Rússia estava passando por um processo de desenvolvimento do capitalismo. Enquanto isso, o proletariado era apreendido como o único sujeito revolucionário capaz de romper a lógica capitalista e construir uma sociedade emancipada do capital. Enquanto Kautsky enfatizava a produção, Lênin enfatizou as relações mercantis.

Baseando-se na compreensão de Karl Marx de que o processo que engendra o modo de produção capitalista é a dissociação entre o trabalhador e a propriedade sobre as condições de seu trabalho, Kautsky (1998) e Lênin (1982) concluíram que a proletarização do campesinato era algo inexorável, imprescindível para o desenvolvimento pleno das forças produtivas e, conseqüentemente, emergência do socialismo. Enquanto Kautsky (1998) ressaltou a inferioridade intelectual do campesinato como o principal entrave à melhoria das técnicas de manejo e mecanização agrícola, enaltecendo, nesse sentido, a superioridade da grande propriedade agrícola; Lênin (1982) constatou que a evolução das técnicas de produção através do uso de máquinas e insumos artificiais resultou em um processo combinado de aburguesamento da parcela mais rica do campesinato e proletarização dos mais pobres. Para o autor, a transformação capitalista se fundamentava na dinâmica intercamponesa de aprofundamento das relações mercantis, divisão do trabalho e diferenciação de classe. Logo, o

desaparecimento do campesinato ocorreria por meio da sua diferenciação social. Lênin (1982) pretendia atingir uma parte do narodnismo russo que acreditava que a homogeneidade e a estabilidade da sociedade camponesa impediriam o desenvolvimento do capitalismo na Rússia.

De modo geral, em suas análises a respeito do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, os marxistas ortodoxos agrários levavam em consideração: a) a evolução unilinear da sociedade; b) a sequência histórica dos modos de produção; c) a dissolução do campesinato; e d) a contraposição entre a grande e a pequena exploração agrícola, ressaltando a superioridade da primeira (GUZMÁN; MOLINA, 2005). No que tange as críticas às interpretações do marxismo ortodoxo agrária, destacam-se as seguintes: a) a incompreensão do contexto histórico da principal obra de Karl Marx, O Capital; b) a interpretação errônea das obras dos últimos dez anos da vida de Karl Marx por Friedrich Engels, que as organizou e publicou; c) a concepção da homogeneização das relações de produção capitalistas e a unilinearidade do processo histórico; e d) a compreensão da agricultura como um ramo da indústria³¹. No mesmo período em que os marxistas discutiam o destino do campesinato, os narodnistas russos e os anarquistas agrários contestaram veementemente suas concepções, numa importante polêmica que se desenrolou de meados do século XIX ao início do século XX.

O narodnismo russo, que posteriormente deu origem ao narodnismo marxista, é a primeira concepção teórica e política a respeito dos camponeses que viviam em comunidades rurais no século XIX. No bojo do narodnismo russo coexistiram diferentes orientações teóricas que preconizavam e perseguiam um modelo de desenvolvimento econômico não capitalista para a Rússia em que o campesinato era o protagonista (GUZMÁN; MOLINA, 2005). Diferente dos marxistas ortodoxos agrários, para os narodnistas russos o campesinato apresentava elementos de resistência ao modo de produção capitalista, como a solidariedade, o coletivismo e a ética (CARVALHO, 2012). Em virtude disso, seria possível conceber uma sociedade socialista sem que ocorresse a decomposição do campesinato. Sinteticamente, o narodnismo russo pode ser caracterizado a partir dos seguintes elementos:

- 1) os sistemas de organização política gerados no seio do capitalismo constituem formas de submissão e dominação sobre o povo, o que cria uma minoria que pretende se legitimar mediante falsas fórmulas de participação democrática; 2) os sistemas de legalidade assim estabelecidos desenvolvem uma prosperidade material que vai contra o desenvolvimento físico,

³¹ Op. Cit.

intelectual e moral da maior parte dos indivíduos; 3) nas formas de organização coletiva do campesinato russo, existia um estado de solidariedade contrário à natureza competitiva do capitalismo; 4) era possível frear o desenvolvimento do capitalismo na Rússia mediante a extensão das relações sociais do coletivismo camponês ao conjunto da sociedade; 5) os intelectuais críticos devem se fundir com o povo para desenvolver com ele, em pé de igualdade, mecanismos de cooperação solidária que permitem criar formas de progresso às quais se incorpore a justiça e a moral (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p. 22-23).

Os autores que fundaram a primeira interpretação do narodnismo russo, a teoria da marcha para trás, foram Aleksandr G. Herzeme e Nicolai G. Chernychevski. Esse último, ao analisar as vantagens e desvantagens do desenvolvimento do capitalismo na Europa, principalmente na França e na Inglaterra, concluiu que a Rússia poderia eleger outra via de desenvolvimento, evitando a proletarização do campesinato. Em outras palavras, a Rússia poderia transpor a etapa capitalista e ir direto ao socialismo mediante o fortalecimento das ações coletivistas camponesas³². Tal processo deveria ocorrer através da cooperação solidária de caráter simétrico entre os camponeses, os intelectuais e os técnicos (SHANIN, 1984). Na segunda fase do narodnismo russo, os autores Petr Lavrovich Tkachev, Lavrov, Nicolai Mikhailovski e Bervi-Flerovski constroem a teoria das vantagens do atraso, segundo a qual a Rússia não precisaria “descer ao inferno do capitalismo” para edificar uma sociedade socialista. Logo, o desenvolvimento deveria levar em consideração o bem estar do campesinato.

Paralelamente às concepções apresentadas, produz-se uma vertente anarquista nos estudos agrários, cujos expoentes são Mikhail Bakunin e Piotr Kropotkin. O primeiro desenvolveu a teoria do campesinato como agente revolucionário, visto que na Rússia de meados do século XIX existiam condições concretas para o desenvolvimento de uma revolução social a partir das massas camponesas. O autor compreendia que o atraso político, social e econômico da Rússia era um elemento que poderia desencadear a revolução que destruiria o Estado e construiria a emancipação social. Por sua vez, Piotr Kropotkin, discípulo de Mikhail Bakunin, criou a teoria do apoio mútuo como fator de evolução. O apoio mútuo consiste na busca pelo estabelecimento da equidade no manejo dos recursos naturais e, conseqüentemente, na construção da solidariedade no trabalho e na resolução dos problemas (HERNADEZ; ALMEIDA, 2015)³³. Para os anarquistas agrários, o atraso da Rússia em relação aos países capitalistas ocidentais não possibilitava “dar marcha para trás”, mas sim a

³²Op. Cit.

³³ Entrevista realizada com Eduardo Sevilla Guzmán. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3608>>.

revolução social protagonizada pelo campesinato, uma classe revolucionária em potencial. Pela primeira vez na história, o campesinato é analisado a partir da sua potencialidade transformadora, do seu perfil solidário e cooperativo, da sua relação com os recursos naturais.

Para os autores, o campesinato é uma classe revolucionária em potencial, pois:

1) O apoio mútuo constitui um elemento central da natureza das relações sociais existentes no interior das comunidades rurais que é possível potencializar frente a elementos inibidores; 2) a estrutura organizativa e material de sua organização econômica possui, certamente, um “atraso” que pode ser superado em formas de ação social coletiva de caráter revolucionário ao “reter este a energia da natureza popular”; 3) a condição subordinada a que se vê submetida sua forma de produzir, dentro de uma dinâmica de exploração crescente em que “trabalhar com as mãos lhes condiciona moralmente”; fazendo-os odiar os “exploradores do trabalho”, de tal forma que: 4) só determinados aspectos tradicionais, atuantes como preconceitos, lhes separam, realmente, dos comuns “interesses dos trabalhadores urbanos”, pelo que, rompidos tais preconceitos pela comunidade “de interesses da classe trabalhadora”, é possível destacar a autêntica “rebeldia natural” existente na estrutura social do campesinato (BAKUNIN, 1979; KROPOTKIN, 1978 apud GUZMÁN; MOLINA, 2005, p. 10).

Essas características são encontradas nos camponeses contemporâneos. A ajuda mútua, a cooperação, a solidariedade permitem a resistência do campesinato no capitalismo. Muitas das resistências territoriais analisadas no capítulo anterior têm como pressuposto esses elementos.

No âmbito dos debates entre os marxistas e os narodnistas, surge a Escola da Organização da Produção e da Agronomia Social, que produziu um volume de informações sobre o espaço rural da Rússia nunca antes alcançado por qualquer outro país do mundo, da qual fazia parte Alexander Chayanov. Para além das discussões sobre a questão fundiária e os caminhos para se construir uma sociedade socialista, tal escola contribuiu com a análise da disponibilidade de recursos econômicos e técnicos que tornariam viável uma transformação radical das condições de vida camponesa (ARCHETTI, 2014). Diante disso, o estudo das unidades de produção camponesas exigia a elaboração de categorias que não fizessem parte do repertório oferecido pelos marxistas ou pelos neoclássicos. É a partir de 1911, que Alexander Chayanov passa a se dedicar a edificação de uma teoria do funcionamento das unidades produtivas baseadas fundamentalmente no trabalho familiar.

Para Chayanov (1984) os camponeses são produtores de mercadorias, mas não são por isso capitalistas. O camponês que gere a sua própria unidade de produção obtém como resultado do trabalho de um ano uma quantidade de produtos que, depois de comercializado

no mercado, formam o produto bruto da sua exploração. Deste, desconta-se a soma correspondente aos custos da produção e o restante é a retribuição ao trabalho da família durante o ano. O excedente aparece no consumo familiar de bens e serviços. O produto do trabalho familiar é a única categoria possível de rendimento para uma exploração camponesa baseada no trabalho da família. Se o fenômeno social salário não existe na exploração familiar, também não existe o fenômeno social do lucro líquido. Nesse caso é, portanto, impossível aplicar o cálculo capitalista do lucro. O produto indivisível do trabalho camponês não é o mesmo para todas as unidades de exploração familiar, pois depende da situação do mercado, da localização da exploração em relação ao mercado, as disponibilidades em matéria de fatores de produção, a dimensão e a composição da família e a qualidade do solo.

O trabalho camponês persegue como fim a satisfação das necessidades da família ou, em outras palavras, a reprodução da família e não a obtenção de uma taxa média de lucro, como ocorre com os capitalistas. A importância do produto do trabalho do camponês é determinada pela dimensão e composição da família, ou seja, pelo número de membros da família capazes de trabalhar pela produtividade da exploração e pelo grau de autoexploração. Esse último é estipulado pelo equilíbrio entre a satisfação da família e a fadiga em virtude do trabalho. Enquanto o equilíbrio não é atingido ou até quando a fadiga devida ao trabalho é considerada como menor do que as necessidades da família, o camponês persiste na atividade econômica. Assim que o equilíbrio é atingido, a persistência no trabalho deixa de fazer sentido, pois custa mais para o camponês a insistência na atividade do que o abandono das vantagens econômicas decorrentes do trabalho. Em uma família com membros que possam trabalhar, atinge-se o equilíbrio com menos trabalho, visto que a produtividade da família é maior. Todavia, em uma família com membros incapazes de trabalhar, torna-se necessário intensificar a autoexploração da força de trabalho familiar.

A base teórica construída por Chayanov (1984) permitia a contestação da teoria da diferenciação social de Lênin (1982), propondo em seu lugar a teoria da diferenciação demográfica. Enquanto este classifica os camponeses em ricos, médios e pobres, utilizando como critério a compra e a venda da força de trabalho, aquele se baseia no tamanho da família. Fazendo um paralelo com o objeto de estudo desta pesquisa, os camponeses assentados, o tamanho do seu lote não varia de acordo com o tamanho da família, mas sim de acordo com o tamanho da propriedade destinada à criação do projeto de assentamento. De acordo com Chayanov (1984), são as variações no tamanho da família que determinam o acesso a terra, explicando o porquê de diferentes grupos de camponeses possuírem terras com

tamanhos distintos. Em cada período da evolução da família camponesa, sua composição determina a disposição da força de trabalho disponível e a dimensão das suas necessidades de consumo. A família camponesa começa com o casal que, normalmente, trabalha; amplia-se com os filhos, ainda pequenos, que consomem, mas não trabalham; ao crescerem, os filhos começam a participar das atividades produtivas, até construírem as suas próprias famílias e saírem das terras dos pais; o casal se reencontra no final, todavia a sua capacidade de trabalho é significativamente reduzida. Logo, existe uma relação entre o tamanho da família, a sua composição e a quantidade de terras cultiváveis.

Nos assentamentos rurais, normalmente, os lotes são menores do que as necessidades das famílias, levando um de seus membros a trabalhar em outros lotes, nas usinas ou nas cidades. Isso demonstra a primeira inconcretude da política de reforma agrária, a divisão irregular dos tamanhos dos lotes, fazendo com que muitos camponeses sobrevivam em lotes extremamente pequenos, não permitindo a reprodução social da família na terra.

Alguns estudiosos da questão agrária afirmam que Chayanov (1984) é o teórico do isolamento camponês ou da autossuficiência camponesa, porém, no último capítulo da sua principal obra, o autor enfatiza o cooperativismo e a integração vertical, citando o caso da Dinamarca, como uma forma de construção do socialismo na agricultura. Para Chayanov (1984), o cooperativismo consentia a obtenção de uma democracia de base, atribuindo aos próprios camponeses o estabelecimento das suas fórmulas de ação coletiva para manter a socialização do trabalho, característica própria da exploração familiar. A proposta de integração vertical propunha a combinação flexível em forma de cooperativa de unidades de produção de diferentes tamanhos para as diferentes formas de exploração. Chayanov (1984) considerava que tanto as formas tradicionais de cooperação camponesa, como a *obscina* e a comuna rural, como as formas implantadas com a modernização, que teve início com a emancipação dos servos em 1861, poderiam se transformar no alicerce de um processo de cooperação no qual o trabalho familiar fosse estimado.

A questão central da obra de Chayanov é entender que, ainda que a unidade de produção camponesa seja condicionada e seja afetada pelo contexto do qual faz parte, no caso o capitalismo, não é diretamente governada por ele, mas sim por um conjunto de equilíbrios (PLOEG, 2016). Esse debate será retomado nos próximos tópicos. Chayanov argumenta em sua obra teoria das cooperativas camponesas, antevendo o insucesso do programa de coletivização de Stálin, que o sucesso do sistema cooperativista depende do desenvolvimento combinado de diversas formas de organização da agricultura. No início do século XX, o

movimento cooperativo na Rússia passou por um rápido processo de crescimento. Muitos acreditavam que esse movimento poderia oferecer à sociedade russa alternativas aos problemas sociais que acompanhavam o processo de industrialização. A criação de extensas cooperativas era a oportunidade de integração a economia de mercado de uma imensa quantidade de unidades familiares. Em 1902, havia 1.625 associações cooperativas na Rússia. Já em 1915 alcançavam 35.200. Isso significa que cerca de 60 milhões de pessoas estavam envolvidas no movimento cooperativo. Todavia, o crescimento do cooperativismo não se deu a partir das bases, mas sim através do papel ativo do Estado.

A natureza não capitalista de um empreendimento cooperativo reside no fato de que esse nunca persegue o objetivo de obter um lucro capitalista. As cooperativas seriam uma forma de autodefesa contra a usurpação por parte dos capitalistas. Foi estudando as cooperativas e unidades camponesas belgas que Chayanov avançou na compreensão de ambas.

Outra concepção teórica que se contrapõe ao marxismo ortodoxo agrário é o marxismo clássico heterodoxo, que emergiu a partir dos estudos de Rosa Luxemburgo, Níkholaí Bujarin e Ievguêni Preobrazhensky. Luxemburgo (1985) estabeleceu uma importante contribuição acerca dos espaços vazios do capitalismo, entendendo que as sociedades produzem a coexistência de modos de exploração distintos, além de relações de intercâmbio entre eles. Assim, concluiu que o desenvolvimento do capitalismo depende de relações de exploração não capitalistas. De acordo com Luxemburgo (1985), se a produção capitalista fosse um modo único de produção, com domínio absoluto em todos os ramos da produção e países do mundo, o processo de reprodução ampliada do capital não ocorreria, levando ao fim do capitalismo. A acumulação de capital ocorre a partir do processo de troca entre relações sociais capitalistas e não capitalistas. O capitalismo necessita das formas de produção não capitalistas para se desenvolver. As contribuições de Rosa Luxemburgo são fundamentais para a compreensão do processo de (re)criação do campesinato no bojo do desenvolvimento desigual e contraditório do modo de produção capitalista, conforme será explorado no próximo tópico. Já o Níkholaí Bujarin avançou na construção uma estratégia para o campesinato no capitalismo, denominada pelo autor como “socialização da circulação”, segundo a qual a exploração parcelaria no âmbito da produção e as formas de integração vertical no processo de circulação ocorreriam concomitantemente (GUZMÁN; MOLINA, 2005). Por fim, Ievguêni

Preobrazhensky elaborou a teoria da acumulação primitiva socialista ao analisar a transição ao socialismo³⁴.

Os debates do século XIX sobre o destino do campesinato adquiriram novo impulso nos anos 1960 e 1970. Surge, nesse contexto, o narodnismo marxista, como resultado da virada narodnista que ocorreu no pensamento de Karl Marx em seus últimos dez anos de vida, o denominado “Marx tardio” (1871-1883). Em virtude das discussões elaboradas na Rússia a respeito da obra *O Capital*, Karl Marx aprendeu a língua do país e passou a dialogar com as interpretações dos narodnistas russos sobre o papel do campesinato no processo histórico (GUZMÁN; MOLINA, 2005). Em 1881, ao responder o questionamento de Vera Zasúlich sobre o campesinato russo, Karl Marx deixa claro a tímida, mais importante, transformação que ocorreu nas suas apreensões sobre o destino do campesinato no modo de produção capitalista. Nesse período, Karl Marx parece concordar com um evolucionismo multilinear dos modos de produção, assim como com a coexistência de diferentes formas de exploração na sociedade (SHANIN, 1983). Ao considerar a diversidade de vias para se alcançar o socialismo, Karl Marx pondera, inclusive, a possibilidade de uma via camponesa.

Um dos expoentes do narodnismo marxista é Teodor Shanin, que ao estudar o campesinato nas obras de Kautsky (1998), Lênin (1982) e Chayanov (1984) e resgatar as interpretações do “Marx tardio”, rompe com a perspectiva unilinear do marxismo ortodoxo agrário, recuperando a multilinearidade na interpretação dos países periféricos (GUZMÁN; MOLINA, 2005). Em seus trabalhos, Shanin (1983; 2005) enfatiza que não podemos compreender como funcionam as unidades de produção camponesa sem levar em consideração a estrutura societária em que operam. A história do campesinato se relaciona com as histórias das sociedades mais amplas, não como simples reflexo, mas sim com importante autonomia. Todavia, os camponeses apresentam características sociais e econômicas que se manifestam em qualquer sociedade em que atuem. Desse modo, os camponeses devem ser analisados tanto enquanto tais, as suas especificidades, reações e interações, como no bojo das estruturas sociais em que vivem, o contexto social mais amplo.

Baseando-se nos trabalhos de Galeski (1972), Wolf (1966) e Naderi (1971) com relação às especificidades camponesas, elas decorrem da interdependência e combinação dos seguintes fatores: a) formas extensivas de ocupação autônoma (trabalho familiar), controle dos próprios meios de produção, economia de subsistência e qualificação ocupacional

³⁴ Op. Cit.

multidimensional. O planejamento da produção e o cálculo do desempenho difere da empresa capitalista, os métodos de expropriação do excedente camponês se difere dos assalariados, muitos estabelecimentos que trabalham com prejuízo continuam operando e em alguns casos investindo. Além disso, as condições de vida camponesa necessitam e se moldam pelo estabelecimento de um ecossistema com equilíbrio particular entre agricultura, extrativismo e artesanato, com ênfase no primeiro; b) padrões e as tendências de organização política dos camponeses, como os sistemas de intermediação, apadrinhamento, segmentação vertical, banditismo e guerrilha. O mesmo é válido para a interação política dos camponeses com os proprietários de terras, representantes da burocracia nacional; c) normas e cognições típicas, como a preeminência da racionalização tradicional e conformista, o papel da tradição oral, os padrões de socialização e aprendizado ocupacional, as tendências ideológicas, os padrões de cooperação, confrontação e liderança política; d) unidades básicas e organização social que funcionam a partir do grupo doméstico camponês, da comunidade e da rede mais ampla de interação social; e) dinâmica social construída a partir da reprodução social, da produção das necessidades materiais e do sistema de relações sociais. O ritmo de vida do grupo reflete os principais ciclos da natureza, o chamado ano agrícola (SHANIN, 1993).

Segundo Shanin (2005), o camponês é ao mesmo tempo um modo de vida e uma classe social, uma dualidade que muitas vezes nos leva a dificuldades conceituais:

A dualidade principal da posição dos camponeses na sociedade consiste em que são, por uma parte, uma classe social (de escasso ‘caráter de classe e em geral dominada pelas demais classes) e, por outro, ‘um mundo diferente’, uma ‘sociedade em si mesma’ muito autossuficiente, que ostenta os elementos de um padrão de relações sociais separada, claro, fechado (SHANIN, 2005).

Nesse sentido, “como toda entidade social, o campesinato existe só como um processo, quer dizer, em sua mudança” (SHANIN, 2005). Para o autor, a lógica da economia camponesa é particularmente eficiente e tende a resolver os problemas de forma mais barata. Assim, os camponeses são surpreendentemente flexíveis e adaptáveis, são resilientes. Os camponeses têm capacidade e criatividade para gerir situações de escassez de recursos com a utilização coletiva de equipamentos, a otimização do uso da terra, o aumento da autoexploração, diversificação de suas atividades (MARQUES, 2008). Continuando,

[...] Um das características principais do campesinato é o fato de que ele corresponde a um modo de vida, a uma combinação de vários elementos. Somente após compreendermos que se trata de uma combinação de

elementos e não de algo sólido e absoluto é que começamos a entender realmente o que ele é. Porque, se procurarmos uma realidade fixa, não vamos encontrar isso no campesinato (SHANIN, 2008, p. 34).

Shanin tem o mérito de estabelecer uma análise que leva em consideração tanto as especificidades e combinações do modo de produção camponês, que não são absolutas, como as relações estabelecidas entre o camponês e o contexto em que ele está inserido. É com base nessa concepção que é possível compreender o que anteriormente foi denominado resistência territorial. Elas são produto da intensificação da marginalização e subordinação do campesinato ao sistema alimentar capitalista. Como dois pressupostos desse sistema são a apropriação e o uso dos territórios de acordo com os seus interesses, os camponeses começaram a propor seus próprios usos, baseados na agroecologia, nas sementes crioulas, no cooperativismo, na agroindústria e nos mercados populares camponeses. Logo, em resposta às estratégias de expansão do capital na agricultura, surgem disputas, enfrentamentos e resistências camponesas. Quanto mais o sistema marginaliza e subordina o camponês, mais a construção de outros sistemas se torna necessária. O sistema hegemônico é incapaz de integrar a todos, e quando o faz é de maneira dependente, na qual o camponês se endivida, seus saberes se perdem, a família adocece e os filhos migram. Nesse último caso, os camponeses resistem, mas em uma condição de subordinação. Em alguns momentos, ela é necessária. Em outros, a resistência autônoma. Concorde-se com Shanin (2008), o camponês não é uma coisa só, mas uma combinação. E essa depende da conjuntura agrária.

Na década de 1980, com os debates sobre os mecanismos de resistência do campesinato no modo de produção capitalista, surge o marxismo (neo)chayanoviano nos trabalhos de Harriet Friedmann e Jan Douwe Van der Ploeg. Esse último é o principal pesquisador da escola neochayanoviana da *Wageningen University* (GUZMÁN; MOLINA, 2005). Uma das contribuições da Harriet Friedmann, dentre tantas outras existentes e imprescindíveis para a compreensão da agricultura, é a caracterização do campesinato, predominantemente nos países capitalistas avançados, a partir da concepção de forma de produção simples de mercadorias. Para a autora, essa é a condição de reprodução de pequenos agricultores no processo histórico. É a maneira que eles se inserem nas formações sociais nas quais se encontram. Por sua vez, Jan Dowe Van der Ploeg busca, por intermédio do conceito *style of farming*, definir a natureza da agricultura camponesa, analisando o tipo de tecnologia utilizada no manejo dos recursos naturais e o seu grau de implicação no mercado. Com isso, é possível medir o grau de mercantilização das explorações familiares na elaboração de

métodos de desenvolvimento local³⁵. Mais tarde, Ploeg (2008) utilizará as ideias de recampesinização, condição camponesa e modo camponês de fazer agricultura para compreender o campesinato.

Os “estilos de agricultura” da Escola de *Wageningen*, na Holanda, são discutidos nas Ciências Sociais pela Sociologia da Agricultura, desenvolvida no Brasil por Sergio Schneider e seus orientandos, por exemplo. Esses estudos se baseiam nas compreensões de Ploeg e Norman Long sobre mercantilização, estilos de agricultura e desenvolvimento rural. Para ambos os autores, os debates existentes nos anos 1980 eram rígidos, levando os estudiosos à análises parciais sobre a mercantilização da agricultura, surgindo, então, o debate sobre diversidades e estilos de agricultura, que tem como uma de suas bases o trabalho de Chayanov.

Nas décadas de 1970 e 1980, no bojo das críticas à Revolução Verde emerge uma espécie de virada ecológica, renovando-se o interesse pelo conhecimento ecológico (TOLEDO, 1992), pela conservação dos recursos bióticos e genéticos do planeta (BRUSH, 1986) e pela importância das populações tradicionais no desenvolvimento de sistemas agrícolas alternativos, ecologicamente relevantes (ALTIERI, 1998). Essa guinada ocorre em um contexto de crise ecológica, suscitada pelo modelo de desenvolvimento da agricultura e da sociedade em geral. Isso porque,

Cada civilização estabelece uma relação material e imaterial com a natureza. Hoje, a crise da civilização moderna é, antes de tudo, uma crise de suas formas de se apropriar dos recursos, processos e serviços do mundo natural. São os modos agroindustriais de produzir a causa primeira e fundamental da destruição ecológica em todas as regiões do planeta, e de seu principal efeito: a mudança climática (TOLEDO, 2012).

A ascensão de tal perspectiva é resultado de um conjunto de fatores, como a propagação de concepções técnico-produtivas ecológicas por uma nova geração de profissionais e pesquisadores, o surgimento de organizações não governamentais e movimentos ambientalistas na América Latina e a ascensão de novas formas de economia ecológica, com destaque para aquelas em que os produtores e os consumidores se relacionam diretamente, sem os intermediários (GUZMÁN e CALVO, 2004).

Desde Chayanov, o modo de produção camponês é de interesse da comunidade científica. No entanto que os trabalhos do referido autor foram resgatados tanto pelo narodnismo marxista como pelo marxismo (neo)chayanoviano. Entretanto, as questões

³⁵ Op. Cit.

ecológicas praticamente não estão presentes em suas análises, ou, quando estão, são interpretadas como constantes. É como se a produção camponesa se desenvolvesse em um vazio ecológico (TOLEDO, 1992). Na visão interdisciplinar ecológica, as variáveis econômicas e ambientais devem compor as análises sobre a unidade de produção camponesa. Elas são, portanto, indissociáveis. Além disso, segundo os teóricos de tal perspectiva, as populações tradicionais têm papel fundamental na resolução da crise ecológica. Elas possuem cosmovisões, modelos cognitivos, estratégias tecnológicas e maneiras de se organizar social e produtivamente que permitem o manejo adequado dos recursos naturais (TOLEDO, 1992b). Elas são o ponto de partida e de chegada para um desenvolvimento alternativo, ecologicamente relevante.

É nesse contexto que emerge a concepção de agroecologia. Autores como Eric Wolf, Sidney Mintz, Joan Martínez Alier e Angerl Palerm lançaram as bases epistemológicas dessa compreensão nos estudos camponeses (GUZMÁN; MOLINA, 2005). O primeiro estudou como as regras locais de propriedade da terra são mediadas pelas pressões que emanam da sociedade em geral e das exigências do ecossistema local. Em seus trabalhos, Mintz adota o conhecimento camponês sobre o manejo dos recursos naturais como uma variável de análise. Alier construiu uma abordagem ecológica dos movimentos sociais nos países em desenvolvimento, denominada “ecologia dos pobres”, “ecologismo popular” ou “ecosocialismo”, onde a questão social e a ambiental aparecem conectadas (PORTO-GONÇALVES, 2016). Por fim, Palerm analisou o papel do campesinato no capitalismo, destacando que esse não somente resiste modificando-se, adaptando-se ou utilizando as possibilidades que lhe oferecem o capital, mas pelas vantagens econômicas perante as grandes propriedades. Essa última abordagem nos permite compreender porque em alguns casos o capital prefere a integração do campesinato, ao invés dele mesmo produzir. Em suas conclusões, o autor enfatiza a necessidade de se construir nova tecnologia baseada nos sistemas camponeses:

O futuro da organização da produção agrícola parece depender de uma nova tecnologia centrada no manejo inteligente do solo e da matéria viva por meio do trabalho humano, utilizando pouco capital, pouca terra e pouca energia inanimada. Esse modelo antagônico à empresa capitalista tem já sua protoforma no sistema camponês (PALERM, 1980, p. 196-197).

Mais tarde, os trabalhos de Víctor Manuel Toledo, Stephen Gliessman e Miguel Altieri fundamentaram teórica e metodologicamente o que se conhece por agroecologia. O primeiro

elaborou a teoria de que as culturas tradicionais tendem a se apropriar de maneira sustentável dos recursos naturais, implementando sistemas ecologicamente corretos. Assim, as populações tradicionais são dotadas de certa racionalidade ecológica (TOLEDO, 1992a). O segundo, Gliessman, organizou em seus estudos o marco teórico do contexto da sustentabilidade na agricultura. Já Altieri avançou na construção das bases científicas da agroecologia. Na perspectiva ecológica, ou agroecológica, os camponeses não se limitam a uma categoria histórica ou a um sujeito social, mas sim, uma forma de manejar os recursos naturais, vinculada, dessa forma, ao ecossistema local. O camponês utiliza o conhecimento sobre o entorno em que vive, condicionado pelo nível tecnológico e o nível de apropriação da tecnologia em cada momento histórico, produzindo, assim, campesinidade ou graus de campesinidade (GUZMÁN e MOLINA, 2005). Seguindo essa lógica, o camponês é uma categoria histórica por sua condição de saber manter as bases da produção biótica dos recursos naturais.

Os estudos acerca do camponês evoluíram nestes últimos séculos. As análises se concentraram no potencial desse sujeito na revolução social; no funcionamento da economia camponesa, tipicamente não capitalista; nas especificidades e combinações que envolvem o camponês, assim como sua relação com o mercado, seu estilo de agricultura e o desenvolvimento rural; e na maneira como os camponeses manejam os recursos naturais. Outra abordagem que surgiu recentemente na América Latina é o *Buen Vivir* ou o *Suma Quamaña*. Esse é uma forma de vida, de relação com a natureza, de identidade cultural e reciprocidade entre os povos latino-americanos que decorre da filosofia e prática dos povos indígenas. É uma alternativa à sociedade capitalista, à lógica do consumo, à destruição da natureza e à exploração de mulheres e homens. Um novo paradigma civilizatório, um novo modo de vida e reprodução da vida no marco da pluralidade da realidade (FARAH e VASAPOLLO, 2011). Ele surge em um contexto de emergência do movimento camponês e indígena e das suas demandas de reconhecimento e recuperação de experiências de reprodução social.

Normalmente, entende-se o camponês como sujeito social, classe social ou modo de manejar os recursos naturais. Todavia, embora sejam categorias distintas, não precisam ser excludentes entre si. Até porque, para que o modo camponês de fazer agricultura resista, a luta de classes é necessária. Dessa forma, nessa pesquisa o camponês é compreendido como um modo de viver, de saber, de produzir, de se relacionar com a natureza, mas, também, como uma classe social. Essa se constitui na medida em que os camponeses se organizam e

lutam por terra, infraestrutura, crédito, políticas públicas, entre outros. Cada uma das concepções apresentadas anteriormente contribui de alguma forma com a compreensão do campesinato na contemporaneidade. Marx contribui com a questão da renda da terra e subordinação. Luxemburgo com o fato de o capitalismo produzir relações contraditórias a si mesmo. Chayanov, Shanin e Ploeg com as análises do modo camponês de fazer agricultura e suas lutas por autonomia nos contextos em que estão inseridos. Toledo e Altieri na questão ecológica e ascensão da agroecologia.

Para entender o camponês é necessário, portanto, dialogar com diferentes tendências teórico-metodológicas, ainda que elas façam parte do mesmo paradigma. Nos próximos tópicos isso é explorado visando compreender tanto a subordinação como a resistência territorial, as lutas por autonomia/emancipação. O contexto em que elas ocorrem foi explorado no primeiro capítulo. A expansão das resistências territoriais e algumas das suas características no segundo capítulo. Agora, faz-se necessário compreender as características dos camponeses subordinados e autônomos. E como ambas podem ser analisadas do ponto de vista territorial.

3.4. Renda da Terra e Subordinação do Campesinato

O destino do campesinato, assim como as características da economia familiar, foi amplamente discutidos no final do século XIX e ao longo do século XX. As contribuições teórico-metodológicas sobre o camponês são as mais variadas, até mesmo daqueles que conjecturaram o seu fim. Nos dias atuais, dois processos são imprescindíveis para a compreensão da (re)criação e resistência do campesinato no modo de produção capitalista, a subordinação e a autonomia/emancipação. Abordou-se o primeiro processo com base nas ideias de territorialização do capital monopolista e monopolização do território pelo capital (OLIVEIRA, 1991) ou territorialidade do modo de produção capitalista no território camponês (FERNANDES, 2008). A territorialização do capital estabelece, por um lado, relações de produção capitalistas, como o trabalho assalariado, e, por outro lado, relações de produção não capitalistas, como o trabalho familiar. Esses processos fazem parte da lógica do capital que, ao mesmo tempo em que expropria o campesinato, transformando-o em assalariado, possibilita o seu retorno a terra, (re)criando-o. Nesse último caso, ocorre a produção de capital a partir de relações não capitalistas (MARTINS, 1979).

Isso quer dizer que, os agentes hegemônicos do sistema alimentar capitalista, organizados através de redes transterritoriais, apropriam-se, direta ou indiretamente, dos

territórios, usando-os a seu favor. Esses usos consistem, portanto, ora na territorialização, ora na territorialidade. A territorialização permite o controle direto do território. Já a territorialidade permite um controle indireto do território. É através desse monopólio, do território e da territorialidade, que o capital controla a produção, a distribuição e o consumo de alimentos em todas as regiões do planeta. E ambos são denominados nessa pesquisa de usos dos territórios. Usos pelos agentes hegemônicos e usos pelos agentes não hegemônicos.

A análise de ambos os processos perpassa pela compreensão do desenvolvimento desigual e contraditório do modo de produção capitalista. O capital não expande de maneira absoluta o trabalho assalariado, sua relação de produção característica, ao contrário, ele (re)cria o trabalho familiar, uma relação não capitalista, para que a sua reprodução seja viável e com ela possa ocorrer a criação de novos capitalistas. Isso quer dizer que para que o capital se expanda deve desenvolver aspectos contraditórios a si mesmo. Assim, a reprodução ampliada do capital só é possível quando articulada com relações de produção não capitalistas. No bojo desse processo temos a fusão do proprietário de terra e do capitalista e a subordinação do campesinato ao capital, que sujeita a renda da terra, expropriando a maior parte do rendimento camponês, deixando-o com o mínimo necessário para a sua reprodução. Com a submissão do campesinato, os capitalistas podem transformar a renda da terra em capital, além de poupar investimento em mão-de-obra. Assim, o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas ocorre a partir do seu movimento contraditório, da unidade na diversidade (PAULINO, 2012).

É a partir da sujeição da renda da terra que o capital adentra o universo camponês, subordinando-o pela ação dos monopólios. Entretanto, é justamente no seio dessa contradição que os camponeses se organizam enquanto classe social, gestando um movimento contrário a esse processo. O resgate do modo camponês de fazer agricultura, em consonância com a natureza, faz parte dessa organização. Enquanto na agricultura capitalista a mercadoria dos assalariados é a sua força de trabalho, na unidade camponesa a mercadoria não é a força de trabalho, mas sim a renda da terra, o produto do trabalho familiar. Desse modo, o camponês se insere no mercado pelo seu produto, pelo trabalho contido no seu produto. A transferência da renda da terra aos capitalistas é garantida pela monopolização do território pelo capital. A terra é um bem natural que não pressupõe trabalho acumulado, diferente de outros meios de produção que são criados por intermédio do trabalho. Contudo, é justamente pelo fato de estar apropriada privadamente requer o pagamento de renda aos proprietários, para que assim possa ser utilizada para a produção de alimentos. A renda é a contribuição paga para que a terra seja

destinada à produção. A renda não é tributo particular, cobrado somente daqueles que cultivam a terra, mas um tributo social, pelo qual toda a sociedade paga, dado que o tributo está implícito no preço dos produtos.

A origem da renda da terra está no fato de que um grupo de pessoas se apropriarem da propriedade da terra em detrimento do restante da sociedade, que necessita pagar um tributo para que a terra seja disponibilizada para a produção. A condição de proprietário da terra garante o direito de receber a renda, da mesma forma que o capitalista auferir o lucro médio. É o monopólio de classe sobre a propriedade da terra que fundamenta a renda fundiária. Esse lucro extraordinário pago pela sociedade é chamado de renda da terra absoluta, obtida através da elevação dos preços dos produtos acima do preço de produção. A elevação da taxa da renda da terra absoluta não pode acontecer ilimitadamente, pois, caso isso ocorra a produção capitalista na agricultura se tornaria inviável (PAULINO, 2012). É assim que a sociedade consegue pressionar os capitalistas para que os preços dos produtos não subam exageradamente. Ademais, com a elevação dos preços no mercado, novas áreas serão destinadas à produção, aumentando a oferta dos produtos e barateando os preços.

A renda da terra pode ser auferida, aos poucos, através da produção de gêneros agrícolas ou, de uma só vez, por meio da venda da propriedade. Nesse último caso, temos a renda capitalizada da terra. A terra não tem valor, pois não é produto do trabalho humano, mas tem preço. Nesse sentido, com a compra da terra, adquire-se o direito de auferir renda da terra. Além da renda da terra absoluta, tem-se a renda da terra diferencial. Esse tipo de renda é resultado dos preços de produção, do excedente e do lucro extraordinário, que é consequência do trabalho realizado em um solo mais fértil ou com uma localização melhor. Só existe renda diferencial a partir do momento em que a terra é colocada para produzir. Enquanto a renda diferencial I é aquela que não depende do capital aplicado na produção, a renda diferencial II provém dos investimentos em capitais para melhorar a fertilidade do solo. A desigualdade natural na fertilidade dos solos permite àqueles que possuem os solos mais férteis auferir renda diferencial I de maneira permanente. Isso pode ser alterado a partir do momento em que investimentos na melhoria dos solos são realizados, constituindo, assim, a renda diferencial II.

Diferente da agricultura capitalista, na unidade camponesa não existe renda da terra absoluta. De acordo com Marx (1984), isso ocorre porque a renda da terra absoluta é proveniente de situações em que além do preço da produção, realiza-se um valor excedente que se caracteriza como um preço de monopólio. No caso, o monopólio que uma determinada classe ou fração de classe exerce sobre a propriedade da terra, conforme apresentado. É

justamente o monopólio fundiário que faz com que os preços dos produtos sejam maiores que os preços da produção agrícola. No que concerne à unidade camponesa, os preços das mercadorias estão acima dos preços da produção em virtude do trabalho vivo materializado nesses produtos. O trabalho da família camponesa. Porém, no que diz respeito à renda diferencial, tanto I como II, a unidade camponesa a auferir quando a qualidade dos seus solos é elevada ou quando a localização das suas terras é privilegiada em detrimento de outras propriedades.

Os assentamentos rurais na RMPA gozam desse tipo de renda. Não porque as terras são as mais férteis, mas porque estão próximos aos cursos d'água e aos centros consumidores, como a capital do estado. Esse é um diferencial na produção de hortaliças e arroz agroecológicos. Diferente dos assentamentos rurais no Sul no estado, responsáveis pela produção de sementes. A cidade mais próxima, Candiota, está localizada cerca de 20 quilômetros da sede da cooperativa. Primeiro, as estradas não são boas, segundo, é uma cidade pequena, assim como a maioria das outras da região. Enviar as sementes para outros estados, ou até mesmo no Rio Grande do Sul, encarece o seu preço, dificultando, assim, a sua comercialização.

Os mecanismos da renda da terra não se restringem à apropriação dos alimentos produzidos pelos camponeses, uma vez que diferentes tipos de capitais monopolizam a circulação de mercadorias. Os capitalistas podem elevar as taxas de lucro através do controle dos preços agrícolas, por exemplo. Além de definir esses valores, asseguram o fornecimento de matérias-primas. A integração do campesinato ao modo de produção capitalista é uma saída para a elevação das taxas de lucro, visto que este orienta os preços dos produtos e controla os padrões e os fluxos da produção agrícola. É por esses motivos que, em alguns casos, a integração é o melhor caminho para os capitalistas. Os preços das sementes, insumos e maquinários também são definidos pelo capital transnacional. Para adquirir tais instrumentos, estabelecidos pela lógica de produção hegemônica desde a Revolução Verde, os camponeses acabam recorrendo aos bancos que capturam as suas rendas através de empréstimos com juros exorbitantes. Mesmo com a perversidade do capital, os camponeses resistem, organizam-se enquanto classe social e constroem alternativas que possibilitam a redução da extração da renda da terra orquestrada por diferentes agentes do capital.

Ao estudar a reprodução do campesinato no norte do Paraná, Paulino (2008) afirma que são as empresas que definem os métodos e as regras da atividade desenvolvida pela família. Nesses casos, os parâmetros da produção agropecuária são impostos pelas empresas

integradoras, pressionando constantemente os camponeses para se adequarem às normas e metas. Assim,

Essas prerrogativas, somadas ao poder unilateral de definições de preços a serem pagos pela produção dos integrados, são tomadas como evidência de que a integração é um recurso privilegiado a que recorrem as indústrias para obterem a matéria-prima básica à sua atividade. Por ser portadora da valorização conferida pelo trabalho familiar camponês, essa produção integra o circuito da produção do capital, à medida que a renda da terra, produzida por relações não capitalistas, ao ser apropriada pelos capitalistas da indústria, vai se transformando em taxa de lucro.

Com a adoção parcial ou total do padrão tecnológico dominante, a relação dos camponeses com a natureza se torna menos harmônica (CARVALHO, 2012). Nesses casos, os usos dos territórios camponeses se submetem à lógica do capital, produzindo usos ou territorialidades subordinadas. Quanto mais os camponeses se submetem às inovações tecnológicas produzidas pelo capital transnacional, sobretudo através da utilização de sementes transgênicas e de agrotóxicos, ambos nocivos à natureza e à saúde humana, degradam o seu modo de viver, saber e fazer. Além disso,

Não devemos esquecer de que toda tecnologia é portadora da ideologia daqueles que a geraram. A ideia da neutralidade da tecnologia (e mesmo da ciência) só favorece à ideologia da alienação que afasta as pessoas, e constrói um senso comum que fetichisa a técnica, da compreensão e explicação do papel da tecnologia na dominação-hegemonia dos interesses de classe da reprodução social da burguesia (CARVALHO, 2012).

A agricultura capitalista supõe a redução da eficiência ecológica em decorrência da crescente mercantilização dos processos de trabalho (GUZMÁN; CALVO, 2004). Nesse sentido, o capital subordina a exploração camponesa e, em seguida, subjuga o seu processo de trabalho. Assim, além de auferir a renda da terra, definir os preços agrícolas e controlar os recursos financeiros, o capital se apodera do camponês toda vez que esse recorre ao mercado para adquirir as ferramentas necessárias à produção agrícola³⁶. Afastando-o, assim, cada vez mais da natureza. Logo, a subordinação camponesa está atrelada à maneira como o camponês se relaciona com a natureza. Quanto mais distante desta, mais dependente do capital, e vice-versa.

Afastam-se da natureza, dos seus saberes sobre essa e o cultivo de alimentos, do trabalho pautado na ajuda mútua, na cooperação camponesa. Isso gera a dependência do

³⁶ Op. Cit.

camponês. Assim, além do capital se apropriar do produto do trabalho camponês, o alimento, apropria-se do seu modo de fazer agricultura, determinando as sementes, as técnicas e as tecnologias.

De acordo com essa aproximação, o elemento chave a considerar, ao analisar a evolução das formas de exploração camponesa, é a diversidade das formas de extração do excedente (entendido não só como fluxo monetário ou de alimentos, mas sim como um fluxo de energia e materiais) e a específica reação camponesa ante elas, mantendo ou transformando os processos de trabalho, portanto, sua relação com o meio. Em outras palavras, as formas de dependência do campesinato – as distintas maneiras em que o mais-trabalho camponês é extraído – têm muito a ver com as maneiras que os camponeses se relacionam entre si e com a terra para produzir e reproduzir-se (GUZMÁN e CALVO, 2004).

Mesmo subordinado, o camponês apresenta características que o distingue da economia capitalista, conforme Oliveira (1991). Primeiro, a propriedade ou posse da terra, ainda que precária, é imprescindível para a existência da exploração familiar na agricultura. A luta pela terra dos camponeses expropriados ou que nunca tiveram acesso a terra provém dessa lógica. Além da propriedade da terra, outro elemento da produção camponesa é a propriedade dos meios de produção, que na sua maioria são adquiridos, portanto, são mercadorias. Uma parte desses meios é produzida pelos próprios camponeses, não assumindo assim a forma mercadoria. No acesso a essas mercadorias, meios de produção, que o camponês trava relação com o capital. O camponês também não sobrevive da renda fundiária, pois parte da sua produção é destinada ao consumo, permitindo a sobrevivência imediata da família. Já o excedente assume a forma de mercadoria.

A lógica da produção camponesa é M-D-M. Para Marx (1984, tomo I, p. 186) “a circulação simples de mercadoria – vender para comprar – serve de meio a um fim último situado à margem da circulação: apropriação de valores-de-uso, a satisfação das necessidades”. Essa realidade abre a possibilidade de que o camponês possa, em determinadas circunstâncias, receber uma quantidade de dinheiro acima daquela necessária para a aquisição de mercadorias de que precisa. Nesses casos, pode ocorrer a acumulação de dinheiro. No sentido inverso, ocorre a pauperização do camponês. Ou no caso do equilíbrio, o camponês permanecerá na mesma situação em que se encontra.

Na propriedade capitalista, a terra é um objeto de negócio, seja por ser um instrumento de exploração do trabalho alheio, de extração de mais-valia, seja por ser mantida como instrumento de especulação. Já a propriedade camponesa, terra de trabalho, com a exploração

restrita ao trabalho da família, não se configura como instrumento de acumulação de capital, mas sim, de reprodução e sobrevivência. A existência da terra de trabalho e da terra de negócio se explica justamente pelo caráter contraditório do modo de produção capitalista. Na propriedade camponesa, produz-se, primeiro, para o consumo da família, segundo, para a comercialização de mercadorias, o excedente, e com isso a obtenção de dinheiro para a aquisição de mercadorias que não são produzidas na unidade familiar, mas que são necessárias para a reprodução da família. Já a na propriedade capitalista, produz-se com o objetivo de reprodução ampliada do capital, assim as mercadorias produzidas são comercializadas com o intuito de que o retorno monetário seja superior àquele investido.

É importante salientar que a renda camponesa não se confunde com a renda capitalista da terra. Diferente desta, a renda camponesa representa um tributo pessoal porque o camponês detém a autonomia sobre o processo produtivo, permitindo o controle dos resultados do seu trabalho, ainda que isso possa representar trabalho gratuito. Isso nos permite compreender porque os produtos que compõem a alimentação básica dos brasileiros são produzidos pelos camponeses, isso representa a possibilidade de acumulação de capital fora do circuito tipicamente capitalista. Além disso, os camponeses optam por atividades passíveis de ocupar a mão-de-obra familiar, o que lhes assegura rendimentos brutos maiores. Muitas vezes também não possuem recursos para se lançarem nesse tipo de produção, os meios de produção são limitados, incompatíveis com a escala de produção, não estão do ponto de vista material aptos para suportar os riscos inerentes às atividades de maior rendimento. Além disso, apesar da vinculação ao mercado, uma das características da unidade de produção camponesa é a cultura do excedente. Tem-se mais um elemento que explica porque os camponeses privilegiam a produção de alimentos básicos.

Renda da terra, pacote tecnológico da Revolução Verde, padrões e metas das empresas integradoras revelam a subordinação do campesinato no modo de produção capitalista. Os camponeses são agentes que compõem o sistema alimentar capitalista. Contudo, em uma condição de subordinação. Isso quer dizer que os camponeses são submetidos de diferentes maneiras aos agentes hegemônicos. A economia política e a economia camponesa, em conjunto, ajudam a compreender esses processos. As políticas econômicas também fazem parte desse processo, minimizando ou maximizando os efeitos desses processos. Ainda que os camponeses não reproduza nos seus territórios o pacote tecnológico do capital, encontram-se subordinados por meio da renda da terra. Assim, de uma forma ou de outra a subordinação faz parte da existência e resistência do camponês na contemporaneidade.

3.5. Recampesinização, Autonomia e Emancipação

Conforme abordado nos tópicos anteriores, o campesinato possui algumas especificidades, mas também combinações. Além de se relacionar de diferentes maneiras com a estrutura societal do qual faz parte. Tentando compreender o camponês na contemporaneidade, suas lutas e resistências, parte-se da concepção de recampesinização de Ploeg (2008). Essa implica em um duplo movimento, o aumento do número de camponeses, seja pelo acesso ou retorno a terra ou pela reconversão de agricultores empresariais em camponeses, e o aumento da autonomia, que ocorre na medida em que a lógica de organização e desenvolvimento das atividades produtivas se distancia cada vez mais do mercado global. De acordo com o autor em questão, o império alimentar está contribuindo com o avanço de uma crise agrária inevitável. E a recampesinização seria a solução, a saída para a crise agrária global. Dessa forma, o camponês tem papel imprescindível na contemporaneidade, pois é um agente contra hegemônico, capaz de sanar as consequências ecológicas e socioeconômicas desencadeadas pelo modelo de governança da produção, distribuição e consumo de alimentos, que o autor chama de império alimentar, conforme abordado no primeiro capítulo.

No Brasil, em geral, e no Rio Grande do Sul, em específico, ambos os processos ocorrem com maior ou menor intensidade, dependendo da conjuntura e organização multidimensional e pluriescalar do campesinato. O primeiro processo acontece quando os camponeses organizados em movimentos socioterritoriais lutam pelo acesso a terra através de ocupações, acampamentos e manifestações. Nesses últimos anos, presenciou-se o refluxo das ocupações de terras, mas em contrapartida, as manifestações continuam a ocorrer com intensidade. O segundo processo foi bastante explorado no capítulo anterior. São as resistências territoriais baseadas em outros usos dos territórios camponeses. A recampesinização possui, portanto, uma multiplicidade de formas. Ela ocorre na luta pela terra, na reorientação da agricultura empresarial, processo mais comum em países desenvolvidos, principalmente nos europeus, nas estratégias que visam à autonomia da unidade de produção camponesa, entre outras.

O campesinato é a expressão de uma luta constante por autonomia em diferentes contextos e condições. Ela está intimamente ligada às inter-relações entre a unidade agrícola e o seu contexto. Nesse sentido, existem diferentes situações, desde aquelas em que o camponês se encontra totalmente integrado e dependente, passando por uma gama de situações intermediárias, até o caso em que o camponês possui níveis elevados, porém sempre relativos,

de autonomia. É sempre relativa, primeiro, porque como depende da combinação de um conjunto de fatores, em determinadas situações pode diminuir ou desaparecer, segundo, a renda da terra é um fator de subordinação do campesinato no modo de produção capitalista. A autonomia está muito mais vinculada às lutas, estratégias e resistências camponesas objetivando romper com a sujeição ao capital, do que com um fato em si. Não é o isolamento do território camponês, mas a construção de outras ações, relações, usos. É a resposta construída pelo campesinato, organizado ou não, à marginalização, dependência e subordinação acarretadas pelo sistema alimentar capitalista.

Em suas análises sobre a recampesinização, Ploeg (2008) parte das concepções de condição camponesa e modo camponês de fazer agricultura, entendendo que a última está enraizada na primeira e dela provém. A condição camponesa possui as seguintes características: a) a luta por autonomia em contextos de provações; b) a criação de uma base de recursos autocontrolada; c) a coprodução entre homem e natureza; d) a interação com o mercado de maneira a diminuir a dependência; e) o desenvolvimento, quando necessário, de atividades não agrícolas; f) e os padrões de cooperação que fortalecem as inter-relações. Já o modo camponês de fazer agricultura consiste nas distintas maneiras que o camponês desenvolve o processo de produção agropecuária. Ploeg (2008) se baseia em algumas das características da unidade de produção camponesa desenvolvidas por Chayanov (1966), como a autonomia e autossuficiência. Dialoga também com autores como Toledo, que entendem que o campesinato possui uma maneira sustentável de se apropriar dos recursos naturais. As lutas pela autonomia se concentram no resgate da condição camponesa e do modo camponês de fazer agricultura. Ou seja, no modo de viver, saber e fazer camponês.

A coprodução está relacionada às trocas entre homem e natureza no espaço-tempo. É por intermédio dessa que as unidades camponesas progredem, num processo de co-evolução:

[...] é na produção agrícola e através dela que o progresso pode ser alcançado. Melhorando lentamente a qualidade e a produtividade dos recursos essenciais – terras, animais, culturas, instalações, infraestruturas de irrigação, conhecimentos, etc –, aprimorando meticulosamente o processo de produção e reestruturando as relações com o mundo exterior, os camponeses lutam e por fim alcançam os meios para aumentar sua autonomia e melhorar a base de recursos de sua unidade agrícolas (PLOEG, 2008, p. 41-42).

Tanto no caso das hortaliças como do arroz, alguns desses recursos foram melhorados com base em investimentos públicos, sobretudo a infraestrutura. As cooperativas do MST também tem um papel essencial ao promover a troca de conhecimentos entre os assentados

através de uma metodologia chamada dia de campo. Por intermédio dos processos de coprodução e co-evolução entre homem e natureza, os camponeses conseguem obter uma base de recursos autocontrolada. Nesse sentido, o trabalho familiar é fundamental, pois busca produzir e reproduzir tudo aquilo que é necessário ao desenvolvimento da agricultura. Em decorrência disso, estilos de agricultura são criados. Todavia,

[...] Uma vez construída a base de recursos, ela precisa ser defendida – precisamente porque o modo camponês de fazer agricultura convive continuamente com um ambiente ameaçador. [...] Assim sendo, a manutenção, ou seja, a reconstrução ativa da autonomia torna-se um aspecto central e universal do campesinato. A continuidade não é de modo algum assegurada, ela precisa ser criada e recriada continuamente. Não existe qualquer segurança oferecida por outros, e os sucessos anteriores não são garantia para o futuro (PLOEG, 2008, p. 52-53).

Uma vez criada, a base de recursos precisa ser mantida. E isso não é tarefa fácil, pois o contexto em que o camponês se encontra não é, normalmente, favorável à sua existência, muito menos autonomia. Seguindo essa lógica, o terceiro elemento da condição camponesa é a relação com o mercado. Para construir uma base de recursos autocontrolada o camponês precisa se relacionar com o mercado, com o poder público, com os agentes sociais. Tais relações são construídas de maneira a permitir o máximo de flexibilidade, mobilidade e capacidade de escapar do controle. Elas dependem, por parte dos camponeses, dos repertórios culturais locais, que se centram, sobretudo, na questão da desconfiança. É um mecanismo de defesa do campesinato, desconfiar para não ser enganado, não cair em armadilhas, não perder sua produção ou suas terras. É no equilíbrio entre desconfiança e confiança que o camponês se relaciona com o mercado e com os agentes que dele fazem parte. A coprodução, a base de recursos e as relações com o mercado, aos poucos, possibilitam a redução da dependência do campesinato. Todos esses instrumentos fazem parte das lutas por autonomia, por emancipação. São lutas por outros usos dos territórios, que não aqueles reproduzidos pelo sistema alimentar capitalista. Buscando autonomia em relação aos mercados, os camponeses também constroem aquilo que Ploeg *et al* (2012) denominam mercado aninhado.

A base de recursos autocontrolada é parte daquilo que Chayanov (1966) denomina capital familiar. Esse consiste, basicamente, nas instalações existentes na unidade de produção camponesa, como a casa, o poço, o solo melhorado e o maquinário. Os saberes, as sementes, os animais e as redes de comercialização também fazem parte desse capital. Assim, “atribuindo um valor às instalações, ao gado e aos equipamentos e, somando esses valores, é possível obter o tamanho e a composição do capital fixo das propriedades camponesas russas”

(CHAYANOV, 1966, p. 191 apud PLOEG, 2016, p. 32). O capital camponês não é usado para gerar valor excedente, tampouco é acumulado através da exploração do trabalho assalariado de outra pessoa. O capital é desenvolvido e usado para satisfazer as necessidades da família.

Dois outros elementos importantes que Ploeg ressalta são o trabalho não agrícola e os padrões de cooperação. O primeiro pode ser necessário em alguns contextos, até mesmo para que os camponeses tenham recursos monetários para alcançar a base de recursos autocontrolada. Nesse sentido, o trabalho não agrícola permite a reprodução da família em contextos em que a agricultura não é capaz, mas, também, o próprio desenvolvimento da agricultura. Por sua vez, os padrões de cooperação são bastante variados, dependendo da região, dos camponeses, seus níveis de conhecimento, sua base de recursos, entre outros. De maneira geral, consiste em trocas camponesas, que podem ocorrer através da ajuda mútua, da doação de sementes, dos espaços de construção de conhecimentos, da associação de produtores, das cooperativas agropecuárias, entre outras. Na cooperação, as lutas por autonomia excedem a unidade de produção camponesa. Pode-se afirmar, inclusive, que territórios-redes são constituídos nesses processos de cooperação, interação entre camponeses de um mesmo assentamento, de diferentes assentamentos, municípios, estados e países. Os movimentos socioterritoriais podem ser fundamentais nesses processos, pois organiza os camponeses nesse sentido, dialogando sobre a necessidade de se trabalhar em conjunto, em cooperação.

Ploeg (2008) cita o exemplo das cooperativas territoriais que surgiram na década de 1990 na Europa. Elas são mecanismos de apoio à recampesinização, pois visam a construção de outras relações entre os camponeses e entre esses e o Estado em processos de autoregulação local e negociações de desenvolvimento rural. As cooperativas territoriais permitem a integração regional das práticas agrícolas, além de serem laboratórios onde novas práticas são desenvolvidas, testadas e melhoradas. As cooperativas do MST que atuam na RMPA têm objetivos parecidos. Elas promovem o diálogo entre os camponeses e o Estado, sobretudo no acesso às políticas públicas. A COCEARGS, por exemplo, é responsável pelo envio dos projetos aos governos, assim como pela execução desses. Também é uma das cooperativas que organiza o dia de campo e o itinerário do arroz agroecológico, entre outros cursos e materiais que permitem o desenvolvimento da agroecologia no Rio Grande do Sul. Elas atuam na organização dos camponeses, no diálogo com o Estado e no desenvolvimento de conhecimentos.

As combinações entre os elementos apresentados podem gerar o que Toledo (1995) denomina graus de campesinidade. Ou o que Ploeg (2008) chama de recampesinização e descampesinização. Quanto melhor o processo de coprodução, a base de recursos autocontrolada e independência aos mercados, maior o grau de campesinidade. Ou, tem-se, a recampesinização. Quanto menor a troca com a natureza e maior a dependência aos mercados, menor o grau de campesinidade. O que pode levar a descampesinização. Nesse caso, a diferenciação do campesinato ocorre, portanto, por intermédio das relações com a natureza, os mercados e a cooperação. Assim, quanto mais integrado ao mercado, seja o de sementes, insumos ou matérias-primas, mais dependentes são os camponeses, afastando-se, assim, da sua condição de camponês e, conseqüentemente, do seu modo de fazer agricultura. E esse é o principal problema dos camponeses em todo o mundo, segundo o autor. A concepção de Ploeg (2008) se contrapõe à de Abramovay (2006). Segundo esse autor, a integração aos mercados permite a modernização do camponês e a sua transformação em agricultor familiar. Sendo esse um sujeito moderno e aquele arcaico. Todavia, para Ploeg (2008) a resistência do camponês reside, justamente, no seu afastamento dos mercados, na sua autonomia tanto na unidade de produção como nas cooperativas territoriais, nos mercados aninhados, entre outras tantas alternativas que podem ser criadas.

Entre ambos os polos, integração e autonomia, existe uma gama infinita de variações difíceis de serem identificadas e analisadas conjuntamente. É o caso, por exemplo, dos camponeses holandeses. Ao passo que uma parte da produção leiteira é desenvolvida a partir de uma base de recursos autocontrolada, a outra parte é altamente dependente³⁷. O mesmo acontece com os assentados que produzem soja no Rio Grande do Sul. Enquanto a produção de alimentos para autoconsumo é, normalmente, autônoma, a produção voltada para o mercado é altamente subordinada. O mesmo pode ocorrer com os assentados que produzem, ao mesmo tempo, leite e soja. Sendo a produção de leite voltada para a fabricação de queijos, doces, entre outros. Ou, pode acontecer de na safra da soja a relação com o mercado ser dependente, enquanto na entressafra a relação ser autônoma através da produção de temperos que são comercializados localmente. Em alguns casos, a relação é totalmente subordinada, em outros, é quase que completamente autônoma. Compreender os polos, assim como as variações entre esses, é cada vez mais necessário. Todos esses permitem o entendimento das variadas formas de resistência, autonomia e emancipação do campesinato na contemporaneidade.

³⁷ Op. Cit.

A emancipação é compreendida como a capacidade de enfrentar ambientes hostis através da coprodução, da base de recursos autocontrolada, da cooperação e do aumento do valor agregado³⁸. Não é, portanto, uma emancipação de classe. É a habilidade do camponês de prover a sua resistência mesmo quando o contexto não é favorável a isso. Se é que já foi. Nessa dialética entre a condição camponesa e as respostas ativamente construídas aos contextos de marginalização, dependência e privação, têm-se diferentes graus de autonomia (GOULDNER, 1978 apud PLOEG, 2008). No âmbito desses processos se consolidam as principais características do camponês na contemporaneidade, um camponês moderno, resiliente, capaz de resistir ativamente, de construir autonomia e emancipação.

Tanto em Chayanov como em Ploeg (2008; 2016), o que fica claro é que a unidade de produção camponesa é regida por equilíbrios, ou tentativas para alcançá-lo. No caso do primeiro autor, o equilíbrio entre trabalho e consumo, utilidade e penosidade. No caso do segundo autor, existem os equilíbrios internos, que são entre pessoas e natureza, produção e reprodução, recursos internos e externos, autonomia e dependência, escala e intensidade, e os externos, que são entre cidade e campo, agricultura, processamento e comercialização, Estado e camponês, crescimento agrário e crescimento demográfico. Assim,

A unidade camponesa é, na terminologia atual, uma “rede de sujeitos” que funciona harmonicamente e combina astutamente terra, plantio, gado, adubagem, sementes, instalações, mão de obra, ofícios, conhecimento, máquinas, redes (e talvez lotes de silvicultura ou jardins de ervas medicinais ou instalações agroturísticas ou um empório). É uma resposta construída ativamente às condições, oportunidades e ameaças externas. Isso não se aplica apenas à propriedade e à maneira como funciona. Aplica-se também à sua dinâmica, isto é, a forma em que se desdobra na prática (PLOEG, 2016, p. 45).

Ao desenvolver o equilíbrio, o camponês busca a melhoria dos rendimentos e, como consequência disso, a reprodução da família na terra. Essa é a lógica do campesinato. Entendê-la é imprescindível, pois explica porque em alguns momentos o camponês se encontra em uma condição de subordinação e, em outros, de autonomia e emancipação. Porque em alguns momentos ele produz sementes e, em outros, as adquire no mercado. Porque se aproxima da natureza ou se afasta dessa. Um caso típico que acontece no Rio Grande do Sul, e em grande parte do país, é o de camponeses idosos, que não possuem mão de obra suficiente no lote para produzir determinados tipos de culturas. Os filhos possuem seus próprios lotes de terras ou migraram para as cidades. Buscando suprir a falta de mão de

³⁸ Op. Cit.

obra podem diminuir a produção, podem contratar outro assentado para ajudá-los nos períodos de plantio ou colheita ou, ao invés de produzir, podem arrendar uma parcela do lote. Caso sejam aposentados, podem produzir somente aquilo que é necessário para o autoconsumo. Todas essas opções são viáveis e ocorrem com maior ou menor intensidade, dependendo das condições e do contexto. São diferentes tentativas de equilibrar trabalho e consumo.

A recampesinização pode ocorrer de várias maneiras, através de processos interconectados. Também pode seguir caminhos distintos, dependendo do contexto em que está inserida. Sua intensificação ocorreu a partir da década de 1990, momento em que os camponeses começaram a se afastar dos mercados de sementes e insumos introduzidos pela Revolução Verde. O movimento agroecológico que ascende nesse período pode ser considerado um tipo de recampesinização (TOLEDO, 2011). No Brasil, o MST é um dos principais precursores desse processo através do acesso a terra, e, mais recentemente, do incentivo à agroecologia, ao cooperativismo, à industrialização e à comercialização de alimentos em mercados populares camponeses. Ter autonomia significa ter poder de decisão, não depender de outrem. Os camponeses autônomos são aqueles que reproduzem seus modos de viver, de saber e de fazer agricultura sem depender de insumos externos, sem depender dos mercados globais para isso. A autonomia é a negação do modo de produção capitalista, e os camponeses precisam ter consciência disso (CARVALHO, 2002). Significa negar não somente as técnicas, mas também as relações que fazem parte do sistema, que visam unicamente à reprodução ampliada de capital:

Ora, a agricultura camponesa é um setor da economia rural que se consolida a partir da diversidade biológica e cultural. A ação antrópica dos camponeses tem por base uma relação de co-evolução homem e natureza. A reprodução social camponesa pressupõe, nesse sentido, também a reprodução endógena da natureza: um convívio construtivo e harmonioso entre o homem e a natureza. Possuem por isso mesmo diferenças fundamentais em relação ao modo de produzir capitalista, de tal forma que os tornam, camponeses e capitalistas, antagônicos (CARVALHO, 2015).

Logo, é importante que o campesinato entenda que o seu modo de viver, saber e fazer está em contradição com o modo de produção capitalista. Ampliando essa abordagem, no próximo tópico esses elementos são analisados territorialmente. Ou seja, como o modo de produção camponês produz territórios e, conseqüentemente, territorialidades que se opõem à capitalista. Contudo, quando ambos os modos de produção se relacionam novas territorialidades são construídas, como as subordinadas e as autônomas. Tais territorialidades

consistem em relações produzidas no espaço-tempo que produzem os usos dos territórios. Anteriormente, foi possível entender como os agentes hegemônicos se apropriam e usam os territórios, direta e indiretamente, através de redes transterritoriais com o objetivo de reproduzir ampliadamente capital. No capítulo 2, abordou-se como o camponês resiste territorialmente construindo novos usos aos territórios. No próximo tópico, essa questão será aprofundada do ponto de vista teórico-metodológico. Ou seja, como os camponeses se apropriam e usam os territórios, produzindo diferentes territorialidades. E como essas, quando autônomas, podem gerar sistemas agroalimentares emancipatórios.

3.6. (Multi)(Pluri)Territorialidades Subordinadas, Autônomas e Emancipatórias: Tipologia de Análise dos Territórios Camponeses

Em conjunto, a economia política e a economia camponesa permitem a análise do campesinato na contemporaneidade. A primeira explica que a sua subordinação é um fator estrutural no capitalismo, pois provém da renda da terra, do monopólio que existe sobre a terra. Ainda que estrutural, a subordinação se tornou ainda mais exacerbada com a constituição do sistema alimentar capitalista. A subordinação não ocorre apenas quando o capital se apropria do produto do trabalho camponês, mas, também, quando esse determina e controla como esse produto deve ser produzido. Por sua vez, a segunda explica que o modo de produção camponês se difere do capitalista, pois seus objetivos, funcionamento e leis são distintos. Embora diferentes, relacionam-se de várias maneiras. E no bojo dessas relações os camponeses lutam por autonomia, tornando-se menos dependentes dos mercados que os subordinam. O camponês é um sujeito do passado, presente e futuro. Seu modo de viver, saber e produzir surgiu há milênios. Existiu em diferentes sistemas e resiste no capitalista. O camponês é, portanto, um sujeito que faz parte do capitalismo. É um dos agentes do sistema alimentar capitalista. Um agente não hegemônico, mas que, mesmo assim, existe, persiste e resiste. É, também, uma alternativa ao futuro da humanidade porque produz alimentos se relacionando de maneira coprodutiva com a natureza, podendo, assim, ser resiliente a crises econômicas e climáticas.

Tais pressupostos são importantes na construção de uma abordagem territorial do campesinato contemporâneo, pois deixa claro que o camponês é um modo de produção distinto do capitalista. De acordo com Saquet (2015), essa abordagem é utilizada na análise das relações de poder, das conflitualidades, das desigualdades, das redes, enfim, dos aspectos que abrangem relações econômicas, políticas, culturais e naturais. O que perpassa pela compreensão das multidimensionalidades e pluriescalaridades dos fenômenos. Faz-se,

necessário, portanto, articular diferentes níveis e escalas analíticas para se apreender a totalidade, as relações, as ações, as redes, as identidades, ou seja, os aspectos mais gerais e, concomitantemente, os aspectos mais específicos. O território é uma construção social, histórica e relacional, constituído nos processos de apropriação e dominação dos espaços pelas pessoas³⁹. É resultado da territorialização e das territorialidades vivenciadas pelos sujeitos, grupos ou agentes sociais no espaço-tempo. Logo, ambos os processos podem sofrer alterações espaciais nos tempos históricos e nos tempos cotidianos, as chamadas temporalidades. O território cristaliza as realidades (i)materiais que os homens constroem em suas relações de poder (RAFFESTIN, 1993). Assim,

O território, enquanto produto e criação, é hoje um conceito essencial uma vez que as sociedades, em graus distintos e com intensidades variáveis, modificam, até destruí-los, o espaço e as próprias condições de vida sobre a terra. O território é o instrumento pelo qual os homens, as comunidades, as sociedades tomam posse do mundo, transformam-no e destroem-no pouco a pouco, se dele não cuidam (RAFFESTIN, 1993, p. 10).

Assim, a territorialização é a apropriação social de um fragmento do espaço através das relações de poder, produzindo territórios, territorialidades e temporalidades. O território é resultado da construção histórica do e no espaço. É o resultado das relações e do uso do espaço. A territorialidade corresponde aos sistemas de relações entre os homens e entre esses e a natureza:

Sucintamente, a territorialidade (humana) significa relações de poder, econômicas, políticas e culturais; diferenças, identidades e representações; apropriações, domínios, demarcações e controles; interações e redes; degradação e preservação ambiental; práticas espaço-temporais e organização política, que envolvem, evidentemente, as apropriações, as técnicas e tecnologias, a preservação, o manejo, os pertencimentos etc. (SAQUET, 2015, p. 33).

Conforme abordado no capítulo anterior, os camponeses sem-terra da região Centro-Sul do país deram origem ao MST entre o final da década de 1970 e início da década de 1980. E isso foi possível porque os camponeses se organizaram politicamente e construíram estratégias espaciais de lutas, como a ocupação da terra e os acampamentos. Tais ações possibilitaram no espaço-tempo a territorialização dos camponeses com a criação dos

³⁹ Op. Cit.

assentamentos rurais. Esses são, assim como as unidades de produção estudadas por Chayanov e Ploeg, territórios camponeses. Com o passar dos anos, no decorrer do processo de territorialização, vários assentamentos rurais foram criados. Esses territórios se distinguem dos territórios do capital. Nos territórios camponeses as territorialidades são sistemas de relações que objetivam a reprodução da vida. Os usos desses territórios são baseados no trabalho familiar, na produção de alimentos, na relação com a natureza, na luta por autonomia, em tentativas de equilibrar diferentes elementos que fazem parte de um modo de viver, saber e produzir que se contrapõe ao capitalista. Contudo, o modo de produção camponês se relaciona com o capitalista. Nesse embate entre diferentes usos dos territórios, novas territorialidades são construídas. E são elas que interessam nesse trabalho.

Em sua obra, Saquet (2015) identifica e caracteriza quatro tendências de abordagens do território e territorialidade. A primeira é a econômica, baseada no materialismo histórico e dialético, que compreende as territorialidades enquanto relações de produção acompanhadas por forças produtivas. Nesse caso, “o território é resultado e determinante da produção, da circulação e do consumo, ou seja, da acumulação de capital” (SAQUET, 2015, p. 29). A segunda é a materialista, baseada na geopolítica, na qual a territorialidade está vinculada ao controle, domínio e soberania do Estado. A terceira é a fenomenológica, que enfatiza as dimensões política e cultural, ou seja, simbólico-identitária. Assim, as territorialidades correspondem às percepções, memórias, representações e identidades. A quarta é baseada na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento local, na qual “a territorialidade significa relações políticas de governança sem deixar de envolver processos econômicos, culturais e diferentes formas de apropriação e uso do ambiente” (SAQUET, 2015, p. 30). Essa última é a concepção mais recente, surgiu na década de 1990.

Na Geografia, a territorialidade é abordada, especialmente, nos trabalhos de Giuseppe Dematteis, Claude Raffestin, Eduard Soja e Robert Sack. Para o primeiro autor, as territorialidades são relações sociais, econômicas, culturas e políticas produzidas nas famílias, nas comunidades e na relação cidade-campo⁴⁰. Já para o segundo autor se refere a "um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema" (RAFFESTIN, 1993, p. 60). Levando em consideração as dinâmicas das relações seria possível a classificação de vários tipos de territorialidades, desde as mais estáveis até as mais instáveis. Para Raffestin (1993), a territorialidade é construída na relação sociedade-natureza.

⁴⁰ Op. Cit.

Por isso, é múltipla, é simétrica e dissimétrica. São relações nas quais as mulheres e os homens buscam satisfazer as suas necessidades. “Essas relações são vividas, dinâmicas e acontecem em diferentes níveis escalares com um caráter permanente ou temporário” (SAQUET, 2015, p. 65). Seguindo essa lógica, o território deve ser entendido como resultado de um processo de produção e o de territorialidade como um sistema de relações (RAFFESTIN, 1993). Para o terceiro, são comportamentos sociais que fazem parte das identidades e diferenciações espaciais. Já o quarto compreende que são ações que visam controlar determinadas áreas no espaço. Nesse sentido, é uma estratégia para controlar pessoas, recursos e relações (SAQUET, 2015).

Todas essas abordagens, além das demais existentes, que não cabem serem discutidas nesse momento, pois não é esse o objetivo do tópico, são fundamentais na construção das concepções mais atuais sobre o assunto.

Baseando-se nas concepções dos autores citados, além de outras contribuições, Saquet (2015) propõe que o território e a territorialidade devem ser explicados a partir dos seguintes elementos: a) os sujeitos sociais e suas ações, relações e reações múltiplas, cotidianas, em rede, concretizadas em diferentes escalas; b) como dominação, controle e propriedade, mas, também, como uso, manejo e interferência na natureza; c) as técnicas e tecnologias como mediadoras das relações homem e natureza na apropriação do espaço; d) as relações de poder e trabalho; e) as metas, os objetivos e as finalidades; f) as relações do homem com a natureza; g) as continuidades e descontinuidades historicamente condicionadas como fatores determinantes na reprodução da vida; h) as temporalidades e as territorialidades. Isso significa que,

Na perspectiva que estamos construindo, é importante ir além, detalhando os tempos, os territórios, as territorialidades e as temporalidades, individualizando e mostrando as relações, contradições, diversidades, conflitualidades e unidades para poder aprofundar a abordagem que está sendo feita de certo objeto de estudo e para orientar substancialmente os planos, projetos, programas de desenvolvimento territorial a partir dos desejos e das necessidades dos indivíduos, grupos e classes sociais. **O território é compreendido como espaço de mobilização, organização, luta e resistência política. A territorialidade como práxis de transformação** do território, na tentativa de conseguir autonomia, justiça social, repartição da riqueza, proteção ambiental etc. [...] (SAQUET, 2015, p. 103, grifo do autor).

Faz-se necessário, segundo o autor citado, ir além do entendimento da territorialidade como uso do território, numa abordagem pluridimensional, relacional, reticular, histórica e crítica. Uso esse que envolve conflitualidades, apropriações, domínios, identidades, diferenças e redes. A territorialidade assume, também, o caráter de mobilização, organização e luta política a favor de um desenvolvimento mais equânime. E isso deve ocorrer a partir de uma práxis contrária aos usos capitalistas dos territórios. O que implica eliminar a alienação das relações humanas e dessas com a natureza⁴¹. Quando as empresas transnacionais do sistema alimentar capitalista se territorializam, apropriando-se de determinados territórios, destroem-os extraindo todos os recursos de que necessitam. Ao mesmo tempo em que destroem os territórios, alteram as relações neles produzidas, subordinando os sujeitos. Isso é o oposto do desenvolvimento. Nesse caso, as territorialidades e as temporalidades construídas têm como objetivo praticar uma economia de rapina⁴². Esse é o uso do capitalista do território. O uso abordado no capítulo 1 quando o assunto era o sistema alimentar capitalista. As temporalidades do uso capitalista também são outras. O tempo das relações de produção e exploração não é o mesmo da vida e da existência.

Nos processos de territorialização, os sujeitos ou agentes sociais produzem diferentes territórios e, conseqüentemente, territorialidades e temporalidades. Uns produzem territórios de reprodução ampliada do capital, outros territórios de vida, luta e resistência. Todavia, esses territórios, territorialidades e temporalidades se enfrentam no espaço-tempo, acarretando novas relações, ações, redes, paisagens e territórios. Isso porque ambos os processos ocorrem de maneira conflituosa, porque os sujeitos, as técnicas, o trabalho, os objetivos, os projetos são distintos. Mas, ainda assim, fazem parte do mesmo sistema. Nesse sentido, o camponês é uma classe social, uma relação com a natureza, um modo de viver, saber e fazer agricultura, mas, também, é uma forma de apropriação e uso do território. Ele é, ao mesmo tempo, tudo isso. E por ser tudo isso produz territórios e territorialidades camponesas, que são, também, usos camponeses dos territórios. As relações que ele produz são relações territoriais. Ou seja, as ações, as relações, as lutas, as resistências produzem territórios e são por eles produzidas. O território é produto, mas, também, é produtor.

Compreender o campesinato é entender como ele se apropria do território e o usa. É apreender a territorialização e os produtos dessa, o território, a territorialidade e temporalidade. No tópico anterior foi abordado o processo de territorialização dos assentados por intermédio da luta pela terra. Depois, apresentaram-se como as territorialidades

⁴¹ Op. Cit.

⁴² Op. Cit.

produzidas pelos camponeses organizados em um movimento socioterritorial foram construídas no espaço-tempo. As tentativas de usos contrárias ao modo de viver, saber e fazer camponês se dissiparam ao longo dos anos, dando lugar a outros usos, agora, fundamentados nas lutas por certa autonomia, nos equilíbrios internos e externos da unidade de produção camponesa e o seu contexto. Os camponeses refletiram sobre as práticas que vinham desenvolvendo e tomaram consciência de que era necessário modifica-la. Na práxis, os sujeitos, as suas práticas e os seus territórios são, concomitantemente, transformados. Por isso, quando o camponês se relaciona com o mercado, com o Estado, com diferentes agentes sociais, novas conflitualidades, relações, redes são geradas, ou seja, novas territorialidades. Nessa pesquisa, são chamadas de territorialidades subordinadas, territorialidades autônomas ou (multi)(pluri)territorialidades, quando as duas são produzidas e estão em constante disputa.

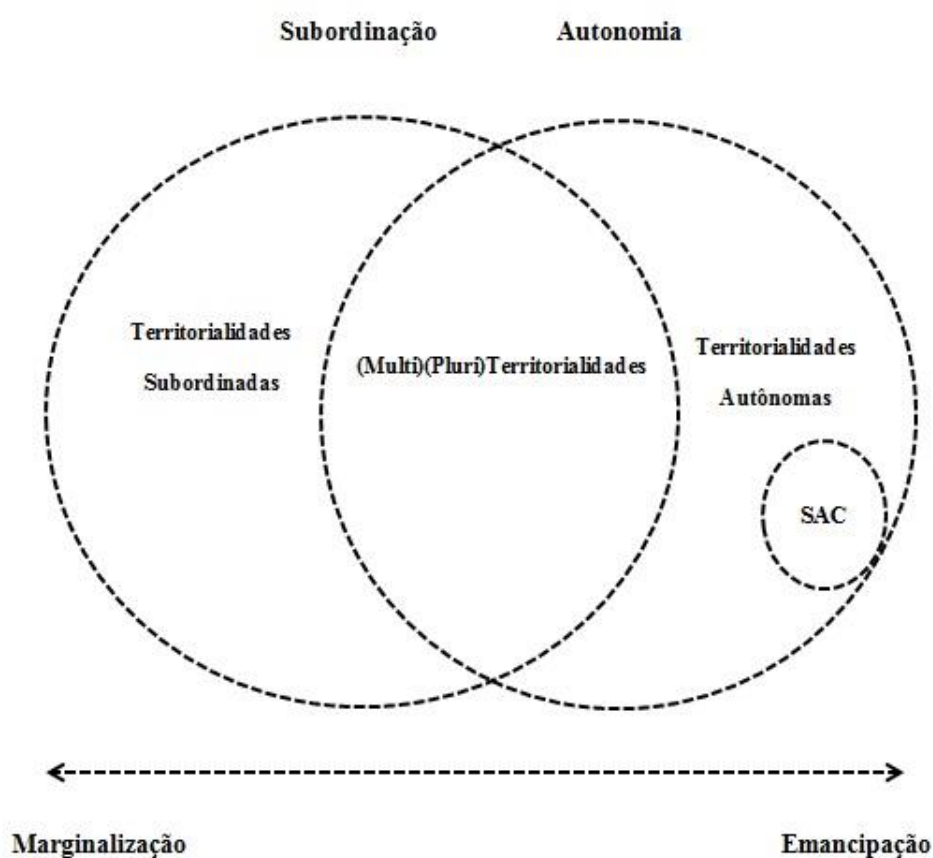
As territorialidades podem mudar conforme os contextos, mas não descaracterizam o território camponês enquanto tal. Ou seja, não faz do camponês menos ou mais camponês, mas permite que esse se encontre em uma condição de subordinação, em uma condição de autonomia, ainda que sempre relativa, ou em uma condição híbrida, a mais comum de ser encontrada na realidade. O camponês subordinado não é menos camponês que o autônomo. Contudo, as chances de marginalização do primeiro são maiores do que do segundo. Isso porque algumas territorialidades são quase que constantes, são intrínsecas a alguns sujeitos sociais, enquanto outras são variáveis. São territorialidades construídas na medida em que os camponeses se relacionam com a natureza, com o mercado, com os consumidores, com a cidade, com o Estado etc.. Por isso, a condição híbrida, chamada de (pluri)(multi)territorialidades é a mais comum. Ela pode acontecer em tempos diferentes ou ao mesmo tempo. Por exemplo, um camponês pode ser subordinado em um determinado período do ano e autônomo em outro. Ou, então, pode ser subordinado e autônomo ao mesmo tempo. Ambas as condições variam de acordo com as relações construídas na unidade de produção camponesa e as relações entre essa e o seu entorno, sobretudo o mercado.

Território e territorialidade são multidimensionais, envolvem questões econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais, e pluriescalares, pode ocorrer no lote do assentado, no assentamento rural, no município, na região, no país, ou em redes que conectam algumas dessas escalas ou todas elas. O camponês subordinado faz parte das redes transterritoriais que compõe o sistema alimentar capitalista. O camponês autônomo constrói suas próprias redes transterritoriais. A Via Campesina é um exemplo disso. Ela é uma rede transterritorial camponesa, pois envolvem sujeitos que se organizam coletiva, política e solidariamente em

diferentes escalas, lutando por todas as dimensões do território. É uma referência para o uso do território de maneira autônoma.

No esquema abaixo é possível observar que as territorialidades camponesas estão sujeitas a diferentes condições, a subordinação, a autonomia ou a ambas. E isso vai depender das relações construídas no âmbito da unidade de produção camponesa e na sua relação com o contexto em que está inserida.

Figura 4 – Tipologia de Territorialidades Camponesas



SAE – Sistemas Alimentares Camponeses
Org.: Autora.

A condição de subordinação ocorre quando o camponês se afasta da natureza, dos ecossistemas locais, dos seus saberes populares, das diversas maneiras de cooperação camponesa, aproximando-se cada vez mais dos mercados globais de sementes e insumos, comercializando seus produtos neles. É um camponês altamente dependente do capital industrial, comercial e financeiro. Muitas vezes, para produzir depende de financiamentos, pois os custos da produção são elevados. Quanto mais dependente, maior a probabilidade

desse camponês sofrer um processo de marginalização. O que significa ser excluído do sistema e, em alguns casos, perder as terras que possui. Todavia, isso depende do contexto. Em um momento de crise, baixos preços dos produtos nos mercados, ou adversidades climáticas o camponês pode perder toda a sua produção. E caso esteja com dívidas, pode perder as terras. Um camponês subordinado é um sujeito vulnerável. Tanto as relações produzidas na unidade de produção como as relações produzidas com o exterior são de dependência, subordinação. Contudo, isso pode ser revertido caso o camponês percorra o caminho oposto.

A subordinação produz outros tantos problemas externos à unidade de produção camponesa, como a concentração da riqueza, a centralização do poder, a degradação da natureza, dentre tantos outros impactos que foram discutidos no primeiro capítulo e que afetam a população mundial.

Por sua vez, o camponês autônomo é aquele que se aproxima da natureza, constrói uma base de recursos, baseia-se nos seus saberes populares, produz as sementes e os insumos de que necessita, atua em cooperação com outros sujeitos, constrói mercados camponeses populares, aproximando-se dos consumidores. É um camponês que não depende integralmente do mercado. Um camponês autônomo é um sujeito resiliente, que mesmo em contextos de crise consegue resistir. As territorialidades autônomas protegem os territórios camponeses das instabilidades econômicas e ambientais. Além de preservar as suas características culturais. É uma maneira de defender os territórios conquistados. Não só para aqueles que neles vivem, mas para toda a sociedade que depende dos alimentos produzidos por esses sujeitos. Nesses casos, os sujeitos se organizam coletiva e autonomamente por meio de redes, numa práxis de transformação dos usos dos territórios. Aos poucos, outros territórios vão sendo transformados. A cooperativa que passou a produzir alimentos agroecológicos, o assentamento rural, começando com um lote aqui, outro ali, alcançando toda a comunidade, o bairro que recebe a feira etc.. As territorialidades autônomas requerem uma práxis libertadora, com base na ação e na reflexão sobre a ação (FREIRE, 2011; MARX, 2012 apud SAQUET, 2015).

Quando esses processos atingem o seu ápice, de ação, relação e organização, sendo a autonomia quase que completa, tem-se a constituição de outro sistema agroalimentar, aqui chamado de emancipatório. Esse sistema consiste na autonomia, auto-organização, autogestão na produção, distribuição e consumo de alimentos. Significa a construção de redes agroalimentares camponesas ou redes transterritoriais camponesas. Ela envolve um nível e

grau elevado de autonomia porque não consiste em uma autonomia apenas na unidade de produção camponesa, mas entre camponeses e entre esses e outros sujeitos ou agentes sociais. Os consumidores e o Estado são exemplos disso.

A subordinação e a autonomia são as condições extremas do processo de territorialização camponesa. Entre elas existem inúmeras variações e, conseqüentemente, territorialidades. Algumas são constantes, pois fazem parte do modo de produção camponês, outras são variáveis, pois são construídas na relação dos camponeses com o contexto em que estão inseridos. É uma condição híbrida porque em alguns momentos pode se destacar a subordinação, enquanto em outros a autonomia. Ou isso pode ocorrer ao mesmo tempo. Por isso, são chamadas de (pluri)(multi)territorialidades subordinadas e autônomas. Em um assentamento rural, os camponeses de um lote podem viver em uma condição de autonomia enquanto o restante do assentamento não. Mas, a partir do momento em que um camponês reproduz práticas, ações, relações autônomas estimula outros camponeses a fazerem isso. O contrário também acontece. A tipologia de usos dos territórios camponeses serve de fundamento teórico-metodológico para as considerações construídas nos demais capítulos.

3.7. Síntese

Existem dois paradigmas que permitem a compreensão do desenvolvimento do modo de produção capitalista na agricultura e o destino do camponês, ou para alguns autores agricultor familiar. O primeiro é o da questão agrária. Esse paradigma surgiu com os estudos dos marxistas ortodoxos e narodnistas russos. O segundo é o do capitalismo agrário. Esse paradigma surgiu na segunda metade do século passado. No Brasil, seu principal expoente é Ricardo Abramovay, seguido de Zander Navarro. De acordo com o PQA, existem duas tendências de análise do campesinato, a proletarista e a campesinista. A proletarista compreende o campesinato como uma estrutura social em vias de desaparecimento, cuja principal inquietação é analisar a configuração e a velocidade desse processo (SHANIN, 2005). Por outro lado, no âmbito da tendência campesinista, o camponês é entendido como um modo de vida e produção, uma classe social, uma relação com a natureza e/ou um modo de fazer agricultura que faz parte do modo de produção capitalista, mas é uma resistência a ele. Analisando ambas as tendências no espaço-tempo, o que se tem é a evolução das concepções a respeito do campesinato de acordo com as transformações da realidade. Por isso, é importante entender que cada compreensão é, também, um reflexo do período histórico.

Conforme abordado, as concepções de camponês evoluíram desde os narodnistas russos e marxistas ortodoxos. Nos dias atuais, destacam-se as compreensões agroecológicas. Segundo essa, o camponês se caracteriza pelo predomínio do trabalho familiar, a produção de autoconsumo, a maneira como se relaciona com a natureza, num processo de co-evolução, a autossuficiência das unidades de produção, que buscam depender cada vez menos de insumos externos, e a produção combinada de valores de uso e mercadoria, visto que o objetivo não é a obtenção de lucro, mas a reprodução da família. O objetivo da unidade camponesa é maximizar o produto líquido ou a renda do trabalho (CHAYANOV, 1988). Ademais, o trabalho do camponês é independente, pois o que ele vende é o produto do seu trabalho. A agricultura camponesa possui características que a distingue da agricultura capitalista. E é justamente por causa delas que o camponês existe e resiste no contexto do atual sistema agroalimentar. A agricultura camponesa se desenvolve em lugares aos quais a capitalista não consegue ter acesso. Lugares onde os custos ao capital seriam muito elevados, inviabilizando retorno médio sobre o capital (PLOEG, 2016). Ela se desenvolve em áreas íngremes, alagadas ou acidentadas. São áreas que não interessam ao capital, ainda que se tenha tecnologia para isso.

Embora o camponês apresente características que o distingue do modo de produção capitalista, ele se relaciona com o mercado de diferentes formas. Nesse contexto, o camponês pode se reproduzir uma condição de subordinação, em uma condição de autonomia (ainda que relativa) ou em ambas as condições. A subordinação ocorre quando o camponês se distancia da natureza, da cooperação, da autossuficiência, da autonomia e depende integralmente do mercado. Em alguns casos, abandona, inclusive, a produção voltada para autoconsumo, adquirindo no mercado tudo aquilo que precisa para sobreviver. A subordinação ocorre em vários contextos, como a falta de mão-de-obra familiar, a inexistência de uma base de recursos, os problemas com a fertilidade do solo ou animais, a falta de cooperação com outros camponeses, a falta de infraestrutura nos entorno das suas terras, a localização da unidade de produção em áreas de expansão do agronegócio, entre outros. O camponês subordinado ao sistema alimentar capitalista se reproduz enquanto tal, podendo empobrecer, ser excluído do processo produtivo ou perder suas terras, a depender do contexto de crise, diminuição dos preços dos produtos e aumento dos preços dos insumos.

A autonomia ocorre quando o camponês se distancia dos mercados, dependendo cada vez menos de sementes e insumos externos à unidade de produção, aproximando-se da natureza, num processo de co-evolução, ampliando a base de recursos autocontrolada,

obtendo autossuficiência, produzindo para o autoconsumo da família, aumentando a cooperação entre os camponeses e, por fim, relacionando-se com os consumidores através de mercados populares. A autonomia ocorre em vários contextos, como a transição agroecológica, a criação de uma base de recursos autocontrolada, o investimento no processamento de alimentos, a organização dos camponeses e de alianças entre eles e outras organizações nacionais e internacionais, a ampliação da relação com os governos e as instituições públicas, o que permite maior investimento na infraestrutura das unidades de produção, das comunidades rurais. A autonomia e a subordinação são processos que não se limitam à unidade de produção camponesa, mas, também, às relações que essas constroem com outros sujeitos e agentes sociais. Esses processos são, portanto, multidimensionais e pluriescalares. E fazem parte do sistema alimentar capitalista. Em alguns casos, quando o campesinato alcança níveis e graus elevados de autonomia, tem-se a construção de sistemas agroalimentares emancipatórios, em contraposição ao hegemônico.

Geograficamente, o camponês pode ser compreendido como uma forma de apropriação e uso do território. É o uso camponês do território que se contrapõe ao uso capitalista do território na produção de alimentos. É multidimensional e pluriescalar. Tal concepção permite a compreensão do camponês como uma classe social, como uma relação com a natureza e um modo de viver, saber e fazer. Porque o camponês é uma combinação desses elementos. É um contra poder ao poder hegemônico. O camponês se territorializa de diferentes maneiras. Nas últimas décadas, a principal é a ocupação da terra, é a luta pela terra de trabalho. Nesse processo, constroem, concomitantemente, territórios e territorialidades. Essas podem ser subordinadas, autônomas ou híbridas, que são as (pluri)(multi)territorialidades. São as maneiras que os camponeses usam os seus territórios. E esses usos se relacionam de maneira conflituosa com outros usos. Ao usá-los, o objetivo primordial é aumentar os rendimentos da família, permitindo, assim, a sua reprodução na terra.

CAPÍTULO 4 - O USO CAMPONÊS DO TERRITÓRIO: AS CONTRADIÇÕES DA SUBORDINAÇÃO, AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

4.1. Introdução

O sistema alimentar capitalista possui uma lógica de apropriação e uso do território. O camponês, por sua vez, possui outra. Ambas as formas se relacionam de maneira conflituosa. O camponês se reproduz no bojo desse sistema, mas é, também, uma resistência a ele. É uma classe social, um modo de viver, saber e fazer agricultura que se contrapõe à capitalista. Esses sujeitos resistem no e a partir do território. Em alguns momentos se reproduz de maneira subordinada, em outros, de maneira autônoma. Ou seja, a partir de territorialidades subordinadas, autônomas ou (pluri)(multi) territorialidades. Compreender os contextos, as combinações e as variações das territorialidades camponesas ou dos usos camponeses do território se faz cada vez mais necessário. No caso do Rio Grande do Sul, conforme abordado no capítulo 2, os camponeses organizados pelo MST se territorializaram nestas últimas décadas através da ocupação da terra, seguida da criação de assentamentos rurais. Num primeiro momento, as resistências construídas pelos camponeses se basearam no retorno a um modo de vida ideal, tradicional. Depois, o Movimento passou a atuar na organização dos assentados a partir do cooperativismo. Esse modelo não deu certo, pois o objetivo era coletivizar a terra e a produção, transformando as cooperativas em empresas agrícolas competitivas no mercado. Com isso, os camponeses acabaram reproduzindo territorialidades subordinadas, baseadas em relações, técnicas e tecnologias introduzidas pela Revolução Verde. Mais recentemente, surgiu a necessidade de resistir construindo territorialidades cada vez mais autônomas.

Atualmente, é possível encontrar na realidade camponeses subordinados e camponeses que lutam por autonomia. Para compreender como ambos os processos ocorrem algumas experiências foram estudadas. A primeira se refere ao cultivo de soja na região Centro-Sul do estado e a segunda se refere ao cultivo de hortaliças e arroz, ambos agroecologicamente, na RMPA. Ao estudá-las, procurou-se responder as seguintes questões: a) quais são os usos camponeses dos territórios, ou seja, quais são as territorialidades construídas por esses sujeitos sociais na produção de alimentos? São territorialidades subordinadas, territorialidades autônomas e/ou (multi)(pluri) territorialidades? b) em quais contextos esses usos ocorrem? c) Quais os sujeitos/agentes, ações, relações, redes envolvidas? O capítulo foi estruturado em

seis tópicos. No primeiro, abordou-se a territorialização da soja (transgênica) no estado, com destaque para esse processo nos assentamentos rurais. No segundo, estudaram-se os conflitos pelos usos os territórios a partir das disputas entre o cultivo de soja transgênica e de sementes agroecológicas. No terceiro, analisou-se a territorialização das hortaliças e do arroz agroecológicos na RMPA. Os sujeitos, as cooperativas, as agroindústrias, os mercados populares e as redes envolvidas nesses processos. Por fim, construiu-se uma abordagem territorial dos assentados gaúchos, analisando-se as chamadas (pluri)(multi)territorialidades camponesas.

4.2. A territorialização da produção de soja (transgênica) no Rio Grande do Sul

A cultura da soja foi introduzida no Rio Grande do Sul em 1914 onde é hoje o município de Santa Rosa pelo agrônomo norte-americano E. C. Craig, que foi professor da antiga Escola Superior de Agronomia e Veterinária da Universidade Técnica, atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Até a década de 1940, a produção era destinada exclusivamente à forragem animal. Somente a partir de 1941 os agricultores começaram a produzir grãos e farelo. Em 1947, esses produtos passaram a ser exportados para a Europa, transformando a soja em uma cultura de exportação. No ano de 1950, cerca de 90% do cultivo de soja se concentrava em três microrregiões do estado: Missões, Santa Rosa e Ijuí. Constituindo-se, também, a frente de expansão agrícola do grão no estado. A região das Missões foi a pioneira no cultivo dessa oleaginosa. Antes dela, essa área era destinada, num primeiro momento, à pecuária, depois ao trigo. A produção de trigo possibilitou a expansão da soja, visto que os agricultores realizavam a rotação de culturas e utilizavam os mesmos maquinários no plantio e colheita de ambos os grãos. Nesse momento, a soja era cultivada em pequenas e médias propriedades, dando suporte à suinocultura (MARMILICZ, 2013). O trigo e a suinocultura foram fundamentais na expansão do cultivo de soja no estado nesse primeiro momento. De acordo com Conceição (1984 apud MARMILICZ, 2013), na medida em que houve o avanço do cultivo de soja nas regiões norte e nordeste do estado, o cultivo de outros gêneros agrícolas foi gradativamente diminuindo, até se tornarem, em alguns casos, lavouras destinadas ao autoconsumo dos camponeses.

No final da década de 1960, a soja alcançou o *status* de cultura comercial, expandindo-se não só no Rio Grande do Sul, mas nos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. Nesse período, a soja era cultivada com tecnologia importada dos Estados Unidos ou adaptada de outras culturas, como o trigo. De modo geral, de acordo com Conceição (1984 apud MARMILICZ, 2013), a expansão do cultivo de soja pode ser explicada

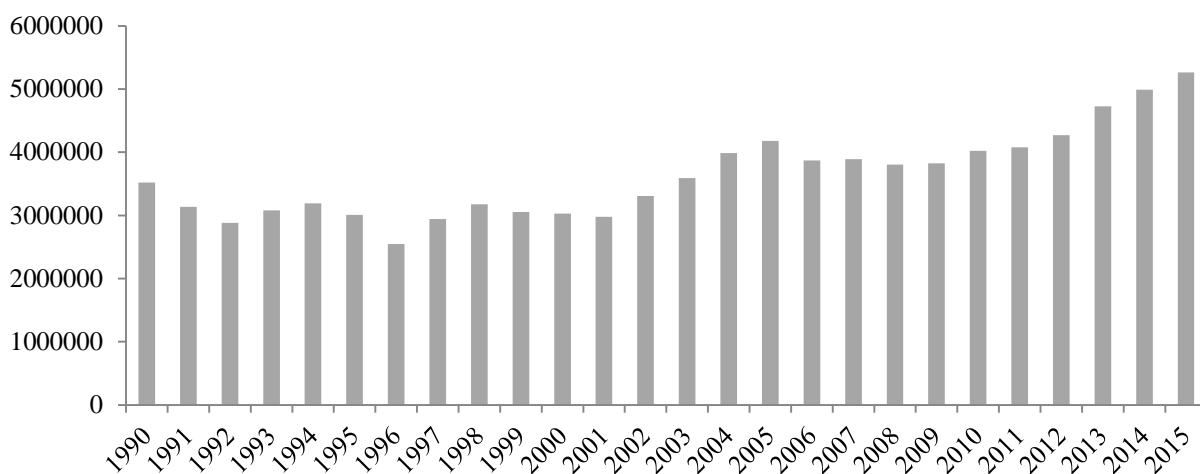
levando em consideração alguns fatores. O primeiro fator é externo e se refere a alta cotação do grão no mercado internacional. Os outros fatores são internos e correspondem a possibilidade de se produzir soja nas mesmas áreas destinadas ao trigo, a mecanização da lavoura de soja, ao aumento da industrialização de óleos no Sul do país, a garantia de preços mínimos pelo Estado e ao financiamento da produção pelo Banco do Brasil. Esses fatores permitiram que o cultivo do grão crescesse 56 vezes em um período de vinte anos, o que equivale a 22% ao ano (GAZZONI, 2012). Todavia, esse período foi marcado pela erosão do solo, uso excessivo de agrotóxicos e utilização inadequada de fertilizantes, provocando a contaminação dos solos, o assoreamento dos rios, lagos e açudes, além de recorrentes casos de intoxicação pelo uso de agrotóxicos⁴³.

Além disso, a expansão da produção de soja no Rio Grande do Sul, aliada a outros fatores, promoveu intensas transformações no campo. Dentre essas, destacam-se a exclusão e expropriação de uma parcela dos camponeses, a migração desses para outros estados, como o Mato Grosso e o Tocantins, em projetos de colonização, introduzindo a cultura da soja nessas áreas, e a constituição de movimentos camponeses de luta pelo acesso a terra.

Mesmo com a insustentabilidade ambiental, além da social, o cultivo de soja aumentou significativamente nas décadas seguintes, de acordo com o gráfico abaixo. É importante lembrar que isso não teria sido possível sem os investimentos estatais no setor agropecuário. Com algumas oscilações, os anos em que a produção de soja diminuiu correspondem àqueles com intempéries climáticas, no caso estiagens ou enchentes. Nos anos de 1991, 2005 e 2012 os agricultores sofreram grandes perdas por conta disso. Em 2005, cerca de 80% do total da oleaginosa foi perdida no estado (AGEITEC, 2013). Esse foi um dos fatores que contribuiu para o endividamento de grande parte dos agricultores, sobretudo da região noroeste do estado. Além disso, os preços da soja no mercado não estavam acompanhando o aumento dos custos de produção (TRENNEPOHL e PAIVA, 2011). No início desse ano, mais perdas aos agricultores em virtude das fortes chuvas que assolaram o estado. No município de São Gabriel, terceiro maior produtor do estado, as enchentes destruíram os cultivos de soja. Aproximadamente 30 mil hectares de soja foram completamente perdidos, o que corresponde a 20% da área plantada.

⁴³ Op. Cit.

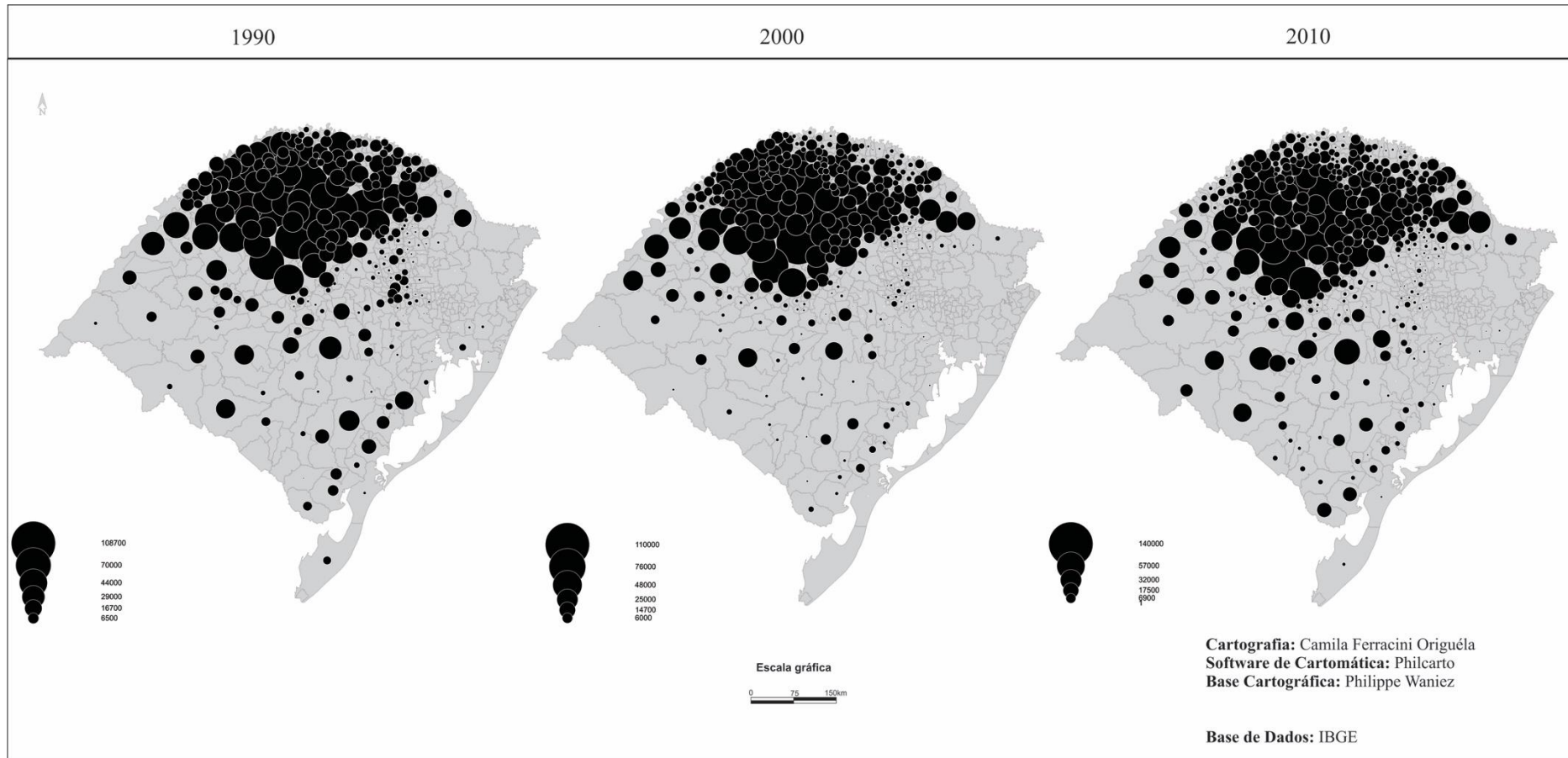
Gráfico 1 - Evolução da área plantada de soja no Rio Grande do Sul - 1990-2015



Fonte: SIDRA, IBGE, 2017.

Mesmo com as adversidades climáticas, a expansão da soja em termos de área foi expressiva nesses últimos anos. É possível observar no mapa abaixo que a produção da oleaginosa se concentrou nesses últimos vinte e cinco anos nas regiões norte e nordeste do estado. Isso se deve ao fato de serem regiões historicamente produtoras de trigo e suínos em pequenas e médias propriedades, além de apresentarem condições edafoclimáticas propícias à lavoura da soja. Desde a década de 1990, as plantações de soja estão em expansão em outras regiões do estado, principalmente na campanha gaúcha. Em 2010 aumentou ainda mais quando comparada com o ano 2000. Essa porção do território gaúcho era, normalmente, destinada à pecuária e, mais tarde, ao cultivo de arroz. Porém, nos últimos anos, passou a produzir soja e eucalipto, além do arroz. A expansão da soja ocorreu, sobretudo, nas áreas anteriormente destinadas à pecuária. Os sojicultores não possuem a posse da terra nessa região, arrendando o que é necessário para o cultivo. São sujeitos oriundos do norte e nordeste do estado. Nessas regiões, muitos são proprietários de terras. São arrendatários capitalistas e camponeses. Eles preferem arrendar as terras, pois assim podem investir o capital na aquisição de sementes, insumos e maquinários ao invés de terras.

Mapa 2 – Evolução da área plantada de soja no Rio Grande do Sul – 1990-2000-2010



A produção de soja no estado levou à introdução da oleaginosa transgênica nos anos 1990. Isso ocorreu de maneira ilegal. As sementes utilizadas eram contrabandeadas do Paraguai e Argentina. Ilegal porque ainda não havia a aprovação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CNTBio), responsável por inserir produtos geneticamente modificados no mercado brasileiro. Em 1998, depois de concluírem que não havia riscos comprovados à saúde humana ou animal e ao meio ambiente, a soja *Roundup Ready* (RR) foi liberada. Essas sementes resistem à aplicação de herbicida à base de glifosato, como o *Roundup* da Monsanto, empresa que possuía essa patente. Na época, a decisão foi criticada por movimentos sociais, ambientalistas, ONGs e o IBAMA, todos eram contra a aprovação dessa variedade de soja. Essa decisão impulsionou a criação da campanha “Por um Brasil Livre de Transgênicos” coordenada pela AS-PTA e outros movimentos sociais. Em virtude disso, em 1999 a Justiça Federal proibiu o cultivo de qualquer planta transgênica até que o governo cumprisse algumas exigências como a adoção das regras de biossegurança e análise dos impactos ambientais.

Mesmo com essa decisão judicial, a produção continuou no Rio Grande do Sul. Como os agricultores já estavam cultivando a soja RR, o governo passou a ser pressionado, pois a não comercialização da produção geraria significativo impacto econômico, sobretudo no Sul. Em virtude disso, em 2003, a Lei nº 10.688 autorizou a comercialização até o final do ano de 2004. Depois disso, a semente deveria ser destruída por incineração e o campo limpo. Todavia, a soja transgênica já havia se misturado com a convencional. Nesse momento, a Monsanto entrou em ação exigindo os *royalties* sobre a colheita, argumento que embora os cultivos fossem ilegais não invalidava o seu direito de propriedade.

O texto da lei de 2003 foi bastante criticado, pois não esclarecia as regras que determinariam os níveis de contaminação. Com isso, foi criado o decreto nº 4.680. Esse dispõe sobre o direito do consumidor à informação sobre os alimentos que contenham ou sejam produzidos com OGM. No final desse ano outra lei é aprovada autorizando o cultivo e comercialização de soja transgênica na safra 2003/2004. Porém, a lei previa que os agricultores assinariam o Termo de Compromisso, Responsabilidade e Ajustamento de Conduta, assumindo a responsabilidade sobre qualquer dano ambiental causado pelo cultivo transgênico. Nessa safra, o Rio Grande do Sul produziu 4,1 milhões de toneladas de soja RR, que correspondia a 88,1% da área plantada (FERMENT et al, 2010). Isso quer dizer que em menos de uma década, mais da metade da produção da oleaginosa se tornou transgênica. Um avanço significativo para um produto que se quer era autorizado no país. Com a expansão, o

governo não teve outra alternativa a não ser a legalização do cultivo e comercialização em todo o país no ano de 2005. Isso ocorreu sem um estudo aprofundado sobre os efeitos desse cultivo ao meio ambiente.

A maior beneficiada foi a Monsanto que, além de cobrar os *royalties* das safras anteriores, passaria a cobrar das safras subsequentes. No ano de 2003, a agricultura camponesa correspondia a 58% do Produto Interno Bruto (PIB) da cadeia produtiva da soja no Rio Grande do Sul (FIPE, 2005 apud FERMENT *et al*, 2010). Em escala nacional, a participação era de 28,4% (DIEESE, 2008 apud FERMENT *et al*, 2010). Os camponeses são parte importante da cadeia produtiva de soja no estado, contribuindo, inclusive, com a expansão da sua produção em outras regiões, como a campanha gaúcha. Muitos dos arrendatários citados anteriormente são camponeses. Atualmente, estima-se que aproximadamente 95% do cultivo de soja no estado utilizem sementes transgênicas (FERMENT *et al*, 2010). E ela está presente em pequenas, médias e grandes propriedades, além de assentamentos rurais. Além dos camponeses em geral, os assentados estão se arriscando nesse tipo de cultivo. Alguns elementos de ordem externa e interna à unidade de produção explicam isso.

Os assentamentos rurais localizados na campanha gaúcha estão inseridos em um contexto geográfico de produção de arroz, eucalipto e soja, além da pecuária. Conforme informado anteriormente, as áreas de pastagens estão sendo ocupadas pelo cultivo de soja. Os pecuaristas estão arrendando suas terras para os sojicultores. Em alguns casos, depois da colheita, as pastagens são reintroduzidas. Assim, o proprietário da terra possui renda tanto com a soja como com a pecuária. Ou então, destina uma parcela da propriedade para a produção de soja e outra parcela para a pecuária. Nesses últimos anos, em função dos altos custos de produção e dos baixos preços no mercado, as plantações de arroz têm sido substituídas pela da soja nessa região (ALVES *et al*, 2007). Recentemente, os assentamentos rurais viraram alvos dos sojicultores. Os assentados tanto produzem soja, vendendo-a diretamente às cooperativas e empresas existentes nos estado, como firmam parcerias com os sojicultores. De acordo com o INCRA, muitas dessas parcerias são, na verdade, arrendamentos, uma prática ilegal nesses territórios. Todavia, o órgão não consegue fiscalizar essas práticas. A produção de soja nos assentamentos rurais não é ilegal, mas o arrendamento de quase todo o lote para o cultivo de qualquer gênero agrícola sim. O INCRA atua tentando evitar os arrendamentos no estado através da promoção da agroecologia, principalmente, por intermédio da assistência técnica.

De acordo com o quadro abaixo, os principais cultivos agrícolas nos assentamentos rurais são os grãos (soja, arroz, milho, trigo e feijão), o baração, a horta, o pomar e as plantas medicinais e condimentares. Em número de famílias, destacam-se o milho, o pomar, a soja, as hortas, o baração e o feijão. No que se refere à área média cultivada, têm-se a soja, o arroz, o trigo e o milho, de modo geral os grãos. Por sua vez, com a relação à produção total anual, sobressaem-se a soja, o arroz e o milho, mais uma vez os grãos. Com isso, pode-se afirmar que os assentados produzem, majoritariamente, grãos para a comercialização, com destaque para a soja. Dessa forma, os assentados concentram os seus cultivos em alguns gêneros quando esses são voltados ao mercado. Faz sentido produzir a soja, pois essa é a principal cultura no estado, não só nos assentamentos rurais. Logo, os assentados acabam se inserindo no contexto em que vivem. Também possuem uma produção significativa de hortas e pomares que podem ser tanto para o consumo da família como para comercialização. Segundo Dalbianco et al (2014), 75,6% dos camponeses assentados produzem para o mercado e o autoconsumo. O restante não produz alimentos para autoconsumo.

Quadro 18 – Principais cultivos agrícolas dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul

Itens	Número de famílias	Área média por família	Produção total anual (Kg)
Grãos – Soja	2.998	11,54	46.301.711
Grãos – Arroz	688	11,50	29.639.122
Grãos – Milho	5.511	4,32	21.106.270
Grãos – Trigo	168	9,78	1.967.836
Grãos – Feijão	2.063	0,85	577.195
Baraços	2.175	1,7	2.026.723
Horta	2.908	1,9	1.368.502
Pomar	3.565	0,31	1.232.414
Medicinais e condimentares	183	8,59	135.835

Fonte: Dalbianco et al, 2014.

A área média destinada ao cultivo do grão é grande quando comparada às outras culturas. Isso significa que a família que produz soja, normalmente, não produz outros cultivos em grande quantidade. Ou seja, dependem da comercialização da oleaginosa e

produzem alguns outros gêneros agrícolas para o consumo da família. A produção de leite é bastante relevante nos assentamentos rurais. Aproximadamente 65% dos assentados produzem 56 milhões de litros de leite ao ano, o que corresponde a 2% do total produzido no estado (DELBIANCO et al, 2014). Uma média diária de 20,8 litros de leite por família. Pode-se afirmar que existem dois tipos de situações. A primeira consiste nos assentados que produzem somente soja, adquirindo no mercado os alimentos de que necessita. A segunda consiste nos assentados que aliam as seguintes atividades, o cultivo de soja, a produção para autoconsumo e/ou a produção de leite. No primeiro caso, as famílias são altamente dependentes do mercado, produzindo territorialidades subordinadas. Nesses casos, pode ser que os assentados arrendem os seus lotes. Por sua vez, no segundo caso, as famílias produzem, ao mesmo tempo, territorialidade subordinadas e autônomas.

Conforme Oliveira (2014), nos assentamentos rurais do município de Joia, a produção de leite, muitas vezes, subsidia o cultivo de soja. Isso porque a renda do leite é uma renda mensal, é fixa. Em contrapartida, a renda da soja varia de acordo com a safra. Se o camponês perder uma parte significativa da produção sua renda será baixa. E para pagar os custos da produção ele utilizará a renda do leite. Vejam que mesmo os camponeses que se arriscam na produção de soja tentam de diferentes maneiras equilibrarem os custos e os rendimentos. Contudo a produção está em crise:

Além desse, outro produto que nós temos, embora não seja ecológico, é o leite. Nós temos aqui no Rio Grande do Sul, pelo menos onze cooperativas que realizam o recolhimento do leite e que estão em crise, pois há em curso um processo de concentração do capital e com isso a exclusão de aproximadamente 30 mil pequenos agricultores do processo produtivo do leite. Isso foi fruto de uma ação administrativa, sanitária e legal que permitiu o capital se concentrar e excluir. Há um processo de seleção dos agricultores do leite. Há toda uma história de normativas que aos poucos vai criando o ambiente institucional para essa concentração. No ano de 2014 enfrentamos um problema sanitário (de adulteração do leite) que aqui no RS ficou conhecido como operação “leite compensado” e que ainda está em curso. Ela desestruturou toda a cadeia produtiva para os pequenos e não para os grandes produtores. Portanto, temos onze cooperativas que trabalham com o recolhimento do leite, mas que operam com muita dificuldade. Contudo, estamos caminhando no ramo do leite e demos dois passos importantes: 1) estamos entrando no ramo dos laticínios, inclusive com um deles que já está montado e em processo de ampliação, além de outros dois em construção (MEMBRO DO SETOR DE PRODUÇÃO ENTREVISTADO EM JANEIRO DE 2016).

Mas os camponeses já pensam em construir maior autonomia nessa produção, assim como no caso das hortaliças e do arroz:

O laticínio que já existe pertence a um grupo coletivo chamado de COPAV e que fica em Piratini/RS. Trata-se de um grupo pequeno, mas que está em processo de reforma e ampliação. Santana do Livramento/RS receberá um laticínio maior que o de Piratini. Esse segundo será construído com apoio do programa Terra Forte – o projeto já foi construído e já está sendo analisado. Outro será construído em Pontão/RS, município perto de Sarandi/RS. Lá há a Cooperlat que é uma plataforma de recebimento de leite e que passará por um processo de ampliação para se tornar um laticínio, projeto este que também está sendo financiado. Neste sentido, temos a ideia de construir dois entrepostos de leite, que são unidades de recebimento de leite. Um deles ficará em São Gabriel/RS e será construído com recursos do Terra Sol e o outro ficará no município de Joia/RS, região do centro do estado. Nossa ideia é potencializar essas unidades de recebimento ou entrepostos, como queira chamar. Portanto, estamos na coleta/recolhimento, que é a parte mais pesada, mais difícil e mais custosa. Qualificamos também com esse programa do governo Tarso nós aprendemos como adquirir e repassar para os agricultores uma série de resfriadores de leite, tudo no intuito de ajustar para as normativas de qualidade. Conseguimos avançar na qualificação dos solos através da recuperação de pastagem. As cooperativas também se qualificaram porque adquiriram caminhões, trocaram os tanques dos caminhões. Então foram estratégias muito interessantes. Algumas máquinas também foram adquiridas para pastagens anuais – tratores foram comprados pelas cooperativas, por exemplo. Como se pode perceber, há um processo em curso de qualificação da produção primária ainda que haja uma crise imensa nesse setor (MEMBRO DO SETOR DE PRODUÇÃO ENTREVISTADO EM JANEIRO DE 2016).

Continuando:

Nós recolhemos o leite dos agricultores e repassamos a outras empresas. Na região sul nós temos uma única empresa que entregamos e se trata de uma cooperativa também, chamada de COSULAT (Cooperativa Sul-riograndense de Laticínios). Neste caso, temos uma parceria há muitos anos e, portanto, uma relação bem consolidada embora esteja em crise, tendo em vista a crise do setor do leite que afetou principalmente as pequenas cooperativas de leite ou cooperativas de pequenos agricultores, tendo em vista que a Cosulat é uma grande cooperativa mas é formada por pequenos. Na região norte é um pouco diferente. Lá, cada cooperativa nossa faz uma espécie de leilão: procura hoje um cliente, amanhã procura outro... e foram os primeiros a “quebrarem” por conta dessa estratégia, pois no momento que esses intermediários deixaram de comprar da gente a situação complicou muito. Claro, o pessoal entregará para o CCGL que é uma grande cooperativa, vai procurar Nestlé, a Perdigão que aqui seria a Brasil Foods (BRF S.A.). Essa última empresa citada compra o leite, já que são donos de uma marca que não me lembro o nome, mas que era bem tradicional na área dos suínos e frangos, e que agora também comercializam o leite. Enfim, nosso pessoal começa a procurar fábricas e oferecer, mas também atuam intermediários como os entrepostos que recebem e começam a leiloar. Esse grupo que utiliza dessa técnica para a comercialização estão em crise e, por isso, nós precisamos rever como fazer (MEMBRO DO SETOR DE PRODUÇÃO ENTREVISTADO EM JANEIRO DE 2016).

Esse autor também aborda os conflitos entre os camponeses de um mesmo assentamento rural onde a maior parte produz soja, mas uma pequena parcela resiste a esse tipo de subordinação. Quase 80% dos lotes do assentamento se dedicam ao cultivo de soja, alguns assentados, inclusive, produzem nos lotes de outros, numa espécie de parceria, ou arrendamento. Até mesmo os coordenadores do assentamento estão envolvidos no cultivo de soja e reproduzem o discurso do agronegócio. Ou seja, de que os assentados devem se integrar à produção de soja. Essa é a única saída. Isso gera conflitos, pois aqueles que se dedicam à produção de hortaliças e mel veem suas produções sendo contaminadas com os agrotóxicos utilizados na soja. Nesse sentido, têm-se territorialidades em disputa.

Segundo Moreira (2013), a territorialização da soja nos assentamentos rurais pode ser explicada pelos seguintes fatores: a) solo e relevo propício à produção de soja; b) políticas públicas de estímulo ao cultivo de soja; c) necessidade de pouca mão de obra no cultivo e retorno financeiro rápido. É possível acrescentar outros fatores de ordem externa e interna. Dentre os externos, têm-se: a) os preços da oleaginosa no mercado; b) a criação de infraestrutura voltada à produção e exportação da *commoditie*. No lote do assentado, têm-se: a) o envelhecimento da população; b) a falta de mão-de-obra. Esse segundo elemento também foi identificado por Oliveira (2014). Assim, é possível afirmar que a expansão da soja nos territórios camponeses ocorre devido a fatores externos, como o preço da oleaginosa, os incentivos governamentais, além da própria pressão exercida pela localização geográfica dos assentamentos rurais, que são áreas de expansão da cultura. Também ocorre em virtude de fatores internos à unidade produtiva camponesa. Muitos dos assentados nessa região são oriundos do norte e nordeste do estado, ou seja, já produziam grãos antes de perderem suas terras. Logo, reproduzem os cultivos que sabem lhe dar. Ao serem assentados, os camponeses não possuem nada, precisam começar do zero, e muitos não conseguem construir uma base de recursos. Também tem a questão da família, que além de envelhecer, diminuiu.

Com relação aos fatores externos, destaca-se o preço da soja. De acordo com o Portal Agrolink, no final do mês de abril de 2018, um saco de 60 quilos de soja em grão era comercializado por R\$ 78,00 reais no município de Encruzilhada do Sul. Nos outros municípios, o preço variou de R\$ 69,00 a R\$ 80,00 reais na safra 2017/2018. O aumento dos preços se deve ao *boom* das *commodities*. Países como a China passaram por transformações econômicas nessas últimas décadas que desencadearam o aumento do consumo de proteína animal, principalmente suína. E a soja serve de ração para esses animais. Ademais, a soja é uma *flex crops*, podendo ser utilizada para outras finalidades, dependendo da demanda no

mercado. Como os valores das sacas estão altos, muitos assentados se sentem atraídos. De acordo com os funcionários da EMATER, os camponeses assentados que produzem a oleaginosa apresentam um padrão de vida melhor do que aqueles que não produzem. Isso cria entre os assentados a impressão de que esse tipo de cultivo é a solução para os seus problemas econômicos, incentivando aqueles que ainda não produzem a se inserirem no circuito produtivo. Num primeiro momento, a produção de soja parece ser a coisa certa a se fazer. Todavia, os camponeses que a produzem se tornam altamente dependentes ou subordinados.

Normalmente, as áreas produtoras são conectadas por boas estradas. Essas ligam os produtores, as cooperativas, as empresas, os silos e os portos. Conectam todos os objetos necessários à produção e exportação da soja.

A EMATER/RS-Ascar⁴⁴ é uma empresa pública que atua na prestação de assistência técnica aos agricultores do estado do Rio Grande do Sul, englobando os assentados de reforma agrária. Nesse caso, a assistência técnica envolve todos os tipos de cultivos (soja, leite, hortaliças, etc) e sistemas de produção (agroecológico, convencional, etc). No caso específico da soja, a EMATER/RS-Ascar opera em conjunto com a Embrapa, a Massey Ferguson, a Syngenta, as secretarias da agricultura e de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo através do projeto Lavoura de Resultado. O projeto em questão tem como objetivo contribuir com melhores resultados na produção de soja no estado. A metodologia utilizada no projeto, que por sinal muito se assemelha a utilizada pelos assentados da RMPA no cultivo de arroz agroecológico, é o dia de campo. Os chamados dias de campo ocorrem em Unidades de Referência Tecnológica (URT), localizadas nas propriedades de diferentes agricultores envolvidos no projeto. Nos dias de campo, os agricultores interessados em participar se dirigem até uma dessas unidades e lá avaliam os resultados do trabalho de Manejo Integrado de Pragas (MIP). Assim, os agricultores são orientados sobre os produtos, as quantidades e o momento em que é mais indicado a aplicação de defensivos agrícolas no controle de pragas, evitando que os insetos resistam ao agrotóxico. O intuito é diminuir os custos de produção, a exposição dos agricultores aos agrotóxicos e o comprometimento da produção, além de aumentar a produtividade.

⁴⁴ Até o ano de 2017, o INCRA, através da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), possuía um convênio com a EMATER de prestação de assistência técnica aos assentados. Enquanto o convênio estava em vigor a EMATER conseguia prestar assistência a todas as famílias assentadas, sem exceção. Com o término do convênio, a EMATER passou a concentrar as suas ações de assistência técnica aos assentados somente quando essa é solicitada.

Imagem 4 – Folder do dia de campo realizado pela EMATER/RS-Ascar

PROJETO LAVOURA DE RESULTADO

SOJA

Dia de Campo Dia 20/03/2018, às 7h30.

PROPRIEDADE DE JEFERSON ADRIANO PETZOLD PARREIRA
LOCALIDADE DE SANTO ANTÔNIO ROSÁRIO DO SUL (RS)

Estações:

1. Manejo consciente de doenças da soja (Emater/RS-Ascar e Syngenta)
2. Manejo do Solo e Manejo integrado de pragas da soja (Emater/RS-Ascar)
3. Projeto Soja 6000 (IRGA)
4. Tecnologia de aplicação de produtos fitossanitários (Massey Ferguson)
5. Vitrine tecnológica de diferentes cultivares de soja (Sementes Costa Beber)

Promoção: EMATER/RS TOS RIO DO GRANDE Embrapa syngenta Apoio: JORGE SANTOS IRGA Sementes Costa Beber AGROPONTO RIGO

Fonte: Página da EMATER/RS-Ascar no Facebook.

De acordo com o assistente técnico estadual de sistemas de produção vegetal da EMATER/RS-Ascar, Alencar Paulo Rugeri⁴⁵:

O objetivo deste projeto é alcançar melhores resultados com mínimo custo, mas nunca colocar em risco a produtividade dos agricultores. Precisamos resgatar e preservar as tecnologias disponíveis. Através do diagnóstico e monitoramento das unidades de referência e da aplicação das tecnologias adaptadas às realidades, buscamos ampliar a produtividade dos agricultores do RS. Nós não vendemos produtos, nosso compromisso é levar informações e conhecimento aos produtores, para melhorar a qualidade da produção agrícola (EMATER, 2018).

Enquanto o INCRA acompanha os assentados que produzem alimentos agroecológicos, a EMATER acompanha tanto esses como aqueles que produzem convencionalmente. A questão é que, a partir do momento que o INCRA e o Movimento, conforme será abordado a seguir, deixa de acompanhar uma parte significativa das famílias assentadas, a tendência é que essas migrem para o cultivo de *commodities*. Até porque elas precisam produzir e necessitam de assistência técnica para isso. E a EMATER, bastante

⁴⁵ Disponível em: < <http://www.emater.tche.br/site/multimedia/noticias/detalhe-noticia.php?id=27660#.WuG5qy7wBIU>>. Acesso em 26 de abril de 2018.

envolvida com a produção de soja e com empresas que atuam nisso, é quem acompanha esses assentados.

Com o envelhecimento dos assentados e a diminuição da mão-de-obra nos lotes se tornou insustentável produzir certos tipos de alimentos. O leite e a produção agroecológica, por exemplo, requerem dedicação, tempo e mão-de-obra. Segundo a composição das famílias assentadas no estado, 62% são formadas por até 3 pessoas e 39% por até duas pessoas (DALBIANCO et al, 2014). Logo, as famílias camponesas possuem de dois a três membros no máximo. Sendo a tendência apenas dois membros. Se um dos membros estuda ou não trabalha no lote, a mão-de-obra é reduzida. E é isso que acontece, pois, de acordo com os autores citados, 44% dos assentados possuem até 24 anos, ou seja, são jovens que estudam e, normalmente, procuram oportunidades nas cidades ou, se continuam no campo, querem o seu próprio lote de terra. Uma das soluções encontradas para esse problema é a inserção dos jovens nas atividades das cooperativas e agroindústrias. É comum encontrar jovens assentados na loja da reforma agrária e nas agroindústrias, principalmente as recém-inauguradas, como é o caso da agroindústria de vegetais em Nova Santa Rita ou da Bionatur em Candiota. Isso é interessante, mas esses espaços agregam poucos jovens. É necessário que eles tenham interesse na produção agropecuária. A agroecologia é uma alternativa.

O MST atua de diferentes formas contra o cultivo de soja transgênica nos assentamentos rurais. Desde o início dos anos 2000, o principal objetivo do seu projeto político é a luta contra o agronegócio. Nesse sentido, a agroecologia é entendida como uma alternativa ao agronegócio e uma forma de construir a soberania alimentar. Além disso, a agroecologia possibilita uma relação de co-evolução entre o agricultor e a natureza, preservando-a. Segundo, parte das manifestações organizadas pelo MST é contra o uso de agrotóxicos e sementes geneticamente modificadas, ou seja, contra o modelo de desenvolvimento da agricultura hegemônico controlado por empresas transnacionais. Mesmo com o seu posicionamento contrário ao cultivo de *commodities*, tornou-se cada vez mais difícil evitar a expansão da produção de soja nos assentamentos rurais do estado. Esse descompasso entre o posicionamento político do MST e a sua base social, os camponeses assentados, produz conflitos internos na organização social difíceis de serem sanados. Esse é um dos maiores desafios do movimento da região.

Uma das mais importantes manifestações do MST no Rio Grande do Sul ocorreu no ano de 2001 durante o I Fórum Social Mundial, que ocorreu em Porto Alegre. O Fórum Social Mundial é um evento organizado pelos movimentos camponeses com o objetivo de elaborar

alternativas ao neoliberalismo globalizado. O primeiro fórum ocorreu concomitantemente ao Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça. Nessa ocasião, 1.300 camponeses organizados pela Via Campesina ocuparam uma fazenda experimental da Monsanto, localizada no município de Não-Me-Toque. Os camponeses destruíram 2 hectares de lavoura de sementes de milho e soja transgênicos. O intuito da ação era chamar a atenção da população mundial sobre o controle das empresas multinacionais na produção de sementes, além dos perigos da utilização de OGM. O que deu certo, pois a atenção da mídia internacional se voltou para a manifestação dos camponeses contra a Monsanto. Na época, embora o cultivo a partir de sementes transgênicas fosse proibido no país, essa prática estava em expansão no estado, principalmente na produção de soja. Mesmo com a manifestação dos camponeses, mais tarde, a utilização desse tipo de semente foi aprovada.

Além do Fórum Social Mundial, entre os anos de 2000 e 2015, os movimentos camponeses organizaram 1.031 manifestações no estado com 726.216 pessoas. Dessas, o MST organizou 588 manifestações com 237.561 pessoas, sendo 279 manifestações em conjunto com outros movimentos camponeses, sobretudo com aqueles que compõem a Via Campesina. Parte dessas manifestações foi contra a monocultura, os agrotóxicos e as empresas transnacionais, especialmente aquelas vinculadas ao agronegócio da soja e do eucalipto. Como as manifestações envolvem uma série de reivindicações, é difícil quantificar o número de manifestações exclusivamente contra o agronegócio. Mas essa questão sempre apareceu nas manifestações do Movimento. Os tipos de manifestações contra o agronegócio são a ocupação de fazendas que cultivam transgênicos e a ocupação de prédios de empresas que comercializam agrotóxicos ou OGM. Dessas manifestações, algumas se destacaram, como a ocupação da fazenda da Aracruz Celulose em Canguçu em 2008; as ocupações de duas fazendas da Votorantim Celulose e Papel em Piratini e Herval em 2008; e a ocupação da fazenda da Bunge em Passo Fundo em 2008.

Recentemente, movimentos camponeses, universidades, instituições de pesquisa, ONGs, associações, cooperativas e entidades de classe lançaram a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida.

Nos territórios camponeses, a atuação do MST é mais tímida. Embora essa seja uma das principais causas do afastamento de alguns camponeses. Isso porque o Movimento se posiciona contra a produção de soja nos assentamentos rurais. Todavia, isso acaba enfraquecendo a sua atuação nesses territórios, pois muitos assentados são produtores dessa cultura. Se o Movimento é contra e os assentados a favor, esses deixam de participar das

atividades daquele. Afastam-se, pois não se sentem representados. Alguns dos assentados que produzem soja transgênica participaram dos processos de formação, espacialização e territorialização do MST no estado. Hoje, o Movimento reproduz o mesmo posicionamento que o fez perder parte da sua base social na década de 1990. Naquele período, não reconheceu como uma importante estratégia de reprodução do campesinato outras formas de produção que não fossem cooperativistas. Agora não reconhece que, mesmo indo contra ao seu posicionamento político, a produção de soja se tornou uma importante estratégia de reprodução dos assentados, ainda que a partir de territorialidades subordinadas. Além do mais, muitos assentados não produzem apenas soja, conforme abordado. E o Movimento poderia atuar na industrialização e comercialização do leite, por exemplo. Como já faz em outras regiões do estado.

Pode-se notar, pelo próprio discurso dos militantes do movimento, que essas questões precisam ser repensadas no âmbito da organização, visto que as formas de reprodução e resistência do campesinato são diversas, variando de acordo com o contexto histórico e geográfico. Um exemplo disso é o fato de que enquanto algumas famílias migram da produção de sementes agroecológicas para a de soja transgênica, outras famílias abandonam esse cultivo e começam a produzir sementes, num primeiro momento convencional, depois agroecológicas. Recentemente, o MST tentou produzir soja orgânica, reproduzindo o mesmo processo que ocorreu com o arroz na RMPA. No entanto, por conta das fortes chuvas que assolaram o estado no início do ano de 2018, toda a produção em caráter experimental foi perdida. A intenção agora é trabalhar no sentido de conscientizar os assentados sobre o uso de agrotóxicos na cultura da soja. Tentando, assim, reverter essa situação. A conscientização é um passo importante, mas, talvez, não seja suficiente.

Assim, os assentados acabam se relacionando com outros sujeitos e agentes sociais. No caso dos sujeitos, eles se relacionam com outros camponeses produtores de soja ou com arrendatários capitalistas. Embora o INCRA centre suas ações nas experiências agroecológicas, os assentados buscam na EMATER uma parceria. Nesse processo de subordinação outras redes vão sendo criadas.

4.3. Soja Transgênica e Sementes Agroecológicas: Territórios e Territorialidades em Disputa

Com o avanço da produção de soja na campanha gaúcha, esse cultivo e o de sementes agroecológicas estão em disputa nos territórios camponeses. Os assentamentos rurais, assim como os seus usos, são territórios e, conseqüentemente, territorialidades em disputa. Enquanto

o primeiro avança exponencialmente, inclusive em áreas antes destinadas à produção agroecológica, o segundo em alguns momentos avança, em outros refluí, dependendo da conjuntura político-econômica. Conforme apresentado anteriormente, a produção de soja avança devido ao elevado preço do grão no mercado internacional e a falta de mão-de-obra nas unidades familiares, o que dificulta a produção de gêneros agrícolas que exigem maior número de membros da família. Todavia, mesmo em um contexto geográfico de expansão da oleaginosa, famílias camponesas resistem produzindo sementes agroecológicas. Assim, enquanto alguns camponeses dependem de sementes transgênicas, outros produzem sementes que serão utilizadas por eles mesmos, por outros camponeses assentados ou não, por quilombolas e indígenas através de redes de cultivo, reprodução e comercialização de sementes.

A produção de sementes de hortaliças, plantas ornamentais, forrageiras e grãos ocorre por intermédio da Rede de Sementes Agroecológicas Bionatur. A formação da Bionatur teve início no final do ano de 1996 quando a COOPERAL, uma cooperativa de leite dos assentados da região da Campanha, começou a produzir sementes de hortaliças agroecológicas e registrou a marca Bionatur. A partir de 1998, 12 camponeses do assentamento Missões Alto Uruguai, município de Hulha Negra, deixaram de produzir sementes convencionais para empresas instaladas na região, que no ano anterior não pagou a produção dos camponeses, deixando-os completamente endividados, e passaram a produzir sementes agroecológicas, num processo de transição do cultivo convencional para o agroecológico. Assim como no caso do arroz agroecológico, que será discutido no próximo capítulo, mais do que o projeto político do movimento voltado para a agroecologia, o que motivou a transição foi a exploração das empresas capitalistas que, nesse caso específico, recebeu as sementes produzidas pelos camponeses, mas não os pagou por isso. Alguns assentados relatam que na época ao procurarem os escritórios das empresas que faziam a intermediação entre essas e os camponeses, encontraram-nos totalmente vazios. Da noite para o dia esses escritórios fecharam, não deram satisfações aos camponeses e, ainda, não pagaram pelas sementes adquiridas na safra. Os camponeses não possuíam documentos que comprovasse a comercialização, por isso nada foi feito.

Isso impactou demasiadamente a vida das famílias assentadas que dependiam da venda dessas sementes. Como os camponeses não tinham mais dinheiro para investir na produção convencional, que dependia do uso de fertilizantes, insumos agroquímicos ou agrotóxicos e não queriam se integrar a outras empresas, a agroecologia foi a solução

encontrada. Nos anos seguintes, houve o aumento do número de camponeses envolvidos na produção de sementes agroecológicas, assim como a organização de grupos de famílias, como ocorre nos casos do arroz e das hortas/frutas agroecológicas, além da diversificação das sementes cultivadas. No período de 2003 a 2005, o MST avaliou que a experiência da Bionatur deveria ser nacionalizada, criando a Rede Bionatur de Sementes Agroecológicas. Com isso, o cultivo se expandiu para outros municípios do estado, como Piratini, Herval, Canguçu e Santana do Livramento, e para outros estados, como Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais. A territorialização do cultivo de sementes em diferentes municípios e estados levou a criação de uma cooperativa de abrangência nacional, a Cooperativa Nacional Terra e Vida (COONATERRA). Logo em seguida é construída a unidade de beneficiamento de sementes na sede da Bionatur.

Fotografia 2 – Unidade de beneficiamento de sementes agroecológicas da Bionatur



Fonte: Trabalho de campo, 2018.

Fotografia 3 – Sede da Bionatur no assentamento Roça Nova, município de Candiota



Fonte: Trabalho de campo, 2018.

Nos anos de 2007, 2008 e 2009 a Bionatur se dedicou à organização e consolidação dos grupos de famílias envolvidos na produção de sementes agroecológicas. A Bionatur é responsável por localizar variedades de sementes, realizar os experimentos necessários e avaliar a partir disso se as variedades de sementes podem ser cultivadas. Na maioria dos casos as variedades de sementes são encontradas em unidades camponesas, de assentados ou não. Os camponeses cedem essas sementes para a Bionatur que avalia a possibilidade dos assentados produzi-las ou não. Isso possibilita a criação de uma rede de distribuição e multiplicação de sementes entre os camponeses de diferentes regiões do estado. São territórios camponeses que se relacionam em rede. É uma rede formada a partir da ajuda mútua entre camponeses que permite maior autonomia no cultivo de sementes e, conseqüentemente, de alimentos. A Bionatur disponibiliza aos assentados as sementes, os adubos orgânicos e os maquinários necessários para o cultivo. Na colheita, esses gastos são pagos pelos assentados com as próprias sementes produzidas. Outro passo importante da Bionatur ocorreu em 2010 quando teve início o processo de certificação orgânica das sementes produzidas. A certificação ocorre por intermédio de uma empresa contratada para isso, mas os camponeses já se estão se organizando com o intuito de realizar a certificação participativa, o que eliminará os custos da certificação realizada por uma empresa. Nestes últimos anos, a Bionatur está se dedicando a convênios e projetos de qualificação da produção e

comercialização das sementes. A Bionatur foi uma das contempladas pelo Programa Camponês da Via Campesina.

Apesar das sementes agroecológicas da Bionatur serem comercializadas em lojas da reforma agrária no Rio Grande do Sul e São Paulo e em algumas feiras agroecológicas, os principais canais de comercialização são a CONAB e o BANRISUL. As sementes adquiridas por esse último, por exemplo, é distribuída a camponeses, indígenas e quilombolas do estado. Mesmo com o intermédio do estado, tem-se a constituição de redes de distribuição de sementes entre os povos do campo, garantindo renda aos assentados envolvidos e segurança alimentar às populações tradicionais contempladas. Todavia, com a diminuição das compras públicas uma das preocupações da Bionatur é onde comercializar as sementes, por isso diferentes estratégias estão em construção. Ademais, a Bionatur tem que lidar com a diminuição dos cultivos de sementes agroecológicas, visto que alguns assentados estão migrando para o cultivo de soja transgênica. A Bionatur tem condições de beneficiar grandes quantidades de sementes, mas para isso precisa de cultivos. Pensando nisso, uma parte das sementes beneficiadas provém de assentamentos rurais de Minas Gerais. Como nesse estado os camponeses não possuem uma unidade de beneficiamento de sementes, uma parte da produção é adquirida pela Bionatur. Contudo, nesse procedimento perde-se muito porque os assentados de Minas Gerais não possuem sequer uma estrutura de limpeza das sementes.

4.4. A Territorialização da Produção de Hortaliças e Arroz Agroecológicos nos Assentamentos Rurais da Região Metropolitana de Porto Alegre

O arroz é um alimento bastante consumido no Brasil. Faz parte da alimentação diária dos brasileiros. Das 8.383 milhões de toneladas produzidas na última safra, 8.111 toneladas abasteceram o mercado nacional, de acordo com a FAO/AMIS⁴⁶. Ao contrário da soja, uma cultura quase que totalmente voltada à exportação, o arroz é uma cultura destinada ao mercado interno. O Rio Grande do Sul é responsável por 70% da produção nacional, caracterizando-se como o maior produtor do país, seguido dos estados de Mato Grosso, Minas Gerais e Santa Catarina. A produção de arroz em larga escala foi introduzida no estado no início do século XX. Com a rápida expansão das lavouras, em 1926 foi criado o Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul, que, mais tarde, transformou-se no Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA). O avanço do cultivo de arroz se deve, principalmente, à política do governo federal de substituição de importações através do aumento de impostos, além da expansão dos centros urbanos. Ao contrário de outros alimentos destinados ao mercado consumidor

⁴⁶ Disponível em: <http://statistics.amis-outlook.org/data/index.html#..> Acesso em 27 de agosto de 2018.

nacional, cuja relação de produção principal é a familiar, a introdução da produção de arroz aconteceu a partir de relações capitalistas. Desde o início, o cultivo de arroz caracterizava-se pelo arrendamento capitalista de grandes porções de terras, utilização de meios de produção agrícolas produzidos industrialmente e predomínio do trabalho assalariado (BESKOW, 1986).

Diferente de outros estados do país, no Rio Grande do Sul o sistema de produção de arroz é o irrigado, com as lavouras ocupando as áreas de várzea. Essas áreas ocupam a porção leste do território gaúcho. São áreas úmidas que permanecem encharcadas por tempo suficiente para formar um ecossistema com elevada produtividade e diversidade de vida. As áreas de várzea no Rio Grande do Sul ocupam 5,4 milhões de hectares e se destinam, sobretudo, ao cultivo de arroz, a pastagem, e em menor escala, a produção de milho e soja (MARTINS, 2017).

A partir da década de 1960, com a modernização da agricultura brasileira, altera-se a base técnica da produção agrícola. No caso do arroz, houve a intensificação dos processos capitalistas de produção, destacando-se o uso cada vez mais intensivo e disseminado de colheitadeiras automotrizes, tratores de maior potência e insumos químicos. Isso resultou na expansão da área plantada, no aumento da produtividade e na diminuição da mão-de-obra empregada. Nesse período, o Rio Grande do Sul era responsável por 25,2% da produção nacional de arroz, sendo quase dois terços da produção desenvolvida a partir de arrendamentos (BESKOW, 1986). O arrendatário capitalista é proprietário dos meios de produção necessários à exploração agrícola. No decorrer do processo produtivo, além da renda fundiária paga ao proprietário da terra, o arrendatário repõe o capital constante (máquinas, equipamentos e insumos químicos) e o capital variável (força de trabalho assalariada). A renda fundiária pode ser paga em dinheiro no início e final do arrendamento ou em dinheiro e produto, o primeiro no início do arrendamento e o segundo no término. Isso depende do contrato firmado entre o proprietário e o arrendatário.

A modernização da agricultura só foi possível em virtude da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que financiou a transformação da base técnica da agricultura brasileira. Porém, o SNCR se limitou ao financiamento da produção de alguns gêneros agrícolas, como a soja e o milho, contemplando médios e grandes agricultores. Mas muitos pequenos produtores, camponeses, se arriscaram nesses cultivos. Com a diminuição do crédito agrícola disponibilizado pelo SNCR e a crise dos preços do arroz no mercado, os arrendatários se endividaram, o que os levou à falência no final da década de 1980. Em decorrência disso, agricultores camponeses oriundos do estado de Santa Catarina se

estabeleceram na RMPA, arrendando terras para o cultivo de arroz. Os “catarinas”, como eram chamados, eram camponeses que possuíam maquinários e capital, ambos financiados pelos engenhos de arroz catarinenses, daí o nome. Mais tarde, alguns desses “catarinas” se transformaram em médios e grandes produtores de arroz.

Os “catarinas” introduziram na região o cultivo de arroz a partir da semente pré-germinada. Se não fosse essa técnica, os camponeses assentados não conseguiriam produzir agroecologicamente. Nas palavras de um assentado,

Esse tipo de semente pré-germinada nos possibilitou produzir sem a utilização do agrotóxico. Como se faz o controle das plantas indesejáveis? É através da água, mas é preciso se sistematizar as áreas e esta é a parte mais difícil do processo, pois exige deixar essas áreas como esta tábua aqui, não é? Então 12% da área do Rio Grande do Sul é plantada com arroz pré-germinado. Deste montante, uma parte é orgânica e a outra parte é convencional – os produtores usam agrotóxicos. Se não fosse essa técnica que foi trazida de Santa Catarina, nós não conseguiríamos produzir sem utilização de agrotóxicos. Se não tivéssemos essa prática do pré-germinado, nós não conseguiríamos fazer o controle das plantas indesejáveis. Então, essa é uma técnica que veio junto ao arroz convencional que nós aproveitamos, mas retiramos o uso de agrotóxicos. Então nos possibilitou realizar este manejo. Na verdade, ela já existia e se todos, inclusive o agronegócio, quisessem produzir desta forma, eles têm condições, contudo eles preferem não fazer por outros motivos (ASSENTADO E TÉCNICO DA COPTec ENTREVISTADO EM JENAIRO DE 2016).

Concomitantemente à chegada dos “catarinas”, os camponeses sem-terra começaram a ocupar propriedades na região, pressionando o Estado na criação de assentamentos rurais. Conforme abordado, eram camponeses oriundos das regiões norte e nordeste do estado. Muitos, inclusive, eram produtores de grãos, sobretudo milho, soja e feijão. Até hoje, mesmo em uma área de várzea, alguns desses camponeses assentados insistem na produção de grãos em pequenas lavouras:

Nós éramos da região noroeste do estado, na divisa com Santa Catarina, bem noroeste. Ah... [produzíamos] milho, feijão, soja, tirava leite, arroz, por exemplo. Plantava um tanto e colhia de foice. Meu pai tinha oito hectares de terra, que era de herança. Minha mãe herdou de herança do pai dela – o vô. É terra totalmente diferente daqui, terra dobrada com muita pedra, então nem compara com o tipo de solo daqui. E essa é uma característica muito interessante daqui. É que a maioria das famílias é oriunda de outras regiões, não digo de lá, mas de outras regiões do estado. Na época, acho que umas vinte das 376 famílias que vieram para cá, acho que umas vinte tinham convivido ou tinha conhecimento do arroz irrigado. Então era uma terra nova, tudo bastante novo, não tinha experiência nenhuma. E aí houve muita resistência inicial de mudar de cultura, nasceu plantando, se criou plantando

soja, milho, feijão, essas coisas, então o pessoal quer continuar. Tem gente que até hoje continua ainda, faz as lavourinhas de milho e de feijão. Não se adaptou a cultura do banhado, é assim que a gente fala (ASSENTADO ENTREVISTADO EM SETEMBRO DE 2016).

Os camponeses assentados na RMPA não estavam acostumados a produzir alimentos em áreas de várzea. Aliado a isso, estavam completamente descapitalizados, o que os impedia de investir na produção agropecuária, e os assentamentos rurais careciam de infraestrutura básica, sendo o pouco de recurso que possuíam investidos nas necessidades mais imediatas. Como consequência disso, os camponeses começaram a arrendar suas terras para os “catarinas” produzirem arroz. Em alguns casos, os próprios camponeses serviam de intermediários entre os arrendatários e as outras famílias assentadas. Isso fez com que o MST perdesse seu poder de organização da produção nos assentamentos rurais dessa região, além do seu enfraquecimento político-organizativo (MARTINS, 2017). Contudo, o arrendamento foi a alternativa encontrada pelos assentados para continuarem na terra, visto que as dificuldades eram enormes. Os assentamentos rurais não possuíam infraestrutura e assistência técnica, além do crédito ser de difícil acesso. Isso porque a reforma agrária implantada no Brasil não se caracteriza como uma política de desenvolvimento territorial, mas sim, como uma ação destinada à resolução de conflitos por terra. O acesso a terra é fundamental no processo de (re)criação do campesinato, mas não garante por si só a permanência das famílias na terra e a sua reprodução a partir da produção de alimentos.

Os “catarinas” se aproveitaram das condições precárias em que viviam os assentados para conseguirem se territorializar nos assentamentos rurais. Nesse processo, os assentados se encontravam em uma condição de subordinação. Outros camponeses, ao invés de arrendarem as suas terras, começaram a cultivar arroz por conta própria, organizando-se em cooperativas, como a Cooperativa de Produção Agropecuária de Nova Santa Rita (COOPAN), a Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas Ltda (COPAC), a Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados em Tapes Ltda (COOPAT) e a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre Ltda (COOTAP). Além de surgirem em virtude dos problemas impostos pelo mercado na produção e comercialização de arroz, essas cooperativas surgiram em um momento de intensas discussões sobre cooperação agrícola nos assentamentos rurais. O MST compreendia que a consolidação de cooperativas viabilizaria a produção agropecuária nesses territórios, além da organização política dos camponeses. Assim, as cooperativas se caracterizariam como instrumentos de resistência.

Como o cultivo de arroz era convencional, os assentados utilizavam muitos agrotóxicos na lavoura. Vários camponeses atribuíam o adoecimento das famílias, principalmente daqueles diretamente envolvidos nas lavouras, ao uso de agrotóxicos. Isso gerava descontentamentos. Até porque existiam famílias que produziam hortaliças e não queriam que essas fossem contaminadas com a pulverização aérea. Desde a territorialização dos camponeses nessa porção do estado, o cultivo de hortaliças esteve presente. Os assentados as produziam para autoconsumo, comercializando o excedente. Muitas famílias não usavam agrotóxicos nesses cultivos ou quando isso acontecia era muito pouco, o que facilitou a expansão da agroecologia no decorrer dos anos. Pode-se dizer que dois fatores foram fundamentais para isso. O primeiro foi a atuação de ONGs voltadas às questões ambientais nos assentamentos rurais. Os assentados eram conscientizados sobre a necessidade de se construir uma agricultura alternativa, cada vez menos dependente do modelo difundido pela Revolução Verde. O segundo, como resultado da atuação dessas ONGs no espaço urbano, foi o surgimento de feiras ecológicas no município de Porto Alegre. As feiras tinham como objetivo o comércio justo de alimentos saudáveis. E deram certo, muitas existem até os dias de hoje.

Em 1998, a produção de arroz entrou em crise levando à falência grande parte dos arrendatários e, conseqüentemente, dos camponeses. Além disso, ocorreu a insolvência financeira da COOTAP, inadimplente por não pagar os financiamentos adquiridos junto ao Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) (MARTINS, 2017). Enquanto os camponeses que arrendavam as suas terras perderam os seus aluguéis, os camponeses que produziam arroz estavam completamente endividados (MEDEIROS *et al*, 2015). Isso porque os preços do arroz no mercado caíram, não permitindo o pagando dos custos de produção que eram bastante altos. É nesse contexto de adoecimento dos assentados, expansão da produção de hortaliças agroecológicas, endividamento e empobrecimento daqueles que produziam arroz, que os camponeses começaram a discutir outras técnicas de produção, dando início ao cultivo de arroz pré-germinado sem a utilização de agrotóxicos em 1999. As primeiras experiências enfrentaram muitos desafios em alguns assentamentos rurais, como é o caso do Filhos de Sepé, localizado em Viamão:

Pois bem, essa é uma época muito complicada. Nós começamos aqui com uma quadra de arroz. No Santa Rita tinha um pouquinho, em Guaíba [também] e Eldorado alguma coisa. Mas aqui se estabeleceu nesse período de forma violenta o arrendamento. Como as famílias não tinham a cultura de produzir o arroz tinha muita gente de fora que queria entrar e plantar, aí o

peçoal começou a arrendar. Começou com um, com outro, o peçoal foi entrando, o peçoal foi arrendando. Chegou a plantar aqui quase 2000 (ha) de arroz arrendado – e nós ali no meio começamos o projeto com o arroz orgânico. Então 2000 foi isso, foi essa quadra e 2003 a gente ampliou. Em 2003 a gente criou uma associação, isso é uma coisa importante, porque na época a gente dizia o seguinte “nós temos que ocupar aquela várzea”. Eu sempre tive esse conceito, que o espaço tem que ser ocupado, se você não ocupar alguém vem e ocupa. Como as famílias não estavam ocupando lá em baixo o espaço, então alguém vinha e ocupava – uma terra de ninguém. E aí, então, o objetivo da associação era essa, fomentar a produção do arroz orgânico e fomentar que as famílias descessem para o banhado, ocupar aquele espaço, tirar renda de lá (ASSENTADO ENTREVISTADO EM SETEMBRO DE 2016).

Vários conflitos surgiram entre aqueles que arrendavam ou produziam arroz convencional e aqueles que começaram a produzir agroecologicamente. Aqueles que produziam de maneira convencional eram a maioria, e em alguns assentamentos ainda são, enquanto os que produziam agroecologicamente eram a minoria. Os primeiros não queriam ser incomodados e os segundos não queriam que os cultivos fossem contaminados. No caso do assentamento citado, a situação só foi resolvida com a intervenção do INCRA e Ministério Público. É importante destacar que esse assentamento está localizado em uma unidade de conservação ambiental o Banhado dos Pachecos. Por isso, o uso de agrotóxicos nessa área se tornou proibido:

Nesse período 2004, 2005, nós tomamos na época uma decisão muito importante – isso tem a ver com a história toda – que foi de acionar o Ministério Público. Como começou o arrendamento muito forte, então aquilo era uma terra de ninguém, sabe. Os caras vinham e faziam o que queriam e não era só para arroz, era para gado também. Então a gente que morava e que queria trabalhar, tu não tinha mais... Era como se a gente fosse o invasor da própria terra. E teve um dia também, estava eu e meu pai, a gente estava cuidando da nossa lavoura e os caras começaram a passar veneno de avião dentro do assentamento. Passaram de propósito de avião na nossa cabeça, na nossa lavoura. Aí não... Assim não dá, é... A gente acionava o INCRA e não tinha resultado, o movimento não tinha força. Então nós conseguimos o contato com uma promotora de Viamão, e ela encampa [a ideia]. Ela veio no assentamento, viu a situação, e elaboraram um TAC, junto com a prefeitura, INCRA, acho que a SEMA. E nesse TAC foi firmando o seguinte, firmado em 2005. Que o assentamento e todos os envolvidos tinham um prazo de três anos para fazer a transição. Já em 2008, a safra 2008/09 tinha que tá, é... Ser de produção de base ecológica e comprovado, não era só dizer, tinha que comprovar. Só que, sabe quando o poder público é tão desacreditado, só dizia “não isso não vai dar em nada” “não vai da nada, “isso não vai muda nada” – pode não mudar nada, mas nós temos que continuar se organizando e avançando, e a gente continuou, fomos avançando, evoluindo na formação, na qualificação. Nós tínhamos uma grande dificuldade de fazer o manejo correto, de saber usar a água, porque a grande ferramenta é a água, porque, sem a água nós não conseguimos produzir, tanto na matéria de fertilidade,

controle de invasores, tudo é com água. Em 2008, então, que todas as lavouras tinham de ser orgânicas e certificadas. Nós já tínhamos estabelecido internamente com o INCRA um controle de irrigação – é importante falar com os técnicos para explicar melhor, mas vamos fazer um capítulo a parte, a questão da irrigação, vamos fazer um capítulo a parte disso [...]. Pois bem, o que aconteceu? Chegou a época da colheita e nós colhendo a lavoura. O INCRA desceu com a Polícia Federal, contratou colheitadeiras e tinha lá no mapa lavoura que não tinha certificado não será colhida. Entraram simplesmente com a colheitadeira, com a Polícia Federal, encostava as carretas e mandava o arroz para os armazéns do governo federal para o Fome Zero. Dizem que foi mais de 100.000 sacas de arroz na época que foi pro Fome Zero. Agora imagina o clima que ficou, desse ambiente aqui interno, ficou muito ruim e o pior é que para nós, a frente, que puxávamos a agroecologia a culpa caiu sobre nós. A culpa caiu sobre nós, não a culpa é de vocês, porque... Aí muita gente perdeu arroz, perdeu dinheiro, perdeu... Claro que a maioria não era os assentados, a maioria era de gente de fora, né, que até hoje a gente tem problemas com a sociedade, com algumas pessoas por causa disso, eles sabem que a gente que. Não é que sabem que a gente que, eles culpam a gente pelo fato de... O INCRA dizia que a base do processo que fez com que houvesse a intervenção era a seguinte: tem famílias que plantam e sobrevivem bem, porque que outros não podem? E assim foi... Então isso virou um caos, tanto é que 2009 e 2010 houve pouco plantio. Teve plantio de uns 400 (ha) de terras, aqui dentro. Então houve um recuo das áreas por causa dos arrendatários saíram e aí tinha aquela situação de que fazia as terras eram os arrendatários nós mesmos não tínhamos máquinas (ASSENTADO ENTREVISTADO EM SETEMBRO DE 2016).

Hoje, o assentamento Filhos de Sepé é um território agroecológico. Nenhuma atividade produtiva pode ser desenvolvida com o uso de agrotóxicos. A fiscalização é realizada anualmente pelo INCRA. Toda a produção é cadastrada pelo órgão. Conforme abordado na fala de um dos assentados, isso só foi possível em virtude da atuação do Estado. Caso o uso de agrotóxicos não tivesse sido proibido dificilmente a produção de arroz agroecológico teria sucesso. Ou poderia até ter, mas as disputas internas seriam enormes. Mais do que já são. Assentados que no passado eram contra a produção agroecológica, não aceitavam essa ideia, visto que para eles só era possível produzir utilizando insumos químicos, hoje são importantes produtores de hortaliças e arroz agroecológicos. Seus rendimentos são maiores e toda a família está envolvida nisso, inclusive os filhos. Nesse caso, os camponeses foram convencidos, mesmo sem quererem, de que a produção agroecológica era melhor do que a convencional.

Campos e Medeiros (2014) chamam a atenção para os rendimentos na produção do arroz agroecológico, que é em média de 85 sacas por hectare contra 150 sacas do convencional. Aparentemente pode parecer pouco vantajoso, contudo as autoras analisam que os custos de produção do arroz agroecológico são três vezes menores que o do convencional, de forma que o rendimento econômico do primeiro se torna, conseqüentemente, maior do que

o do segundo. Além disso, existe também a questão do preço diferenciado dos produtos agroecológicos, o que é justificado pela intensidade do trabalho humano empregado na sua produção.

Com o avanço da produção em alguns assentamentos rurais, em 2002 os camponeses organizaram o Primeiro Seminário do Arroz Ecológico. Nesse evento dialogaram sobre os princípios da agroecologia, apresentando os avanços e desafios. Também definiram que a COOTAP deveria ser reestruturada, atuando na secagem, no armazenamento e na comercialização do arroz. Conforme o cultivo de arroz agroecológico avançava nos assentamentos rurais, os camponeses construíram novas formas de organização, como é o caso do Grupo Gestor do Arroz Ecológico, criado em 2004, no Terceiro Seminário do Arroz Ecológico. Nesse evento os camponeses decidiram que era necessário motivar outras famílias a produzirem agroecologicamente, além de construir autonomia em todo o processo produtivo, dominando das sementes aos mercados:

Em 2003, 2004, a gente chegou a plantar até para 60 hectares de arroz. Em 2005, a gente teve uma experiência muito importante que foi um divisor de águas. Nós fizemos a primeira... O processo de certificação, lá em 2005. E como nós já tínhamos uma lavoura relativamente grande, a gente previa colher na época 10.000 mil sacas de arroz orgânico. Nós fizemos o processo de alugar um [...] de secagem, que a gente queria secar o nosso arroz, que até então a gente colhia e vendia como convencional. Então naquele ano resolvemos alugar uma colheitadeira que a gente não tinha e alugar o secador como associação. No final das contas a gente teve prejuízo porque não deu o arroz que a gente esperava, mas o que que foi importante? Aquele ano a CONAB de Porto Alegre resolveu operar o PAA e a gente só conseguiu vender o arroz para o PAA porque tinha ele separado. Então nós tínhamos o secador, a gente fez uma negociação com a Companhia de Armazéns para eles receberem o nosso arroz e aí a CONAB comprou. Eu me lembro de nessa época o arroz estava sendo vendido a R\$ 16,00 a saca e nós conseguimos vender para a CONAB a R\$24,00. Vender a R\$24,00 e aí tirando o frete, que a gente teve que carregar e levar para Porto Alegre, aí a gente teve os custos. O agricultor ganhou R\$22,00. Então 16 para 22 da uma baita diferença. Foi ali que a gente começou a entender a importância de a gente ter o ciclo completo. Não dava só para produzir, você tem que produzir, tem que organizar, tem que secar, tem que ter o ciclo. Então foi muito importante aquele período de fazer isso e, depois disso, a gente foi sempre avançando (ASSENTADO ENTREVISTADO EM SETEMBRO DE 2016).

Pode-se notar que pelas suas experiências, os próprios assentados chegaram à conclusão de que era necessário ter autonomia não só na produção, na unidade camponesa, mas em todo o processo produtivo. Diante dos contextos enfrentados e da própria práxis a autonomia se tornou um objetivo a ser cumprido. Os primeiros passos foram alugar as

máquinas e os instrumentos necessários, como a colheitadeira e o secador. Depois disso, a certificação se tornou fundamental, pois até então o arroz agroecológico era comercializado como convencional. No caso das hortaliças, que foram as primeiras experiências agroecológicas dos assentados, não existia a preocupação com a questão da certificação, pois nas feiras isso ainda não era obrigatório na década de 1990. A partir de 2003 a legislação brasileira começou a solicitar a certificação, até porque os compradores dos produtos brasileiros, sobretudo os da Europa, começaram a exigí-la. Assim, a questão da certificação surge como uma necessidade interna, principalmente no caso do arroz, mas, também, passou a ser uma exigência externa, daqueles que adquiriam os produtos. No primeiro momento, a certificadora era externa e quem adquiria o produto é que era responsável por certifica-lo. Além da certificação por auditoria através da IMO, surgiram dois outros tipos de certificação nesses últimos anos:

Isso foi evoluindo, o nível de lavouras aumentou, a legislação foi gradativamente avançando (a primeira em 2003, mas surgiram uma série de normativas posteriores que foram incrementadas à legislação). Foi criado, então, um sistema de controle interno que se chama sistema de controle por grupo que funciona por auditoria, ou seja, se contrata uma certificadora, mas nós temos um sistema interno que realiza uma certificação através de inspetores. Isso significa que não é necessário se recolher 100% dos produtores e das lavouras. Utiliza-se um sistema de amostragem e nós realizamos todo um trabalho interno. Posteriormente a certificadora vem avaliar o nosso trabalho se é ou não válido e, então, a certificação acontece através dele (certifica através do nosso trabalho todas as lavouras e todos os produtores). Hoje nós temos um sistema de controle interno [...], em que temos aproximadamente quinhentas famílias já que temos uma cooperativa – são quatrocentas e sessenta unidades ou algo assim – produzindo 4500 hectares de arroz, segundo a última safra. Neste sentido, nós temos uma equipe com algo próximo a vinte inspetores que são, hoje, compostos por bastante jovens. Há entre eles produtores de arroz. As vezes o filho de um dos produtores ou ainda pessoas que possuem algum envolvimento com produção - de preferência que atenda este perfil, isto é, que tenha algum tipo de envolvimento com a produção, ainda que não seja necessariamente de arroz-. Nós realizamos a capacitação destes inspetores que é dividida em duas etapas (uma em junho e outra em agosto) para que em setembro e outubro eles realizem as inspeções junto com a nossa, abrangendo todas as lavouras. No final de ano, a IMO – a certificadora contratada – vem verificando o nosso trabalho. Este é o processo e certificação do arroz. Em 2009 e 2010, nós começamos a incluir as hortas, devido a necessidade da feira, tendo em vista que a Secretaria Municipal em Porto Alegre acompanha as feiras, e em muitas outras feiras pequenas de outros municípios, estão exigindo dos produtores que ali comercializam o certificado. A tentativa é de introduzir a certificação para as hortas através da IMO também, já que dispúnhamos de um sistema organizado (ASSENTADA E TÉCNICA ENTREVISTADA EM JANEIRO DE 2016).

No caso das hortaliças, os assentados tiveram que desenvolver outras formas de certificação, visto que os cultivos possuíam peculiaridades. E isso tornava o processo de certificação bastante complicado. Depois de alterações na legislação dos orgânicos, tornou-se possível a certificação via controle social. Esse tipo de certificação só pode ser utilizado em vendas diretas de alimentos. As compras institucionais realizadas pelo PNAE e PAA se caracterizam como venda direta, visto que a cooperativa dos assentados entrega diretamente aos beneficiários os alimentos. As feiras e cestas agroecológicas também. Agora, a OCS e, mais recentemente, a OPAC são as outras formas de certificar, particularmente, as hortaliças. O interessante disso, é que os próprios assentados ou os seus filhos, organizados em pares, são os responsáveis pelos procedimentos, verificando se os cultivos estão de acordo com as normas. Isso permite que os camponeses ampliem seus conhecimentos sobre agroecologia, que os filhos dos assentados se envolvam de alguma forma no processo produtivo e que redes entre produtores, entre esses e as cooperativas e outras instituições, como a Ecovida, sejam construídas. Porém, por outro lado, as normas de certificação podem afastar alguns camponeses da produção agroecológica:

A OPAC e OCS estão na legislação da certificação participativa e, portanto, não é realizada por auditoria. Neste sentido, o regime de acompanhamento; avaliação é único, seja para auditoria seja para participação. Mas há uma série de procedimentos, uma série de orientações que foram construídas ao longo do tempo que é muito legal: se destaca um procedimento chamado visita de pares em que os agricultores realizam as verificações necessárias nos lotes dos outros. Assim, os próprios agricultores que certificam os lotes de outros assentados. Para isso, existe um treinamento desse pessoal que vai à campo buscando capacitá-los à realização dessa atividade e, assim, constatar possíveis inconformidades. Mas o que nós aprendemos é que a legislação dos orgânicos funcionou como uma “camisa-de-força”, porque complicou muito para os agricultores pois possui um rigor desnecessário. Assim, acaba que é o assentado que tem de provar que produz alimentos de qualidade, ao passo que o produtor convencional pode vender à vontade e não se submete a nenhuma prova; nenhuma fiscalização. Contudo, para além desse debate da legislação atinente a certificação; da agricultura orgânica e sua institucionalização, esse processo nos ajudou a qualificar a produção primária. Assim, ainda que seja pesada, custosa, ainda que seja uma “camisa-de-força”, isso nos ajudou a qualificar a produção primária e, por conseguinte, avançar na produção orgânica. Por isso, é necessário se discutir a agroecologia no conjunto da minha unidade de produção, ainda que eu certifique a lavoura ou a horta, a legislação nos força a lançar um olhar sobre a minha unidade de produção, que vai além de um subsistema arroz, subsistema horta. Então isso é muito legal e vale a pena olhar e conhecer. Portanto, há um conglomerado que possui uma cadeia produtiva organizada e que por detrás está um movimento social com suas lutas, instâncias, participação efetiva no movimento e que tem uma eficiência organizativa e produtiva e que permite a gente se colocar numa relação com a sociedade

muito mais, digamos, consolidada, muito mais consistente. Então, nos últimos anos, nos ficou muito claro que o alimento, para além de todo o debate que fazemos a respeito da soberania alimentar e do alimento como um direito, frutos da formação na via campesina, também é um grande instrumento para aliança política com a classe trabalhadora rural e urbana. Assim, através do alimento nós estamos conseguindo fazer um baita debate político e que foi fortalecido (MEMBRO DO SETOR DE PRODUÇÃO ENTREVISTADO EM JANEIRO DE 2016).

Na tabela a seguir é possível analisar o número de produtores certificados pela COCEARGS e o que eles produzem. Pode-se notar que além do arroz, a variedade de hortaliças cultivadas é enorme. A diversidade produtiva é uma característica de muitos lotes nessa região. Além do arroz e das hortaliças, muitas famílias produzem leite e seus derivados, comercializando-os de diferentes maneiras. Em alguns assentamentos rurais as mulheres coordenam padarias, produzindo pães e biscoitos. Enquanto isso, outros assentados se dedicam somente uma dessas três atividades produtivas.

Tabela 4 – Número de famílias certificadas pela COCEARGS

Município	Número de Produtores Orgânicos	Número de Produtores Certificados pela COCEARGS	Produtos Certificados pela COCEARGS
Araricá	01	-	-
Cachoeirinha	01	-	-
Capela de Santana	03	03	Abóbora; Arroz; Batata-Doce; Brócolis; Caqui; Cebola; Couve-Flor; Mandioca; Melancia; Mexerica; Milho; Pimentão; Tangerina; Tomate
Charqueadas	01	-	-
Eldorado do Sul	138	79	Alface; Abóbora; Abobrinha; Acelga; Aipo; Agrião; Alho-Porró; Arroz; Banana; Batata-Doce; Berinjela; Beterraba; Brócolis; Caqui; Cebolinha; Cenoura; Chicória; Chuchu; Coentro; Couve; Couve-Chinesa; Couve-Crespa; Couve-Flor; Espinafre; Estévia; Feijão-Vagem; Goiaba; Hortelã-Pimenta; Mandioca; Manjerição; Maracujá; Melancia; Melão; Mexerica; Milho; Morango; Mostarda; Nabo; Pimentão; Pepino; Plantas Condimentares, Corantes e Medicinais; Rabanete; Repolho; Rúcula; Salsa; Tangerina; Tomate

Gravataí	01	-	-
Guariba	44	31	Abóbora; Agrião; Alface; Alho; Almeirão; Arroz; Batata-Doce; Beterraba; Cebolinha; Cebola; Cenoura; Chicória; Couve; Feijão-Vagem; Mandioca; Melancia; Milho; Mostarda; Pepino; Pimentão; Rabanete; Repolho; Rúcula; Salsa; Tomate
Ivoti	01	-	-
Montenegro	53	-	-
Nova Hartz	01	-	-
Nova Santa Rita	143	82	Abacate; Alface; Abóbora; Abobrinha; Acelga; Aipo; Agrião; Alho; Amora; Ameixa; Arroz; Banana; Batata-Doce; Berinjela; Beterraba; Brócolis; Cana-de-Açúcar; Caqui; Cebolinha; Cenoura; Chicória; Chuchu; Coentro; Couve; Couve-Chinesa; Couve-Crespa; Couve-Flor; Espinafre; Estévia; Feijão-Vagem; Framboesa; Goiaba; Hortelã-Pimenta; Mandioca; Manjerição; Maracujá; Melancia; Melão; Mexerica; Milho; Morango; Mostarda; Nabo; Pimentão; Pepino; Plantas Condimentares, Corantes e Medicinais; Rabanete; Repolho; Rúcula; Salsa; Tangerina; Tomate
Novo Hamburgo	4	-	-
Portão	1	-	-
Porto Alegre	17	-	-
Santo Antônio da Patrulha	2	-	-
São Jerônimo	18	15	Abóbora; Abobrinha; Alface; Alho; Almeirão; Arroz; Batata-Doce; Beterraba; Brócolis; Cebola; Cenoura; Chicória; Couve; Coentro; Feijão-Vagem; Espinafre; Mandioca; Melão; Melancia; Mexerica; Milho; Morango; Mostarda; Pêssego; Pepino; Pimentão; Rabanete; Repolho; Rúcula; Salsa; Tangerina; Tomate
Sapiranga	7	-	-
Triunfo	1	-	-
Viamão	74	54	Abóbora; Abobrinha; Agrião; Alface; Alho; Almeirão; Arroz; Banana; Batata-Doce; Beterraba; Caqui; Cebolinha; Cebola; Cenoura; Chicória; Couve; Coentro; Feijão-Vagem; Goiaba; Laranja; Mandioca; Melancia; Milho; Mostarda; Ovos; Pepino; Pera; Pimentão; Rabanete;

			Repolho; Rúcula; Salsa; Tomate
Total	511	265	-

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), 2016.

Nas tabelas a seguir é possível observar a organização das famílias em diferentes grupos, assim como o número de famílias certificadas via OCS e via OPAC no ano de 2017, segundo informações da COOTAP. Somando os números das duas tabelas é possível afirmar que são no total 27 grupos com 158 famílias envolvidas.

Tabela 5 – Número de grupos e famílias que produzem hortaliças certificadas via OCS

Município	Número de grupos	Número de famílias
Viamão	04	30
Nova Santa Rita	06	35
Eldorado do Sul	03	12
Total	13	77

Fonte: COOTAP, 2017.

Tabela 6 – Número de grupos e famílias que produzem hortaliças certificadas via OPAC/COCEARGS

Município	Número de grupos	Número de famílias
Eldorado do Sul	03	21
Guaíba	01	02
São Jeronimo	01	05
Encruzilhada	01	06
Nova Santa Rita	03	22
Viamão	04	22
Viamão/Nova Santa Rita (Agroindústrias)	01	03
Total	14	81

Fonte: COOTAP, 2017.

As diferenças nos números de famílias certificadas podem estar relacionadas à existência de diferentes organismos de certificação, além da alta rotatividade de famílias

envolvidas na produção agroecológica. Quase todos os meses, alguns assentados entram nos grupos, enquanto outros saem. Isso vai depender da organização das famílias. Algumas produzem agroecologicamente, mas ainda não são certificadas, por exemplo. Outras não são certificadas porque não querem participar dos grupos, não querem seguir a metodologia empregada. É uma dinâmica bastante complicada no caso das hortaliças, pois envolve várias famílias, além de diversos alimentos, manejos, insumos etc. Para uma família participar da certificação ela precisa, além de compor o grupo, anotar tudo o que é produzido e de que forma é produzido. Caso seja comercializado em mercados institucionais precisa haver um controle sobre a quantidade produzida. E tudo isso requer organização e controle da produção por parte dos camponeses. Muitas famílias ainda não criaram esses hábitos ou têm dificuldades de lidar com isso. É um processo mais lento para algumas famílias do que para outras. Os grupos são decididos de acordo com a proximidade dos lotes. Alguns podem possuir um número maior de famílias do que outros justamente por isso.

Fazer parte de um desses grupos envolve diálogo e cooperação. É um trabalho em equipe, de certa forma. Se uma família do grupo desenvolve alguma atividade que vai contra a agroecologia pode prejudicar o restante do grupo. Por isso, envolve conscientização e trabalho coletivo. Um vai cuidar da produção do outro para que ambos desenvolvam práticas agroecológicas. Os grupos funcionam como redes, que organizam, fiscalizam e certificam a produção de hortaliças. Exige comprometimento, trabalho, cooperação, solidariedade. É também um espaço de muitos aprendizados, pois é uma forma de um camponês aprender com o outro como cultivar determinado alimento. O fato de as famílias se organizarem nesses grupos para certificarem a produção é bastante positivo, pois contribui com a organização dos camponeses, a disseminação de práticas agroecológicas e o desenvolvimento da produção em todos os lotes envolvidos. Vendo os trabalhos dos grupos, outros camponeses podem se interessar em produzir hortaliças agroecológicas. O Movimento, por intermédio das cooperativas, acompanha de perto essas experiências e aproveita esses espaços para ressaltar a importância da reforma agrária, agroecologia e soberania alimentar.

Na fotografia abaixo é possível observar a produção de hortaliças em um dos lotes do assentamento Filhos de Sepé. O cultivo envolve dois lotes de camponeses que além de irmãos são vizinhos. A produção é bastante grande, irrigada e envolve as duas famílias. Além das compras institucionais, as hortaliças são vendidas para restaurantes de Porto Alegre. Pode-se dizer que essa é paisagem do território camponês agroecológico.

Fotografia 4 – Produção de hortaliças agroecológicas no assentamento Filhos de Sepé, município de Viamão



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Assim como no caso do arroz, nas hortaliças existem famílias que não possuem certificação ou que não produzem de maneira agroecológica. Os motivos para isso são variáveis. Alguns assentados que produzem arroz não conseguem produzir agroecologicamente por conta das condições geográficas dos assentamentos rurais em que vivem, pois não possui área banhada. Outros preferem produzir convencionalmente, ou porque não veem vantagem no cultivo agroecológico ou porque preferem lhe dar com as plantações sozinhos, não criando, assim, vínculo com as cooperativas e grupos gestores vinculados ao Movimento. É importante destacar que alguns dos camponeses assentados adquiriram os seus lotes depois que alguma família decidiu migrar. Dessa forma, não participaram do processo de luta pelo acesso a terra na região e por isso não possuem identidade com o MST. Também existem aqueles que adquiriram os lotes, mas produzem agroecologicamente. São variados os casos. Sendo assim, embora a produção agroecológica seja significativa na RMPA, não representa a totalidade dos camponeses assentados. A agroecologia é a totalidade somente no assentamento Filhos de Sepé, conforme abordado anteriormente.

Normalmente, as famílias produtoras de hortaliças produzem as mudas necessárias para os cultivos. Alguns camponeses investiram nisso e comercializam as mudas que produzem uns com os outros. Um exemplo disso pode ser visualizado na fotografia abaixo. Uma família camponesa se dedica a esse tipo de produção. Existe no lote toda uma estrutura para isso, como as estufas. As filhas estudam durante a semana e nos fins de semana ajudam

com a produção. No caso do arroz, alguns assentados se dedicam somente à produção de sementes, eles se organizam em um grupo chamado de coletivo das sementes. Isso porque a sua produção exige muito cuidado e trabalho, sendo que nem todas as famílias estão aptas para isso. Mas pode-se notar que em ambos dos casos a organização atingiu um nível em que até as mudas e sementes são produzidas pelos camponeses, de acordo com as necessidades dos seus cultivos agroecológicos.

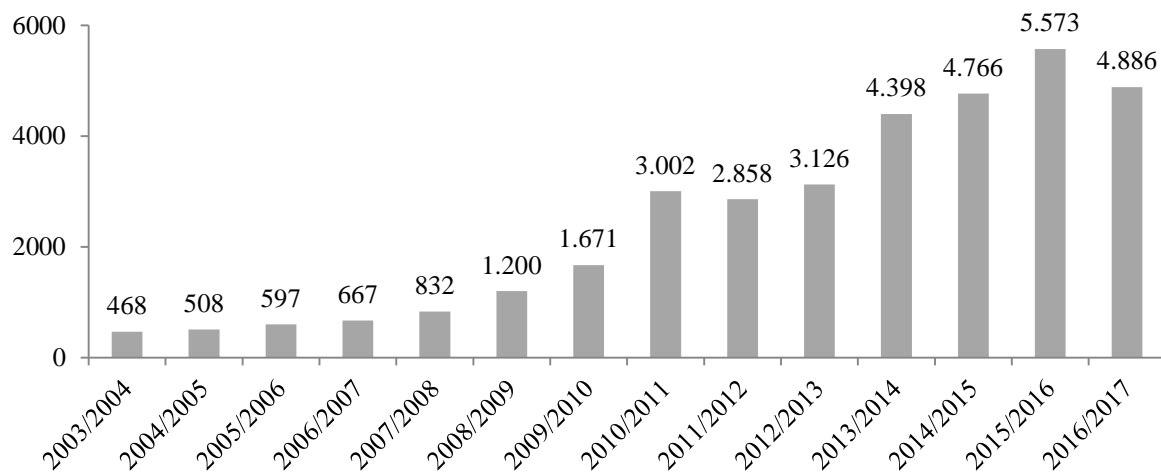
Fotografia 5 – Produção de mudas de hortaliças no assentamento Itapuí, município de Nova Santa Rita



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

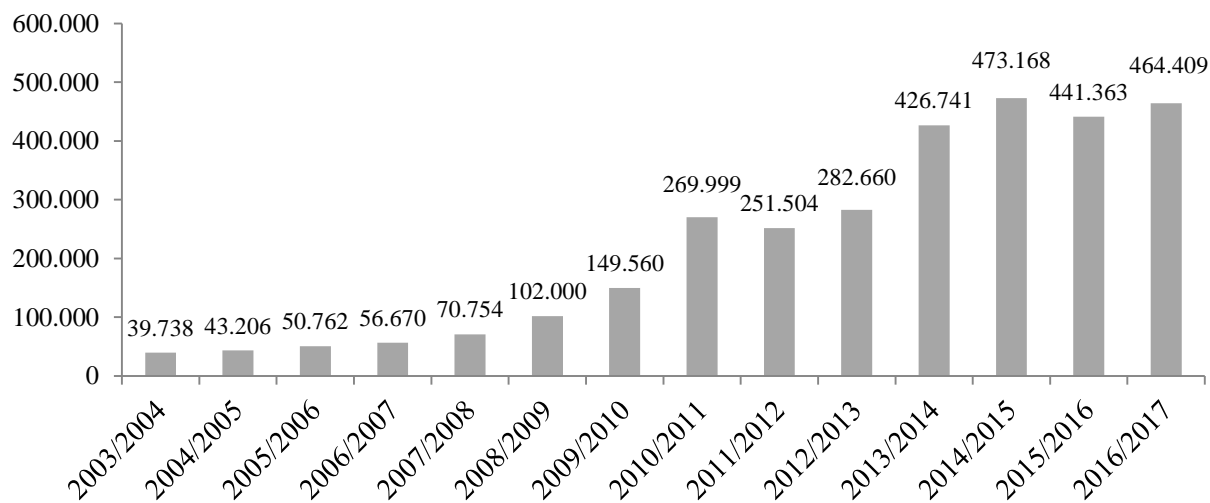
Nos gráficos abaixo é possível observar a evolução da produção de arroz nos assentamentos rurais. A área plantada passou de 468 hectares na safra 2003/2004 para 4.886 hectares na safra 2016/2017. Desde que teve início oscilou apenas na safra 2011/2012, mas logo se recuperou. Da safra de 2009/2010 para a safra de 2010/2011 a área plantada praticamente dobrou. Pode-se observar uma evolução expressiva. No gráfico 4 é possível observar a evolução do número de sacas produzido. Esse gráfico segue a mesma tendência do 3. O aumento desses números significa que novas famílias começaram a produzir agroecologicamente. Significa a expansão dessa experiência, da agroecologia, da autonomia nos territórios camponeses. No gráfico 5 é possível observar a evolução do número de famílias envolvidas.

Gráfico 2 – Evolução da área plantada de arroz agroecológico (em hectares)



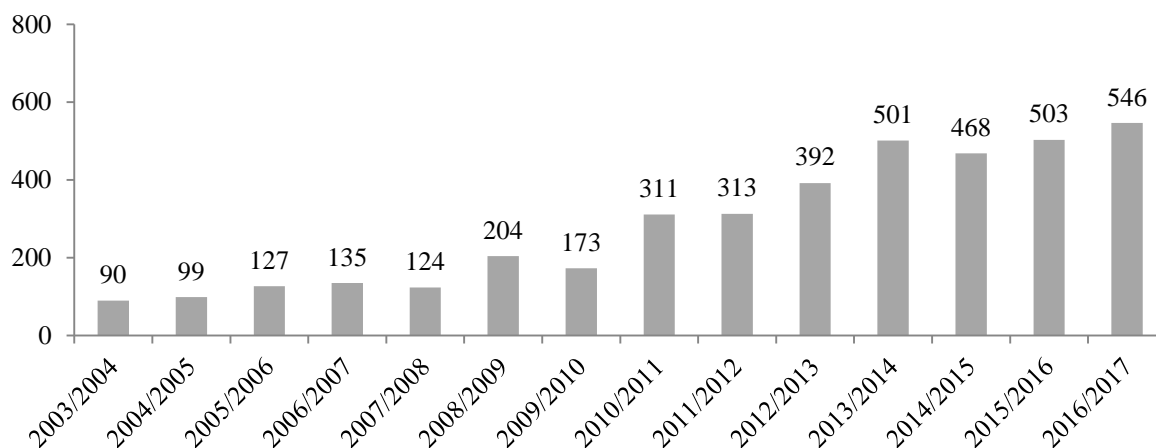
Fonte: COOTAP.

Gráfico 3 – Evolução da produção de arroz agroecológico (em sacas)



Fonte: COOTAP.

Gráfico 4 – Evolução do número de famílias que produzem arroz agroecológico



Fonte: COOTAP.

A produção de arroz agroecológico ocorre através das chamadas parcerias. Essa prática ocorre porque nem todas as famílias assentadas podem se dedicar à produção de arroz, e como as áreas de cultivo são coletivas não têm a necessidade de todos se envolverem. Dessa forma, a gestão do banhado onde ocorre a produção é coletiva. Assim, um assentado é responsável pela produção de arroz de um grupo de famílias. O valor pago e todos os outros detalhes são definidos pelos envolvidos antes do plantio:

Como o banhado possui uma área comum, isto é, não possui cercas, sua gestão tem que ser compartilhada, além de utilizar maquinários mais “pesados”, com uma mecânica que possibilite maior tração. Isso faz com que se reduza a presença do agricultor na lavoura, já que estes agricultores no seu grupo acabam dispondo aquele espaço para outro plantar. Não se trata de um arrendamento já que não há uma relação mercantil ou contratual estabelecida, mesmo porque nos grupos de base, ainda que apresentem dinâmicas diferentes de funcionamento, o assentado participa do processo de discussão da lavoura, uma vez que é preciso se desenvolver um projeto da lavoura para se apresentar ao INCRA, justamente como um mecanismo para se controlar e inibir o arrendamento. Então, existem muitas famílias que não estão vinculadas necessária e diretamente à lavoura porque um ou dois indivíduos se dedicam a essa atividade supramencionada. Além disso, em certa medida esses indivíduos são remunerados por isso. Assim, nem sempre todos precisam estar na lavoura ao mesmo tempo, pois existem esses indivíduos que trabalham exclusivamente ali. Contudo, você verá que a presença da família é necessária. Ela sempre está junta contribuindo com o planejamento, depois da colheita. Claro que o grau de participação nestes grupos de base apresenta dinâmicas diferentes, o que se revela como uma contradição, uma vez que nós queremos que toda a unidade de produção seja coletiva e agroecológica, mas como se trata de uma área comum altamente mecanizada (o banhado), ela não é capaz de absorver toda essa força de

trabalho, mesmo porque não há essa necessidade. Mas, como eu disse isso gera contradições porque alguns grupos, menos dinâmicos, se absterão da atividade naquela área para que o plantador [...]. Essa prática não é um arrendamento, mas é chamada de “parceria”, embora apresente um baixo grau de participação. Agora, a dinâmica é real: o pessoal participa dos grupos de discussões e das atividades que englobam esse universo. Contudo, eu insisto, isso não significa que estejam todo o tempo na lavoura (MEMBRO DO SETOR DE PRODUÇÃO ENTREVISTADO EM JANEIRO DE 2016).

A parceria se torna uma prática interessante ao se levar em consideração o envelhecimento dos assentados e a falta de mão de obra nos lotes. Por outro lado, embora as decisões sejam tomadas em conjunto, a parceria afasta os camponeses do processo produtivo, da prática agroecológica. Mas isso não quer dizer que esses camponeses não produzam hortaliças, por exemplo. Às vezes apenas um membro da família se dedica à produção de arroz e os outros trabalham na cidade, desenvolvendo atividades que nada tem a ver com a agricultura. Mas a renda retirada dessas atividades pode contribuir com a produção agrícola no lote, principalmente em momentos de crise, de perda da produção por algum fator climático. Existem várias situações. E como Ploeg (2008) aborda, essas variações estão ligadas às tentativas de equilíbrio da unidade de produção camponesa. Se há mão-de-obra sobrando, ela precisa ser empregada em alguma atividade, mesmo que não seja na agricultura. Se o problema é a falta mão-de-obra, a saída é a parceria na produção de arroz agroecológico, ou o arrendamento como no caso do arroz convencional e da soja. Ainda que o Estado e o Movimento sejam contra essas.

Um dos assentados entrevistados possui quatro parceiros no cultivo do arroz agroecológico. Os custos da produção são arcados por ele. Cerca de 20% desses corresponde ao total pago aos parceiros, referente à terra e água utilizadas. São 54 hectares cultivados. Todo o arroz produzido é comercializado com as cooperativas do MST. Esse assentado participa de todas as reuniões do grupo de produtores no assentamento rural e do grupo gestor, repassando aos parceiros o que foi decidido. Além disso, esse mesmo assentado prepara a lavoura de outra família, recebendo pela hora trabalhada. Nesse exemplo, pode-se notar duas formas de parceria. Uma em que o assentado produz em conjunto com outras quatro famílias. E outra em que o assentado prepara a lavoura de uma família e recebe por isso. Em ambos os casos, um assentado é responsável pela produção de cinco famílias diferentes. Em alguns momentos, ele conta com a ajuda de outro assentado que recebe por dia trabalhado. Quando isso acontece, são dois assentados responsáveis. A relação de parceria pode levar a resultados como o discutido por Vanderlei (2015) em sua dissertação de

mestrado. De acordo com o autor, apenas um membro das famílias assentadas está envolvido na produção de arroz. O mesmo acontece na produção de soja.

Conforme discutido, existe dois lados, o bom e o ruim. O bom é que os outros membros podem se dedicar a diferentes atividades agrícolas, como a produção de hortaliças e leite, e não agrícolas. O ruim é que a família pode destinar o cultivo agrícola a um parceiro e vender a sua força de trabalho na cidade. Como é uma região metropolitana isso acontece bastante. Na produção de hortaliças é diferente. Como essa exige mão-de-obra, normalmente, uma parte da família se envolve no seu cultivo e comercialização. É comum ver o casal, ou o pai/mãe e o filho cultivando mudas, hortaliças e as vendendo nas feiras da RMPA. Pode acontecer de uma mesma família possuir parceria na produção de arroz e se dedicar integralmente às hortaliças e ao leite, por exemplo.

Depois de produzido, o arroz é transportado até as unidades de secagem e armazenamento. Existe uma unidade no assentamento Lanceiros Negro, conforme a fotografia abaixo. Essa unidade pertence aos assentados, é gerenciada pelas cooperativas. Ter o controle da secagem aumentou significativamente a autonomia dos assentados. Até isso acontecer, o arroz agroecológico era secado e armazenado junto com o convencional em estruturas alugadas, não podendo ser comercializado enquanto tal.

Fotografia 6 – Unidade de secagem de arroz, assentamento Lanceiros Negro, município de Eldorado do Sul



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Além dessas unidades, outras agroindústrias surgiram nesses últimos anos, como a de vegetais e panifícios no assentamento Filhos de Sepé, segundo a fotografia a seguir.

Fotografia 7 – Agroindústria de vegetais no assentamento Filhos de Sepé, município de Viamão



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Essas agroindústrias são coletivas, assim como a do arroz. São gerenciadas pelas cooperativas. É um passo importante na luta pela autonomia. Segundo coordenador do setor de produção do MST:

Para nós, quando eu falo agroindústrias não estou me referindo à concepção adotada pelo movimento sindical como a Fetaeg e fetraf, por exemplo, que pensam a família e a solidariedade. As nossas são para além de uma única família, mas para um grupo. Amanhã você visitará Viamão um grupo coletivo de mulheres que possui uma padaria. Nós estamos com uma série de padarias administradas por grupos de mulheres, além de que surgiam outras atividades como a produção de doces, outras unidades de beneficiamento de feijão... Então, começa-se a criar as condições para se ter alguns outros produtos e que eles possam motivar e fomentar a produção a nível estadual. Nós ainda não controlamos essa cadeia produtiva, como por exemplo, a produção do feijão, mas estamos criando as bases para exercer esse controle (MEMBRO DO SETOR DE PRODUÇÃO ENTREVISTADO EM JANEIRO DE 2016).

A agroindústria de vegetais Terra Livre é uma importante conquista dos assentados que produzem hortaliças. Na época em que a agroindústria estava prestes a começar a funcionar a grande questão da COOPTEC era onde comercializar esses alimentos, além das compras públicas. Foram realizadas reuniões com supermercados e restaurantes para tentar suprir essa demanda por novos mercados, mas até o momento não havia nada certo. Muitas vezes os camponeses assentados produzem alimentos, mas não conseguem comercializa-los porque alcançam os mercados capitalistas. Daí a necessidade de se criar outros mercados, outras formas de comercialização.

Fotografia 8 – Agroindústria de vegetais Terra Livre no assentamento Itapuú, município de Nova Santa Rita



Fonte: COOTAP, 2016.

Nos assentamentos rurais em que a produção agroecológica se destaca os camponeses constroem territorialidades autônomas. Todavia, a autonomia não se resume à unidade de produção. As sementes, por exemplo, são produzidas por um grupo de assentados e depois, através das cooperativas, distribuídas para aqueles que não as produzem. Os maquinários são das cooperativas, para usá-los os camponeses pagam pela hora ou dia que utilizaram. Nesse caso, a base de recursos é coletiva, faz parte de uma rede camponesa. É dos camponeses, dos grupos gestores, das cooperativas. Isso não quer dizer que nas unidades de produção não exista a base de recursos autocontrolada. Mas sim, que nesses casos, existem dois tipos, a de cada camponês e a de todos os camponeses. Nas palavras de um assentado:

Aqui não, nós plantamos 1.600(ha) só de arroz, sem depender de semente de multinacional, sem depender de nenhum veneno, nem ureia, nem adubo, nada – nós somos absolutamente autônomos, a gente depende do mercado por causa do diesel, precisa do diesel para máquina, enfim, mas em matéria de insumos, nós somos independentes e isso, de certa forma, da uma... Uma... Autonomia é a palavra chave (ASSENTADO ENTREVISTADO EM SETEMBRO DE 2016).

Conforme abordado, a construção de territorialidades autônomas não ocorre de maneira linear. No decorrer desse processo ocorreram conflitos, disputas, muitas famílias desistiram, outras não. São relações de poder. O território e, conseqüentemente, a territorialidade envolvem relações de poder, conflitualidades, redes. Nos assentamentos rurais existem territorialidades em disputa. Alguns camponeses querem produzir arroz convencional, arrendar suas terras, outros querem produzir hortaliças e arroz agroecológicos. E mesmo nesse

último caso, às vezes apenas um membro da família está envolvido enquanto os outros trabalham foram do lote. O que vai, de certa forma, definir quais territorialidades vão prevalecer num determinado espaço-tempo são as ações, relações construídas na unidade de produção e as ações, relações dessa com o contexto em que ela está inserida, com a cidade, o movimento socioterritorial, o Estado e as suas instituições como o INCRA, a EMATER, os prefeitos, os vereadores, o governador e o presidente. Um fator interessante a ser levado em consideração também é o geográfico.

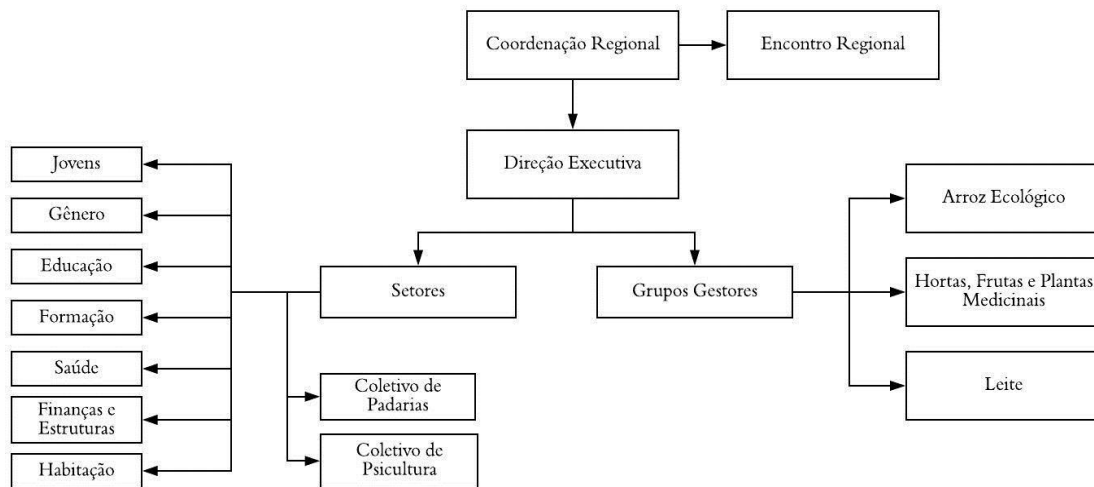
De acordo com Medeiros *et al* (2013), o fator geográfico teve significativa influência na territorialização do cultivo de arroz agroecológico, visto que os assentamentos produtores estão localizados próximos à capital do estado. Essa proximidade facilita a articulação política dos assentados, permitindo que eles se reúnam com instituições, movimentos, sindicatos, negociando políticas públicas e alianças. Além disso, facilita a logística da produção, industrialização e comercialização dos alimentos, reduzindo os custos com o transporte. Pode-se dizer que os assentados auferem renda diferencial I e II. A primeira porque a região é propícia ao cultivo de arroz irrigado. E é através da água que o controle da produção agroecológica é realizado. A segunda porque os assentamentos rurais possuem uma ótima localização, fazem parte da região metropolitana. Estão próximos à capital do estado que possui um público consumidor de produtos agroecológicos, tanto hortaliças como arroz. Nessa região existem várias feiras ecológicas, conforme abordado nos próximos tópicos. Tudo isso diminui os custos de produção, facilita o deslocamento ou transporte, além de colaborar na comercialização desses alimentos.

Para finalizar, faz-se necessário destacar o papel do Estado, principalmente no financiamento dos instrumentos necessários à produção de arroz agroecológico. De acordo com Campos e Medeiros (2014, p. 45) “esse apoio ocorre sobretudo na comercialização, mas também é significativo no financiamento das estruturas de armazenagem e beneficiamento, sem as quais não teria sido possível expandir a produção”. Segundo as autoras, inicialmente os produtores não tinham acesso ao preço diferenciado do produto, pois tinham que entregar o arroz em silos onde ele se misturava com o arroz convencional. A partir da obtenção de recursos de programas governamentais foi possível mudar essa situação. Passou-se a ter os silos e as unidades de secagem e armazenamento. Todos esses elementos, em conjunto, fizeram dessas experiências o que elas são hoje, um exemplo da luta por autonomia do campesinato assentado. Nos próximos tópicos as formas de organização, as indústrias e os mercados camponeses populares são aprofundados.

4.4.1. Cooperativas, Grupos Gestores e Grupos de Famílias: Organização e Gestão em Rede dos Territórios Camponeses

Os camponeses assentados da RMPA construíram diferentes formas de organização econômica, social e política desde quando os primeiros assentamentos rurais foram criados nessa região. Essas formas foram sendo desenvolvidas no âmbito das lutas, disputas, conflitualidades, redes e resistências. Elas são baseadas em setores, grupos gestores, cooperativas, coletivos e grupos de famílias. No organograma abaixo é possível observar a estrutura organizativa do MST na RMPA. A coordenação regional se reúne no encontro regional, espaço onde as lutas do Movimento são pensadas, não só as ocupações de terras, os acampamentos e as manifestações, mas, também, os assentamentos rurais e a produção agropecuária. É uma instância na qual as principais decisões são discutidas e definidas. A direção executiva atua diretamente na organização dos setores e grupos gestores. Normalmente, ela se reúne a cada 60 dias. O setor é uma forma de organização do Movimento em escala estadual e nacional. Foi sendo criado no âmbito do processo de territorialização dos camponeses, conforme as necessidades foram surgindo. O setor é um espaço de mediação entre a coordenação regional, a direção executiva e a base social do MST. Já o grupo gestor é uma forma de organização inovadora, pois permite o diálogo entre cooperativas, técnicos, distrito de irrigação e grupos de famílias.

Organograma 1 – Estrutura organizativa do MST na RMPA



Fonte: Origuéla e Fernandes, 2018.

O grupo gestor é o espaço articulador dos debates, do planejamento e das ações dos camponeses envolvidos da produção de arroz, hortaliças e leite (MARTINS, 2017). Ele permite que os assentados participem, de alguma maneira, de todo o processo produtivo, decidindo coletivamente desde a produção até a comercialização dos alimentos. Exceto no caso do leite. É um espaço de socialização fundamental na construção de territorialidades autônomas, pois pressupõe a democratização das decisões. As relações são construídas de maneira mais horizontal, levando em consideração os conhecimentos e as experiências de cada família assentada na produção de alimentos. São relações construídas desde “baixo”, ou seja, desde as famílias que estão diretamente envolvidas no processo produtivo. Elas são as protagonistas. São os agentes hegemônicos em seus territórios. Elas ajudam a pensar, a tomar decisões, a superar os desafios e a avançar de acordo com as necessidades. A autonomia consiste, também, em poder de decisão, em poder de escolha. Em optar, conjuntamente, o que produzir, como produzir, onde vender, para quem vender. Na atual conjuntura, obter esse tipo de poder é fundamental. Diferente, por exemplo, do caso da soja em que as decisões são tomadas por outros sujeitos ou agentes sociais e impostas aos camponeses. São decisões desde “cima”. Embora os camponeses lutem por participação na decisão dos preços:

Talvez outro elemento, o quinto neste caso, sejam as relações de poder um pouco mais horizontalizadas. Há, portanto, uma relação social em que a gestão está sob o controle de quem produz. Assim, quem trabalha; produz é quem decide. Este é um princípio importante, já que nas relações capitalistas de produção, sobretudo nesta fase fordista, há uma separação absoluta entre a concepção e a execução. Ou seja: quem concebe, manda, define, planeja é

uma pessoa diferente de quem executa, que este último são os trabalhadores - que não opinam em nada-. Aqui, há uma “quebra” desta lógica taylorista e fordista. Trata-se então de uma lógica muito mais participativa, muito mais horizontalizada e socialista, já que a ideia é essa: quem trabalha e produz é quem gerencia, decide e planeja. Caso você queira ir além, guardadas as devidas proporções, um dos princípios socialistas é adotado: cada um segundo seu trabalho. As trocas e a remuneração são dadas pela participação efetiva na produção, referindo-se ao princípio de “cada um segundo seu trabalho” que se realiza (COORDENADOR DO SETOR DE PRODUÇÃO MST, JANEIRO DE 2016).

Os grupos gestores são espaços de diálogo (MATÍNEZ-TORRES e ROSSET, 2014), baseados na metodologia campesino a campesino (HOLT-GIMÉNEZ, 2006), em que os camponeses podem trocar experiências, avaliar os resultados das produções, socializar os progressos, assim como os desafios. Normalmente, eles são compostos pelos representantes dos grupos de produtores e representantes das cooperativas de produtores dos assentamentos rurais, pelos coordenadores do COOTAP e seu departamento técnico, pelos representantes dos núcleos operacionais da COPTEC e a equipe de certificação. São, aproximadamente, 60 pessoas que se reúnem em média duas vezes ao longo do ciclo agrícola, principalmente nas épocas do plantio e colheita. As reuniões duram o dia todo e antes das discussões mais específicas uma análise de conjuntura é realizada. Na reunião realizada no início do ano de 2016 ressaltou-se que a produção agroecológica é a principal estratégia de diálogo do Movimento com a sociedade. Uma vez por ano ocorre o Encontro Estadual do Arroz Ecológico, onde os assentados finalizam a safra e planejam a próxima. Nesses encontros, além do que já foi exposto, são discutidos os custos dos serviços realizados pelas cooperativas, os preços a serem pagos pelo arroz colhido, a secagem e o armazenamento, os possíveis problemas relacionados a isso, as necessidades de dias de campo e capacitações (MARTINS, 2016).

Na imagem abaixo é possível observar uma das reuniões do grupo gestor do arroz agroecológico que ocorreu no início do ano de 2016 no município de Eldorado do Sul. Nessa reunião estavam presentes os assentados produtores e as cooperativas responsáveis pela secagem, armazenamento, comercialização e além da assistência técnica. Pode-se notar pela fotografia que é um espaço majoritariamente masculino. E essa é uma crítica que muitas mulheres assentadas relatam. O cultivo de arroz agroecológico é masculino. É uma atividade desenvolvida pelos homens. Mas isso não quer dizer que as mulheres não estejam de alguma forma envolvidas na produção de alimentos nos seus lotes. Na produção de hortaliças elas

representam uma parte significativa. Ademais, elas trabalham nas cooperativas e, sobretudo, nas agroindústrias de vegetais e panifícios.

Fotografia 9 – Reunião do Grupo Gestor do Arroz Ecológico, município de Eldorado do Sul



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

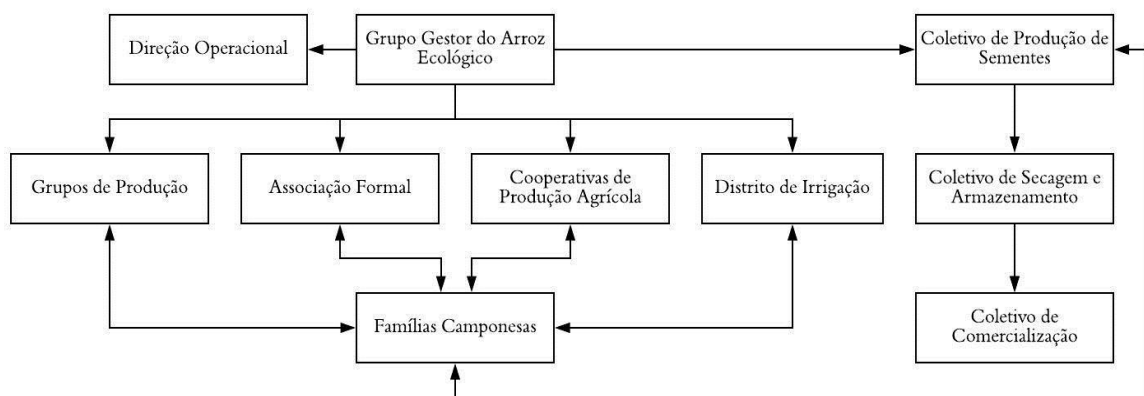
Nas palavras de um dos coordenadores do setor de produção do MST, os camponeses participam das decisões em momentos específicos. Ou seja, existem espaços para que as decisões sejam discutidas. Assim, embora as relações tendam a ser horizontais, existem espaços e momentos para que isso aconteça:

Outro limite está no nível da gestão. Como nós (os agricultores) gerimos toda cadeia produtiva, nem sempre conseguimos opinar sobre tudo. Assim ele fica “grande”, distante do agricultor que está no seu lote e nem sempre nós conseguimos ter uma dinâmica que dê conta de o agricultor opinar em todos os momentos. Por isso foi necessária essa ideia de se criar um mecanismo, em que se permita pelo menos a participação em momentos-chave na tomada de decisões da cooperativa. Entretanto, nós sabemos que esse mecanismo é limitado e nós não temos mais ideias de como melhorá-lo para garantir a participação efetiva em todos os momentos. Portanto, há uma democracia, há um processo de decisão envolvendo todos os agricultores; trabalhadores, mas ela não ocorre em todos os momentos, então eu delego para outras esferas como o grupo gestor que é a administração da COOTAP (COORDENADOR DO SETOR DE PRODUÇÃO MST, JANEIRO DE 2016).

No organograma a seguir é possível visualizar a estrutura organizativa do grupo gestor do arroz ecológico. Ele é formado por uma direção operacional responsável pelo funcionamento de toda a estrutura. Além dessa, têm-se os grupos de produção, a associação

formal, as cooperativas de produção agrícola e o distrito de irrigação. Todos esses estão organizados nos diferentes assentamentos rurais envolvidos no processo produtivo e são compostos pelas famílias assestadas, que sustentam toda a estrutura organizativa. Por fim, paralelamente, têm-se os coletivos de produção de sementes, de secagem e armazenamento e de comercialização. Essa é uma estrutura bastante complexa e completa. Embora cada um tenha uma ou mais funções, uma parte depende da outra. A estrutura não funciona se uma parte dela apresenta problemas. Existe, portanto, uma interdependência entre cada um dos envolvidos, dos camponeses que produzem às cooperativas que vendem.

Organograma 2 – Estrutura organizativa do Grupo Gestor do Arroz Ecológico



Organização: Autora.

Fonte: COOTAP, 2016; MARTINS, 2017.

Cada das partes que compõem a estrutura organizativa possui diferentes formas de se organizar e envolver no processo produtivo. O grupo de produtores é um grupo informal que agrega as famílias que participam direta e indiretamente da produção de arroz agroecológico. No entanto, cada grupo de parceiros possui uma dinâmica própria, além de variados níveis de participação no processo produtivo (MARTINS, 2016). Existem grupos em que todas as famílias estão envolvidas na produção, ajudando-se, enquanto em outros apenas o planejamento da safra é coletivo. A associação formal e as cooperativas estão sempre em diálogo com esses grupos, principalmente nos espaços reservados para isso. Normalmente, as cooperativas agropecuárias são formadas por camponeses de um mesmo assentamento rural. Já o distrito de irrigação é formado pelos assentados produtores e as cooperativas de produção agropecuária. Esse é um espaço em que os conflitos ficam mais evidentes. Isso porque todos os assentados dependem da água na produção de arroz agroecológico. Em tempos de seca, que são cada vez mais comuns no Rio Grande do Sul, a irrigação fica comprometida. E alguns

assentados bloqueiam os canais para que a quantidade de água retida na sua plantação seja maior, prejudicando, assim, outros produtores.

De acordo com um dos entrevistados:

Então, há um processo forte de entreajuda muito interessante, inclusive, na produção de insumos. Essas cooperativas locais têm uma produção autônoma, embora não seja total, mas, cerca de 40% ou 50% da produção de sementes são garantidas por eles. Isso permite que, no que tange a produção de sementes, quase metade dela ou, em determinados caso, mais da metade, seja obtida pelos produtores que estão vinculados aos grupos dentro do sistema, além de ser uma produção ecológica. Portanto, é possível identificar um nível de inter-cooperação muito interessante, que abrange desde assentados em seus grupos, passando por cooperativas singulares até chegar a uma cooperativa regional. Esse processo é gestado pelo grupo gestor (COORDENADOR DO SETOR DE PRODUÇÃO MST, JANEIRO DE 2016).

Na fotografia a seguir é possível observar uma das reuniões do grupo de irrigação do assentamento Filhos de Sepé, formado por 25 assentados que se reúnem quando necessário. Na época, a principal discussão se referia à questão da água. Os assentados que normalmente bloqueavam os canais de irrigação para que a sua produção recebesse maior quantidade de água eram aqueles que adquiriram seus lotes. Ou seja, não participaram do processo de luta pela terra. Dessa forma, ainda que as discussões e decisões fossem conjuntas, em momentos de crise hídrica, por exemplo, o coletivo não era levado em consideração por alguns. Nessa ocasião, algumas famílias perderam suas plantações por causa da seca. Elas pediram que as cooperativas não cobrassem pelas sementes, pois não teriam condições de pagá-las. Ao discutir o assunto alguns assentados se posicionaram contra, argumentando que eles não poderiam arcar com as perdas de outros produtores. Mais uma vez ficam evidentes os conflitos gerados nas lutas por autonomia. Ainda que seja uma luta coletiva, em alguns momentos os interesses individuais se sobressaem. É por isso que na introdução afirmou-se que a autonomia não é um processo linear, mas permeado de contradições, conflitos e disputas, inclusive, internas.

Fotografia 10 – Reunião do grupo de irrigação no assentamento Filhos de Sepé, município de Viamão



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Além dessas formas de organização, existem três coletivos expostos no quadro abaixo. O coletivo de produção de sementes é formado por aproximadamente 51 famílias assentadas que produzem 75% das sementes utilizadas no cultivo de arroz. Como o cultivo exige muitos cuidados, somente algumas famílias estão aptas a desenvolver esse trabalho. O coletivo das cooperativas que secam e armazenam a produção é formado pelas cooperativas agropecuárias, além da regional, que se responsabilizam pelo transporte da produção até a unidade de secagem e armazenamento. Por fim, o coletivo de comercialização é formado pelas cooperativas que se responsabilizam pela comercialização do arroz agroecológico, não só através de políticas públicas, mas na construção de diferentes mercados camponeses. Pode-se afirmar que a estrutura organizativa do grupo gestor é uma organização em rede dos camponeses e das cooperativas. São diferentes níveis e graus de envolvimento dos assentados nessa rede. Contudo, de certa forma, ela é fundamental na gestão dos territórios e na construção de territorialidades autônomas, ainda que existam contradições no decorrer desses processos. O modo como os camponeses estão utilizando, gestando, construindo os seus territórios permite que eles tenham certa autonomia em relação aos mercados. Nesse sentido, o território possui um caráter emancipatório.

Quadro 19 – As características dos coletivos

Coletivo(s)	Objetivo(s)	Envolvido(s)
Coletivo de produção de sementes de arroz ecológico	Produção de sementes de arroz ecológico para todas as famílias envolvidas no cultivo. Atualmente, 75% das sementes utilizadas pelos camponeses são produzidas por eles mesmos. As variedades produzidas são IRGA 417, 426, e EPAGRI 108.	Algumas das famílias envolvidas no cultivo de arroz ecológico são responsáveis pela produção das sementes. Em virtude do grau de exigência no manuseio das sementes, somente algumas famílias estão aptas a produzir as sementes. Na safra 2015/2016, 51 famílias produziram 39.270 sacos de sementes a partir de 405 hectares.
Coletivo das Cooperativas que secam e armazenam a produção	Secar e armazenar o arroz ecológico nas unidades pertencentes às cooperativas citadas ao lado. As cooperativas se reúnem para discutir o processo de recebimento e armazenamento das safras. O recebimento é realizado através dos caminhões das cooperativas e o armazenamento ocorre a partir da classificação. A classificação escopo BRO é para comercializar no mercado nacional, o escopo CEE para União Européia e NOP para Estados Unidos.	COPAN, COPAT, COOTAP, COPERAV
Coletivo de comercialização	Debater estratégias comerciais com as cooperativas que possuem as unidades de beneficiamento, no caso a COPAN e a COPAT, bem como com a COOTAP que realiza a maior parte da comercialização da produção, através da marca comercial <i>Terra Livre</i> . Este coletivo participa de diversas chamadas públicas para o fornecimento de alimentação escolar, sobretudo, das prefeituras nos estados de SP, MG, RS e SC. A direção da COOTAP coordena um grupo com o objetivo de organizar a comercialização para além das políticas governamentais.	COPAN, COPAT, COOTAP e CONCRAB

Fonte: MARTINS (2016). Org. Autora.

Para concluir a análise do processo de territorialização das hortaliças e do arroz agroecológicos é necessário abordar as redes e os espaços de comercialização de alimentos construídos pelos camponeses nesses últimos anos. Ambos ultrapassam os limites dos territórios camponeses, pois ocorrem, normalmente, nas cidades. Essa é uma forma do campo e da cidade se relacionarem a partir das lutas e resistências dos camponeses e consumidores.

4.4.2. Redes e Espaços de Comercialização de Alimentos Agroecológicos: Os Mercados Populares Camponeses

Com a expansão e a consolidação das redes de varejo, ou de supermercados, os circuitos de comercialização de alimentos passaram a ser controlado por essas, juntamente com as indústrias de alimentos. Os camponeses dificilmente conseguem se inserirem em circuitos que impõem normas e padrões de produção que, na maioria das vezes, não condiz com a sua realidade. Diante disso, eles reproduzem em seus territórios esquemas de intermediação tradicionais na comercialização de alimentos, como a troca entre vizinhos, parentes e amigos, além de construírem, ao longo desses últimos anos, outras formas de articulação territorial, como os mercados populares camponeses, que se caracterizam pela relação direta entre o camponês e o consumidor. Essa relação pode ser tanto institucional como física (LACROIX e HIDALGO, 2012). Assim, na medida em que os camponeses avançam na produção de alimentos, redes e espaços de comercialização vão sendo criados com o objetivo de eliminar o atravessador, sujeito que adquire os produtos dos assentados a preços abaixo do valor de mercado e os revende para Centrais de Abastecimentos (CEASAS), supermercados, restaurantes, entre outros. Segundo a FAO (2013), os “circuitos curtos” são uma forma de comércio baseada na venda direta de produtos frescos ou de safra, que implicam nenhum ou eventualmente só um intermediário entre os produtores e os consumidores. São propostas alternativas ao sistema agroalimentar e à globalização (GUZMÁN, 2012). São, portanto, resistências coletivas à crise agrária, numa aliança entre agricultores e consumidores, resultando em redes de comercialização de alimentos coletivas e cooperativas⁴⁷.

No caso do Rio Grande do Sul, as redes e os espaços de comercialização de alimentos criados por camponeses e/ou consumidores não são uma novidade. Algumas das feiras existentes hoje em Porto Alegre surgiram no início da década de 1990, por exemplo. Nesse mesmo período, o MST organizou algumas experiências de venda direta de alimentos, mas

⁴⁷ Op. Cit.

não obteve sucesso por má gestão. Segundo o coordenador do Armazém do Campo, em São Paulo:

Na verdade, o Movimento teve umas experiências no passado de venda direta ao consumidor que por má gestão ou por não ter uma discussão sobre distribuição de produtos acabaram fechando. Essa ideia foi retomada. Atualmente a gente tem duas lojas, aqui (São Paulo) e em Porto Alegre. A nossa ideia é que essas lojas continuem funcionando e sirvam de exemplo, laboratório para a ampliação de outras lojas. A partir da abertura do armazém surgiram demandas em outros estados e a gente quer criar uma cadeia, principalmente na região do Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Brasília, Sudeste, Centro-Oeste e Sul, para facilitar a escoação dos produtos e a criação dessa cadeia de comercialização. E pensar um esquema de logística que beneficie essas regiões (COORDENADOR DO ARMAZÉM DO CAMPO, SETEMBRO DE 2016).

Os mercados institucionais consistem em duas políticas públicas o PNAE e o PAA. O primeiro foi criado em 1983, mas a sua origem remonta ao ano de 1954 com a Campanha da Merenda Escolar no governo de Getúlio Vargas, e o segundo em 2003 como uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero. O PNAE é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao Ministério da Educação. Através de chamadas públicas as propostas de produção dos camponeses são selecionadas e, depois disso, destinadas às escolas mais próximas. No caso do PAA, a CONAB adquire os alimentos diretamente dos produtores, sem intermediários ou licitações, através de diferentes modalidades, destinando-os a creches, hospitais, escolas, asilos, entre outros. A finalidade dessa política é incentivar a produção camponesa através da aquisição dos produtos com preço justo, garantindo, também, a segurança alimentar e nutricional à população em situação de insegurança. Ambas as políticas são fundamentais para o desenvolvimento da agricultura camponesa e diminuição da insegurança alimentar e nutricional da população beneficiária dos programas. Todavia, nesses últimos anos, os montantes destinados a essas políticas diminuíram significativamente.

De acordo com a tabela abaixo, de 2003 a 2012 os recursos destinados ao PAA aumentaram significativamente, o que significa a expansão dessa política. De 2012 para 2013 os recursos caíram quase pela metade, aumentando em 2014, mas voltando a cair em 2015.

Tabela 7 – Evolução dos recursos MDA/MDS aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2015

Ano	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
2003	12.238.974	31.672.408	12.386.912	7.603.665	17.639.249	81.541.207
2004	3.386.094	42.307.978	28.391.528	8.903.396	24.196.831	107.185.826
2005	5.538.352	34.745.917	16.149.222	13.876.678	42.481.492	112.791.660
2006	10.045.899	54.857.717	17.812.507	32.440.707	85.510.564	200.667.394
2007	8.706.953	56.116.343	18.799.859	42.080.968	102.648.840	228.352.963
2008	9.893.516	80.838.353	15.679.112	73.486.284	93.032.175	272.929.439
2009	13.225.303	102.830.480	15.549.939	78.842.348	153.516.158	363.964.228
2010	21.400.943	121.858.906	28.348.787	79.151.714	128.975.115	379.735.466
2011	32.025.103	153.674.198	29.386.137	111.741.509	124.209.257	451.036.204
2012	43.282.942	154.904.344	36.045.217	131.776.716	220.557.912	586.567.131
2013	24.075.247	66.487.273	22.938.796	67.812.376	43.203.433	224.517.124
2014	31.155.531	79.992.989	37.860.917	128.709.065	60.286.440	338.004.942
2015	29.589.161	92.549.198	33.399.258	77.902.561	54.075.037	287.515.216
Total	244.564.017	1.072.836.103	312.748.192	854.327.986	1.150.332.504	3.634.808.802

Fonte: SUPAF/GECAF/CONAB, 2016.

Já na tabela a seguir é possível observar o número de assentados beneficiários entre 2010 e 2015. Em 2012 esse número atingiu o seu ápice, diminuindo drasticamente desde então em todas as regiões do país.

Tabela 8 – Assentados beneficiários do PAA – 2010-2015

Região/ UF	Ano					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Norte	928	580	1.378	958	857	695
AC	292	62	186	222	45	219
AM	56	110	127	117	197	61
AP	265	140	345	214	235	87
PA	170	34	230	3	43	56
RO	11	12	28	8	30	10
RR		2	116	95	42	94
TO	134	220	346	299	265	168
Nordeste	1.593	3.119	4.309	2.238	1.906	1.867
AL	66	195	563	304	446	484
BA	579	484	821	403	538	342
CE	337	107	70			2
MA	22	223	618	207		
PB	101	154	407	587	759	391
PE	15	1.183	113	78	47	46
PI	108	257	510	401	80	423
RN	207	240	697	195	26	64
SE	158	276	510	63	10	115
Sudeste	1.455	5.743	11.122	4.245	6.509	2.297
ES	68	176	410	131	249	205
MG	370	190	862	39	114	115
RJ	29	80	237	37	93	
SP	988	5.297	9.613	4.038	6.053	1.977
Sul	4.352	6.013	9.906	3.108	2.309	2.188
PR	1.712	1.943	3.998	1.212	522	540
RS	1.671	2.481	2.872	1.424	1.735	1.356
SC	969	1.589	3.036	472	52	292
Centro-Oeste	1.421	1.896	3.905	2.100	1.371	1.133
DF				4	29	33
GO	206	231	413	306	402	339
MS	490	905	1.443	1.182	281	541
MT	725	760	2.049	608	659	220
Total	9.749	17.351	30.620	12.650	12.952	8.180

Fonte: CONAB, 2016.

Em 2015, apesar da queda dos investimentos no PAA, a COOTAP manteve seis contratos com a CONAB, totalizando R\$ 3.215.586,00. Eram 398 famílias assentadas envolvidas na entrega de 34 produtos, incluindo as hortaliças e o arroz, em sua maior parte agroecológicos (MARTINS, 2017). Essas políticas são importantes porque os assentados sabem de antemão o que irão produzir, quanto irão produzir e o valor que receberão por isso. É um mercado seguro. O assentado sabe que vai receber exatamente por aquilo que produziu. Mas é, também, um mercado exigente. A família precisa estar preparada para vender aquilo que se comprometeu. Por isso, o planejamento da produção é fundamental. Em 2017, os camponeses gaúchos, o que incluiu os assentados, criaram a Associação da Rede de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (RedeCoop). O objetivo é fortalecer a agricultura camponesa, sobretudo a sua participação nos mercados institucionais, contribuindo com o escoamento da produção. A rede é formada por, aproximadamente, 30 cooperativas e 12 mil unidades de produção camponesas distribuídas em diferentes regiões do estado. Entre as cooperativas fundadoras estão a COOTAP e a COPERAV, que juntas agregam mais 1,7 mil assentados produtores de hortaliças, arroz e panifícios.

Com a diminuição dos recursos destinados aos mercados institucionais, os camponeses constroem alternativas tanto na sua organização política como na criação de mercados populares. Esses mercados podem ser de vários tipos, como feiras, cestas e lojas agroecológicas e/ou da reforma agrária. Em 2017, somente na RMPA, existiam 25 feiras das quais 45 assentados participavam, segundo as informações sistematizadas pela COOPTEC. No quadro abaixo é possível analisar a localização de cada uma dessas feiras.

Quadro 20 – Feiras agroecológicas que os assentados comercializam seus produtos na Região Metropolitana de Porto Alegre – 2017

Feira da Auxiliadora	Porto Alegre
Feira Menino Deus	Porto Alegre
Feira do Petrópolis	Porto Alegre
Feira da Tristeza	Porto Alegre
Feira do Bom Fim	Porto Alegre
Feira Três Figueiras	Porto Alegre
Feira Mulheres da Terra (UFRGS)	Porto Alegre
Feira Terra Íntegra (Ipanema)	Porto Alegre
Feira “Coletivo Mãos na Terra” (UFRGS Campus Saúde)	Porto Alegre
Feira Agroecológica da PUC-RS	Porto Alegre
Feira Orgânica do Centro Administrativo Fernando Ferrari	Porto Alegre
Feira Orgânica no INCRA	Porto Alegre

Feira Orgânica no IPA	Porto Alegre
Feira de Orgânicos e Colônias	Porto Alegre
Feira na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul	Porto Alegre
Mercado Orgânico/Terraço I Fashion Outlet	Novo Hamburgo
Feira Orgânica no I Fashion Outlet	Novo Hamburgo
Sem Informação	Canoas
Feira do Guajuvira	Canoas
Feira da Igara	Canoas
Feira Orgânica no INCRA	Canoas
Feira da Inconfidência	Canoas
Sem Informação	Nova Santa Rita
Sem Informação	Nova Santa Rita
Sem Informação	Taquari

Fonte: COOPTEC, 2016.

Na fotografia a seguir é possível observar a feira ecológica Menino Deus no município de Porto Alegre. A maior parte dos alimentos comercializados são hortaliças. O arroz também é, só que menor quantidade. Quatro famílias assentadas participavam dessa feira. Em algumas bancas era possível encontrar o pai, a mãe e os filhos trabalhando, em outras apenas o casal. Um desses casais comercializa os seus produtos na feira desde quando ela surgiu. Todos os camponeses entrevistados se deslocam até as feiras através de veículos próprios adquiridos com o lucro proveniente da comercialização de alimentos. Antes da aquisição desses veículos, o transporte era realizado através de fretes. Hoje, os camponeses que possuem caminhões fazem fretes para os que não possuem.

Fotografia 11 – Feira ecológica Menino Deus, município de Porto Alegre



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Outro exemplo é a feira que acontece semanalmente na UFRGS, campus central. Um assentado é responsável pela feira. Ele comercializa aquilo que um grupo de famílias do assentamento Filhos de Sepé produz. Na imagem abaixo é possível observar uma parte das hortaliças que são comercializadas. Além delas, vende-se arroz, mel, queijo, entre outros itens produzidos pelos assentados.

Fotografia 12 – Feira ecológica da UFRGS, município de Porto Alegre



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Para autores como Machado e Machado Filho (2014), as feiras são mercados restritos e elitizados, pois somente uma parcela dos agricultores e consumidores possui acesso. Ainda segundo os autores, são espaços qualitativamente importantes, pois permitem a conscientização dos consumidores sobre a alimentação saudável, mas, em contraposição, são incipientes no enfrentamento ao agronegócio, podendo desviar a atenção das lutas, especialmente dos jovens. O mesmo vale para as trocas solidárias. Elas não são capazes de enfrentar quantitativamente o agronegócio. Desviam, na verdade, a atenção de questões maiores através de soluções locais e individuais. Os camponeses sabem que as feiras são importantes espaços de socialização política. É a maneira encontrada pelo Movimento de se relacionar com a cidade, com os consumidores, num processo de diálogo e conscientização sobre a importância da reforma agrária, agroecologia e soberania alimentar para a população urbana e rural. É através de redes e espaços de comercialização de alimentos que o MST fortalece as suas lutas e resistências ao sistema alimentar capitalista. É um espaço restrito, que contempla bairros cuja população possui renda mais elevada, mas, ainda assim, é fundamental tanto para os camponeses como para os consumidores.

As feiras agroecológicas, ecológicas ou orgânicas organizadas pelos movimentos camponeses são uma releitura das feiras livres convencionais. Enquanto nessas os feirantes são comerciantes que adquirem os alimentos nos CEASA, naquelas os camponeses são, ao mesmo tempo, os produtores e os vendedores dos alimentos. Não existe nesse caso um intermediário, mas sim, uma relação direta. Uma lógica totalmente diferente daquela imposta pelo mercado capitalista. É uma relação que visa, por um lado, a reprodução da família, e, por outro lado, o consumo de alimentos saudáveis. Alguns desses espaços recebem o nome de feira da reforma agrária. E elas são cada vez mais comuns em todos os estados do país. De acordo com a tabela do anexo 1, entre 2010 e 2018, conseguiu-se registrar a ocorrência de 142 feiras. Algumas são espaços organizados anualmente, outras mensalmente, quinzenalmente ou semanalmente. O MST se destaca nisso, seguido do MPA. As feiras da reforma agrária são espaços estratégicos para fazer o diálogo com a sociedade. É um espaço de diálogo sobre o problema da alimentação, os transgênicos e os agrotóxicos. Os alimentos comercializados são os produtos da reforma agrária, que cumpre com a sua função social de alimentar a população.

Com a expansão da participação dos camponeses nas feiras, os camponeses começaram a organizar cestas de alimentos agroecológicos que são entregues nas casas dos consumidores. O mais interessante é que para dar conta da demanda foi criado um aplicativo de celular para organizar esse processo. O aplicativo se chama JuntaPedido e tem como objetivo conectar os camponeses que atuam nas feiras e os consumidores. Os camponeses vão disponibilizar no aplicativo a sua produção, os consumidores vão selecionar o que desejam, os assentados vão organizar as cestas e, depois disso, entregá-las. Além das cestas, existem algumas experiências de Grupos de Consumo Responsáveis (GCR) e a CSA, quando a comunidade dá suporte à agricultura. Contudo, poucos assentados participam desses espaços de comercialização. São espaços ainda mais restritos do que as feiras.

Outro espaço de comercialização é a loja da reforma agrária localizada no Mercado Municipal de Porto Alegre. A loja surgiu em meados dos anos 1990 em outra localização, mas enfrentou vários problemas relacionados à gestão, voltando a funcionar nos anos 2000 no espaço do mercado público. Na loja é possível adquirir as hortaliças e o arroz agroecológicos, além de açúcar, mel, farinha, temperos, bolachas, carnes de frango, leite, entre outros alimentos processados ou industrializados. Na fotografia abaixo é possível observar as marcas de arroz agroecológico comercializadas, COOPAN e Terra Livre.

Fotografia 13 – Arroz COOPAN e Terra Livre na Loja da Reforma Agrária no Mercado Público de Porto Alegre



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Embora a ideia da loja seja interessante, essa era uma das únicas até alguns anos atrás. Em 2016, foi inaugurado o Armazém do Campo na cidade de São Paulo. O arroz agroecológico produzido pelos assentados da RMPA é comercializado nessa loja (ver fotografia abaixo).

Fotografia 14 – Arroz agroecológico produzido na RMAPA, comercializado no Armazém do Campo, município de São Paulo



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

A ideia de construir uma loja com produtos da reforma agrária na cidade de São Paulo surgiu após a Primeira Feira Nacional de Reforma Agrária:

A feira nos surpreendeu pela quantidade de produtos que foram comercializados e pela aceitação. Então, essa demanda se apresentou depois da feira. Fomentava-se a ideia de ter uma loja aqui, mas ela se intensificou depois da realização da feira. Depois disso, porque as pessoas que compraram os produtos queriam saber onde encontrá-los, discutiu-se o local, pensou-se na iniciativa e encontramos o espaço do armazém e fomos construindo a loja como ela está hoje (COORDENADOR DO ARMAZÉM DO CAMPO, SETEMBRO DE 2016).

Na loja são comercializados produtos de diferentes regiões do país. Além disso, produtos de pequenos agricultores e de empresas que trabalham com orgânicos também são:

A gente recebe produtos de diversas regiões do país, de assentamentos da região Sul, Centro-Oeste, Sudeste e algumas coisas do Nordeste também. Os estados, hoje, que a gente tem mais dificuldade de conseguir produtos são os do Nordeste, principalmente por causa da logística, o que acaba encarecendo bastante o produto. E a loja trabalha basicamente com três ideias distintas de comercialização: produtos de assentamentos de reforma agrária, prioritariamente; produtos de pequenos agricultores; e produtos de empresas que trabalham com orgânicos. A loja não é 100% orgânica porque nem todos os assentamentos do Movimento trabalham de forma agroecológica, pois nós estamos em um processo de transição da agricultura convencional para a

agricultura agroecológica, mas cerca de 80% dos produtos da loja são orgânicos (COORDENADOR DO ARMAZÉM DO CAMPO, SETEMBRO DE 2016).

A logística é a parte mais difícil e, muitas vezes, pode encarecer os produtos. Contudo, no caso do arroz agroecológico, os assentados aproveitam o deslocamento do arroz para a merenda escolar e abastecem o Armazém do Campo:

A logística, no caso do Rio Grande do Sul, é beneficiada porque a cooperativa regional fornece arroz para a prefeitura de São Paulo. A gente sempre aproveita a viagem. Quando eles vêm para trazer arroz para a merenda, a gente solicita o pedido e retira no depósito em que a prefeitura recebe. Isso facilita em relação à logística. A cooperativa tem caminhão próprio, transporte próprio. A maioria dos produtos que chegam aqui de outras cooperativas ou agricultores vem por transportadora (COORDENADOR DO ARMAZÉM DO CAMPO, SETEMBRO DE 2016).

Com relação aos preços dos alimentos, ambas as lojas os adquirem dos camponeses e revendem, numa relação comercial com as cooperativas do MST:

A gente trabalha com, digamos assim, margens fluatuáveis dos preços dos produtos. A maioria dos produtos que chegam aqui, o frete é pago pelo armazém. No armazém a gente compra e revende, em uma relação comercial com as cooperativas do Movimento, com as empresas privadas e com as empresas parceiras. Uma relação comercial de compra e venda. Mas a gente sempre trabalhar nessas linhas, por exemplo, a gente não tem muito produto convencional aqui, a ideia é que o armazém seja um lugar que você encontre produtos que não vai encontrar em outro local (COORDENADOR DO ARMAZÉM DO CAMPO, SETEMBRO DE 2016).

Tanto os mercados institucionais como os físicos, esse último é chamado de mercado popular camponês nessa pesquisa, possibilitam maior autonomia do campesinato numa etapa em que ele é normalmente excluído, a comercialização. Ou o camponês vende seus produtos às empresas no processo de integração ou aos intermediários. No caso da integração, existem vários exemplos, como a produção de leite, fumo, soja, aves, entre outras, que se destacam na região Sul do país. Nesses casos, os preços pagos pelos produtos são baixos, além de o camponês ter de se enquadrar nas técnicas e tecnologias exigidas pelo mercado, o que encarece a produção. Esses dois fatores, por si só, excluem parte significativa dos camponeses, principalmente os assentados de reforma agrária. A não integração desses sujeitos e as dificuldades de acesso ao mercado faz com que relações de troca sejam comuns entre as famílias camponesas. Contudo, além dessas, nos últimos anos, os camponeses

organizados em movimentos socioterritoriais procuram construir outras formas de comercialização através de mercados populares, como feiras, cestas, lojas, GCR e CSA. Embora ainda limitados, restritos e, até certo ponto, elitizados, tais mercados têm sido fundamentais na conscientização da população sobre a alimentação saudável.

O diferencial dos mercados populares é que os camponeses podem produzir os alimentos e vendê-los diretamente aos consumidores, numa relação de troca direta, horizontal. Ademais, apresentam à população o quanto a reforma agrária é fundamental na produção de alimentos agroecológicos. Adquirir esse tipo de alimento em um mercado popular é completamente diferente de adquiri-lo em uma rede de supermercado. Nessa, os consumidores não sabem quem são os produtores ou como, de fato, esses alimentos foram produzidos. No caso dos mercados populares isso é possível, inclusive o consumidor pode se transformar em um coprodutor, produzindo os alimentos que consome em cooperação com os camponeses, como ocorre na CSA. Os mercados institucionais e os mercados populares camponeses são espaços de comercialização de alimentos organizados em redes. Essas conectam sujeitos e lugares. São redes arquitetadas na medida em que territorialidades autônomas se desenvolvem. Elas surgem como uma necessidade de se comercializar os alimentos agroecológicos produzidos nos assentamentos rurais. Nesse sentido, a produção agroecológica desencadeou outras necessidades, como o cooperativismo, o grupo gestor, o coletivo, a certificação, a industrialização e a criação de mercados. Quanto mais essas atividades se desenvolvem, mais horizontais são as relações entre os camponeses, entre esses e outros sujeitos sociais, numa luta constante por autonomia e emancipação. Ainda que esses processos sejam permeados de conflitos, disputas e contradições.

4.5. As (Pluri)(Multi)Territorialidades Camponesas nos Assentamentos Rurais Gaúchos

Ao longo desse capítulo foram estudadas diferentes experiências produtivas desenvolvidas nos assentamentos rurais gaúchos. Os processos de territorialização da soja, das hortaliças e do arroz nos territórios camponeses ocorreram quase que simultaneamente, com destaque para hortaliças que tiveram início nos primeiros anos da década de 1990. Tanto a expansão do cultivo transgênico como dos cultivos agroecológicos podem ser explicados pelos equilíbrios internos e externos à unidade de produção elencados por Ploeg (2016), conforme explorado nos respectivos tópicos. Territorialmente, o que difere uma atividade das outras é o fato de no primeiro caso o camponês se reproduzir numa condição de subordinação enquanto no segundo isso ocorre numa condição de autonomia, visando à emancipação. Contudo, a subordinação contém momentos de luta por autonomia e essa, por sua vez, contém

relações que nem sempre são horizontais ou emancipatórias. É por isso que entre esses dois polos existem as (pluri)(multi)territorialidades camponesas, que são, ao mesmo tempo ou em diferentes tempos, subordinadas e autônomas. Essa nuance vai depender das relações construídas no decorrer dos processos.

De acordo com Delbianco et al (2014), 90% das famílias assentadas que cultivam soja adquirem as sementes necessárias no mercado, adquirindo-as, provavelmente, da Monsanto, agora Bayer. No manejo do solo, 95% das famílias utilizam a adubação química, sendo praticamente inexistente outro tipo de manejo. Ao preparar o solo para o cultivo, 75% das famílias adotam o plantio direto, sendo o preparo convencional utilizado por cerca de 20% dos assentados. Já no caso dos agrotóxicos, 90% das famílias os utilizam no plantio. Pode-se notar que os camponeses são altamente dependentes do mercado, adquirindo nele as sementes, os adubos químicos e agrotóxicos. Essas práticas não se limitam ao caso da oleaginosa, mas de outros cultivos voltados ao mercado, com algumas exceções. No caso do arroz convencional, 90% das famílias adquirem suas sementes no mercado e apenas 7% dominam o cultivo de suas sementes. No manejo do solo, 52% utilizam adubação química e 42% adubação orgânica, um número significativo. Ao preparar o solo, 94% utilizam a técnica de preparo convencional. Já os agrotóxicos são utilizados por 56% das famílias, sendo que 44% não utilizam nenhum tipo agrotóxico. No caso da produção de milho, 80% das famílias compram as sementes, 70% utilizam adubação química e 22% adubação orgânica. No preparo do solo, 65% utilizam o método convencional. Para a surpresa, 70% das famílias não utilizam agrotóxicos⁴⁸.

Comparando-se os casos da soja, arroz e milho, no primeiro os camponeses são mais dependentes do mercado do que nos outros dois. Embora em todos os três a dependência seja significativa. Na colheita da soja, os maquinários utilizados pelos assentados podem ser próprios ou alugados. Além dos altos custos de produção com sementes, adubos químicos e agrotóxicos, os camponeses que não possuem maquinários precisam alugá-los. Depois disso, a produção é vendida para as cooperativas ou cerealistas existentes no estado, que a revende para as agroindústrias ou empresas transnacionais. No caso da agricultura, é o comprador que determina o preço final do produto (SINGER, 1983). Sendo, portanto, o vendedor um mero tomador de preços (MENDES; PADILHA JÚNIOR, 2007). Logo, além dos altos custos de produção, os camponeses não possuem nenhuma participação da definição dos preços finais. A constituição do preço de produtos de origem agrícola é resultado direto das condições de

⁴⁸ Op. Cit.

oferta e demanda⁴⁹. Logo, no mercado das *commodities* os preços oscilam de acordo com a procura e a oferta de produtos. A curto prazo, os custos de produção não influenciam na formação do preço final. No momento do plantio, os preços cotados no mercado podem ser inferiores ou aquém dos custos de produção. Como os agricultores são tomadores de preços, eles se organizam de diferentes formas com o intuito de influenciar o processo e, assim, garantir o melhor preço, além de alguma segurança no mercado.

Existem outros fatores que influenciam nessa questão, como o clima, as doenças, as políticas públicas, entre outros. No caso específico da soja, tais fatores influenciam nas cotações da oleaginosa na Bolsa de Chicago, que é a referência mundial para a formação do seu preço. Entretanto, no mercado nacional, pode ser que o seu preço não acompanhe as cotações internacionais em virtude da taxa de câmbio. Contudo, muitas vezes as cooperativistas e os cerealistas se aproveitam dos momentos de crise para comprar os produtos a preços inferiores, armazenando-os. Quando os preços aumentam, essas *commodities* são comercializadas. Assim, quem sempre sai perdendo são os agricultores, sobretudo os camponeses, pois os preços pagos pelos produtos se mantêm abaixo do valor de mercado. É o exemplo dado, anteriormente, dos camponeses que além da soja produzem leite. Nos momentos de crise, ou de preços baixos, é a renda do leite que permite a continuidade do cultivo da oleaginosa. Nesse sentido, ao camponês depender de um único cultivo é extremamente arriscado, mas é o que acontece em alguns casos, principalmente no caso das *commodities*, cujos preços são definidos internacionalmente. Porém, embora arriscado, depender da plantação de uma *commodity* é a única opção de alguns camponeses se manterem na terra.

Existem, portanto, camponeses altamente e parcialmente subordinados ao sistema alimentar capitalista. Os altamente subordinados são aqueles que dependem exclusivamente do cultivo de soja, por exemplo. São famílias que produzem somente a oleaginosa ou arrendam as suas terras para isso. Elas não produzem alimentos se quer para autoconsumo, adquirindo tudo o que necessita para se reproduzir no mercado. Mas, por outro lado, existem as famílias parcialmente dependentes. Elas produzem soja, leite, hortaliças, panifícios, entre outros gêneros, para autoconsumo e/ou comercialização. Nesses casos, mesmo altamente dependentes do mercado no cultivo da oleaginosa, possuem certa autonomia nos outros cultivos, sobretudo naqueles voltados para o autoconsumo. O desenvolvimento de um caso ou dos outros vai depender de um conjunto de fatores tanto

⁴⁹ Op. Cit.

internos à unidade de produção camponesa como externos a essa. São usos dos territórios distintos, territorialidades em disputas ou (pluri)(multi)territorialidades. Essas podem acontecer ao mesmo tempo, sendo pluriterritorialidades, ou em tempos diferentes, sendo multiterritorialidades.

Se um assentado ou assentamento rural é altamente dependente de uma única cultura agrícola, eles enfrentam uma economia global de *commodities* com preços significativamente voláteis. Ademais, a especialização produtiva também é passível de saturação do mercado, diminuindo, conseqüentemente, o preço da safra, afetando a viabilidade da unidade de produção e os meios de subsistência dos camponeses que dependem do mercado. Isso ocorre porque, de acordo com Klasse e Wittman (2017), os sistemas alimentares locais sofrem influência do sistema alimentar global. É o caso da produção de mirtilo no Canadá analisada por esses autores. Assim,

Sem dúvida alguma que parcela dos camponeses capitula perante as ofertas burguesas de tecnologias tendendo, então, para a artificialização da agricultura e, como consequência, para a homogeneização das formas de produzir. Negam os conhecimentos tradicionais e a agroecologia e, com eles, o modo de produzir camponês e suas tecnologias socialmente apropriadas (CARVALHO, 2015).

A especialização produtiva oferece riscos eminentes, enquanto o policultivo não necessariamente. A diversificação das variedades agropecuárias ajuda a reduzir a exposição dos camponeses às flutuações do mercado. Aliado a isso, a produção agroecológica oferece resiliência ecológica. Nesse sentido, uma produção agroecológica diversificada pode ser a saída para dependência ao mercado, as flutuações dos preços e a saturação dos mercados. Mesmo que o camponês seja subordinado em uma determinada cultura, a existência de outros cultivos, principalmente para o autoconsumo é imprescindível, pois permite certa autonomia e resiliência em momentos de crise econômica e mudanças climáticas. Seguindo essa lógica, os camponeses altamente subordinados podem ser, a qualquer momento, excluído das cadeias de *commodities*, expulso de suas terras, ou seja, desterritorializado, seja por dívidas, seja por não conseguir mais produzir. A condição de subordinação total tende a marginalização e desterritorialização dos camponeses. Contudo, essa condição pode ser revertida, dependendo o caso, através da luta por maior autonomia na produção de alimentos. Já a condição de subordinação parcial tende, por um lado, à subordinação total e, por outro lado, a maior autonomia no processo de produção, processamento e comercialização de alimentos. E isso

vai depender de fatores internos e externos à unidade de produção camponesa ou à comunidade rural.

Também existem camponeses altamente e parcialmente autônomos. O primeiro caso ocorre quando o camponês, individual ou coletivamente, possui autonomia na produção de alimentos, não dependendo do mercado para obter sementes e insumos. Para isso, faz-se necessário desenvolver uma agricultura agroecológica, num processo de co-evolução homem e natureza e na construção de uma base de recursos autocontrolada. Em alguns casos, o camponês pode não produzir em sua unidade a semente e os insumos, mas adquiri-los de outros camponeses e/ou de cooperativas, numa relação de troca e/ou comercial. Lembrando que, a associação ou a cooperativa devem coordenadas pelos próprios camponeses, sendo esses os responsáveis pelas decisões tomadas. A agroecologia, além de diminuir a dependência aos mercados, permite maior autonomia no processo produtivo, resultando na construção de usos mais autônomos dos territórios ou territorialidades autônomas. Nesse processo, as territorialidades ultrapassam, muitas vezes, a unidade de produção camponesa, atingindo outros territórios e sujeitos ou agentes sociais. Em decorrência disso, redes transterritoriais podem ser construídas, como na luta pela soberania alimentar. Na produção de arroz agroecológico nos assentamentos rurais gaúchos e sua comercialização no Armazém do Campo em São Paulo. Essas redes ocorrem, sobretudo, através dos espaços de comercialização de alimentos, os mercados populares camponeses.

Ser altamente autônomo, quando coletivamente, pode produzir um sistema agroalimentar distinto do global, ou em contraposição a esse, que nesse caso será chamado de emancipatório. Mas isso é assunto do próximo capítulo. Ser parcialmente autônomo significa possuir certa autonomia em um determinado cultivo ou em uma das etapas desse cultivo, mas não no conjunto. Ser parcialmente autônomo é o mesmo que ser parcialmente subordinado. É o meio termo entre a subordinação e a autonomia/emancipação. É produzir diferentes usos dos territórios, em condições conflitantes de subordinação e autonomia. Entre os polos existem, portanto, infinitas situações, níveis e graus de subordinação e autonomia. Um camponês altamente autônomo pode se transformar, a depender do contexto, em um camponês parcialmente autônomo, o que significa parcialmente subordinado. Esse, por sua vez, pode ser transformar em um camponês totalmente subordinado. E tudo isso pode acontecer em um mesmo espaço-tempo. Isso porque os equilíbrios não são apenas entre a unidade de produção camponesa e o contexto em que ela está inserida, mas, também, entre

elementos internos, como diminuição da mão-de-obra, doença, envelhecimento dos assentados, entre outros.

As (pluri)(multi)territorialidades camponesas dependem das tentativas de se equilibrar fatores internos e externos à unidade de produção camponesa. Elas explicam as condições de reprodução do campesinato na contemporaneidade. São variações que ocorrem entre os extremos, a subordinação total e a emancipação. Entender o camponês é analisar como esse usa o seu território de diferentes maneiras nos mais variados contextos. Concorda-se com Bartra (2010), quando o autor afirma que ao campesinato não cabe reducionismos. Por isso, não se pode afirmar que um camponês ao produzir soja é totalmente subordinado ao sistema alimentar capitalista. Mas, ainda que sim, tal situação pode ser alterada a qualquer momento, a depender do contexto, das disputas e dos conflitos. Dentre os fatores internos, têm-se a relação com a natureza, a base de recursos, o trabalho, a família, entre outros explorados em capítulos anteriores. Por sua vez, os fatores externos podem estar relacionados ao sistema alimentar capitalista, o que engloba a relação cidade-campo, as ações do Estado, que na maioria das vezes é contraditória, e, por fim, ao movimento socioterritorial, na sua relação com os camponeses e o Estado. Dessa forma, o próprio contexto de desenvolvimento do sistema alimentar capitalista é suficiente para explicar tanto a subordinação como a autonomia. Todavia, esse sistema, embora global, não se manifesta nos territórios da mesma maneira e com a mesma intensidade, havendo variações.

4.6. Síntese

O cultivo da soja é totalmente dependente da agricultura industrial. Logo, os camponeses que passam a produzir o grão se tornam cada vez mais subordinados. Porém, mesmo produzindo para o agronegócio, os camponeses lutam de diferentes formas por certo grau de autonomia. Essa faz parte do modo camponês de viver, saber e fazer agricultura camponês. É por isso que ao invés de se falar em territorialidades do agronegócio em territórios camponeses, utiliza-se a ideia de territorialidades subordinadas, autônomas e (pluri)(multi)territorialidades. São territorialidades impostas pelo capital, mas o território é camponês, o modo de produzir é familiar. Tem-se, portanto, um território camponês, cujos sujeitos se reproduzem em uma condição de subordinação imposta pelo sistema alimentar capitalista. Nesse sentido, a produção de (multi)(pluri)territorialidades são mais comuns, podendo-se encontrar em um mesmo território diferentes graus de subordinação e autonomia em conflito. É o caso, por exemplo, dos assentados que produzem soja num determinado período do ano e hortaliças em outro. Ou, produz, concomitantemente, soja, leite e hortaliças,

sendo essa última praticamente sem a utilização de insumos industriais. A ideia de pluri significa que as territorialidades subordinadas e autônomas são produzidas ao mesmo tempo e a ideia de multi significa que ocorrem em tempos diferentes. E isso no mesmo território.

A produção das hortaliças e do arroz agroecológicos em assentamentos rurais faz parte da atualidade das lutas camponesas, embasadas no controle dos usos dos territórios, na construção de territorialidades autônomas. Os usos dos territórios se baseiam no acesso e controle das técnicas e tecnologias, das sementes, das agroindústrias, dos mercados institucionais e mercados populares. São usos construídos a partir de relações horizontalizadas, de uma práxis transformadora, centrada na ação e reflexão dos homens (FREIRE, 1996). São ações, relações e práticas no e a partir do território tendo em vista a soberania dos camponeses na produção de alimentos. Essas lutas têm se tornado cada vez mais comum no Brasil nesta última década, sobretudo no caso dos movimentos camponeses que fazem parte da Via Campesina. São experiências construídas a partir de dois contextos, o de subordinação e o de marginalização, ou exclusão. No caso do estudo aqui apresentado, durante a década de 1990, os camponeses se encontravam subordinados tanto aos arrendatários capitalistas como ao capital industrial, comercial e financeiro. No final desta década, com a falência de alguns arrendatários, o endividamento dos camponeses e a queda dos preços do arroz, os camponeses começaram a discutir novas formas de produção. É nesse ínterim que surge o cultivo de arroz agroecológico. A cada safra, os camponeses desenvolveram novos saberes e conhecimentos e outras formas de organização social e política, adquiriram maquinários, construíram agroindústrias e criaram mercados. Isso não seria possível sem a organização multidimensional e pluriescalar dos camponeses, desde o movimento socioterritorial, o MST, até os grupos de famílias, grupos gestores, coletivos e cooperativas.

CAPÍTULO 5 - TERRITORIALIDADES AUTÔNOMAS E SISTEMA ALIMENTAR CAMPONÊS: OUTRO MODELO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA A PARTIR DO RIO GRANDE DO SUL

5.1. Introdução

O primeiro capítulo dessa tese abordou o caráter geográfico do sistema alimentar capitalista a partir das ideias de poder, apropriação e uso do território. Tal compreensão dialoga com as concepções de Oliveira (1991), Fernandes (2008) e Ross (2015). O sistema alimentar capitalista consiste nos processos de produção, distribuição e consumo de alimentos. Sendo esses controlados, sobretudo, por empresas transnacionais e redes de varejo. Seguindo essa lógica, o sistema controla os territórios e os seus usos, ou as territorialidades. Na medida em que esse controle aumentou nestas últimas décadas, intensificou-se tanto a subordinação como a autonomia do campesinato. Dessa forma, enquanto, por um lado, os camponeses se reproduzem em uma condição de subordinação, por outro lado, reproduzem-se lutando por autonomia, que em alguns casos pode resultar na construção do que nesse capítulo será chamado de sistema alimentar camponês. Isso acontece porque o uso do território contém um caráter emancipatório. É a partir dele e através dele que o camponês pode construir o seu próprio sistema alimentar, controlando a produção, a distribuição e o consumo de alimentos. Nesse sentido, o presente capítulo abordou as seguintes questões: a) De que maneira os contextos influenciam na construção de territorialidades autônomas? b) Qual o papel do Estado e do MST nesses processos? c) Quais são os graus e as escalas das territorialidades camponesas? d) Como as territorialidades autônomas permitem a ascensão do sistema alimentar camponês?

Para responder tais questões o capítulo foi estruturado em cinco tópicos. No primeiro tópico, abordou-se como o contexto agrário atual intensifica tanto a subordinação como a autonomia do campesinato. No segundo e terceiro tópicos foi apresentado como o Estado e o MST influenciam nos processos de subordinação e autonomia. Ou seja, como as políticas públicas, por um lado, e organização dos camponeses, por outro lado, são fundamentais para que o campesinato se reproduza de maneira autônoma. No quarto tópico foram discutidos os graus e as escalas das territorialidades camponesas a partir dos seguintes elementos: trabalho, capital, técnica, tecnologia, produção e comercialização. Por fim, no quinto e último tópico foi abordado a estrutura e o funcionamento do sistema alimentar camponês, um sistema construídos pelos próprios camponeses no âmbito das lutas por autonomia, das disputas por

políticas públicas, da organização cooperativista. É um sistema que se organiza em contraposição ao capitalista. A sua existência e resistência depende tanto de fatores externos à unidade de produção camponesa (contexto, Estado, Movimento) como de fatores internos (trabalho, capital, técnica, entre outros). Entender as múltiplas relações entre esses fatores foi o objetivo desse capítulo.

5.2. O Contexto Agrário e as Territorialidades Camponesas

O contexto agrário atual é o de ascensão do sistema alimentar capitalista. Tal sistema vem sendo desenvolvido desde a industrialização da agricultura, tornando-se cada vez mais complexo. Desde então, além de controlar as indústrias a montante e a jusante, que nada mais são do que as indústrias de insumos e maquinários, por um lado, e as indústrias de transformação, por outro lado, começou a definir todos os outros processos que envolvem a produção, a distribuição e o consumo de alimentos. É um sistema formado por diferentes agentes sociais, sendo que alguns possuem mais poder do que os outros, definindo, assim, através de redes transterritoriais, todos os processos que compõem o sistema. Como consequência disso, é um sistema que determina os usos dos territórios. Ou seja, ele pode se apropriar diretamente dos territórios, processo denominado de territorialização, ou pode controlar a maneira como os territórios são usados, as territorialidades. Ainda que o território seja camponês, o sistema alimentar capitalista pode definir as territorialidades, controlando as técnicas utilizadas, as normas produtivas, a utilização de tecnologias, o acesso ao mercado, a disponibilidade de capital e as políticas públicas. O sistema alimentar capitalista não precisa se apropriar dos territórios para controlá-los, ele simplesmente define o seu uso, controlando as atividades desenvolvidas nele.

O uso capitalista do território é distinto do uso camponês. De modo geral, o primeiro objetiva a reprodução ampliada do capital e o segundo a reprodução da vida, da família. Porém, com a expansão do primeiro, o segundo se torna cada vez mais subordinado. Isso porque, além da subordinação através da renda da terra, no bojo dessas relações o camponês se distancia do seu modo de produzir. Ele nega, portanto, seu modo de viver, saber e fazer agricultura, que é milenar, mas, ao mesmo tempo, moderno. Contudo, muitos camponeses não são integrados pelo sistema alimentar capitalista. Na verdade, a maioria não é. O que pode estar relacionado aos mais variados motivos, como o tamanho da terra, a inexistência de mão-de-obra, a falta de capital e/ou tecnologia, entre outros. Ou, então, ao fato de o capital não necessitar desse tipo de relação para se reproduzir em determinados momentos. Nesse interím, alguns desses camponeses vão continuar se reproduzindo enquanto camponeses médios ou

pobres, porém a imensa maioria será desterritorializada porque não consegue se reproduzir na terra, a partir da produção de alimentos (FERNANDES, 2013). Isso significa tanto a subordinação como a marginalização dos camponeses no contexto agrário atual. Porém, esses processos não são lineares.

É diante da subordinação e marginalização que os camponeses encontram maneiras de se manter na terra. Conforme Oliveira (1991):

É dentro desse processo de sujeição da renda da terra que o capital adentra no mundo do pequeno lavrador camponês, sitiando-o pela ação do monopólio. Mas é aí mesmo que é gestado o movimento contrário, que leva à união desses trabalhadores enquanto classe. E a “liberdade de produzir” tem sido a bandeira empunhada por esses camponeses (p. 12).

Em outras palavras, é no âmbito dos efeitos da sujeição da renda terra e do controle das territorialidades que lutas, resistências, autonomia e emancipação são gestadas. No caso do arroz na RMPA, o contexto de crise dos preços e endividamento das cooperativas e famílias assentadas possibilitou a ascensão da produção agroecológica. Hoje, é uma das principais experiências agroecológicas e cooperativistas do MST no país. Foi diante da possibilidade de marginalização e, talvez, de desterritorialização que os camponeses decidiram procurar outras alternativas. Nas palavras de Carvalho (2012):

E, em contextos histórico que lhes são desfavoráveis, parcelas deles se subordinam consciente e acomodadamente à algumas frações do capital agroindustrial numa negação de si próprios como camponeses. Porém, é crescente a consciência política camponesa e a compreensão das consequências negativas da sua articulação com o capital. E, ao contrário, tendem a superar essa dependência pela construção gradual da sua autonomia relativa perante o capital. Essa perspectiva da afirmação camponesa como forma de resistência social à expansão do capitalismo já se colocava quando Marx polemizava com os populistas em meados do século XIX e quando se debruçou no estudo e, depois, ao emitir opinião sobre a particularidade da comuna rural russa (*s.p.*).

É por isso que o contexto agrário pode produzir os dois extremos das territorialidades camponesas, a desterritorialização e a emancipação. Lembrando que entre essas existe uma gama de situações. Entender o território camponês é compreender a sua relação com o contexto em que está inserido. Todavia, assim como o que contexto pode ser alterado, as resistências também. Isso quer dizer que, conforme o sistema alimentar capitalista se torna mais concentrado e com poder para definir todos os processos que envolvem a produção, a distribuição e o consumo de alimentos, novas resistências são construídas. No segundo

capítulo dessa tese algumas dessas resistências foram analisadas. Conforme abordado, são resistências territoriais, pois visam outros usos dos territórios, baseados na autonomia, na soberania, na emancipação das amarras do capital. No caso do arroz, a resistência territorial em virtude do elevado grau de autonomia adquirido pode ser conceituada como sistema alimentar camponês.

Em outras palavras, em um contexto agrário de ascensão do sistema alimentar capitalista, cabe ao campesinato encontrar soluções à subordinação e marginalização. Nos casos estudados, a alternativa encontrada foi a luta por autonomia, não só na unidade camponesa, mas nos assentamentos rurais, através da criação de cooperativas, agroindústrias e mercados populares camponeses. É dessa maneira que os camponeses obtêm autonomia na produção, na distribuição e no consumo de alimentos, aliando-se aos consumidores. À medida que todos esses processos são controlados pelos camponeses, tem-se um sistema alimentar camponês, com estrutura, funcionamento e relações próprias, diferentes do sistema alimentar capitalista.

De acordo com Shanin (2008), as respostas construídas pelos camponeses a situações de crise são extremamente complexas. Mais do que isso, esses sujeitos não esperam soluções alheias. Dessa forma, “as soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas” (p. 25). Essa solução pode ser, inclusive, a subordinação ao sistema alimentar capitalista ou o trabalho não agrícola em determinados períodos. Essas questões vão depender do contexto, além de outros fatores que são discutidos nos próximos tópicos. Continuando, “camponeses têm provado ser extremamente resilientes e criativos em situações de crise e não há uma forma simplista para descrever isso” (p. 25). Assim,

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia família (SHANIN, 2008, p. 25-26).

O camponês é um sujeito resiliente. Quando necessário, uma classe social que se opõe ao capitalismo e seu sistema alimentar. Entretanto, a existência do campesinato também depende de não camponeses, do governo, das decisões governamentais, pelo movimento de fronteiras etc (SHANIN, 2008). No caso dos camponeses assentados no Rio Grande do Sul

dois fatores são importantes, além do próprio contexto agrário, a organização desses sujeitos em um movimento socioterritorial, o MST, e as políticas públicas criadas recentemente, principalmente aquelas com caráter emancipatório. Ambos os fatores são analisados nos próximos tópicos. Para entender o território camponês, ou o uso camponês dos territórios, faz-se necessário analisar o contexto agrário, a organização dos camponeses e a atuação do Estado através de políticas públicas. Esses três são fatores externos à unidade de produção, ao assentamento rural, mas que influenciam diretamente nas territorialidades camponesas, na subordinação ou na autonomia. Conforme analisado, o contexto agrário pode gerar tanto um como outro. E a escolha pode estar relacionada com os outros dois fatores externos, além, obviamente, dos fatores internos à unidade camponesa.

5.3. A Ação e Organização Espacial e Territorial do Campesinato

O MST surgiu oficialmente em 1984, mas as lutas que lhe deram origem tiveram início no final da década de 1970. A constituição do Movimento representou a retomada da luta pelo acesso a terra, que é histórica no país, interrompida em 1964 com a ditadura militar (TARROW, 1994). São, portanto, quase 40 anos de desafios e conquistas nas lutas pela reforma agrária. Ao longo desses anos, o Movimento atuou de duas maneiras, através de ações espaciais, o que permite a sua espacialização, e ações/organizações territoriais, que permitem a sua territorialização. Essas ações/organizações se completam no espaço-tempo. São, por conseguinte, indissociáveis. E ambas estão em consonância com o projeto político do Movimento. Tanto as formas de atuação como o projeto político estão em constante movimento. Ou seja, são (re)modelados de acordo com a práxis dos camponeses e os diálogos construídos entre eles e outras organizações camponesas, além do Estado. No capítulo 2, ao abordar as resistências territoriais, discutiram-se as transformações pelas quais os usos dos territórios camponeses passaram no que se refere à produção de alimentos. E o Movimento teve papel fundamental nesses processos. Conforme as ações/organizações ocorrem, outros camponeses passam a compor (ou a deixar) o Movimento.

É no processo de espacialização/territorialização que os camponeses organizados no MST constroem espaços com o objetivo de transformá-los em territórios, caracterizando-se, ao mesmo tempo, como um movimento socioespacial e socioterritorial. Ele é socioespacial porque no decorrer das suas lutas estabelece espaços de resistência. E é socioterritorial porque transforma esses espaços em territórios de resistência. É nos movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização tanto do capitalismo como do campesinato que o Movimento transforma espaços em territórios, sendo esses fundamentais na construção de

novos espaços e assim sucessivamente. Um depende do outro. Sua existência está, portanto, vinculado ao território (MARTIN e FERNANDES, 2004). Nesse sentido, o território é o seu trunfo, conforme Raffestin (1993), nos processos de enfrentamento e resistência ao capital. Ao realizar uma ocupação de terra, que antes de acontecer depende de todo um trabalho de base realizado pelo Setor de Frente de Massa, constrói-se um espaço de luta e resistência, que é o acampamento. Lembrando que, em alguns casos, a organização do acampamento antecede a ocupação da terra. Quando esse acampamento se torna um assentamento rural, conquista-se um território de resistência camponesa. Contudo, esse último processo depende também do Estado.

A ocupação da terra é a principal forma de luta dos camponeses sem-terra e de (re)criação do campesinato:

A ocupação é uma forma de luta, é uma ação popular que compreende tempo e espaço na transformação da realidade. Portanto, é preciso distinguir o ato de ocupar com o processo de ocupação. O ato de ocupar é um momento desse processo, que se inicia na formação dos grupos de famílias, na realização dos trabalhos de base e desenvolve-se no acampamento, nas negociações, nos enfrentamentos, nas manifestações, na conquista da terra e nas lutas seguintes (FERNANDES, 2000, p. 162)

Desde os anos 2000, além da ocupação de terra, outra ação no processo de luta e resistência camponesa tem se destacado, as manifestações. Essa ocorre, normalmente, na cidade, sobretudo, nas capitais. São ocupações de prédios públicos e privados, marchas, passeatas, bloqueio de rodovias, entre outras. As ocupações de terra e as manifestações são ações que se completam no espaço-tempo, no decorrer dos processos de luta pela reforma agrária. E os resultados são os mais variados, desde a criação de um assentamento rural até a conquista de uma política pública para os assentados. Dessa forma, a manifestação possui duas funções, a de pressionar o governo na implantação da política de reforma agrária, mas, mais do que isso, a de lutar pela permanência dos camponeses na terra. A manifestação é uma importante forma de luta por políticas públicas que permitam o desenvolvimento dos territórios camponeses, pela construção de territorialidades cada vez mais autônomas, dialogando com a sociedade sobre os impactos causados pelo sistema alimentar capitalista e as alternativas existentes, como a reforma agrária, a agroecologia e a soberania alimentar.

Sem essas ações de ocupar o espaço não haveria os territórios de resistência camponesa, os assentamentos rurais. Porém, nesses últimos anos o número de ocupações de terra tem diminuído significativamente em todo o país. Sem ocupações de terras, o número de

camponeses tende a ser manter o mesmo ou a diminuir. E conforme Ploeg (2008), o aumento do número de camponeses é fundamental dentro do processo de recampesinização. Tanto o número de camponeses como o aumento da autonomia dos camponeses existentes. Mas, em contraposição, o número de manifestação tem se mantido elevado. A ocupação da terra, o acampamento e o assentamento deram origem ao movimento sem-terra, e são fundamentais para a sua existência. É por isso que o MST adquire a concepção de forma em movimento, conforme Fernandes (2000). A sua existência, ação e organização dependem, justamente, desse movimento em torno das lutas pelo acesso a terra e pela reforma agrária no país. São ações que deram origem ao Movimento, que são fundamentais para a sua persistência e as mudanças que ocorrem na sua práxis e maneira de compreender a realidade, ou o contexto agrário. Assim,

O ponto de partida para construir o MST em cada estado foi a organização de uma estrutura básica. Essa estrutura, formada pela coordenação, direção, secretaria e setores, foi concebida desde as práticas das organizações camponesas históricas e, principalmente, das experiências vivenciadas, quando as famílias organizaram comissões e núcleos nos acampamentos e nos assentamentos. Esses ensaios praticados durante anos de luta tornaram-se as referências que delinearão as formas de organização das atividades do Movimento. Desse modo, os sem-terra criaram suas instâncias de representação que são a direção e a coordenação estaduais, as coordenações de assentamentos e acampamentos. Evidente que esse processo foi sendo construído por etapas. O seu começo é a ocupação da terra (FERNANDES, 2000, p. 86).

É a partir da ocupação de terra que toda a estrutura organizativa do Movimento teve origem. E essa organização foi inspirada nas leituras acerca da realidade e na história de luta dos camponeses, na forma movimento:

Esse modelo de organização foi elaborado na leitura das realidades e da história de luta do campesinato. Criar uma organização autônoma, socializar os conhecimentos dos direitos, romper o isolamento e ampliar as lutas e o Movimento são condições fundamentais para a construção da forma de organização do MST. Foram esses os objetivos que os sem-terra carregaram, quando partiram para construir novos espaços de lutas pelo território nacional (FERNANDES, 2000, p. 87).

É no bojo desse processo que surge a direção nacional, a coordenação nacional, a coordenação estadual e regional, além da coordenação dos acampamentos e assentamentos. Depois desses, têm-se os setores. Aquilo que anteriormente era comissão, núcleo ou coletivo, transformou-se em setor. O surgimento dessa estrutura organizativa, principalmente dos

setores, permitiu que o MST atuasse em diferentes escalas e dimensões do território, organizando, dessa forma, tanto as lutas pelo como as lutas no território. Constitui o Movimento os camponeses sem-terra e os camponeses assentados. Eles são a sua base social, mas também compõe as suas estruturas organizativas. Qualquer um dos camponeses sem-terra, no caso os acampados, pode se tornar o coordenador do acampamento, e futuramente do assentamento. Lembrando que nas coordenações existe paridade de gênero, sendo sempre um homem e uma mulher. Obviamente que, numa estrutura enorme como essas, vão ocorrer conflitos, disputas. Alguns camponeses vão compor o Movimento, enquanto outros vão deixá-lo. Isso porque, alguns vão concordar com as diretrizes construídas, enquanto outros não. No bojo desses processos, o MST erra e acerta, acerta e erra. Estrutura e conteúdo fazem parte do MST e estão em constante movimento. Tais referenciais são construídos por meio do diálogo, debate, leitura e reflexão acerca da realidade.

Os encontros estaduais e o congresso nacional do Movimento são os momentos em que a construção do diálogo e a elaboração das diretrizes se efetivam. São espaços específicos para isso. Além dos espaços internacionais, como aqueles construídos no âmbito da Via Campesina. No congresso nacional, o projeto político do Movimento para os próximos anos é definido. Dessa forma, os espaços de lutas e os territórios de resistência construídos e conquistados passam a ser mediados por um projeto político, uma intencionalidade que direciona as ações dos camponeses no espaço-tempo. O projeto político é o resultado do diálogo entre a práxis e as leituras da realidade. É analisando a realidade a partir de suas experiências que o MST constrói o seu projeto político. As compreensões acerca da realidade não são instantâneas, pois dependem dos diálogos construídos pelos camponeses, e entre as organizações camponesas. É nesse sentido, que é desenvolvido o que Martínez-Torres e Rosset (2014) denominam diálogo de saberes. Ou seja, leituras, análises, compreensões da realidade em que os camponeses estão inseridos e propostas para transformá-la.

Nestes últimos anos, nas leituras realizadas pelos camponeses, percebeu-se que os assentados são cada vez mais pressionados pelo sistema alimentar capitalista a arrendarem as suas terras ou a cultivar *commodities* em seus territórios, num modelo de total subordinação das territorialidades. E esse contexto não é recente, vem se consolidando desde a década de 1990. Dentre os resultados, além da subordinação, mas, contraditoriamente, da luta pela autonomia, o que se viu foi certo enfraquecimento político-organizativo do Movimento nas regiões em que a produção de *commodities* avançou substancialmente nesses últimos anos. Os camponeses, assim como o Movimento que os representa, sofrem as consequências da

expansão do sistema alimentar capitalista. Foi pensando nessas questões que em 2007, no V Congresso Nacional do MST, discutiu-se a necessidade de se avançar cada vez mais através de propostas de organização da produção de alimentos nos assentamentos rurais. O que culminou na proposta de reforma agrária popular no VI Congresso Nacional do MST, que ocorreu em 2014. É importante perceber que embora o projeto político seja o resultado da práxis e das leituras acerca da realidade, ele não é construído de um dia para o outro. Muitas vezes, as respostas do MST demoram a serem construídas justamente pelo tamanho da sua estrutura organizativa.

Mesmo assim, a estrutura e o conteúdo do MST, ambos construídos no decorrer dos processos de resistência, são fundamentais para que as lutas camponesas adquiram maior visibilidade junto ao Estado, por exemplo. A ação e organização espacial e territorial permitem que as lutas camponesas ultrapassem a unidade de produção, ou seja, a escala local. Elas têm o papel de organizar o camponês não só na luta pelo acesso a terra, mas na luta por crédito, educação, saúde, entre outros. Em outras palavras, são ações/organizações que permitem que essas lutas sejam da classe camponesa. Dessa forma, a organização dos camponeses em um movimento socioterritorial possibilita avanços significativos no processo de recampesinização, no aumento do número de camponeses e nas lutas por autonomia e emancipação. Um camponês sozinho pode conseguir maior autonomia em todo o processo produtivo, mas, quando isso ocorre coletivamente, tem-se a constituição de um sistema alimentar camponês. Um sistema que é maior do que a autonomia em si, mas depende dessa para existir. Depende, também, da organização dos camponeses, da criação de cooperativas, agroindústrias e mercados populares camponeses, da organização de ocupações de terra e manifestações. Toda essa estrutura é fundamental na construção da autonomia, da emancipação, e, como consequência disso, do sistema alimentar camponês.

5.4. Disputando o Estado: A Construção de Políticas Públicas de Caráter Emancipatório

Além das ações dos movimentos socioterritoriais, o outro fator que pode influenciar no grau de subordinação ou autonomia é o papel do Estado através das políticas públicas. As suas instituições também são fundamentais nesses processos, como nos casos do INCRA e da EMATER, ambos abordados no capítulo anterior. De acordo com Grisa e Schneider (2015), as políticas públicas podem ser caracterizadas como a materialização de diferentes ideias ou representações de mundo elaboradas por distintos atores sociais em mecanismos de interferência estatal na realidade de um determinado país, região, estado ou território. Assim, segundo os autores citados, “as políticas públicas refletem, portanto, o entendimento dos

grupos sociais sobre sua própria condição e sobre a sociedade em geral, bem como sobre os instrumentos necessários para aperfeiçoar esta condição” (p. 127). As políticas públicas surgem à medida que os sujeitos sociais começam a entender as suas necessidades, organizam-se em torno dessas e pressionam o Estado na resolução de tais questões. Nesse sentido, as políticas públicas estão relacionadas às compreensões que os sujeitos possuem deles mesmos e das condições em que vivem, assim como das ações em torno da resolução dos problemas e demandas.

Historicamente, os agricultores camponeses estiveram à margem das políticas públicas destinadas ao espaço rural brasileiro. A agricultura camponesa passou a ser reconhecida pelo Estado a partir de meados da década de 1990 com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999 e da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) no interior do MDA em 2001 (GRISA e SCHNEIDER, 2015). Antes disso, nas décadas de 1960 e 1970, as políticas agrícolas privilegiavam os setores mais capitalizados da agricultura, que produziam gêneros agrícolas destinados ao mercado externo, como café, soja, trigo, cana-de-açúcar, laranja e algodão. O Estado também desenvolveu ações com o objetivo de promover a pesquisa agropecuária através da criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), de garantir os preços e a comercialização agrícola através da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), de oferecer tecnologia e assistência técnica com a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e garantir o seguro agrícola por meio do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) (GRISA, 2010).

Aos agricultores camponeses restaram políticas como o POLONORDESTE, que se organizava em torno de Projetos de Desenvolvimento Rural Integrados (PDRI's), financiado pelo Banco Mundial. O objetivo era intervir nas unidades produtivas através de crédito rural, assistência técnica e apoio a comercialização e nas condições de infraestrutura com a construção de rodovias vicinais e a eletrificação rural (GRISA, 2010). Mais tarde houve a criação do Projeto Nordeste, política que conjugava outros seis programas, dentre eles o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), com o intuito de erradicar a pobreza no campo e favorecer a produção e a produtividade agrícola através do apoio à produção e o Apoio às Pequenas Comunidades Rurais (APCR). O PAPP perdurou até 1995 quando foi transformado em Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR)⁵⁰. De acordo com Grisa e

⁵⁰ Op. Cit.

Schneider (2015), essas políticas se baseavam no referencial agrícola e agrário. Eram políticas que se atentavam às questões econômicas, por um lado, e aos problemas agrários, por outro lado, relacionados à questão da propriedade da terra.

A partir da década de 1980, com a redemocratização do país, essa realidade começou a ser alterada. Em 1985, houve a criação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Ocorreram, também, mudanças políticas em alguns sindicatos, como na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), o surgimento de outros como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), além da formação de movimentos socioterritoriais como o MST, depois o MAB e o MPA (GRISA, 2010). Aliado a isso, já na década de 1990, mais precisamente em 1994, ocorreu o I Grito da Terra, manifestação organizada por vários movimentos camponeses. Em 1995 e 1996, os massacres de Corumbiara e Carajás, respectivamente, trouxeram à tona a questão agrária brasileira. Todos esses acontecimentos foram fundamentais para que o Estado reconhecesse a agricultura camponesa em suas políticas públicas.

É nesse contexto que, em 1996, é criado o PRONAF, política de crédito rural que permite a capitalização e a consolidação no mercado dos agricultores camponeses. O termo utilizado nessa política é o de agricultura familiar. Essa concepção ascendeu na década de 1990, em virtude da difusão da pesquisa de Ricardo Abramovay, um dos precursores da vertente da agricultura familiar do PCA no país. Depois disso, outras políticas públicas destinadas à agricultura camponesa foram criadas como o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), o Programa Garantia Safra e a retomada da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) (GRISA e SCHNEIDER, 2015). As políticas públicas criadas nesse período tinham como objetivo capitalizar os camponeses, garantir preços mínimos e oferecer assistência técnica. Assim, o viés econômico não deixou de existir, mas o viés social e assistencial passou a direcionar a agenda política dos governos (GRISA e SCHNEIDER, 2015).

Contudo, em 1998, a criação do PRONERA significou um avanço significativo nas políticas públicas direcionadas à agricultura camponesa. Isso porque, não é uma política com viés econômico, muito menos assistencial. É uma política que possibilita a formação dos assentados, das assentadas e dos seus filhos no ensino fundamental, médio, técnico e superior. No Rio Grande do Sul, entre 1999 e 2016, foram organizados 54 cursos de diferentes modalidades (ver quadro abaixo). Cursos de alfabetização de jovens e adultos, técnicos em cooperativismo ou agropecuária e agroecologia, além dos cursos de graduação em agronomia

e medicina veterinária. O programa permitiu a formação dos assentados em diferentes níveis e áreas do conhecimento, com destaque para as áreas voltadas à organização cooperativista dos camponeses e ao desenvolvimento da agropecuária ou agroecologia. São cursos que fornecem as bases necessárias para que os camponeses atuem de diversas maneiras nos seus territórios. O fato de um camponês ser alfabetizado faz toda a diferença no momento de participar de uma política pública que exige a organização e o controle da produção de alimentos, por exemplo.

Quadro 21 – Cursos desenvolvidos pelo PRONERA no Rio Grande do Sul

Instituição de Ensino	Curso	Modalidade
ITERRA	Técnico em Administração de Cooperativas	Superior/Especialização
ITERRA	Técnico em Administração de P.As	Médio
ITERRA	Magistério	Médio
ITERRA	Magistério	Médio
UFSM	Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Alfabetização
UNIJUÍ	Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Alfabetização
ITERRA	Técnico em Administração de Cooperativas	Médio
UNIJUÍ	Pedagogia	Superior
ITERRA	Técnico em Administração de Cooperativas	Médio
ITERRA	Extensão em Administração de Cooperativas	Pós Médio
ITERRA	Técnico em Saúde Comunitária	Médio
ITERRA	Magistério	Médio
ITERRA	Técnico em Administração de Cooperativas	Médio
ITER/UERGS	Pedagogia	Superior
ITERRA	Ensino Médio	Médio
ITERRA	Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Médio
ITERRA	Técnico em Administração de Cooperativas	Médio
ITERRA	Pedagogia da Terra	Superior
Instituto Preservar/ UFRGS	Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Fundamental
ITERRA	Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Médio
ITERRA	Magistério	Médio
ITERRA	Técnico em Administração de Cooperativas	Médio
Instituto Educar IFET/ Sertão	Técnico em Agropecuária/Agroecologia	Médio

Instituto Educar IFET/ Sertão	Técnico em Agropecuária/Agroecologia	Médio
ITERRA	Magistério	Médio
IPE-CAMPO	Magistério	Médio
IPE-CAMPO	Técnico em Administração de Cooperativas	Médio
IPE-CAMPO	Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Médio
IPE-CAMPO	Técnico em Saúde Comunitária	Médio
Instituto Educar IFET/ Sertão	Técnico em Agropecuária/Agroecologia	Médio
Instituto Educar IFET/ Sertão	Técnico em Agropecuária/Agroecologia	Médio
IPE-CAMPO/IF Bento Gonçalves	PROEJA/Contabilidade	Médio
IPE-CAMPO	Curso de Fundamentos Teóricos e Metodológicos sobre Pedagogia das Escolas do Campo	Reunião
UFSM	Residência Agrária	Especialização
Fund. Simon Bolívar/UFPEL	Medicina Veterinária	Superior
IPE-CAMPO	Técnico em Administração de Cooperativas	Médio
IPE-CAMPO	Técnico em Administração de Cooperativas	Médio
Instituto Educar IFET/ Sertão	Técnico em Agropecuária/Agroecologia	Médio
Fund. Simon Bolívar/UFPEL	Medicina Veterinária	Superior
IPE-CAMPO	Ensino de Jovens e Adultos (EJA)/Agroindústria	Médio
Instituto Educar	Técnico em Agropecuária/Integrado	Médio
ITERRA/UFFS	História	Superior
IPE-CAMPO	Técnico em cooperativismo	Médio
UFSM	Residência Agrária	Especialização
URI	Tecnologia em Agropecuária	Superior
Instituto Educar/UFFS	Agronomia	Superior
IPE-CAMPO	Técnico em Administração de Cooperativas	Médio
URI	Tecnologia em Agropecuária	Superior
Instituto Educar	Agronomia	Superior
Instituto Educar	Técnico em Agropecuária/Integrado	Médio
IPE-CAMPO	Ensino de Jovens e Adultos (EJA)/Agroindústria	Médio
IFSUL/CEPA	Técnico em Agropecuária	Pós-Médio
UFPEL	Medicina Veterinária	Superior
IPE-CAMPO	Técnico em Cooperativismo	Médio

Fonte: INCRA/PRONERA.

Com o advento do governo Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff houve a difusão de políticas públicas como o Fome Zero, o Programa Bolsa Família, o Plano Brasil Sem Miséria dos quais a agricultura camponesa fazia parte. Nesse mesmo período, houve a criação do Programa Garantia de Safra em 2002 e do Programa de Habitação Rural (PNHR) em 2003, que desde 2009 compõe o Programa Minha Casa, Minha Vida. Em 2003, o PRONAF Infraestrutura e Serviços Municipais foi substituído pelo Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT). Em 2008, houve a implantação do Programa Territórios da Cidadania (PTC), que teve como objetivo reduzir a pobreza e a desigualdade no meio rural, ou seja, propondo o desenvolvimento rural por um viés que não é o produtivo (GRISA e SCHNEIDER, 2015). Os temas fome e segurança alimentar e nutricional passaram a compor as principais ações políticas desses governos através da criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome (MESA) cujo principal projeto foi o Programa Fome Zero (TRINCHAS e GRISA, 2015). Ademais, de acordo com Grisa e Schneider (2015) houve, nesse período, a ascensão de outro referencial para as políticas públicas voltadas à agricultura camponesa, o de segurança alimentar e sustentabilidade ambiental.

O Programa Fome Zero enfatizou o potencial do mercado institucional no fortalecimento da agricultura camponesa, culminando na criação do PAA e na alteração e ampliação do PNAE, visto que, no caso dessa última política, desde 2009, no mínimo 30% dos recursos federais devem ser destinados à compra de produtos oriundos da agricultura camponesa. O intuito desses programas é garantir o acesso a alimentos em quantidade e qualidade pela população em situação de insegurança alimentar e nutricional, além de promover o fortalecimento da agricultura camponesa. Esses mercados são fundamentais na construção de territorialidades autônomas, pois com eles os camponeses têm a certeza de que tudo aquilo que produzirem será comercializado, não havendo prejuízos. Eles impulsionam a produção de alimentos, sobretudo agroecológicos, visto que esses são adquiridos pelo Estado por um preço maior do que aqueles que não são. São políticas que, de certa forma, resolvem um dos principais da agricultura camponesa, o acesso ao mercado. Além disso, estimulam a organização dos camponeses em associações, pois só assim eles podem acessar essas políticas públicas.

Contudo, os camponeses se tornaram bastante dependentes desses mercados. E com a diminuição dos recursos públicos nesses últimos três anos podem voltar a enfrentar sérias

dificuldades na comercialização dos alimentos. Conforme um dos coordenadores do setor de produção do MST:

A segunda contradição se apresenta no campo comercial é, sobretudo, em relação às políticas públicas. O nosso sistema, me refiro ao conglomerado, depende muito dessas políticas para existir. E isso é assim mesmo. Pelo menos na avaliação que fazemos nós temos consciência de que concorreremos num mercado oligopolizado para ganharmos espaço. Temos ciência também que precisamos fazer uma ofensiva nesta área. Então poderá ver na reunião que algumas pessoas defendem o posicionamento de que devemos avançar na comercialização para além das políticas públicas. Então há uma dependência dessas políticas e ela é real. É necessário haver políticas públicas que criem um ambiente econômico favorável e que permita a sobrevivência dessas experiências. Disso nós não abrimos mão. É uma “muleta”? Sim, mas mesmo no capitalismo queremos o Estado nos apoiando, caso contrário essas experiências não sobreviveriam (COORDENADOR DO SETOR DE PRODUÇÃO DO MST ENTREVISTADO EM JANEIRO DE 2016).

Das políticas públicas federais apresentadas até o momento, quatro foram fundamentais para a territorialização das hortaliças e do arroz agroecológicos na RMPA. O PRONAF, que permitiu a aquisição de maquinários, o PRONERA, que formou muitos dos camponeses envolvidos nessas experiências, e o PAA e PNAE, que possibilita o acesso ao mercado, no caso institucional. Outra política fundamental é o Programa Terra Forte criado em 2009 com o objetivo de implantar ou modernizar empreendimentos agroindustriais coletivos em assentamentos rurais. Esse programa, aliado a outros em escala estadual, é fundamental na criação de objetos que permitem o desenvolvimento da agricultura camponesa para além da unidade de produção. A industrialização agrega valor aos produtos, emprega mulheres e jovens camponeses, que podem se dedicar às atividades no lote e nas agroindústrias. A Terra Livre, agroindústria de vegetais, conta com a participação de vários jovens desde o processo de implantação e planejamento das atividades, por exemplo. São formas de envolver aqueles que não participam diretamente do cultivo de alguns alimentos, como o arroz. Ou, que em alguns casos é mão-de-obra excedente no lote. E ao invés de trabalhar nas cidades mais próximas, destinam-se às atividades nas cooperativas ou agroindústrias.

Em escala estadual, algumas políticas públicas criadas recentemente têm contribuído significativamente com a territorialização das hortaliças e do arroz agroecológicos nos assentamentos rurais. Em 2011, o MST começou a negociar com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS) e o governo do estado do Rio Grande do Sul a

criação de políticas públicas direcionadas a agricultura camponesa. Nesse contexto é criado o Projeto de Qualificação da Infraestrutura Básica e Produtiva dos Assentamentos, com o objetivo de qualificar a infraestrutura, aperfeiçoar e diversificar as atividades agropecuárias, além de valorizar a produção agroecológica, as cadeias produtivas familiares e as cooperativas existentes. O projeto foi financiado pelo Funterra, por convênios com prefeituras e entidades afins e o apoio do BNDS Fundo Social. Até o ano de 2013 haviam sido aprovados 27 projetos no valor de R\$ 6,8 milhões, com potencial para beneficiar 4.849 pessoas. O governo do estado, com suporte do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (Badesul) e da Emater/RS, será o responsável pelo acompanhamento da execução dos projetos e pela comprovação físico-financeira dos recursos liberados. Estima-se que mais de 13 mil famílias assentadas sejam beneficiadas ao final da operação. No quadro a seguir é possível analisar as cooperativas e os tipos de aquisições realizadas a partir desse projeto.

Quadro 22 – Cooperativas contempladas pelo Projeto de Qualificação da Infraestrutura Básica e Produtiva dos Assentamentos

Sigla da Cooperativa	Tipos de Aquisições
CAMPONESA	Aquisição de colheitadeira, tratores e equipamentos agrícolas
COONATERRA	Recuperação de solo
	Aquisição de caminhão, caçamba basculante, tratores, veículo e equipamentos agrícolas
	Reforma e ampliação da unidade de beneficiamento de sementes
COOPAN	Aquisição de equipamentos para produção de arroz
	Construção de padaria
COOPATRISUL	Recuperação de solo
	Aquisição de caminhão tanque e trator
COOPAVA	Recuperação de solo
	Aquisição de máquinas, tratores e equipamentos de produção leiteira
	Construção de padaria
COOPCARNES	Reforma, ampliação e logística de frigorífico
	Aquisição de caminhão baú refrigerado
COOPER SÃO LUIZ	Recuperação de solo e veículo
	Aquisição de tanques isotérmicos e resfriadores de Leite

	Aquisição de caminhões para transporte de leite
COOPER TERRALIVRE	Campo de Recreia
	Aquisição de máquinas agrícolas, equipamentos e caminhão para o campo de Recria
	Aquisição de equipamentos de processamento sucos e câmara fria
COOPERAL	Recuperação de solo e veículo
	Aquisição de máquinas agrícolas
	Aquisição de carreta com tanque isotérmico
	Aquisição de caminhão tanque, trator equipado e resfriadores de leite
COOPERCAMP O	Recuperação de solo
	Aquisição de embaladeira e veículo
	Aquisição de caçamba basculante, máquinas agrícolas e kit para silagem
	Aquisição de resfriadores de leite
COOPERFORTE	Recuperação de solo
	Aquisição de equipamentos de irrigação de hortaliças
	Aquisição de resfriador a granel, máquinas agrícolas e caminhões tanque
	Aquisição de tanque isotérmico
	Aquisição de fábrica de alimentos balanceados para bovinos
	Aquisição de pavilhão industrial com rampa de lavagem
COOPERSUL	Recuperação de solo e veículo
	Aquisição de caminhões, equipamentos agrícolas, tanque e resfriadores de leite
COOPER TERRANOVA	Recuperação de solo e veículo
	Aquisição caixas de abelha e casa do mel
	Reforma agroindústria de feijão
	Aquisição de patrulhas e resfriadores de leite
COOPTAR	Ampliação e reforma de frigorífico
	Melhorias na estrutura de produção de leite
COOTAP	Recuperação de solo e veículo
	Aquisição do engenho Tapes
	Reforma da unidade Madre Terra
	Aquisição de equipamentos de irrigação de arroz
	Aquisição de equipamento de armazenagem
	Aquisição de retroscavadeira, trator e semeadeira
	Aquisição de Máquinas e equipamentos de limpeza de arroz
	Aquisição de máquinas e equipamentos de fruticultura
	Aquisição de caminhão tanque

	Aquisição de caminhões para o PAA
	Aquisição de veículos
	Subestação elétrica para suprir carga da irrigação do arroz
	Construção de Padaria no Assentamento Sino e São José II
	Construção da agroindústria de vegetais
	Aquisição de resfriadores de leite
	Aquisição de caçamba e semirreboque
	Aquisição de equipamentos agrícolas para apoio a produção leiteira, arroz e PAA
	Aquisição de guindaste
	Aquisição de equipamentos para o laboratório das unidades de secagem
	Construção de padaria
	Construção da unidade de recebimento, secagem e armazenagem de arroz
	Construção de unidade de recebimento, armazenagem e comercialização de alimentos do PAA
COPAC	Aquisição de máquinas e equipamentos
	Aquisição de kit para silagem
COPERLAT	Recuperação de solo, veículo e infraestrutura
	Aquisição de equipamentos e transporte de produtos do PAA
	Construção de sala de ordenha
	Aquisição de kit para silagem, caminhões e distribuidor e esterco
	Conclusão de agroindústria láctea
	Aquisição de implementos agrícolas, equipamentos de irrigação e insumos
	Aquisição de trator e equipamentos para fenação
COPERTERRA	Recuperação de solo
	Aquisição de equipamentos para produção e irrigação hortaliças
	Aquisição de envasadura automática
	Aquisição de resfriadores de leite
	Apoio à logística e a produção leiteira
	Aquisição de maquinário e veículo
COPTIL	Aquisição de caminhão
	Construção de unidade de recebimento, secagem e armazenamento de produtos do PAA

Fonte: SDR, 2016.

A ascensão de um conjunto de políticas públicas voltadas para a agricultura camponesa, tanto em escala nacional como estadual, é imprescindível no processo de construção de territorialidades autônomas. Nesse sentido, faz-se necessário construir políticas

públicas de caráter emancipatório (FERNANDES, 2015). Elas permitem que os camponeses tenham acesso a cursos de formação, maquinários, meios de transporte, agroindústrias e mercados. Ou seja, promovem a autonomia do campesinato, eliminando gradativamente a dependência ao atravessador e ao capital industrial, comercial e financeiro. Com os instrumentos necessários para a produção agrícola, o transporte dos alimentos e o beneficiamento, os camponeses possuem autonomia para decidir o que produzir, como produzir e onde vender os alimentos cultivados em seus territórios. As territorialidades autônomas estão relacionadas, portanto, à capacidade do camponês disputar as políticas publicadas criadas pelo Estado. Essas disputas ocorrem através das ações dos camponeses, com destaque para as manifestações, além do constante diálogo com os governos federal, estadual e municipal.

5.5. Os Graus e as Escalas das Territorialidades Camponesas

O território é o resultado das relações (i)materiais que os homens constroem em todas as suas relações de poder (SAQUET, 2015). O território é produto e produtor de relações sociais, relações de poder, entre os sujeitos e entre esses e a natureza. O território não é superfície ou área, estático ou dado. Pelo contrário, é fluxo, movimento, mudanças, permanências (SAQUET, 2007). Assim como existem diferentes relações sociais, existem diferentes territórios. Os territórios devem ser classificados de acordo com os sujeitos sociais que se apropriam de porções do espaço a partir de relações de poder. Os territórios camponeses e capitalistas são distintos, assim como os seus usos. Eles possuem lógicas, racionalidades, intencionalidades, ou territorialidades, diferentes. O sistema alimentar capitalista, que é hegemônico, apropria-se dos territórios e/ou determina os usos dos territórios. Quando ele determina os usos dos territórios camponeses, têm-se territorialidades subordinadas. E quando os camponeses possuem poder relativo para definir os usos dos seus territórios, têm-se territorialidades autônomas. Contudo, é possível encontrar ambos os usos em um mesmo território, seja ao mesmo tempo ou em tempos diferentes, mostrando que existem (multi)(pluri) territorialidades camponesas.

As (multi)(pluri)territorialidades camponesas são construídas, portanto, através de relações intrínsecas à unidade de produção e relações entre essa e o contexto em que ela está inserida. É o que Ploeg (2016) analisa a partir da concepção de equilíbrios internos e externos. Para entender essas relações, analisaram-se nos tópicos anterior o contexto agrário, o movimento socioterritorial e as políticas públicas, apresentando como esses fatores estão diretamente relacionados às territorialidades camponesas. O contexto agrário pode levar à

reprodução de territorialidades subordinadas, mas, contraditoriamente, de territorialidades autônomas. E isso vai depender dos outros dois fatores. A organização dos camponeses, principalmente no movimento socioterritorial, permite que eles atuem na criação de cooperativas, de agroindústrias, de mercados populares camponeses. Ou seja, permite a sua organização enquanto classe social, em oposição ao sistema alimentar capitalista. E essa maneira de se organizar possibilita tanto o acesso a terra como a disputa pelo Estado na criação de políticas públicas.

As políticas públicas, quando emancipatórias, permitem que os territórios camponeses sejam dotados de infraestrutura, objetos e instrumentos necessários à produção de alimentos, fazendo com que esses sujeitos não dependam do sistema alimentar capitalista para ter acesso a eles. Nesse sentido, recentemente, os camponeses adquiriram maquinários, instrumentos para irrigação, carros e caminhões, unidade de secagem e armazenamento, além de melhorarem os solos de alguns assentamentos rurais. Ter poder sobre esses objetos é fundamental na construção de territorialidades autônomas. Isso porque os camponeses podem decidir coletivamente como usá-los, organizando-se para isso. Em outros tempos, precisariam de capital para investirem nesses objetos, o que dificultaria o desenvolvimento da produção agropecuária. Ainda que os assentados tenham que pagar certa quantia às cooperativas para ter acesso a isso, é uma relação completamente diferente daquela entre um camponês e um capitalista. Quem define as diretrizes das cooperativas são os próprios camponeses. Nesse sentido, a cooperativa funciona como uma extensão da unidade de produção camponesa (CHAYANOV, 2018), contribuindo com o seu funcionamento. Dessa forma, ainda que o camponês não possua uma base de recursos autocontrolada, ele pode ter acesso a essa através da cooperativa.

Dois fatores, portanto, são imprescindíveis aos camponeses, a sua organização política em um movimento socioterritorial, o que os levou à organização social e econômica em cooperativas, e a disputa pelas políticas públicas criadas pelos governos federal e estadual. Embora os objetos e instrumentos que os camponeses utilizem sejam produzidos pela indústria capitalista, como é o exemplo dos maquinários, o que vai diferenciá-los é a ação por trás desse objeto. Ou seja, são as ações e relações por trás das materialidades que as caracterizam enquanto tal. De acordo com Turra Neto (2015), os agentes hegemônicos produzem o espaço na sua materialidade, e que as intencionalidades são ratificadas ou não pelos sujeitos sociais quando ativam a materialidade produzida a partir das suas próprias ações que também criam o espaço. Ainda de acordo com o autor,

Esses agentes, certamente, têm o poder de produzir, pelo seu poder de alocação, os espaços para suas ações e, assim, influenciar a formação de espaço por parte dos sujeitos sociais, ao proporem um campo de possibilidades materiais, para a ação cotidiana que especializa o mundo. Neste sentido, o poder se exerce pela produção da materialidade e pela formação de espaços que confirmam as intencionalidades já projetadas sobre os objetos (p. 54)

Pode-se dizer que o mesmo acontece com os camponeses quando conseguem produzir materialidade. O assentamento rural, a cooperativa, a agroindústria, os maquinários fazem parte dessa materialidade na produção do espaço, que apropriado a partir de relações de poder se transforma em território. Os camponeses organizados pelo MST materializam as suas intencionalidades nos objetos citados. Todavia, é a ação que dá sentido à materialidade. E essa pode ser um instrumento de afirmação social e política. Dessa forma, ter acesso a esses objetos são fundamentais, pois permite que os camponeses projetem neles as suas respectivas intencionalidades. Nesses casos, o objetivo é o aumento da renda dos camponeses, é a sua reprodução enquanto camponês, na terra, na produção de alimentos. É a reprodução da vida, da família. Embora esses fatores tenham a ver com relações externas, a sua existência condiciona, até certo ponto, os fatores internos. Assim, com as facilidades existentes na produção de alimentos, pelo menos no que concerne à infraestrutura necessária, outros camponeses podem se interessar em desenvolvê-la. Ou seja, à medida que novos objetos, instrumentos e políticas são acessados, mais os camponeses se sentem seguros e entusiasmados com a produção agroecológica.

Além dos fatores discutidos até o momento, existem aqueles de ordem interna, que possuem relação direta com a unidade de produção camponesa, como a relação com a natureza, o trabalho, o capital, as técnicas e as tecnologias. É a partir desses fatores que se pode definir as territorialidades camponesas sejam elas subordinadas, autônomas ou (multi)(plui), a partir dos seus graus, maior ou menor, e escalas, local, regional, nacional, global. Pode-se partir do exemplo do cultivo de soja nos assentamentos rurais da região Centro-Sul do estado. A relação desses camponeses com a natureza não é de co-evolução, no entanto que eles utilizam sementes e insumos industriais. Não se constrói uma relação com a natureza e o ecossistema local. É muito mais um afastamento do que uma aproximação em termos de co-evolução. Reproduz-se a relação do capital com a natureza, que é uma relação de apropriação, de destruição. Esse tipo de relação com a natureza impõe ao camponês certo grau de subordinação. Isso porque ao não construir um agroecossistema local, depende-se do capital no cultivo, desde o preparo do solo até o manejo.

Relação com a natureza e técnica são fatores complementares. Um está relacionada ao outro. Dessa forma, ainda que sejam apresentados separadamente, um depende do outro e vice-versa. Na produção da soja, os assentados se baseiam em algumas técnicas que visam diminuir os custos da produção, como o plantio direto. Além de, em alguns casos, utilizarem a rotação de culturas, que permite alguns benefícios para o solo, melhorando a produtividade de grandes culturas, como é o caso da soja.. O plantio direto é uma técnica que procura diminuir os impactos da agricultura e da utilização de maquinários no solo. Nele, os restos vegetais das culturas são mantidos na superfície, garantindo a proteção do solo contra erosão. Essa é uma técnica bastante utilizada, e é diferente da convencional. A sua utilização serve para controlar os danos causados pela utilização intensiva de agrotóxicos, além dos maquinários. Objetiva, portanto, diminuir os impactos das técnicas convencionais. Contudo, para que o plantio direto funcione da maneira adequada, faz-se necessário corrigir o solo. Nesse sentido, não se pode falar necessariamente em uma relação de co-evolução com a natureza, pelo menos não da maneira que ocorre na produção agroecológica, onde existe a preocupação em construir um agroecossistema local.

Na produção da soja, os camponeses adquirem no mercado as sementes, os produtos necessários no manejo da fertilidade do solo, como o calcário, e os agrotóxicos necessários no plantio e desenvolvimento da cultura. Em diferentes períodos de tempos, as empresas transnacionais apresentam novas variedades de sementes, prometendo maior produtividade da lavoura. Recentemente, a Bayer apresentou a nova tecnologia para a soja, a INTACTA 2 XTEND®. Isso acontece porque as sementes antigas acabam se adaptando ao uso dos agrotóxicos e esses não conseguem mais conter o avanço de daninhas, lagartas e doenças características dessa lavoura. A própria natureza cria um mecanismo de defesa se adaptando aos agroquímicos utilizados. Não é a primeira vez que a tecnologia utilizada na produção da oleaginosa no Brasil é alterada. A cada novo evento organizado por essas empresas novas técnicas e tecnologias são apresentadas. A questão é que são tecnologias caras e não garantem a manutenção da produção por um longo período de tempo. Ou seja, mesmo com a utilização dessa tecnologia, em algum momento ela se tornará ultrapassada. E quando isso acontecer pode ser que o agricultor perca a sua produção.

Depender dessas tecnologias, significa o aumento da produtividade, mas, também, o aumento dos custos e da vulnerabilidade da lavoura e, conseqüentemente, do produtor. O emprego desse tipo de tecnologia requer capital, que, na maioria das vezes, é escasso na unidade de produção camponesa. Por isso, parcerias podem ser firmadas, além de

empréstimos. A partir do momento que o camponês decide produzir soja ele se torna um sujeito quase que completamente subordinado ao sistema alimentar capitalista, não só pelo monopólio que existe na circulação de mercadorias, ainda mais de uma *commoditie*, mas por todas as relações e os processos que isso envolve. Uma relação de distanciamento da natureza, seguida de uma relação de dependência ao mercado de sementes, agrotóxicos e maquinários.

Com relação ao trabalho, o camponês possui autonomia quando comparado ao assalariado. Todavia, na lavoura da soja, segue-se o ritmo imposto por esse tipo de cultivo. A oleaginosa não exige quantidade significativa de mão-de-obra. Um membro da família, dependendo do caso, responsabiliza-se por todo o processo produtivo. Ainda mais que é um cultivo totalmente mecanizado, do plantio à colheita. Isso pode ser relevante para as famílias que não possuem mão-de-obra suficiente. Mas caso exista essa mão-de-obra será descolada para outra atividade dentro do lote ou para o trabalho não-agrícola. Dessa forma, as culturas desenvolvidas na unidade de produção vão impactar diretamente na questão do trabalho. Quando a família camponesa é formada apenas pelo casal a produção de soja se torna uma alternativa à falta de mão-de-obra. Ainda mais quando são camponeses idosos. Nesses casos, parcerias com outros produtores podem ser firmadas.

Uma família que produz soja, e se encontra completamente subordinado nesse tipo de cultivo, pode produzir outros alimentos, inclusive leite. O fato de existir culturas para o autoconsumo ou a comercialização pode diminuir a subordinação. Até mesmo a existência de um membro da família exercendo trabalho não-agrícola pode contribuir. Isso porque a renda dessas outras atividades pode ser aplicada como capital na lavoura da soja, diminuindo as possibilidades de endividamento, por exemplo. Ademais, caso nesses cultivos a dependência em relação ao mercado seja menor, porque não existe uma base de recursos autocontrolada nesses casos, têm-se indícios de certa autonomia. E a atividade desenvolvida de maneira mais autônoma pode subsidiar a atividade subordinada. Nesses casos, a família pode certo grau de subordinação e certo grau de autonomia, não sendo nem completamente um, nem completamente o outro.

Ao contrário, os camponeses que produzem hortaliças arroz estão conseguindo construir uma relação de co-evolução com a natureza. Alguns podem questionar o fato de a produção de arroz ser uma monocultura, mas ainda assim a relação com a natureza é completamente diferente do convencional. Ademais, normalmente, os camponeses não produzem somente o arroz, ainda que os outros gêneros agrícolas sejam apenas para autoconsumo. Mas isso já é um indicativo de policultivo. Quando os camponeses produzem

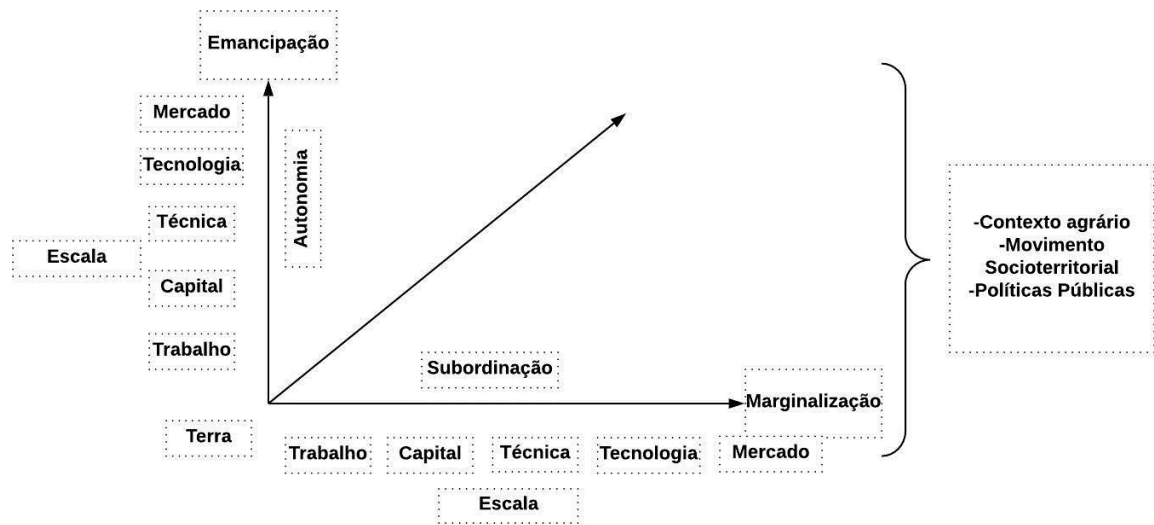
em co-evolução com a natureza, desenvolvendo a agroecologia, as técnicas e tecnologias utilizadas estão em consonância com essa. Ou seja, as técnicas são próprias desse campo do saber, que é, também, um movimento. A agroecologia é, ao mesmo tempo, uma prática, uma ciência e um movimento social. Ao desenvolvê-las, os camponeses estão inseridos em todas essas dimensões.

No caso das hortaliças, pode-se afirmar que o grau de autonomia é bastante elevado. Isso porque os camponeses produzem as mudas necessárias para isso. E aqueles que não produzem adquirem daqueles que sim. É uma rede de ajuda-mútua entre camponeses. Na produção de arroz, a maior parte das sementes necessárias é produzida por um coletivo de famílias com essa função. As técnicas e tecnologias são desenvolvidas de acordo com os conhecimentos desenvolvidos pelos camponeses nos cultivos, mas, também, a partir do diálogo com diferentes instituições. No decorrer desses processos foi elaborado um itinerário técnico com todos os processos que envolvem o cultivo do arroz, desde as sementes até a colheita. É um conhecimento camponês criado de acordo com as necessidades do cultivo e dos assentados. Não são técnicas e tecnologias impostas pelos agentes hegemônicos, mas sim construídas coletivamente pelos camponeses no processo de co-evolução com a natureza e de cooperação entre os sujeitos e outras instituições. São saberes e práticas agroecológicas camponesas, adaptadas ao ecossistema local e às necessidades desses sujeitos.

O camponês possui autonomia no seu trabalho e é através dele que novos conhecimentos são elaborados.

Na ilustração apresentada a seguir é possível perceber que o grau de autonomia pode aumentar, assim como o grau de subordinação. Entre eles, existe a possibilidade de desenvolver os dois, numa espécie de meio termo entre um e outro. Contudo, ao atingir elevado grau de autonomia, pode-se falar em emancipação. E caso exista a escala, que será abordado nos próximos parágrafos, pode-se falar em sistema alimentar camponês. Em contraposição, na outra extremidade, o elevado grau de subordinação pode levar à marginalização e/ou desterritorialização do campesinato. Isso porque qualquer contratempo que aconteça, ele poderá falir e/ou perder as suas terras, ou no caso dos assentados venderem o lote e migrar para as cidades. Essa é uma extremidade que pode ser evitada caso o camponês encontre alguma alternativa, como uma atividade que pode ser desenvolvida com certa autonomia, ou, até mesmo, a atividade não-agrícola exercida por alguém da família. A resiliência é uma característica dos camponeses.

Figura 5 – Graus de autonomia/subordinação



Org. Autora.

A construção da autonomia nos casos analisados não se concentrou na unidade de produção camponesa. Ou seja, na escala local. Tanto a produção das hortaliças como do arroz ocorrem em escala regional, expandindo-se recentemente para outras regiões do estado, como a fronteira oeste. Elas são desenvolvidas na maior parte dos lotes dos assentamentos rurais envolvidos. O assentamento Filhos de Sepé é um território totalmente agroecológico. Mais um elemento que comprova a escala regional é a comercialização desses alimentos que ocorre em toda a RMPA. Ademais, são alimentos comercializados em outras regiões e estados do país. Nesse caso não é apenas a autonomia ou a emancipação da unidade de produção camponesa, conforme abordado por Ploeg (2008), mas de várias unidades que atuam em escala regional e estadual. Ou seja, não se circunscreve ao campo, mas à relação cidade-campo através do alimento. Dessas relações fazem parte dos camponeses, mas, também, os consumidores. São processos de co-evolução com a natureza, de cooperação entre os assentados e de coprodução entre camponeses e consumidores. São relações mais horizontais, entre iguais, permitindo certo poder de decisão aos camponeses e consumidores.

A subordinação e a autonomia são, de certa forma, uma diferenciação do campesinato de acordo com os usos dos seus territórios, com as territorialidades construídas em diferentes contextos agrários. Alguns autores, em outros momentos históricos, abordaram os processos de diferenciação. Lênin (1985) foi um deles. Segundo esse autor, na medida em que o capitalismo se expande na agricultura, ocorre a desintegração do campesinato e a composição de três sujeitos sociais, os camponeses ricos, os médios e os pobres. Os ricos eram associados

àqueles que associaram a agricultura comercial empresas industriais e comerciais. Os camponeses médios são aqueles que, corriqueiramente, são transformados em proletários rurais ou urbanos. E, por fim, os camponeses pobres podem ser distinguidos enquanto uma classe de operários assalariados rurais que possuem apenas um lote comunitário de terra, incluindo, também, aquele que não possui terra alguma e aqueles que são assalariados agrícolas, peões ou diaristas e, ainda, aqueles que possuem estabelecimentos extremamente pequenos que são, na maioria das vezes, arrendados ou estão em decadência. Por estes motivos, os camponeses pobres sobrevivem por meio da venda de sua força de trabalho e não da terra, além de apresentar níveis de desenvolvimento social extremamente baixo, piores, até mesmo, que o dos operários urbanos (LÊNIN, 1985).

Nesse mesmo período, Chayanov propõe outra concepção, a de diferenciação demográfica, que se refere ao equilíbrio entre a penosidade do trabalho e as necessidades de consumo da família. Mais recentemente, alguns autores elaboraram a ideia de graus de campesinidade (TOLEDO, 1995), que tem a ver com a proximidade ou não à natureza. O próprio Ploeg (2008) aborda o fato de os camponeses que se distanciam da sua condição e investem na escala de produção e passam a depender cada vez dos mercados, transformam-se em empresários rurais. Ele cita, inclusive, o caso de produtores de soja no Brasil. Nos casos abordados nessa tese, primeiro que o camponês se reproduz, normalmente, a partir de (multi)(pluri)territorialidades. Por isso, somente em alguns casos específicos ele possui elevado grau de autonomia. E até nesses casos existem contradições. Todavia, a questão é que um camponês subordinado pode, a qualquer momento, ser marginalização e desterritorializado. Mas esse camponês sempre desenvolve outras atividades com certa autonomia evitando que esses processos venham a acontecer. Mas é uma possibilidade. Por outro lado, o camponês autônomo e emancipado, pelo menos nos casos estudados, está construindo outro sistema alimentar. E nele o camponês se reproduz enquanto camponês com melhores rendimentos, ou não. Mas mais importante do que isso, com autonomia, soberania para decidir o que fazer.

No processo de territorialização do campesinato diferentes usos dos territórios são construídos. Alguns reproduzem em seus territórios as técnicas e tecnologias impostas pelo sistema alimentar capitalista. Ademais, vendem aquilo que produzem aos intermediários e às indústrias capitalistas. Nesses casos, a subordinação é quase total. São, na verdade, territorialidades subordinadas. As técnicas e os tempos da produção de alimentos são definidos pelo sistema alimentar capitalista. Outros reproduzem em seus territórios as técnicas

e tecnologias socialmente apropriadas pelos camponeses, num processo de coevolução com a natureza, buscando autonomia, soberania, poder de decisão sobre o que e como produzir, distanciando-se do mercado capitalista e aproximando-se dos mercados populares camponeses. São territorialidades autônomas. Na maioria das vezes, pode-se encontrar nos territórios camponeses (pluri)(multi)territorialidades, dependendo das necessidades da família camponesa. E em ambos os casos são gerados diferentes graus e escalas de autonomia e/ou subordinação.

5.6. Das Territorialidades Autônomas aos Sistemas Agroalimentares Emancipatórios: Outro Modelo de Desenvolvimento da Agricultura a partir do Rio Grande do Sul

Desde a década de 1980, sobretudo com a expansão da agroecologia, movimentos ecológicos, movimentos de comércio justo, entre outros, iniciativas estão emergindo com o objetivo de construir alternativas ao sistema alimentar hegemônico. Em decorrência disso, surgiram várias denominações para esses processos, como sistema alimentar sustentável ou sistema alimentar alternativo. No quadro a seguir, foi sistematizado as características de algumas dessas concepções de acordo com Kloppenburg et al (2000). Sendo o mais completo, o conceito de sistema alimentar sustentável. De acordo com os autores, esse sistema é ecológica e economicamente sustentável, ético, próximo, saudável, diverso, participativo, entre outras características.

Quadro 23 – Evolução das análises sobre sistema alimentar

Regenerative Food System	Foodshed	Sustainable Food System
Ecológico	Ambientalmente sustentável	Ecologicamente sustentável
Economicamente justo	Economicamente sustentável	Economicamente sustentável
Equitativo	Justo	Justo/Ético
Ético	Próximo	Próximo
-	Saudável	Saudável
-	Diverso	Diverso
-	Participativo	Participativo
-	-	Regulado sustentavelmente
-	-	Sagrado
-	-	Culturalmente nutritivo
-	-	Sazonal
-	-	Relacional
-	-	Associativo
-	-	Comunicativo

Fonte: KLOPPERBURG et al, 2000.

De acordo com esses autores, um sistema alimentar sustentável é aquele em que as pessoas participam diretamente do seu funcionamento, governando os múltiplos componentes do sistema. Para esse sistema funcionar seria necessário o acesso a terra a todos aqueles que têm o interesse em cultivá-la, o tratamento justo a todos os produtores e trabalhadores, a oportunidade de se sustentar e prosperar através do trabalho na agricultura e no setor de alimentos. Já o sistema alimentar alternativo é caracterizado como uma forma de reequilibrar as relações de poder nas cadeias alimentares (MARSDEN e SONNINO, 2012). Ambas as concepções são interessantes, porém não destacam o principal sujeito desses sistemas, o camponês, que ao lado do consumidor constrói um sistema alimentar que pode ser chamado de sustentável, de alternativo, de local. Ele é tudo isso, mas antes de mais nada, é um sistema alimentar camponês. Ele depende da existência do campesinato, do aumento do número desses sujeitos, e da sua autonomia em todo o processo produtivo, na produção, na distribuição e no consumo de alimentos.

Na organização desta tese a concepção de soberania alimentar foi discutida no segundo capítulo. Porém, ela e as concepções de territorialidades autônomas e sistemas alimentares camponeses são complementares. À medida que os camponeses lutam por maior autonomia, estão lutando por soberania alimentar e, conseqüentemente, construindo sistemas alimentares camponeses. No plural porque não existe apenas um, mas diferentes sistemas alimentares em edificação, em distintos contextos sociais, econômicos, políticos e ecológicos, variando de acordo com o grau de organização dos camponeses, o acesso a políticas públicas, a existência de renda diferencial, entre outros. Enquanto a concepção de soberania alimentar provém dos movimentos camponeses, a ideia de sistemas alimentares sustentáveis, alternativos, entre outras denominações, ao contrário, deriva da academia.

O sistema alimentar camponês pode ser caracterizado como os processos de produção, distribuição e consumo de alimentos controlados pelos camponeses em aliança com os consumidores. O sistema é gestado a partir de cooperativas, grupos gestores, coletivos, grupos de famílias, ou seja, diferentes formas de organização econômica e social do campesinato. É um sistema agroecológico, que preza pela produção das mudas e sementes, pelo policultivo e por unidades de produção camponesa autônoma. O poder de decisão está nas mãos dos camponeses e consumidores. São os primeiros que decidem, por exemplo, como será a organização das safras, das certificações, das cooperativas e agroindústrias. Ou seja, os camponeses estão presentes em todos os espaços construídos no âmbito dos processos citados. Os consumidores participam, sobretudo, dos espaços e redes de comercialização. É um

sistema cujas relações são mais horizontais, aproximando camponês e consumidores, cidade e campo. Para que esse sistema funcione alguns elementos são fundamentais, como a existência de um movimento socioterritorial, como o MST, além das políticas públicas de caráter emancipatório.

5.7. Síntese

A produção de hortaliças e arroz agroecológicos em assentamentos rurais faz parte da atualidade das lutas camponesas, embasadas no controle dos usos dos territórios, na construção de territorialidades autônomas. Os usos dos territórios se baseiam no acesso e controle das técnicas e tecnologias, das sementes, das agroindústrias, dos mercados institucionais e mercados populares. São usos construídos a partir de relações horizontalizadas, de uma práxis transformadora, centrada na ação e reflexão dos homens (FREIRE, 1996). São ações, relações e práticas no e a partir do território tendo em vista a soberania dos camponeses na produção de alimentos. Essas lutas têm se tornado cada vez mais comum no Brasil nesta última década, sobretudo no caso dos movimentos camponeses que fazem parte da Via Campesina. São experiências construídas a partir de dois contextos, o de subordinação e o de marginalização. A cada safra, os camponeses desenvolveram novos saberes e conhecimentos e outras formas de organização social e política, adquiriram maquinários, construíram agroindústrias e criaram mercados. Isso não seria possível sem a organização multidimensional e pluriescalar dos camponeses, desde o movimento socioterritorial, o MST, até os grupos de famílias, grupos gestores, coletivos e cooperativas. Também não seria possível sem as lutas dos camponeses por políticas públicas. Todos esses processos são fundamentais na construção de sistemas alimentares camponeses.

Considerações finais

O sistema alimentar capitalista é resultado de um conjunto de transformações socioeconômicas e, conseqüentemente, geográficas que ocorreram em todo o mundo nos últimos séculos. Com a colonização de alguns países no século XVI, os sistemas agrários passaram a atender uma lógica global de produção de alimentos. Com a ascensão na revolução industrial no século XVIII, expandiram-se as relações capitalistas de produção na agricultura. Como consequência disso, a agricultura passou a ser cada vez mais orientada pelo mercado, produzindo matéria-prima para as indústrias. O contexto em questão somado à revolução nos meios de transporte resultou em uma extensa rede global de produção e comércio de alimentos, culminando na disseminação de grandes empresas transnacionais ou corporações no século XX. Esses processos determinaram a desconexão entre a produção e o consumo de alimentos, sendo a agricultura afastada dos ecossistemas e culturas locais e/ou regionais. Com isso, os camponeses que produziam em suas unidades de produção e consumo todos os itens que necessitavam para sobreviver, das ferramentas aos alimentos, passaram a depender da indústria a montante e a jusante. Ou seja, à indústria de insumos agrícolas e à indústria de transformação. Enquanto isso, os consumidores começaram a depender de alimentos industrializados, ricos em sódios, gorduras e açúcares.

Desde o final do século XX, com a globalização neoliberal, o sistema alimentar capitalista passou a ser formado de empresas transnacionais, grupos do agronegócio, redes de varejo, práticas de infraestrutura e engenharia, mecanismos de estado, instituições multilaterais, leis e conhecimentos científicos. Todos esses, de maneira direta ou indireta, controlam a produção, a distribuição e consumo de alimentos, conectando diferentes regiões do mundo através de redes transterritoriais. Esse processo ocorre através do poder, da apropriação e dos usos dos territórios. Os agentes sociais, sobretudo as empresas transnacionais, possuem poder suficiente para determinar todas as atividades que envolvem a produção, a distribuição e o consumo de alimentos. Dos objetos às relações necessárias para isso. O poder gera controle. E ambos são pluriescalares e multidimensionais. Esse poder, exacerbado em alguns nós específicos, permite os agentes hegemônicos se apropriem dos territórios, por um lado, e determinem os usos dos territórios, por outro lado, as chamadas territorialidades. Dessa forma, o sistema alimentar capitalista determina tanto a produção, a distribuição e o consumo de alimentos nos seus territórios, como nos territórios apropriados por outros sujeitos sociais, como os camponeses.

Com a ascensão do sistema alimentar capitalista, uma parcela dos camponeses acabou sendo excluída desse processo ou expulsa de suas terras. Contudo, outra parcela resistiu e

ainda resiste. Isso se deve ao fato de o capitalismo necessitar de relações de produção não-capitalistas para se expandir. Dessa forma, os camponeses fazem parte do capitalismo e são por esse (re)criados. Aqueles que não são (re)criados pelo próprio sistema, retornam à terra através da sua organização em movimentos socioterritoriais, que lutam por terra e reforma agrária no país. Todavia, após o acesso a terra os camponeses se reinserem na produção capitalista das relações não-capitalistas de produção (MARTINS, 1995). Em todos os casos, o camponês se reproduz em uma condição de subordinação em relação ao sistema alimentar capitalista. É a partir da sujeição da renda da terra que o capital adentra o universo camponês, subordinando-o pela ação dos monopólios. A transferência da renda da terra é assegurada pela monopolização do território pelo capital (OLIVEIRA, 1991). Os mecanismos de usurpação da renda da terra não se restringem à apropriação das mercadorias produzidas pelos camponeses, uma vez que diferentes tipos de capitais monopolizam a circulação de mercadorias, como o capital industrial e o financeiro.

Além da renda da terra, os camponeses são cada vez mais subordinados quando dependem das técnicas e tecnologias produzidas pelo capital, os chamados pacotes tecnológicos. O capital não controla apenas o produto do trabalho camponês, mas a forma como ele é produzido. Ou seja, à medida que o sistema alimentar capitalista se desenvolve, tornando-se cada vez mais controlado por empresas transnacionais e redes varejistas, maior o grau de subordinação do campesinato. Todavia, nem todos os camponeses são integrados ao sistema agroalimentar global. Na verdade, pode-se dizer que a maior parte não é. Os camponeses marginalizados dependem das rendas não-agrícolas, do trabalho acessório ou dos benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para se reproduzirem. De acordo com Kay (2017), esses exemplos podem ser chamados de resistências individuais. E não deixam de ser importante para a existência do campesinato. Como o próprio Shanin (2008) adverte, o camponês é um sujeito resiliente. No decorrer da sua vida, o camponês desenvolve diferentes estratégias de reprodução, resistências individuais e/ou coletivas. Por isso, Bartra (2010) discute que ao camponês não cabe reducionismos.

Contrários à subordinação e marginalização, os camponeses, no bojo desses processos, organizam-se enquanto classe social. Coletivamente, diferentes lutas e resistências são produzidas. E essas residem na multiplicidade de alternativas construídas à dependência e marginalização (PLOEG, 2008). Não são apenas reações, mas produção, ação e inovação camponesa. São respostas construídas ativamente pelos camponeses em diferentes contextos agrários. Os movimentos camponeses vinculados à Via Campesina estão construindo

resistências territoriais, que objetivam outros usos dos territórios, em contraposição àqueles impostos pelo sistema alimentar capitalista. São resistências que buscam a reprodução de técnicas e tecnologias populares, coerentes com o modo de viver, saber e fazer agricultura camponês. Elas englobam a utilização de sementes crioulas, a agroecologia ou o SAF, a cooperação agropecuária, a agroindústria familiar ou coletiva e a criação de espaços e redes de comercialização de alimentos. O camponês do século XXI é aquele que luta por terra, reforma agrária, políticas públicas, mas que, sobretudo, desenvolve práticas socioterritoriais autônomas e emancipatórias. No caso do MST no Rio Grande do Sul essas resistências estão se expandindo, principalmente, na RMPA através da produção, industrialização e comercialização de alimentos agroecológicos.

Enquanto a condição da reprodução das relações de produção capitalistas é a permanente separação dos povos do campo das suas condições materiais de existência, além do modo de vida e produção, as experiências agroecológicas são construídas numa relação com a natureza, o patrimônio regional e a humanidade (PORTO-GONÇALVEZ, 2012). A agroecologia permite que os camponeses construam uma relação de co-evolução com a natureza, aproximando-se dessa não só na produção de alimentos, mas de sementes e mudas necessárias ao cultivo agrícola. Ademais, a medida que agroecologia se expande, os camponeses se envolvem em outras atividades, como a certificação, a cooperação, o processamento, levando-os, em alguns casos, a construir os seus próprios mercados populares. A agroecologia é um dos pilares da proposta de soberania alimentar da Via Campesina no Brasil e no mundo. A soberania alimentar consiste no direito dos povos ao alimento ecologicamente sustentável, em quantidade e qualidade. Essa é a proposta que, de certa forma, direciona as resistências territoriais dos camponeses assentados no Rio Grande do Sul e em outros estados. Contudo, para que isso seja possível, faz-se necessário obter soberania territorial. Ou seja, o controle sobre os usos dos territórios, a construção de territorialidades autônomas.

No caso do MST, pode-se afirmar que as resistências, assim como os usos dos territórios, variaram ao longo desses quase 40 anos de existência. Na década de 1960, com a modernização da agricultura, os camponeses foram expulsos das terras em que viviam e trabalhavam. Aqueles que resistiram, começaram a se organizar politicamente, dando origem ao Movimento no Centro-Sul do país, e especialmente, dando origem à ocupação de terra e o acampamento, principais formas de luta pelo acesso a terra. Com o surgimento dos primeiros assentamentos rurais, outras resistências emergiram. Num primeiro momento, a solução

encontrada para os problemas econômicos encontrados pelos assentados foi a criação de cooperativas, numa tentativa de coletivizar a terra e a produção agropecuária. Porém isso não saiu conforme o esperado. O que se viu foi a reprodução do modelo de produção que expulsou os camponeses de suas terras. Concomitantemente a isso, o Movimento passou a investir na formação escolar e técnica dos assentados. Num segundo momento, passou-se a investir na agroecologia. E é a partir dessa que as resistências territoriais surgiram.

O que se vê nos assentamentos rurais gaúchos é, por um lado, a manutenção da subordinação, como no caso da produção da soja, e, por outro lado, a expansão da agroecologia, do cooperativismo, da agroindústria e dos mercados populares na RMPA. A territorialização das hortaliças teve início no final da década de 1980, momento em que os primeiros assentamentos rurais foram criados na região. A produção se dava com a utilização de pouco ou nenhum insumo industrial. Com o incentivo de ONGs voltadas para as questões ambientais, os camponeses passaram a cultivar as hortaliças a partir de práticas agroecológicas, além de comercializá-las nas feiras ecológicas que surgiram na cidade de Porto Alegre. A partir dos anos 2000, com a criação do PAA e a expansão do PNAE, a produção de hortaliças na RMPA aumentou substancialmente, levando as famílias a se organizarem para acessar esses programas. Em 2005 surgiu o Grupo Gestor das Hortas, Frutas e Plantas Medicinais, formado pelos assentados envolvidos diretamente na produção desses itens e na gestão das cooperativas do MST na região.

Assim, como no caso do arroz, o grupo gestor é responsável pelo planejamento de todo o processo produtivo, do cultivo à comercialização. É um espaço de socialização das experiências de cultivo, certificação, processamento e comercialização. Ou seja, é um espaço que possibilita o diálogo entre os camponeses, qualificando e expandindo as práticas agroecológicas nos assentamentos rurais.

Juntamente com o grupo gestor, as cooperativas do MST são fundamentais na construção de práticas agroecológicas nos assentamentos rurais. A COOPTEC, por exemplo, é responsável pela prestação de assistências técnica nos lotes dos assentados, além de acompanhar o planejamento da produção de alimentos, o que inclui o beneficiamento e a comercialização. A COOPTEC, a Emater e o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (Cetap) atuam como empresas prestadoras de assistência técnica nos assentamentos rurais gaúchos a partir de contratos com INCRA, atendendo aproximadamente 11 mil famílias assentadas, divididas em 20 Núcleos Operacionais. Outras cooperativas importantes são a COOTAP e a COCEARGS. Essa atua na elaboração de projetos para o acesso de políticas

públicas e na organização da certificação orgânica. Já aquela atua, principalmente, na organização da industrialização dos alimentos agroecológicos produzidos nos assentamentos rurais, com destaque para o arroz. Pode-se afirmar que os camponeses, o grupo gestor e as cooperativas operam enquanto redes que visam potencializar práticas agroecológicas nos assentamentos rurais, são redes que atuam na troca de mudas e sementes, na construção e diálogo de saberes e conhecimentos, na organização da certificação orgânica, no planejamento do beneficiamento, no acesso a mercados institucionais e na construção de mercados camponeses.

Em 2016, a partir das informações disponibilizadas pelos técnicos da COOPTEC, 158 famílias assentadas possuíam a certificação orgânica das suas hortaliças. Um número significativo, mas que ainda pode aumentar conforme as práticas agroecológicas forem se expandindo nos assentamentos rurais. As famílias que produzem as hortaliças também podem produzir arroz e/ou leite, que são dois outros importantes cultivos nos assentamentos rurais da região. No entanto que os camponeses criaram o Grupo Gestor do Arroz e o Grupo Gestor do Leite, ambos com o objetivo de organizar a produção desses itens. Além desses grupos, existem os coletivos que organizam a piscicultura e as padarias na RMPA. As padarias são coordenadas pelas mulheres assentadas, que produzem pães, bolachas, entre outros itens, que são comercializados nos mercados institucionais e nos mercados camponeses. Pode-se notar que os camponeses assentados na RMPA produzem uma variedade de alimentos que abastecem, sobretudo, os mercados local e regional. Diferente do restante do estado, esses assentados estão muito bem organizados a partir dos grupos gestores, dos coletivos e das cooperativas.

Recentemente, foi inaugurada a agroindústria de vegetais “Terra Livre” no assentamento Itapuí em Nova Santa Rita, com o intuito de beneficiar os alimentos produzidos pelos assentados e, dessa forma, alcançar novos mercados. A COTAP, cooperativa responsável pela gestão da agroindústria, adquire os alimentos produzidos pelos assentados, beneficia-os e, depois disso, comercializa-os. O funcionamento da agroindústria ocorre a partir da constituição de grupos de trabalho. Um grupo é responsável pela organização da produção dos alimentos. Nesse caso, em diálogo com as famílias, o grupo determina o que deve ser produzido e a quantidade, além da logística que envolve o deslocamento desses alimentos dos lotes dos assentados até a agroindústria. O outro grupo é responsável tanto pelo processo de industrialização como pela comercialização. Neste último caso, além dos mercados institucionais, o grupo também se envolve na criação de novos mercados. Ambos os

grupos são formados por assentados. No caso do segundo grupo se destacam os filhos dos assentados que trabalham na agroindústria. A princípio, em torno de 40 famílias produzem alimentos para a agroindústria, mas a ideia é, com o tempo, aumentar esse número. Por enquanto são produzidos sucos, geleias, compotas, além do processamento de mandioca, abóbora, entre outros. A agroindústria também terceiriza os seus serviços, assim uma associação de assentados pode utilizar as instalações para beneficiar os alimentos que cultivam.

Assim como a experiência das hortaliças, o cultivo de arroz agroecológico é uma importante estratégia de resistência e luta por autonomia dos assentados gaúchos. O estado do Rio Grande do Sul é o maior produtor de arroz do país, sendo responsável por cerca de 70% da produção nacional, seguido dos estados do Mato Grosso, Minas Gerais e Santa Catarina. Nos assentamentos rurais, além da produção convencional, o cultivo de arroz agroecológico tem se tornado cada vez mais expressiva nestes últimos anos. Na safra 2016/2017, por exemplo, a área produzida foi de 4.886 hectares, segundo informações da COTAP. Além de abastecer o mercado interno por intermédio de mercados institucionais, feiras ecológicas e lojas da reforma agrária, cerca de 30% do arroz são vendidos para a empresa Solstbio, que o exporta para países como Estados Unidos, Alemanha, Espanha, Nova Zelândia, Noruega, Chile e México³. Para o Instituto Riograndense do Arroz (IRGA) a produção de arroz agroecológico nos assentamentos rurais gaúchos pode ser considerada a maior experiência desse tipo na América Latina.

Desde o início da década de 1990 os assentados da RMPA se dedicam ao cultivo de arroz, além da produção de leite e hortaliças. Durante quase dez anos predominou nos assentamentos rurais a produção de arroz convencional, principalmente a partir de parcerias com médios e grandes produtores oriundos do estado de Santa Catarina. No final da década em questão, com a crise econômica instalada nesse setor, sobretudo, em virtude da queda dos preços no mercado, várias famílias assentadas se endividaram (CAMPOS e MEDEIROS, 2014). É nesse cenário de subordinação, dependência e privação que os camponeses assentados decidiram investir em práticas agroecológicas. Com isso eles poderiam diminuir os custos de produção, evitando endividamentos, e explorar um mercado em ascensão, o de produtos orgânicos e agroecológicos. Outros fatores também influenciaram nesse processo de transição, conforme abordado no segundo tópico. Um desses fatores é justamente a experiência adquirida pelos assentados no cultivo de hortaliças agroecológicas. Ou seja, já havia entre as famílias assentadas certo conhecimento acerca de práticas agroecológicas.

O arroz agroecológico começou a ser produzido na RMPA em 1999 por um pequeno grupo de assentados em caráter experimental. Alguns anos depois, mais precisamente em 2002, ocorreu o Primeiro Seminário do Arroz Ecológico. Nesse evento as ações da COTAP foram reorientadas e a cooperativa passou a ser responsável pela secagem, o armazenamento e a comercialização desse tipo de arroz (MARTINS, 2016). Nesse mesmo ínterim, é criado o Grupo Gestor do Arroz Ecológico com o objetivo de organizar a produção, a troca de experiências entre os assentados, a negociação com as instituições públicas e privadas e, por fim, de sistematizar os dados sobre o cultivo de arroz. Pode-se afirmar que o grupo gestor é uma espécie de espaço de diálogo baseados na metodologia campesino a campesino (HOLT-GIMÉNEZ, 2006), em que os camponeses podem trocar conhecimentos, experiências, além de avaliar os resultados da produção e socializar os avanços e desafios. O grupo gestor trabalha em diálogo com as cooperativas envolvidas nos processos de cultivo, secagem, armazenamento e, recentemente, industrialização, de prestação de serviços de assistência técnica, de disponibilização de sementes e maquinários e de certificação, como a COTAP, a COPTEC, a COPAN, a COPAC, a COPERAV e a COCEARGS.

No caso da experiência do arroz, assim como das hortaliças, os camponeses assentados construíram um acervo de conhecimento práticas e locais baseados nos ecossistemas em que estão inseridos. No que se refere ao arroz, por exemplo, todo esse conhecimento foi sendo produzido à medida que os cultivos iam se estruturando. Os assentados possuem, inclusive, documentos nos quais todas essas práticas estão documentadas e podem servir de subsídio para aqueles que decidem produzir agroecologicamente. Dessa forma, as práticas agroecológicas são estabelecidas a partir de muitas tentativas, erros e acertos, levando em consideração as práticas cotidianas e o diálogo com diferentes agentes sociais. Ao longo desse processo ocorreu a construção de outra relação não só com a natureza, mas também entre os próprios sujeitos envolvidos, aprimorando as suas formas de organização social, política e econômica. São as chamadas territorialidades autônomas, que quando em grau elevado permite aos camponeses a constituição do sistema alimentar camponês. Esse se caracteriza pela produção, distribuição e consumo de alimentos controlados pelos próprios camponeses a partir de relações horizontais, de cooperação.

Anexos

Quadro 1 – Feiras organizadas pelos movimentos camponeses no Brasil – 2010-2018

Estado	Município	Evento/Local	Número de Famílias	Movimento	Ano	Periodicidade
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Feira da Reforma Agrária	N.I.	MST	2010	N.I.
Alagoas	Maceió	12ª Feira da Reforma Agrária	N.I.	MST	2011	N.I.
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	II Feira de Todas as Lutas	N.I.	MST*	2011	N.I.
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	III Feira de Todas as Lutas	N.I.	MST*	2011	N.I.
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	2ª Feira Estadual da Reforma Agrária	60	MST	2011	Anual
Rio Grande do Sul	Santa Maria	Feira de Santa Maria	N.I.	MST*	2011	N.I.
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1ª Feira da Reforma Agrária da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	N.I.	MST	2012	N.I.
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	3ª Feira Estadual da Reforma Agrária	N.I.	MST	2012	Anual
Alagoas	Maceió	14ª Feira da Reforma Agrária	N.I.	MST	2013	N.I.
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1ª Feira Cultural da Reforma Agrária	N.I.	MST	2013	N.I.
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	3ª Feira da Reforma Agrária na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	N.I.	MPA	2013	N.I.
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	4ª Feira Estadual da Reforma Agrária Cícero Guedes	100	MST/MPA/Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ)	2013	Anual
Rio Grande do Sul	Santa Maria	Feira de Santa Maria	N.I.	MST*	2013	N.I.
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	5ª Feira Estadual da Reforma Agrária Cicero Guedes	60	MST/MPA/Articulação de Agroecologia	2014	Anual

				do Rio de Janeiro (AARJ)		
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	6ª Feira Estadual da Reforma Agrária Cícero Guedes	150	MST/Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ)	2014	Anual
Rondônia	Colorado do Oeste	Feira Camponesa Agroecológica	15	MPA	2014	N.I.
Sergipe	Poço Redondo	1ª Feira Cultural Camponesa	N.I.	MPA	2014	N.I.
Alagoas	Maceió	16ª Feira da Reforma Agrária	300	MST	2015	N.I.
Bahia	Eunápolis	5ª Feira de Agroecologia da Reforma Agrária	N.I.	MST	2015	N.I.
Bahia	Itabela	2ª Feira da Reforma Agrária	150	MST	2015	N.I.
Bahia	N.I.	Feira da Reforma Agrária	N.I.	MST	2015	N.I.
Distrito Federal	Brasília	1ª Cesta de Natal com Produtos da Reforma Agrária	N.I.	MST	2015	N.I.
Pará	Marabá	I Feira Estadual da Reforma Agrária	1.000	MST	2015	N.I.
Paraná	Laranjeiras do Sul	3ª Feira de Economia Solidária e Agroecologia	N.I.	MST	2015	N.I.
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	7ª Feira Estadual da Reforma Agrária Cícero Guedes	150	MST	2015	N.I.
Rio Grande do Sul	Esteio	17ª Feira da Agricultura Familiar	4 Cooperativas do MST	MST*	2015	Anual
São Paulo	São Paulo	1ª Feira Nacional da Reforma Agrária	N.I.	MST	2015	N.I.
Sergipe	Aracaju	Feira da Reforma Agrária de Sergipe	N.I.	MST	2015	N.I.
Alagoas	Maceió	17ª Feira da Reforma Agrária	150	MST	2016	N.I.
Alagoas	Arapiraca	4ª Feira da Reforma Agrária	N.I.	MST	2016	N.I.

Alagoas	São Luís do Quitunde	1ª Feira da Reforma Agrária	N.I.	MST	2016	N.I.
Bahia	Salvador	2ª Feira Estadual da Reforma Agrária	N.I.	MST	2016	N.I.
Bahia	Medeiros Neto	Feira de Produtos Orgânicos e Agroecológicos	N.I.	MST/Associação de Agricultores e Feirantes de Medeiros Neto (ASPOFEIRA)	2016	N.I.
Ceará	Fortaleza	1ª Feira Cultural da Reforma Agrária	N.I.	MST	2016	N.I.
Ceará	Fortaleza	2ª Feira Cultural da Reforma Agrária	N.I.	MST	2016	N.I.
Ceará	Fortaleza	3ª Feira Cultural da Reforma Agrária	N.I.	MST	2016	N.I.
Ceará	Fortaleza	4ª Feira Cultural da Reforma Agrária	N.I.	MST	2016	N.I.
Distrito Federal	Planaltina	1ª Etapa do Circuito de Feiras e Mostras Culturais da Reforma Agrária do Distrito Federal e Entorno	N.I.	MST	2016	N.I.
Minas Gerais	N.I.	Cesta Guimarães Rosa	N.I.	MST	2016	N.I.
Minas Gerais	Belo Horizonte	Festival Nacional de Arte e Cultura da Reforma Agrária	N.I.	MST	2016	Anual
Paraná	Londrina	Sacolas Camponesas	30 Mulheres	MST	2016	N.I.
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	8ª Feira Estadual da Reforma Agrária Cícero Guedes	N.I.	MST	2016	N.I.
Rio Grande do Norte	Natal	1ª Feira Estadual e Cultural da Reforma Agrária Popular	N.I.	MST	2016	N.I.
Rio Grande do Sul	Piratini	Feira Ecológica da Associação de Produtores Agroecológicos Conquista da Liberdade (APECOL)/2ª Feira do Feijão Orgânico	16	MST	2016	Anual
Sergipe	Aracaju	4ª Feira Estadual da Reforma Agrária de Sergipe	200	MST	2016	N.I.

Alagoas	Maceió	13ª Feira da Reforma Agrária	N.I.	MST	2017	N.I.
Alagoas	Maceió	18ª Feira da Reforma Agrária	N.I.	MST	2017	N.I.
Alagoas	Delmiro Gouveia	I Feira da Reforma Agrária	N.I.	MST	2017	N.I.
Alagoas	São Luís do Quitunde	2ª Feira da Reforma Agrária	N.I.	MST	2017	N.I.
Bahia	Slavador	3ª Feira Estadual da Reforma Agrária	150	MST	2017	N.I.
Bahia	Itabela	8ª Feira da Reforma Agrária - Brigada Ernesto Guevara	N.I.	MST	2017	N.I.
Bahia	Vereda	1ª Feira Agroecológica da Reforma Agrária	N.I.	MST	2017	N.I.
Ceará	Quixeramobim	4ª Feira da Reforma Agrária	N.I.	MST	2017	N.I.
Ceará	Fortaleza	5ª Feira Cultural da Reforma Agrária	N.I.	MST	2017	N.I.
Ceará	Fortaleza	6ª Feira Cultural da Reforma Agrária	N.I.	MST	2017	N.I.
Ceará	Fortaleza	7ª Feira Cultural da Reforma Agrária	N.I.	MST	2017	N.I.
Ceará	Fortaleza	8ª Feira Cultural da Reforma Agrária	N.I.	MST	2017	N.I.
Ceará	Fortaleza	9ª Feira Cultural da Reforma Agrária	N.I.	MST	2017	Mensal
Ceará	Fortaleza	10ª Feira Cultural da Reforma Agrária	N.I.	MST	2017	N.I.
Ceará	Fortaleza	11ª Feira Cultural da Reforma Agrária	N.I.	MST	2017	N.I.
Distrito Federal	Ceilândia	3ª Etapa do Circuito de Feiras e Mostras Culturais do Distrito Federal e Entorno	200	MST	2017	N.I.
Espírito Santo	Vitória	II Feira da Reforma Agrária do Espírito Santo	100	MST	2017	N.I.
Goiás	Formosa	2ª Etapa do Circuito de Feiras e Mostras Culturais da Reforma Agrária do Distrito Federal e Entorno	N.I.	MST	2017	N.I.
Mato Grosso do Sul	Campo Grande	1ª Feira Estadual da Reforma Agrária	N.I.	MST	2017	N.I.
Mato Grosso do Sul	Campo Grande	Mostra da Cultura Camponesa	N.I.	MST	2017	N.I.
Minas Gerais	Belo Horizonte	Circuito Mineiro de Arte e Cultura da	N.I.	MST	2017	N.I.

		Reforma Agrária				
Minas Gerais	Alfenas	Circuito Mineiro de Arte e Cultura da Reforma Agrária	N.I.	MST	2017	N.I.
Minas Gerais	Governador Valadares	Circuito Mineiro de Arte e Cultura da Reforma Agrária	N.I.	MST	2017	N.I.
Minas Gerais	Montes Claros	Circuito Mineiro de Arte e Cultura da Reforma Agrária	N.I.	MST	2017	N.I.
Minas Gerais	Belo Horizonte	Armazém do Campo	N.I.	MST	2017	N.I.
Minas Gerais	Uberlândia	Circuito Mineiro de Arte e Cultura da Reforma Agrária	N.I.	MST	2017	N.I.
Minas Gerais	Belo Horizonte	Festival Estadual da Reforma Agrária	N.I.	MST	2017	N.I.
Minas Gerais	Juiz de Fora	Circuito Mineiro de Arte e Cultura da Reforma Agrária	N.I.	MST	2017	N.I.
Minas Gerais	Almenara	Circuito Mineiro de Arte e Cultura da Reforma Agrária	N.I.	MST	2017	N.I.
Minas Gerais	Betim	Circuito Mineiro de Arte e Cultura da Reforma Agrária	N.I.	MST	2017	N.I.
Minas Gerais	Montes Belos	1ª Festa Camponesa Diocese de São Luís de Montes Belos	N.I.	MST, CPT, Diocese	2017	N.I.
Pará	Belém	II Feira Estadual da Reforma Agrária	N.I.	MST	2017	N.I.
Paraíba	João Pessoa	2ª Feira de Produtores da Reforma Agrária da Paraíba	N.I.	MST	2017	N.I.
Paraná	Laranjeiras do Sul	V Feira de Economia Solidária e Agroecologia (FESA)	N.I.	MPA	2017	N.I.
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Espaço de Comercialização Terra Crioula	N.I.	MST	2017	N.I.
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	9ª Feira Estadual da Reforma Agrária Cícero Guedes	120	MST	2017	N.I.
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Raízes do Brasil	N.I.	MPA	2017	Diariamente
Rio Grande do Norte	Ceará-Mirim	I Circuito Cultural e Mostra de Feira da Reforma Agrária	N.I.	MST	2017	N.I.

Rio Grande do Sul	Piratini	Feira Ecológica da Associação de Produtores Agroecológicos Conquista da Liberdade (APECOL)/3ª Feira do Feijão Orgânico	16	MST	2017	Anual
Rio Grande do Sul	Santa Maria	24ª Feira Internacional do Cooperativismo e 13ª Feira Latino-Americana de Economia Solidária	N.I.	MST/MPA*	2017	Anual
Rio Grande do Sul	São Gabriel	Armazém do Camponês - Mercado Público Municipal	N.I.	MST	2017	Diariamente
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Feira Orgânica na Assembleia Legislativa	N.I.	MST*	2017	Semanal
Rio Grande do Sul	Encruzilhada do Sul	1ª Feira de Sementes Crioulas de Encruzilhada do Sul	N.I.	MST e MPA	2017	N.I.
Rio Grande do Sul	Esteio	40ª Expointer	N.I.	MST*	2017	N.I.
Rio Grande do Sul	Cruz Alta	14ª Feira Nacional do Trigo (FENATRIGO)	N.I.	MST*	2017	N.I.
Rondônia	Tarilândia	Feira Camponesa do MPA	N.I.	MPA	2017	N.I.
São Paulo	São Paulo	2ª Feira Nacional da Reforma Agrária	N.I.	MST	2017	N.I.
São Paulo	Presidente Prudente	I Feira Regional da Reforma Agrária	40	MST	2017	Mensal
Ceará	Fortaleza	12ª Feira Cultural da Reforma Agrária	N.I.	MST	2018	
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	12ª Espaço de Comercialização Terra Crioula	N.I.	MST	2018	
Paraná	Lapa	Feira da Agrobiodiversidade Camponesa e Popular/Jornada de Agroecologia	80 grupos	MST	N.I.	N.I.
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Feira Camponesa da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	N.I.	MPA	N.I.	N.I.
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Feira Agroecológica Josué de Castro "Saberes e Sabores"	N.I.	MPA	N.I.	Quinzenalmente
Rio Grande do	Tapes	Mercado Público de Tapes	N.I.	MST	N.I.	N.I.

Sul						
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Colégio Nossa Senhora da Glória	N.I.	MST	N.I.	N.I.
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Colégio Santa Inês	N.I.	MST	N.I.	Duas vezes por mês
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Colégio João XXIII	N.I.	MST	N.I.	N.I.
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Feira dos Agricultores Ecologistas na Redenção	N.I.	MST	N.I.	N.I.
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Colégio Farroupilha	N.I.	MST	N.I.	N.I.
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Feira Ecológica do Bairro Três Figueiras	N.I.	MST	N.I.	N.I.
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Feira Ecológica Colégio Marista Rosário	N.I.	MST	N.I.	Um vez por mês
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Feira Orgânica do Shoppinh Total	N.I.	MST	N.I.	N.I.
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Instituto Santa Luzia	N.I.	MST	N.I.	N.I.
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Feira Orgânica do Praia de Belas Shopping	N.I.	MST	N.I.	Semanal
Rio Grande do Sul	Canoas	Feira Agroecológica	13	MST	N.I.	Semanal
Rio Grande do Sul	Viamão	Assentamento Filhos de Sepé/Sede da COPERAV	N.I.	MST	N.I.	Semanal
Rio Grande do Sul	Viamão	Feira na Praça Júlio de Castilhos	N.I.	MST	N.I.	Semanal
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Feira Auxiliadora	N.I.	MST*	N.I.	N.I.
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Feira Menino de Deus	N.I.	MST*	N.I.	N.I.

Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Feira Petrópolis	N.I.	MST*	N.I.	N.I.
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Feira Tristeza	N.I.	MST*	N.I.	N.I.
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Feira Bom Fim	N.I.	MST*	N.I.	N.I.
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Feira Três Figueiras	N.I.	MST*	N.I.	N.I.
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Feira Mulheres da Terra (UFRGS)	N.I.	MST	N.I.	N.I.
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Feira Terra Íntegra (Ipanema)	N.I.	MST*	N.I.	N.I.
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Feira Coletivo Mãos na Terra (UFRGS Campus Saúde)	N.I.	MST	N.I.	N.I.
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Feira Agroecológica da PUC-RS	N.I.	MST	N.I.	N.I.
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Feira Orgânica do Centro Administrativo Fernando Ferrari	N.I.	MST *	N.I.	N.I.
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Feira Orgânica no INCRA	N.I.	MST *	N.I.	N.I.
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Feira Orgânica no IPA	N.I.	MST *	N.I.	N.I.
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Feira de Orgânicos e Colônias	N.I.	MST *	N.I.	N.I.
Rio Grande do Sul	Canoas	Feira do Guajuvira	N.I.	MST	N.I.	N.I.
Rio Grande do Sul	Canoas	Feira da Igara	N.I.	MST	N.I.	N.I.
Rio Grande do Sul	Canoas	Feira Orgânica no INCRA	N.I.	MST	N.I.	N.I.
Rio Grande do	Canoas	Feira da Inconfidência	N.I.	MST	N.I.	N.I.

Sul						
Rio Grande do Sul	Nova Santa Rita	N.I.	N.I.	MST	N.I.	N.I.
Rio Grande do Sul	Nova Santa Rita	N.I.	N.I.	MST	N.I.	N.I.
Rio Grande do Sul	Taquari	N.I.	N.I.	MST	N.I.	N.I.
São Paulo	São Paulo	Armazém do Campo	N.I.	MST	N.I.	Diariamente
São Paulo	Presidente Prudente	Cestas Agroecológicas Raízes do Pontal	N.I.	MST	N.I.	Quinzenalmente

Fonte: Páginas do MST e MPA na internet. Facebook MST e MPA.

* Feira que o MST participa, mas não foi o idealizador.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: as bases científicas para uma agricultura sustentável. 3ª ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

ALTIERI, M.; TOLEDO, V. M. Natural Resource Management among Small-scale Farmers in Semi-arid Lands: Building on Traditional Knowledge and Agroecology. **Annals of Arid Zone**. n. 44(3&4): 365-385, 2005

ALTIERI, M. A.; TOLEDO, V. M. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. **Journal of Peasant Studies**, 38(3), pp. 587–612, 2011.

ALMEIDA. Rosemeire Aparecida. Função social da propriedade e desenvolvimento sustentável: camponeses versus agronegócio. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ARCHETTI, E. P. Contextualização histórica do debate sobre a questão agrária na revolução russa. In: CARVALHO, H. M. **Chayanov e o campesinato**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

ATLAS DO AGRONEGÓCIO: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Maureen Santos, Verena Glass (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

AUBRY, C.; CHIFFOLEAU, Y. Le développement des circuits courts et l'agriculture périurbaine: histoire, évolution en cours et questions actuelles. **Innovations Agronomiques**, v. 5, p. 53-97, 2009.

BARTRA, A. Tiempos turbulentos. **Argumentos**, n. 63, ano 23: 91-119. México: UAM-X, 2010.

BARTRA, A. **Campesindios**. Aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado. Ipdrc/cides-umsa. Bolivia, 2010.

BARTRA, A. **Os novos camponeses**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra da Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

BARTRA, A. Hambre: dimensión alimentaria de la gran crisis. **Revista Mundo Siglo XXI**. México: Edit. Instituto Politécnico Nacional, 2012.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

BENÍTEZ, José Angel. **La economía campesina y la comercialización de productos agropecuarios**. 2008.

BESKOW, P. R. **O arrendamento capitalista na agricultura**: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul. São Paulo: Hucitec, 1986.

BERNSTEIN, H. Food sovereignty: a skeptical view. In: Food sovereignty: a critical dialogue (International Conference): **Anais...** New Haven: ISS-Agrarian, Food & Environmental Studies (AFES), Initiatives in Critical Agrarian Studies (ICAS), Transnational Institute (TNI), Institute for Food and Development Policy/Food First, Land Deal Politics Initiative (LDPI), **The Journal of Peasant Studies**, 2013.

BOMBARDI, Larissa Mies. Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro. MERLINO, Tatiana; MENDONÇA, Maria Luisa. **Direitos Humanos no Brasil**. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2012.

BORRAS JR., S. M. **La Vía Campesina: un movimiento en movimiento**. Amsterdam: Transnational Institute; Fundación de Investigaciones Marxistas, 2004.

BORRAS JR.; Saturnino; FRANCO, Jennifer; ISAKSON, Ryan; LEVIDOW, Les; VERVEST, Pietje. The rise of flex crops and commodities: implications for research. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 1, p. 93-115, 2015.

BRUSH, Stephen. Genetic diversity and conservation in tradicional farming systems. **J. Ethnobiol**, 6 (1), 1986.

BURBACH, R.; FLYNN, P. **Agroindústria nas Américas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

CAMPOS S. K.; NAVARRO Z. **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?** Brasília: CGEE, 2013.

CADORE, Edson Almir. **Sistema de produção de arroz**. UFSC, 2010.

CAMPOS, C. S.; MEDEIROS, R. M. V. Avanços e contradições da produção orgânica nos assentamentos - o caso do arroz na Região Metropolitana de Porto Alegre. In: MEDEIROS, R. M. V.; LINDNER, M. (Org.). **Assentamentos rurais, território, produção: Novas alternativas no Rio Grande do Sul**. 1ed. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

CARVALHO, H. M. de. O Campesinato Contemporâneo como modo de produção e como Classe Social. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, 2012.

CASTELLO BRANCO FILHO, C.; MEDEIROS, R. M. V. Agricultura orgânica como estratégia para uma nova ruralidade: o caso da experiência do arroz orgânico na Região Metropolitana de Porto Alegre/RS. **VII Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa**. Rio Claro/SP, 2013.

CASTELLO BRANCO FILHO, C.; MEDEIROS, R. M. V. A importância do processo de certificação para a consolidação da cadeia produtiva do arroz ecológico produzido nos municípios integrantes da região metropolitana de Porto Alegre/RS. **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**, Uberlandia, 2012.

CGIAR. **Globalized diet: more food, less diversity, more associated risks**, 2014.

CHAYANOV, Alexander Von. **La organización de la unidad económica campesina**. Bueno Aires: Ediciones Nueva Vision, 1984.

CHAYANOV, A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G. DA; STOLCKE, V. (eds.). **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133–164.

CHELOTTI, M. A dinâmica Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização em áreas de reforma agrária na Campanha Gaúcha. **Campo - Território**, v. 8, p. 1-25-25, 2013.

CHELOTTI, M.; PESSÔA, V. S. (Re) Visitando a geografia agrária de Raymond Pébayle: interpretações sobre o espaço agrário gaúcho. **Campo - Território**, v. 2, p. 60-83, 2007.

CHONCHOL, J. **Sistemas agrarios en América Latina**. De la etapa prehispánica a la modernización conservadora. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

CLAEYS, P. From Food Sovereignty to Peasants' Rights: An Overview of Via Campesina's Struggle for New Human Rights. In: **La Via Campesina's Open Book: Celebrating 20 Years of Struggle and Hope**. Jakarta: Via Campesina, 2013. <<http://viacampesina.org/downloads/pdf/openbooks/EN-02.pdf>>.

COLOGNESE, S. A.; MÉLO, J. L. B. de. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 143 – 159, 1998.

CONTERADO, M. A. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar**: uma análise a partir do Rio Grande do Sul. 288f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

DALBIANCO, V. P.; CARMO, L. E. A.; MIRANDA, F. Q.; VIGNOLO, A. M.; NEUMANN, P. S. Retrato dos Assentamentos de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul. **VI Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais**, Araraquara, 2014.

DAROLT, M. R. **Conexão Ecológica**: novas relações entre agricultores e consumidores. Londrina: IAPAR, 2012. 162 p.

DAROLT, L; LAMINE C; BRANBEMBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Agriculturas**. v.10. n. 02, 2013.

DATALUTA. **Relatório DATALUTA Brasil**, 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/169emuzewDt9frGJRuvDfWG6jvxdUMdn/view?usp=drive_open>.

Da VÍA, E. Seed diversity, farmers' rights, and the politics of repeasantization. **International Journal of Sociology of Agriculture and Food**. v. 19, no. 2: 229–4, 2012.

DAVIS, J; GOLDBERG, R. **A concept of agribusiness**. Boston: Harvard University Press, 1957.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**. Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DESMARAIS, A. A. **A Via Campesina**: a globalização e o poder do campesinato. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

DELOITTE. **Leaving home**. Global powers of retailing 2011. London: DELOITTE, 2011.

DE SCHUTTER, O. **Informe del relator especial sobre el derecho a la alimentación**, 2010.

DEVERRE, C.; LAMINE, C. Les systèmes agroalimentaires alternatifs: Une revue de travaux anglophones en sciences sociales. **Economie Rurale**, n. 317, p. 57-73, mar. 2010.

DICKEN, P. **Mudança global**: mapeando as novas fronteiras da economia mundial. Porto Alegre: Bookman, 2007.

DUFUMIER, M. Agriculturas familiares, fertilidad de los suelos y sostenibilidad de los agroecosistemas. In: HIDALGO, Francisco et al. **Agriculturas campesinas en Latinoamérica**: propuestas y desafíos. 1ª Edição. Editorial IAEN: Quito, 2014.

EDELMAN, M. What is a peasant? What are peasantries? A briefing paper on issues of definition. **Prepared for the first session of the Intergovernmental Working Group on a United Nations Declaration on the Rights of Peasants and Other People Working in Rural Areas**, Geneva, 15-19 July 2013.

EDELMAN, M. Food sovereignty: forgotten genealogies and future regulatory challenges. **Journal of Peasant Studies**, Hague, v. 0, p. 1–20, 2014.

ERICKSEN, P. Conceptualizing food systems for global environmental change research. *Global Environmental Change*. v. 18, Issue 1, pp- 234-245, 2007.

ESTEVA, G. “La insurrección en curso”, en: Ornelas, Raúl (coord.), **Crisis Civilizatoria y superación del capitalismo**. México: UNAM, 2013.

ESTEVE, E. V. **O negócio da comida**: quem controla nossa alimentação?. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

ETC. 2009. Who Will Feed Us? ETC Group Communiqué 102. Available at <http://www.etcgroup.org/>.

FARAH, I.; VASAPOLLO, L. **Vivir bien**: ¿Paradigma no capitalista?. Bolívia, 2011.

FAO. **The state of food and agriculture 2013**. Roma: FAO, 2013.

FAO. La ADRS y... la agrobiodiversidad. **Agricultura e desarrollo rural sostenible 16**, 2007.

FAO. **Seminario internacional agricultura familiar y circuitos cortos**. Santiago: Publicación de las Naciones Unidas, 2013.

FABRINI, J. E. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FABRINI, J. E.; MARCOS, V. de. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. 1ª Edição. Expressão Popular: São Paulo, 2010.

FELDENS, M.; LINDNER, M. Transformações no espaço rural da região metropolitana de Porto Alegre/RS a partir do cultivo do arroz ecológico em assentamentos rurais. **XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Sergipe, 2016.

FELÍCIO, M. J. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2011.

FERMENT, G. et al. **Sojas convencionais e transgênicas no planalto do Rio Grande do Sul**. Brasília: MDA, 2010.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, B. M. A reforma agrária que o Lula fez e a que pode ser feita. In: **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. SADER, Emir (org.). São Paulo: Boitempo, 2013.

FERNANDES, B. M. Cuando la agricultura familiar es campesina. In: HIDALGO, Francisco et al. **Agriculturas campesinas en Latinoamérica: propuestas y desafíos**. 1ª Edição. Editorial IAEN: Quito, 2014.

FERNANDES, B. M. Políticas públicas e questão agrária: bases para o desenvolvimento territorial camponês. In: RAMOS FILHO, E. et al. **Estado, Políticas Públicas e Território**. São Paulo, Outras Expressões, 2015.

FERNANDES, B. M. et al. **Os usos da terra no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

FERNANDEZ-CORNEJO, J. "The seed industry in U.S. agriculture: An exploration of data and information on crop seed markets, regulation, industry structure, and research and development. **Agriculture Information Bulletin Number 786**. USDA: Washington, DC, 2004.

FIGUEROA, G. E.; LUNA, D. I. G. Cuatro ejemplo de resistencia y rebeldía ante la tormenta sistémica. In: PORTO-GONÇALVES; Carlos Walter; HOCSMAN, Luis Daniel. **Despojos y resistencias en América Latina/Abya Yala**. Buenos Aires : Estudios Sociológicos Editora, 2016.

FILHO, Cícero C. B.; MEDEIROS, Rosa M. V. **O modelo de certificação participativa como um dos elementos condutores no fomento à cadeia produtiva do arroz ecológico na Região Metropolitana de Porto Alegre/RS**. Disponível em: <<https://545773a8-a-62cb3a1a-s->

sites.googlegroups.com/site/arquivosneag/publicacoes/Cícero%20Castello%20Branco%20Filho.pdf Acesso em junho, 2014>

FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR. **Declaração de Nyélény**, Selingue/Malí, 2007.

FRIEDMAN, H. The political economy of food: the rise and fall of the postwar international food order. **American Journal of Sociology**, 1982.

FRIEDMAN, H.; MCMICHAEL, P. The rise and decline of national agricultures, 334 1870 to the present. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. XXIX, n. 2, p. 93–117, 1989.

GARCÍA, D. L. et al. Saltando de escala... ¿hacia dónde? El papel de los actores convencionales en los sistemas alimentarios alternativos. **Revista de Estudios sobre Despoblación y Desarrollo Rural**, 2018.

GASQUES, José Garcia; BASTOS, Eliana Teles; VALDES, Constanza. Preços da terra no Brasil. **XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Rio Branco, Acre, 2008.

GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO Z. **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília, DF: IPEA, 2010.

GAZZONI, D. L. **A sustentabilidade da soja no contexto do agronegócio brasileiro e mundial**. Londrina: Embrapa Soja, 2013.

GOLDBERG, R. **Agribusiness coordination**. Boston: Harvard University, 1968.

GRAZIANO, Xico; NAVARRO, Zander. **No mundo rural**. A antiga questão agrária e os caminhos futuros da agropecuária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

GRAIN. **Alimentos y cambio climático: el eslabón olvidado**, 2011.

GRISA, C. As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. **Desenvolvimento em Debate**. v. 1, n. 2, p. 83-109, 2010.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. v. 52, Supl. 1, p. S125-S146, 2015.

GUASSELLI, L. A.; MEDEIROS, R. M. V.; CAMPOS, C. S. Impactos da produção de arroz na Região Metropolitana de Porto Alegre/RS - Análise territorial e ambiental. In: Laurindo Antônio Guasselli; Rosa Maria Vieira Medeiros. (Org.). **Impactos da produção de arroz na região Metropolitana de Porto Alegre/RS: Análise territorial e ambiental**. 1ed. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2015, v. 1, p. 11-26.

GUZMÁN, E. S. **Canales cortos de comercialización alimentaria em Andalucía**. Sevilla: Fundación Pública Andaluza Centro de Estudios Andaluces, 2012.

GONZÁLEZ, M. Autonomías territoriales indígenas y regímenes autonómicos (desde el Estado) em América Latina. In: GONZÁLEZ, Miguel; Araceli Burguete; Pablo Ortiz-T

(coord.) (2010). **Autonomia a Debate: autogobierno indígena y Estado plurinacional en América**. Quito: Flacso, 2010.

GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 3ª Edição. Expressão Popular: São Paulo, 2005.

HARVEY, D. **El nuevo imperialismo: acumulación por desposesión**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

HEGEDÜS, András. A questão agrária. In: HOBBSBAWM, Eric. **História do marxismo IV: O marxismo na época da Segunda Internacional**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio N. Henriques. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984.

HENDRICKSON, M. et al. The global food system and nodes of power. **SSRN Electronic Journal**, 2008.

HERRERA, P. Reflexiones sobre los mercados campesinos em Ecuador. In: HIDALGO, Francisco *et al.* **Comercialización y soberanía alimentaria**. Quito: SIPAE, 2013.

HIDALGO, F. Contextos y tendencias de las agriculturas en Latinoamérica actual. In: HIDALGO, Francisco *et al.* **Agriculturas campesinas en Latinoamérica: propuestas y desafíos**. 1ª Edição. Editorial IAEN: Quito, 2014.

HOCSMAN, L. D. Horizonte para la producción campesina y agricultura familiar en el modelo agroalimentario hegemónico mundial. Visión desde el Cono Sur. In: HIDALGO, Francisco *et al.* **Agriculturas campesinas en Latinoamérica: propuestas y desafíos**. 1ª Edição. Editorial IAEN: Quito, 2014.

HOLT-GIMÉNEZ, E. **El capitalismo también entra por la boca: comprendamos la economía política de nuestra comida**. New York: Monthly Review Press; Food First Books, 2017.

HOLT-GIMÉNEZ, E.; PATEL, R. **Rebeliones alimentarias**. Barcelona: El Viejo Topo, 2010.

HOUTART, F. **El camino a la utopía desde un mundo de incertidumbre**. Clacso Libros. Ruth Casa Editorial. Panamá, 2009.

IDEC. Rota dos Orgânicos. **Revista do IDEC**, São Paulo, n. 162, p. 20-23, fev., 2012.

KAUTSKY, Karl. A questão agrária. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998.

KLUTH, B.; BOCCHI JR., U.; CENSKOWSKY, U. **Pesquisa sobre o comportamento e a percepção do consumidor de alimentos orgânicos no Brasil – 2010**. München: Organic Services/ Jundiaí: Vitalfood, 2010. 38 p

KHOURY, C.K. **Increasing homogeneity in global food supplies and the implications for food security**, PNAS, 2014.

LACROIX, P. et al. Soberanía alimentaria e comercialización campesina em Ecuador. In: HIDALGO, Francisco *et al.* **Comercialización y soberanía alimentaria**. Quito: SIPAE, 2013.

LACROIX, P.; HIDALGO, F. Introdução. In: HIDALGO, Francisco *et al.* **Comercialización y soberanía alimentaria**. Quito: SIPAE, 2013.

LEFF, H. Espaço, lugar y tiempo: la reapropiación social de la naturaleza y la construcción local de la racionalidad ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 1, p. 41-56, 2000.

LÊNIN, V. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. Col. Os Economistas, São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LINDNER, M.; MEDEIROS, R. O arroz ecológico em assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul. In: Rosa Maria Vieira Medeiros; Michele Lindner. (Org.). **Dinâmica do espaço agrário: velhos e novos territórios : NEAG 10 anos**. 1ed.Porto Alegre: Evangraf, 2017, v. , p. 13-28.

LINDNER, M.; MEDEIROS, R. M. V.; FILHO, C. C. B. O arroz ecológico em assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; LINDNER, Michele. **Dinâmicas do espaço agrário: velhos e novos territórios: NEAG 10 anos**. Porto Alegre: Evangraf, 2017. 368p.

LINDNER, M.; MEDEIROS, R. M. V.; LEAL, L. F. C. Agricultura orgânica e desenvolvimento sócio territorial: A experiência da produção de arroz ecológico em assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **IX Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales Argentinos y Latinoamericanos**.

LINDNER, M.; MEDEIROS, R. M. V. Transformações sócio territoriais na região metropolitana de Porto Alegre: a experiência da produção do arroz ecológico em assentamentos rurais. **XXII Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Natal, 2014.

LOWY, M. y SAYRE, R. **Rebelión y melancolía. El romanticismo como contracorriente de la modernidad**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2008.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1976.

KAY, C. Development strategies and rural development: exploring synergies, eradicating poverty. **Journal of Peasants Studies**. v. 36, 2009.

KOZENIESKI, E. de M. **O Rural Agrícola na MetrÓpole: O caso de Porto Alegre/RS**. 2010. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Ufrgs/ppgea, Porto Alegre, 2010.

KOZENIESKI, E. de M.. Práticas agrícolas alternativas e produção de territórios. **14ª EGAL**. Peru, 2013.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **Dialética da agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MALASSIS, L. **Économie agroalimentaire**. Paris: Editora Cujas, 1979.

MARAFON, G. Industrialização da agricultura e formação do complexo agroindustrial. **Geo UERJ**, v.3, 1998.

MPA. **Plano camponês**. MPA, 2016.

MARCOS, V. de. Agricultura e mercado: impasses e perspectivas para o agronegócio e a produção camponesa no campo latino-americano. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARECHAL, G. **Les circuits courts alimentaires: bien manger dans les territoires**. França: Ed. Educagri, 2008. 216 p.

MARCOS, Valéria de; FABRINI, João Edmilson. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. São Paulo: Expressão Popular, UNESP, 2010.

MARQUES, M. I. M. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARRE, J. A. L. **A construção do objeto científico na investigação empírica**. Cascavel: Seminário de Pesquisa do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 1991. (Digitado)

MARSDEN, T. K.; SONNINO, R. Human health and wellbeing and the sustainability of urban–regional food systems. **Current Opinion in Environmental Sustainability**. 4: 427–430, 2012.

MARMILICZ, S. T. J. **A soja como estratégia de reprodução socioeconômica: o caso dos agricultores familiares de Guarani das Missões-RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Ciências Naturais e Exatas da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2013.

MARTÍNEZ ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2014.

MARTIN, J.; FERNANDES, B. M. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Lutas Sociais**. São Paulo, v.12, 2004.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, A. F. G. A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre. **Revista NERA**, ano 19, n.31, 32-50, 2016.

MARTINS, A. F. G. **A produção ecológica do arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: territórios de resistência ativa e emancipação**. 2017. 279f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MARTÍNEZ-TORRES, M. E.; ROSSET, P. M. La Via Campesina: the birth and evolution of a transnational social movement. **The Journal of Peasant Studies**. v. 37, n. 1. Routledge, UK, 2010.

MARTÍNEZ-TORRES, M. E.; ROSSET, P. Diálogo de saberes in La Via Campesina: food sovereignty and agroecology. **The Journal of Peasant Studies**. v. 41, n. 6. Routledge, UK, 2014.

MST. **Caderno de formação nº9**. MST, 1986.

MST. **Caderno de formação nº10**. MST, 1986.

MST. **Caderno de formação nº12**. MST, 1987.

MST. **Caderno de formação nº17**. MST, 1989.

MST. **Caderno de formação nº20**. MST, 1983.

MST. **Caderno de formação nº21**. MST, 1994.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MELCHIORS, J. L. MEDEIROS, R. M. V. **Análise territorial da cadeia produtiva do arroz orgânico no assentamento Integração Gaúcha - Eldorado do Sul -RS**. Monografia disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000900113&loc=2013&l=e0371a263b304c55>>. Acesso em junho, 2014.

MEDEIROS, R. M. V.; LINDNER, M.; CASTELLO BRANCO FILHO, C. A Produção De Arroz Ecológico Na Região Metropolitana De Porto Alegre: Assentamentos, Desenvolvimento Rural e Transformações Sócio Territoriais. **Revista FSA** (Faculdade Santo Agostinho), v. 12, p. 121-138, 2015.

MEDEIROS, R. M. V.; LINDNER, M.; MUNHOZ, T. F. Movimentos socioterritoriais e agricultura sustentável: o arroz ecológico na região metropolitana de Porto Alegre - RS.. **Boletim DATALUTA**, v. 1, p. 2-6, 2015.

MEDEIROS, R. M. V.; CASTELLO BRANCO FILHO, C.; CAMPOS, C. S. ; LINDNER, M.; MELCHIORS, J. L. A produção ecológica de arroz nos assentamentos da Região Metropolitana de Porto Alegre: contradições e avanços da cadeia produtiva. In: Laurindo Antonio Guasselli; Rosa Maria Vieira Medeiros. (Org.). **Impactos da produção de arroz na região metropolitana de Porto Alegre/RS: Análise territorial e ambiental**. 1ed.Porto Alegre: Imprensa Livre, 2015, v. 1, p. 27-51.

MELCHIORS, J. L. MEDEIROS, R. M. V. Os produtores do arroz orgânico do assentamento integração gaúcha (Eldorado do Sul/RS) e as interações com a comunidade e o ambiente na região metropolitana de Porto Alegre/RS. **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia, 2012.

MEDEIROS, R. M. V.; CASTELLO BRANCO FILHO, C.; CAMPOS, C. S; ROBL, D.; FAGUNDES, L. F. . A cadeia produtiva do arroz ecológico nos assentamentos da Região

Metropolitana de Porto Alegre/RS. **Assentamentos rurais, território, produção**: Novas alternativas no Rio Grande do Sul. 1ed.Porto Alegre: Evangraf, 2014, v. 1, p. 31-40.

MELCHIORS, J. L.; MEDEIROS, R. M. V.; ROBL, D. Os agricultores familiares sem-terra e a cadeia produtiva do arroz ecológico na Região Metropolitana de Porto Alegre: seus impactos e suas interações com a comunidade e meio ambiente. In: Rosa Maria Vieira Medeiros; Michele Lindner. (Org.). **Assentamentos rurais, território, produção**: Novas alternativas no Rio Grande do Sul. 1ed.Porto Alegre: Evangraf, 2014, v. 1, p. 85-89.

McMICHAEL, P. Commentary: food regime for thought. **The Journal of Peasants Studies**. V. 43. N. 3., 648-670, 2016. <http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2016.1143816>.

MILLÁN, M. Crisis civilizatória, movimientos sociales y prefiguraciones de una modernidade no capitalista. **Acta Sociológica** N° 62, setiembre-diciembre, pp. 45-76. Centro de estudios Sociológicos, FCPyS, UNAM. México D. F, 2013.

MOONEY, P. R. The parts of life: agricultural biodiversity, indigenous knowledge, and the role of the third system. **Development Dialogue (Special Issue)**, 1997.

MOLINA, M. G. de; GUZMÁN, G. Agroecology and ecological intensification. A discussion from a metabolic point of view. **Sustainability**, 9, 86, 2017.

MORAES, J. O papel dos Sistemas e Cadeias Agroalimentares e Agroindustriais na formação das aglomerações produtivas dos territórios rurais. **COLÓQUIO (Taquara)**, v. 10, p. 71-97, 2013.

MORENO, C. **Marx visita a Monsanto**: para pensar a questão agrária no século XXI. 124 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, 2005.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NAVARRO, Z. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo; LEITE, Sérgio. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Editora UFRGS/CPDA, Porto Alegre/Rio de Janeiro, 1998.

NAVARRO, Z. Dezesesseis teses sobre o MST e a reforma agrária. In: GRAZIANO, X.; NAVARRO, Z. (Org.). **Novo mundo rural**: a antiga questão agrária e os caminhos futuros da agropecuária no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp. 2015.

NERLING, D. *et al.* Conservação e multiplicação de sementes crioulas e varietais pelos camponeses do Movimento dos Pequenos Agricultores de Santa Catarina. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 8, n. 2, nov. 2013. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/13655>>. Acesso em: 11 de maio de 2017.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, A. C. de. **A expansão da produção da soja e a viabilidade dos assentamentos do MST no município de Jóia/RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

OLIVEIRA, V. **Análise das relações de trabalho e renda em assentamentos de reforma agrária nas regiões norte, sul e metropolitana de Porto Alegre-RS**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe). Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais da Unesp, 2016.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Roma sobre a segurança alimentar mundial e Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação**. Roma: FAO, 1996.

PALERM, A. **Antropologia e marxismo**. México: Nueva Imagem, 1980.

PAHNKE, A. Institutionalizing economies of opposition: explaining and evaluating the success of the MST's cooperatives and agroecological repeasantization. **The Journal of Peasant Studies**, 42:6, 1087-1107, 2015.

PAULINO, E. T. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. 2. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. de. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PATEL. R. **Obesos y famélicos**. Barcelona: Los libros del lince, 2008.

PIMENTEL, D.; PIMENTEL, M. H. **Food, energy and society**. Boca Raton: CRC Preaa, 2007.

PLEAPO. **Rio Grande Agroecológico**. Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica. Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. Porto Alegre, 2016

PLOEG, J. D. V. Der. **The new peasantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization**. Londres: Earthscan, 2008.

PLOEG, J. D.V. der. Empire and the peasant principle. Paper presented at the plenary session of the **XXI Congress of the European Society for Rural Sociology**, Keszthely, Hungary, August 22-26, 2015.

PLOEG, J. D. V. der. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano**. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora UFRGS, 2016.

POLLAN, M. **El detective em el supermercado**. Madrid: Temas de Hoy, 2009.

PORTO-GONÇALVEZ, C. W. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e a reinvenção dos territórios. **Interthesis**. v.9, n.1, p. 16-50, Jan/Jul, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. O Difícil Espelho: a originalidade teórico-política do movimento dos seringueiros e a “confluência perversa” no campo ambiental no Acre. In:

PORTO-GONÇALVES; Carlos Walter; HOCSMAN, Luis Daniel. **Despojos y resistencias en América Latina/Abya Yala**. Buenos Aires : Estudios Sociológicos Editora, 2016.

PORTO-GONÇALVES; C. W.; HOCSMAN, L. D.; ARACH, O. Presentación. In: PORTO-GONÇALVES; Carlos Walter; HOCSMAN, Luis Daniel. **Despojos y resistencias en América Latina/Abya Yala**. Buenos Aires : Estudios Sociológicos Editora, 2016.

RAMOS, G. C. D. ¿Por qué es importante la ecología política? **Revista Nueva Sociedad**, N. 244, 2013.

RIEDL, Mário; NAVARRO, Zander. Reforma agrária na região sul. In: SCHMIDT, Benício Viero et al. **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Editora UnB, Brasília, 1998.

RODRÍGUEZ, V. N. et al. Procesos políticos y movimientos campesinos e indígenas en Abya Yala. In: HIDALGO, Francisco et al. **Agriculturas campesinas en Latinoamérica: propuestas y desafíos**. 1ª Edição. Editorial IAEN: Quito, 2014.

ROOS, D. **Contradições na construção dos territórios camponeses no Centro-Sul paranaense: territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências**. 2015. 390f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. **Teritório: globalização e fragmentação**. Editora HUCITEC: São Paulo, 1994.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da USP, 1996.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SAQUET, M. A. Campo-Território: considerações teórico-metodológicas. **Campo-território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia**, v. 1, n. 1, p.60-81, fev. 2006

SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções Sobre o Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200 p.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular/Unesp, 2009. p. 73-94.

SAQUET, M. A.; et al. A agroecologia como estratégia de inclusão social e desenvolvimento territorial. In: SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 237 – 254.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SASSE, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1991.

SCHNEIDER, S. et al. **Sementes e brotos da transição**. Inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

SCHER, F. et al. Drivers and Implications of Chinese Investments in the Brazilian Agribusiness: Actors, Strategies and Market Dynamics of the Corporate Food Regime. **The 5th International Conference of the BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies**. Moscow, Russia, 2017.

SCOTT, J. **Los dominados y el arte de la resistencia**. México: ERA, 2000.

SILVA, J. G da. Complexos Agroindustriais e outros complexos. **Reforma Agrária**. Campinas, 3 (21): 534, 1991.

SIMULA, G. **Milking Money**: exploring the struggle for autonomy from theory to practice. Master of arts in development studies. The Hague: International Institute of Social Studies, 2015.

SOUZA, M. L. de. Ativismos sociais e espaço urbano: Um panorama conciso da produção intelectual brasileira. In. OLIVEIRA, M. Piñon; COELHO, Maria Célia N. e CORRÊA Aureanice M. **O Brasil, a América Latina e o mundo**: Espacialidades contemporâneas II. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, ANPEGE, 2008.

SHANIN, T. **Campesinos y sociedades campesinas**. México: FCE, 1979.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituação e desconceituação. O velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**, n. 07, 2005.

SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SHIVA, V. **Biopirataria**: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente**. São Paulo: Gaia, 2002.

STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

TAYLOR, M. J.; THRIFT, N. J. Industrial linkage and the segmented economy: some theoretical problems. **Environment and planning A**. v. 14, 1982.

TAPIA, L.; FLORES, P. C. L. ¿Descolonización o neo-colonización del territorio en Bolivia? La defensa de la territorialidad indígena en tierras bajas frente a la recreación neo-extractivista del colonialismo interno. In: PORTO-GONÇALVES; Carlos Walter;

HOCSMAN, Luis Daniel. **Despojos y resistencias en América Latina/Abya Yala**. Buenos Aires : Estudios Sociológicos Editora, 2016.

TARROW, S. *Power in movement: social movements, collective action and politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

TODOROV, T. **La conquista de América. El problema del Otro**. México: Siglo XXI, 1998.

TEUBAL, M. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. O agrohidronegócio no Centro das Disputas Territoriais e de Classe no Brasil do Século XXI. **Campo - Território**, v. 5, 2010.

TOLEDO, V. M. Ecología del modo campesino de producción. *Antropología y Marxismo*, México. n. 3, p. 35-55, 1980.

TOLEDO, V. M. et al. Crítica de la ecología política. **Revista Nexos**, 1981.

TOLEDO, V. M. Ecologismo y ecología política. **Revista Nexos**, N. 69, pp. 15-24, 1983.

TOLEDO, V. M. La racionalidad ecologica de la produccion campesina. In: GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel Gonzalez. **Ecología, campesinado e historia**. Las Ediciones de la Piqueta, Madrid, 1992a.

TOLEDO, V. M. **Campesinidad, agroindustrialidad, sostenibilidad: los fundamentos ecológicos e históricos del desarrollo rural**. Cuadernos de trabajo 3, Grupo Interamericano para el Desarrollo Sostenible de la Agricultura y los Recursos Naturales, México, 1995.

TOLEDO, V. M. La memoria tradicional: la importancia agroecológica de los saberes locales. **LEISA Revista de Agroecología**. N 20 (4), 16-19, 2005.

TOLEDO, V. M.; SOLÍS, L. Ciencia para los pobres: el proyecto “agua para siempre” de la región Mixteca. **Ciencias**, N. 64, 33-39, 2001.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

TRICHES, R. M.; GRISA, C. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. **Revista NERA**. ano 18, n. 26, p.10-27, 2015.

TRENNEPOHL, D.; PAIVA, C. A. N. A importância da sojicultura para o desenvolvimento da região noroeste do Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**. v.31, jun., 2011.

TURRA NETO, N. Espaço e lugar no debate sobre o território. **Geograficidade**. v. 5, n. 1, 2015.

VAINER, C. B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? **Cadernos IPPUR**. Ano XV, No. 2, Ago-Dez, Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2001.

VALÉRIO, V. J. O. **A segurança da dependência e os desafios da soberania**: expansão da agroindústria canavieira e a geografia do abastecimento alimentar no município de Tupi Paulista/SP. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, campus de Presidente Prudente.

VIA CAMPESINA. **Historia y balance de Via Campesina**. *s.d.*

VIA CAMPESINA. **Programa Camponês**, Via Campesina. Porto Alegre, 2015.

VELTMEYER, H.; PETRAS, J. Camponeses numa era de globalização neoliberal: América Latina em movimento. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

WEIS, T. **The global food economy. The battle for the future of farming**. London: Zed Books, 2007.

WITTMAN, H.; BLESCH, J. Food sovereignty and Fome Zero: connecting public food procurement programs to sustainable rural development in Brazil. **Agrarian Change**, Osford, 2015.

WITTMAN, H.; DESMARAIS, A. A.; WIEBE, N. **Food sovereignty: reconnecting food, nature & community**. Black Point: Fernwood/Food First, 2010.

WELCH, C. A.; FERNANDES, B. M. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J.D.van der. **Seeds of transition**: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture. Assen: Royal van Gorgum, 2004.

WOLF, E. **Europa y la gente sin historia**. México: FCE, 1998.

WOLF, E. **Peasants**. N. Jersey: Prentice Hall, 1966.

ZARNOTT, A. V.; FLECH, E. M.; NEUMANN, P. S. Estilos de agricultura e estratégias de reprodução social no assentamento Conquista da Esperança, município de Tupanciretã/RS. **Redes (St. Cruz Sul, Online)**, v. 21, nº 3, p. 146-164, 2016.

ZIBECHI, R. **Autonomías y Emancipaciones; América Latina en Movimiento**. Buenos Aires: Sísifo Ediciones y Bajo Tierra Ediciones, 2008.

ZIEGLER, J. **Geopolítica da fome**. São Paulo: Editora Cortez, 2012.